

EVANDRO DE MELO CATELÃO

**REVELANDO MOTIVOS: A ARGUMENTAÇÃO DE SUICIDAS SOB AS
PERSPECTIVAS TEXTUAL/DISCURSIVA E RETÓRICA**

CURITIBA
2013

EVANDRO DE MELO CATELÃO

**REVELANDO MOTIVOS: A ARGUMENTAÇÃO DE SUICIDAS SOB AS
PERSPECTIVAS TEXTUAL/DISCURSIVA E RETÓRICA**

Tese apresentada como requisito à obtenção do grau de Doutor. Curso de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Estudos Linguísticos, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Professora Doutora Iara Benquerer Costa

CURITIBA
2013

Catálogo na publicação
Fernanda Emanóela Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Catelão, Evandro de Melo
Revelando motivos : a argumentação de suicidas sob as
perspectivas textual/discursiva e retórica / Evandro de Melo
Catelão . – Curitiba, 2013.
237 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Iara Benquerer Costa
Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências
Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

1. Suicídio. 2. Suicidas – Textos - Análise. 3. Linguística I.Título.

CDD 362.28



PARECER

Defesa de tese do doutorando EVANDRO DE MELO CATELÃO para obtenção do título de **Doutor em Letras**.

Os abaixo assinados IARA BEMQUERER COSTA, JOÃO CARLOS CATTELAN, MÔNICA MAGALHÃES CAVALCANTE, TERESA CRISTINA WACHOWICZ e GESUALDA RASIA argüiram, nesta data, o candidato, o qual apresentou a tese:

REVELANDO MOTIVOS: A ARGUMENTAÇÃO DE SUICIDAS SOB AS PERSPECTIVAS TEXTUAL/DISCURSIVA E RETÓRICA

Procedida a argüição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que o candidato está apto ao título de **Doutor em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADO Não APROVADO
IARA BEMQUERER COSTA		Aprovado
JOÃO CARLOS CATTELAN		Aprovado
MÔNICA MAGALHÃES CAVALCANTE		Aprovado
TERESA CRISTINA WACHOWICZ		Aprovado
GESUALDA RASIA		Aprovado

Curitiba, 02 de abril de 2013 .

Prof. Dr. Luis G. Bueno de Camargo
Coordenador



Ata quingentésima nonagésima terceira, referente à sessão pública de defesa de tese para a obtenção de título de doutor a que se submeteu o doutorando EVANDRO DE MELO CATELÃO. No dia dois de abril de dois mil e treze, às oito horas e trinta minutos, na sala 1005-B, 10.º andar, no Edifício Don Pedro I, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes Professores Doutores: **IARA BEMQUERER COSTA**, Presidente, **JOÃO CARLOS CATTELAN**, **MÔNICA MAGALHÃES CAVALCANTE**, **TERESA CRISTINA WACHOWICZ** e **GESUALDA RASIA** designados pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Letras, para a sessão pública de defesa de tese intitulada REVELANDO MOTIVOS: A ARGUMENTAÇÃO DE SUICIDAS SOB AS PERSPECTIVAS TEXTUAL/DISCURSIVA E RETÓRICA, apresentada por EVANDRO DE MELO CATELÃO. A sessão teve início com a apresentação oral do doutorando sobre o estudo desenvolvido. Logo após a senhora presidente dos trabalhos concedeu a palavra a cada um dos Examinadores para as suas arguições. Em seguida, o candidato apresentou sua defesa. Na seqüência, a Professora **IARA BEMQUERER COSTA** retomou a palavra para as considerações finais. Na continuação, a Banca Examinadora, reunida sigilosamente, decidiu pela aprovação do candidato. Em seguida, a senhora Presidente declarou **APROVADO** o candidato, que recebeu o título de **Doutor em Letras**, área de concentração **Estudos Linguísticos**. A versão final da tese deverá ser encaminhada à Coordenação em até 60 dias. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora e pelo candidato. Feita em Curitiba, no dia dois de abril de dois mil e treze. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Dr.^a Iara Bemquerer Costa

Dr.^a Mônica Magalhães Cavalcante

Dr. João Carlos Cattelan

Dr.^a Teresa Cristina Wachowicz

Dr.^a Gesualda Rasia

Evandro de Melo Catelão

SUMÁRIO

RESUMO:	V
ABSTRACT:	VI
INTRODUÇÃO	11
1ª Parte A argumentação em documentos produzidos por suicidas: análises preliminares.....	18
Nota introdutória da primeira parte da pesquisa	19
1. CAPÍTULO I – SUICÍDIO: QUESTÕES INICIAIS	21
1.1. SUICÍDIO E DISCURSO	21
1.2. LIMITES DAS ANÁLISES TEXTUAL/DISCURSIVA E RETÓRICA	26
1.3. CRITÉRIOS DE CONSTITUIÇÃO DO CORPUS E DESCRIÇÃO DO TRATAMENTO DOS DADOS	31
1.3.1. O <i>Corpus</i>	31
1.3.2. Coleta do <i>Corpus</i>	32
a) Inquéritos de suicídio analisados	33
b) Inquéritos de tentativas de suicídio analisados	35
2. CAPÍTULO II - ANÁLISE TEXTUAL/DISCURSIVA DAS PRODUÇÕES DE SUICIDAS	40
2.1. UNIDADE TEXTUAL ELEMENTAR E SEQUENCIALIDADE	41
2.2. SEQUENCIALIDADE, PLANO DE TEXTO E ARGUMENTAÇÃO	47
2.3. PLANO COMPOSICIONAL, DISCURSIVO E O PROCESSO DE ESQUEMATIZAÇÃO DISCURSIVA	51
2.4. ANÁLISE PRELIMINAR – ARGUMENTAÇÃO POR CONTRA- ARGUMENTOS: UM EXEMPLO PROTOTÍPICO?	60
2.4.1. Os dados da esquematização do texto do suicida	62
2.4.2. Os dados da projeção sequencial e de plano de texto	64
2.4.3. As escolhas linguísticas, os conectores e marcadores e os atos de discurso: contrastes da argumentação do suicida?	69
2.4.4. Retomando algumas questões centrais	72
3. CAPÍTULO III – PRESSUPOSTOS DE UMA ANÁLISE RETÓRICA DAS PRODUÇÕES DE SUICIDAS	74
3.1. VISÃO RETÓRICA DA ARGUMENTAÇÃO: O ESTABELECIMENTO DO DISCURSO E A PROPOSIÇÃO DOS ACORDOS	76
3.2. OS TIPOS DE ARGUMENTOS COMO MECANISMOS DA ARGUMENTAÇÃO.....	88
3.2.1. As proposições argumentativas por fatos, verdades e presunções	90
a) Ligações de sucessão	90
b) Ligações de coexistência	92
3.2.2. As proposições argumentativas fundamentadas por fatos, verdades e presunções	95
a) Fundamento pelo caso particular: exemplo, ilustração e modelo.....	96
b) o raciocínio por analogias e metáforas	97

3.2.3.	Argumentos quase-lógicos: a contradição e a incompatibilidade.....	100
3.3.	IMAGEM DE SI NO TEXTO DO SUICIDA: O CONCEITO DE <i>ETHOS</i>	102
3.4.	ARGUMENTAÇÃO POR CONTRA-ARGUMENTOS: UM EXEMPLO PROTOTÍPICO?.....	109
3.4.1.	O sistema retórico, a projeção ethos, pathos e logos e a proposição dos acordos	111
3.4.2.	Tipos de argumentos empregados no texto do suicida	115
3.4.3.	Outras particularidades a propósito da imagem de si.....	117
3.4.4.	Complementaridade da análise e retomada de questões centrais	118
2ª Parte	Contrastes da argumentação do suicida: outros documentos coletados....	122
	Nota introdutória da segunda parte da pesquisa.....	123
4.	CAPÍTULO IV – O AMOR COMO MOTIVO PARA O SUICÍDIO.....	126
4.1.	A MOTIVAÇÃO POR PAIXÃO AMOROSA NÃO CORRESPONDIDA	126
4.1.1.	A argumentação pelo sofrimento e pela culpabilidade e lamento em paixão amorosa mal correspondida: recurso do diário.....	126
	a) A esquematização discursiva no discurso de vítima e de lamento.....	129
	b) Plano de texto e sequencialidade dominante	131
	c) Projeções da culpabilidade pelo quadro retórico	133
	d) As retomadas argumentativas no discurso de amor não correspondido	137
4.1.2.	A argumentação pela ameaça de homicídio seguida de suicídio.....	139
	a) A esquematização discursiva como ponto de partida	141
	b) Um plano argumentativo guiado pelo resgate da honra e sentimento de ingratidão	142
	c) Dados do sistema retórico na projeção ethos, pathos e logos.....	146
	d) Os tipos de argumentos e o direcionamento do ethos pela figura da pessoa e seus atos	148
	e) Escolhas linguísticas, conectores e marcadores argumentativos e atos de discurso	150
	f) Retomando algumas questões pontuais	153
4.1.3.	Análises pontuais das produções com motivação por paixão amorosa não correspondida	154
	a) T6, abandono amoroso em homicídio seguido de suicídio.....	154
	b) T11, não equivalência amorosa, ou correspondência amorosa falsa, portanto suicídio.....	155
4.2.	O AMOR COMO ARGUMENTO.....	158
5.	CAPÍTULO V – PROBLEMAS FAMILIARES E FINANCEIROS.....	162
5.1.	DESGOSTOS NA FAMÍLIA.....	162
5.1.1.	A reconstrução do contexto de produção e sequencialidade.....	164
5.1.2.	Projeções do quadro retórico e os tipos de argumento.....	166
5.1.3.	Questões pontuais e a retomada da negação.....	167
5.2.	SEPARAÇÃO E AFASTAMENTO DA FAMÍLIA.....	168
5.2.1.	Esquematização discursiva e plano sequencial dominante.....	169
5.2.2.	Um esquema retórico direcionado pelo ethos.....	171
5.2.3.	Aspectos pontuais encontrados: a polifonia.....	172
5.3.	A MOTIVAÇÃO POR PROBLEMAS FINANCEIROS	173
5.3.1.	Reconstrução do discurso pela esquematização discursiva.....	174
5.3.2.	Plano de texto e sequencialidade.....	175

5.3.3.	O estabelecimento de acordos e a visualização das técnicas argumentativas.....	177
5.3.4.	Outro caso de motivação financeira.....	179
5.4.	MOTIVAÇÃO POR CASAMENTO NÃO CONSENTIDO: O MITO DE ROMÉU E JULIETA.....	181
5.5.	SUICÍDIO COMO PROVA DE AMIZADE.....	184
5.5.1.	A sequencialidade argumentativa e o discurso de aparente transgressão.....	186
5.5.2.	O plano retórico no discurso de acusação.....	188
5.5.3.	Dados do inquérito sobre a transgressão da amizade.....	190
6.	CAPÍTULO VI – POLÍTICA: O SUICÍDIO COMO UM ATO HEROICO	192
	a) Dados da esquematização discursiva do suicídio como um ato heroico	194
	b) Plano de texto e sequencialidade	196
	c) O suicídio como um ato heroico no quadro retórico	199
	d) Técnicas argumentativas no discurso heroico	201
	e) Os atos ilocucionários e a performatividade no discurso de Vargas	203
7.	CAPÍTULO VII – CAUSAS NÃO DECLARADAS	204
7.1.	APRESENTAÇÃO DE AGRADECIMENTO: A MICROUNIDADE DE SENTIDO.....	205
7.2.	EVITANDO SUSPEITAS	208
7.3.	O ANONIMATO NA ASSINATURA.....	210
7.4.	A ARGUMENTAÇÃO POR UMA ÚNICA MICROUNIDADE DE SENTIDO.....	212
7.5.	DADOS GERAIS SOBRE A ARGUMENTAÇÃO EM CAUSAS NÃO DECLARADAS.....	214
	CONCLUSÕES	216
	a) Iniciando pelos objetivos, delimitações para o <i>corpus</i> e hipóteses...	216
	b) O processo de esquematização discursiva.....	219
	c) Quadro retórico, o acordo com o real e a busca pelo preferível.....	222
	d) Técnicas e o direcionamento para os argumentos com base na estrutura do real.....	226
	e) A imagem de si no texto do suicida.....	229
	f) Algumas questões finais.....	232
	REFERÊNCIAS	234
	ANEXOS	237

RESUMO

A presente pesquisa é um estudo linguístico das formas e processos argumentativos presentes em textos produzidos por suicidas. A escolha e a motivação pelo estudo desses textos se basearam em análises exploratórias iniciais a partir de publicações de algumas dessas produções em periódicos de circulação nacional. Nessas análises, observou-se que se tratava de um *corpus* interessante e que necessitava de uma atenção maior. Voltou-se o estudo para os campos de investigação textual/discursivo e retórico que contavam com poucos trabalhos anteriores. O *corpus* foi coletado, em sua maioria, em inquéritos policiais arquivados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (processos abertos entre os anos de 1890 a 1940) e uma ocorrência no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (ocorrido no ano de 1954). Foi incluída a análise de outra ocorrência divulgada pela imprensa em fonte virtual no ano de 2009 (caso de domínio público). Criou-se um modelo de análise inspirado em análises realizadas por Jean-Michel Adam (ADAM 2008 e ADAM, HEIDMANN & MAINGUENEAU, 2010), alterando-se alguns pontos. Os limites da análise foram divididos em dois planos: textual/discursivo e retórico. O textual/discursivo direcionou-se à descrição de aspectos composicionais e provenientes das atividades sociodiscursivas da linguagem. No retórico, foram inseridos conceitos provenientes da Retórica e Nova Retórica com vistas às escolhas dos argumentos e às projeções *ethos*, *pathos* e *logos*. Desenvolveu-se o estudo sob a hipótese central de que o suicida, no limite de algumas crenças, elaboraria um discurso de relativa estabilidade e direcionado à exclusão social, justificando suas ações e traçando motivos, fatos e suas crenças. Como objetivo principal, pretendeu-se demonstrar que a enunciação do suicida era ancorada em encadeamentos argumentativos mais ou menos estáveis, com o objetivo de construir uma realidade com vistas a justificar o ato. Como pontos principais verificados, as análises permitiram, primeiramente, demonstrar que os documentos coletados se enquadravam em um plano de representações construídas sobre ações em dois movimentos: a escolha pela morte voluntária e a elaboração de uma mensagem escrita, nem sempre centrada na apresentação de justificativas para o ato suicida, movimento de ação reguladora que antecede o suicídio, com vistas a uma atividade sociodiscursiva materializada por um formato escrito; em segundo lugar, pela carta ou pelo bilhete, os documentos produzidos constituíram-se significativamente em meio a outros tipos de representações sociais, ou outros discursos, compartilhando traços argumentativos entre si; por fim, as composições mostraram uma profunda estabilidade das argumentações quanto à apresentação de um discurso inspirado, na maior parte dos casos, nos motivos para o suicídio e na imagem de um eu discursivo conservador, religioso.

Palavras-chave: argumentação; produções de suicidas; linguística textual; retórica.

AGRADECIMENTOS

Aos colegas de trabalho e amigos que me incentivaram desde o início do doutorado e contribuíram direta ou indiretamente em minha formação.

À minha orientadora Iara Bemquerer Costa que confiou no meu trabalho e se empenhou para a produção deste estudo.

A todas as pessoas que de algum modo contribuíram na construção deste trabalho, de maneira especial a Marcelo Mendonça Lopes que esteve presente e me ajudou na coleta do *corpus* no Rio de Janeiro, meu amigo Luiz Fernando Mascia que muitas vezes me recebeu em sua casa durante o doutorado, meu amigo José Leonardo Fiorillo que também me ajudou muito durante os anos de curso e minha grande amiga Jussara Maria Jurach que brilhantemente revisou meu texto.

À minha mãe Maria Helena de Melo Catelão e meu pai Ataíde Catelão (*in memoriam*) e toda minha família.

À Universidade Estadual de Maringá, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e Arquivo Público do Rio de Janeiro.

A CAPES/REUNI pelo auxílio financeiro.

ABSTRACT

This research is a study of linguistic forms and processes present in argumentative texts produced by suicide. The choice and motivation for the examination of these texts were based on initial exploratory analyses of some of these productions published in journals of national extent. In these analyses, we found that it was an interesting corpus and that it needed greater attention. This research was grounded on textual / discursive and rhetorical research fields which had little previous work. The corpus was collected, mostly in police investigations filed in the National Archives (Arquivo Nacional) in Rio de Janeiro (open cases between 1890 and 1940) and an occurrence in the Public Archives (Arquivo Público) in the state of Rio de Janeiro (held in 1954). It included an analysis of another occurrence reported in the press in virtual source in 2009 (a public case). An analytical model was developed inspired by analyses carried out by Jean-Michel Adam (ADAM, 2008 and ADAM, MAINGUENEAU & HEIDMANN, 2010), with some changes. The limits of the analysis were divided into two levels: textual / discursive and rhetorical levels. The textual / discursive level was directed to the description of compositional aspects from social discursive activities of language. In the rhetorical level, concepts were inserted from the New Rhetoric and Rhetorical in order to examine the choices of arguments and the *ethos*, *pathos* and *logos* projections. This study was carried out under the main assumption that suicide, on the edge of some beliefs, would draw a relatively stable speech towards social exclusion, justifying their actions, showing their reasons, facts and beliefs. Our main proposal was to demonstrate that the suicide's enunciation was anchored in argumentative threads more or less stable, aiming at building a reality in order to justify the act. As main points were examined, the analyses allowed us, first, to show that the documents collected were fitted in a plan of representations constructed on actions in two stages: the choice of voluntary death and preparing a written message, not always focused on presenting justifications for the suicidal act, regulatory action movement that precedes suicide, with a view to a materialized social discursive activity in a written format; secondly, by letters or by short messages, the documents produced constituted significantly amid other types of social representations or other speeches, sharing argumentative traits with each other, and finally, these written productions showed a profound stability in the arguments regarding the submission of an inspirational speech, in most cases, in the reasons for suicide and in the image of a conservative and religious discursive self.

Keywords: argumentation; suicide's written productions; textual linguistics, rhetoric.

INTRODUÇÃO

[...] O suicida desfechou um tiro que atingiu a mão direita de Zélia. Vendo-se ferida, correu gritando por socorro. Horácio, então, tentou novamente alveja-la. Como a arma tivesse falhado e vendo que não conseguia seu desejo, sentou-se em um canteiro do jardim, concertou a arma, encostou-a sobre o peito, desfechando um tiro, caindo quase que imediatamente, morto. [...] Nos bolsos das vestes do morto encontrei uma carta em que Horácio diz ter verdadeira paixão por Zélia e que não poderia, jamais viver sem ela; por isso resolvera mata-la e em seguida suicidar-se. O comissário do dia (ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, T3 8ª pretoria 73 1052 – 1933 – Suicídio, folha 3).

Essa citação, retirada de um dos inquéritos consultados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, expõe parte de um contexto de produção e elementos que, em muitas visões, mais parecem extraídas de um romance ou conto policial. No entanto, expressa um fato da realidade que é rodeado por um universo de crenças em relação ao ato suicida e ao próprio produto que o antecede e que, nesse caso, é identificado como uma carta. Essa carta, na mesma citação, conduz a resposta a um dos questionamentos mais recorrentes no imaginário social, o porquê da opção pelo suicídio. No que seria uma leitura do documento pelo comissário, uma resposta: “diz ter verdadeira paixão por Zélia e que não poderia, jamais viver sem ela”.

Nesse mesmo imaginário, outro questionamento recorrente fica por conta do por que escrever algo a respeito dessa escolha. Seria uma maneira de justificar suas ações, despedir-se, ou um desabafo? Mesmo sem se ter a princípio uma resposta exata, é certo que a produção de um suicida, em certos contextos, é considerada uma prova do ato (excluindo a hipótese de homicídio), ou um ponto de partida para o esclarecimento das motivações para o suicídio. A situação de produção que rege a escritura de uma carta ou bilhete de suicídio – como é socialmente denominado, na maior parte das vezes, esse tipo de documento – é recorrente em outros casos que envolvem a escolha pela morte voluntária, tanto por sua estrutura quanto pelo tipo de discurso e imagem de si construída discursivamente, expressando, também, um conjunto de crenças.

Antes, porém, de situar melhor as intenções de estudar as produções de suicidas, serão expostas as instâncias e o recorte que se fez, destacando parte de um caminho que poderia ter sido seguido e o escolhido com vias ao estudo da argumentação em documentos produzidos por suicidas. Nesse sentido, apresenta-se uma série de vertentes que se propuseram à observação e ao estudo da

argumentação e proposição de gêneros discursivos, iniciando-se, evidentemente, pela retórica.

É sabido que, no passado, as formas e processos argumentativos eram estudados por filósofos da Retórica clássica que se comprometeram com um estudo da argumentação ligada a uma perspectiva persuasiva da verossimilhança. Parte do que expõe o próprio Aristóteles, em sua Retórica, tem como ponto de partida uma organização do que é dito como arte da palavra, ou arte do discurso. Durante séculos, essa organização foi revisitada e explorada, permanecendo quase que imutável em seus conceitos mais centrais, como das relações humanas e atividades políticas. Dando um salto no tempo, mas mesmo assim ainda fundada em uma base aristotélica, no século XX, uma Nova Retórica, ou nova visão da Retórica, foi motivada pela invasão da publicidade no contexto social, remodelando algumas das concepções clássicas frente a novos papéis que foram se configurando a partir de outros aspectos das condutas humanas (PERELMAN & TYTECA, 1996; BRETON, 2003; 1999). Mais expressivamente nesse mesmo período, pelas ciências da linguagem, as questões envolvendo a argumentação foram estudadas por diferentes princípios: estaria inscrita na língua (TAL – Teoria da Argumentação da Língua de Ducrot); estaria na projeção que tem o enunciado (Linguística da Enunciação de Benveniste); seria esquematizável e textualmente delineada por elementos textuais e discursivos (ADAM, 2005; 2008; 2010). Outras abordagens poderiam ainda ser citadas, mas prefere-se salientar apenas o interesse que nas últimas décadas tem sido direcionado à argumentação, tendo em vista características sociodiscursivas presentes em ações do comportamento humano.

Salientando o recorte da pesquisa para a questão textual e discursiva, toma-se como ponto de partida que as ações que envolvem argumentação/persuasão são parte de outras atividades de linguagem que podem ser tomadas como um fator psicológico de uma ação. Essa ação é proveniente de um agente, sujeito da ação, que materializa seu ato em formatos textuais que expõem sua visão e orientação da forma como deve ser entendido o que é produzido. Nos textos, são expressas atitudes, sentimentos que apelam para relações de interação entre um **eu** e um **tu**, exteriorizadas por meio de variados recursos de linguagem que mobilizam determinadas ações/reações. Estas ações/reações fazem parte do conhecimento humano, de seu ser e do outro. São formas que se destacam na medida em que se tornam recorrentes em cada situação sociocultural em que ocorrem, construindo

grupos de ações de linguagem com objetivos e formatos próprios, entre os quais os gêneros discursivos.

Nesses limites, qualquer discurso como fonte de produção de significado pode ser observado em sua cena de realização, visto como parte de uma rede na qual outros discursos aparecem correlacionados. Então, as formas de análise do que é produzido devem considerar aspectos que conferem a um enunciador, sujeito empírico ou projetado, dotado de conhecimentos únicos, caracteres de um produtor instável que vai trazer em seu discurso conhecimentos que são partes de uma espécie de configuração sócio-histórica, mantida (ou não) em formatos estáveis (ou não) de textos. Por outro lado, cada interação, cada tipo de coenunciador despertará no sujeito/ produtor diferentes expectativas, diferentes procedimentos, diferentes escolhas textuais e discursivas de revelação de um eu, de uma situação discursiva e de um discurso próprio.

Nesse ponto, situa-se novamente o interesse pelo estudo dos textos produzidos por suicidas, ressaltando-se as lacunas existentes, dentro dos aspectos mencionados nos parágrafos anteriores, e a verificação de que, apesar de serem recorrentes, são documentos pouco estudados. Isso decorre pelo tipo de situação sociocultural e discursiva em que são produzidos, o que resulta em muita resistência, prejulgamentos, delimitações éticas, limitações sociais e jurídicas que dificultam sua pesquisa. Na área de linguagem, estão ausentes trabalhos sobre produções textuais de suicidas, mesmo que possam colaborar com estudos interligados a outras áreas do conhecimento humano, como os realizados pela psicanálise, pelas ciências comportamentais e pela Sociologia. São textos/discursos particulares que impõem empiricamente uma aparente impossibilidade de contrarresposta direta por parte do coenunciador. São produzidos nas mais diferentes culturas e com as mais diferentes crenças expressas em proposições que explicitam, a princípio, os motivos e/ou as intenções da escolha pela morte autoinfligida. Se comprovada essa hipótese de motivação impressa nesses discursos, o conteúdo das proposições encontradas pode auxiliar na elaboração de um quadro representativo de definição do que fomentaria o suicídio pelo ponto de vista do próprio suicida.

Sobre o ato suicida, Agrest (2010), ao apontar as crenças produzidas socialmente, delimita a complexidade dessa definição. Segundo a autora, a “medicina forense, por exemplo, caracteriza o suicídio como toda morte não

acidental cuja causa próxima é deliberada, autoprovocada e autoinfligida” (AGREST, 2010, p.57, tradução livre). A definição sociológica de Durkheim (apud AGREST, 2010) enfatiza, por outro lado, os elementos da causa e da intenção, tratando o suicídio como um caso de morte que resulte de forma direta ou não em um ato por comissão ou omissão da própria vítima. Com base nessas premissas, expõe-se uma questão preliminar: que tipo de contribuições um estudo das produções textuais de suicidas poderia oferecer a essas definições ou ao próprio contexto em que elas se inserem? Discursiva ou historicamente, o que pode ser dito de antemão é que os textos produzidos por suicidas apresentam teses específicas, partes de um comportamento verbal escrito desses sujeitos que traduzem uma imagem do eu discursivo suicida. Esses documentos têm situações de produção e recepção únicas e emblemáticas no gênero discursivo e até mesmo no suporte utilizado.

Inicialmente, a argumentação do suicida pode ser tomada como uma forma de composição elementar que pode ser expressa sob representações relativas a um esquema argumentativo, presente na memória discursiva dos sujeitos. Nos limites que se pretende traçar para a análise segundo o recorte retórico dessas produções, define-se o conceito do ato de argumentar como uma estratégia na qual são empregados inúmeros procedimentos. Essa estratégia é geralmente direcionada por uma ação assertiva/constativa a um coenunciador, envolvendo o compartilhamento de um ponto de vista. Enfatiza-se que a presente pesquisa insere-se nesse contexto, realizando um estudo de textos produzidos por suicidas sob uma perspectiva de análise textual/discursiva (ADAM, 2008) complementada por conceitos da Retórica e da Nova Retórica (PERELMAN & TYTECA).

Ressalta-se que a escolha e a motivação pelo estudo desses textos se basearam em análises exploratórias iniciais a partir de publicações de algumas dessas produções em periódicos de circulação nacional. Nessas análises observou-se que se tratava de um *corpus* que necessitava de uma atenção maior. A intenção de estudo voltou-se então para um campo de investigação textual e discursivo que conta com poucos trabalhos anteriores. Ao mesmo tempo, foram identificadas de antemão questões e lacunas ligadas ao tema, sobretudo em função do local de coleta das fontes, expressão do comportamento verbal escrito dos sujeitos, que fomentaram o desenvolvimento da pesquisa.

Após a delimitação e esclarecimento de algumas dessas lacunas, coletou-se o *corpus*, em sua maioria, em inquéritos policiais arquivados no Arquivo Nacional da

cidade do Rio de Janeiro (ANRJ) e uma ocorrência no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (ocorrido no ano de 1954). Dentre os inquéritos do ANRJ, apenas foram encontrados disponíveis para consulta e divulgação processos abertos entre os anos de 1890 e 1940. Segundo algumas das fontes pesquisadas, inquéritos mais recentes não estão disponíveis ou correm em segredo de justiça, demandando autorização judicial ou familiar, além de cortes e tarjas para preservação de privacidade. Foi incluída a análise de outra ocorrência divulgada pela imprensa em fonte virtual como parte de notícia de falecimento, um caso mais recente, no ano de 2009 (caso de domínio público), utilizado na pré-análise¹. Um exame preliminar revelou que o *corpus* abrange diferentes suportes, alguns talvez correlatos ou que são parte de outro gênero ou subgênero de discurso.

Destaca-se que toda a problemática do trabalho (preocupada com o exame da argumentação por aspectos composicionais e estratégias retóricas) concentra-se na utilização de conceitos provenientes de pontos da Linguística Textual (análise textual/discursiva baseada em ADAM, 2008) delineados em complementaridade com tópicos da Retórica/Nova Retórica (acordos, técnicas argumentativas e conceito de *ethos*). A hipótese central do trabalho circula em torno da possibilidade dos textos produzidos por suicidas apresentarem relativa estabilidade composicional, tanto pelo campo textual (base sequencial argumentativa) quanto discursivo (direcionamento do suicídio como um fator de exclusão social, justificativa das ações suicidas e apresentação da motivação para o suicídio). Essa observação leva à dúvida: nos documentos produzidos por suicidas seriam realmente apresentados dados de motivação das ações desses sujeitos? Essa questão permite delimitar outras hipóteses secundárias como: a) a suposição de ocultação do sujeito empírico em um tipo de *ethos* determinado pela ação suicida (motivação amorosa, religiosa, financeira, autopunição, entre outras); b) a negação de uma crença socialmente construída sob valores religiosos e/ou econômicos.

Os objetivos do estudo são delimitados com base na identificação, caracterização e análise de documentos produzidos por suicidas. Como objetivo principal, pretende-se demonstrar, com base nos pressupostos a respeito dos gêneros e das instituições do texto, que a enunciação do suicida está ancorada em encadeamentos argumentativos mais ou menos estáveis, construindo uma realidade

¹ Preferiu-se fontes de arquivos públicos apesar de terem sido encontradas outras ocorrências em fontes virtuais. Para mais informações, ver procedimentos de coleta de dados.

com vistas a justificar o ato. Entre os objetivos específicos pretende-se: a) descrever e delinear aspectos textuais e composicionais desses documentos; b) traçar representações esquemáticas textuais e discursivas dos documentos encontrados; c) identificar acordos estabelecidos e tipos de argumentos utilizados; Identificar o *ethos* do suicida (autor discursivo) constituído nos documentos.

As análises preliminares demonstraram que os conceitos selecionados da retórica propiciaram uma descrição discursiva bem mais evidente do que se fosse feita a opção apenas pelos aspectos textuais que primeiramente teriam sido alvo único da pesquisa. Verificou-se, também, que a estudo dos aspectos composicionais propiciação a visualização e elaboração de um quadro segundo o motivo para o suicídio ou para a escritura dos documentos. Nesses limites, foi possível traçar para as análises uma divisão entre os motivos apresentados para o suicídio, para a escritura dos documentos ou outro, revelando pontos de vista desses sujeitos em relação ao suicídio.

Para organização desse trabalho, os temas foram dispostos em duas grandes partes. A parte 1 tratará da argumentação no texto de suicidas e trará análises preliminares para o plano textual/discursivo e retórico (capítulos de I a III). Na parte 2 estão organizadas as outras análises segundo os motivos para o suicídio, para a escritura do documento ou outra particularidade (capítulos de IV a VII). De forma a guiar o leitor mais especificamente sobre os dados do *corpus*, no primeiro capítulo são tratados os tópicos da situação sociodiscursiva em que se insere o sujeito suicida (dados sociológicos) e, ainda, os limites das análises (textual/discursiva e retórica) e os procedimentos metodológicos e critérios de constituição do *corpus* e descrição e tratamento dos dados.

Este trabalho tem caráter de pesquisa documental, qualitativa e interpretativa. Entende-se, neste estudo, por documentos quaisquer tipos de materiais escritos que podem ser utilizados como fonte de informação a respeito do comportamento humano, identificando informações factuais, de onde podem ser retirados dados a respeito das condutas humanas (LÜDKE & ANDRÉ, 1988). Enfatiza-se que se assume para a pesquisa uma perspectiva de análise dos elementos linguísticos, evidenciando uma filiação aos pressupostos da Linguística Textual segundo Adam (1999; 2008; 2010) e a postulados teóricos que veem a linguagem como uma forma de interação entre os sujeitos e os textos como construtos sociais dessa interação, partes do agir comunicativo. Entende-se o texto em sua dimensão social, inserido

em redes institucionais de grupos humanos, sendo este um produto sobre a ação dos sujeitos com seus motivos, intenções e responsabilidade sobre o que é dito. Destaca-se que a tese, por fim, pretende chamar a atenção para os textos produzidos por suicidas, sem exauri-los por completo, mas provocando novas discussões em um exame realizado por conceitos que têm gerado novos modelos de leitura.

**1ª PARTE – A ARGUMENTAÇÃO EM DOCUMENTOS PRODUZIDOS POR
SUICIDAS: ANÁLISES PRELIMINARES**

Nota introdutória da primeira parte da pesquisa

Somos donos de nossas vidas? Essa é uma questão que vem sendo discutida há muitos séculos pela humanidade e está profundamente ligada ao valor que se dá à vida. Trata-se de um tema frequente, presente na literatura, em situações cotidianas, nas crises de existência, em situações em que todas as esperanças parecem perdidas, ou no sentimento humano de se ver ou querer se ver na vida do outro. Viver é, então, para alguns uma tarefa, não muito simples, de confronto de escolhas e possibilidades, sabendo que cada uma delas desencadeará uma série de consequências que levarão a autoquestionamentos a respeito do real sentido da vida, ou se realmente a vida faz sentido, sentido este que, às vezes, por alguma razão, acaba expresso em formatos textuais escritos específicos (diários, cartas pessoais, letras de música, poemas, entre outros).

Nas ações do dia a dia, são creditadas todas as esperanças no que se imagina ser o sentido da vida, regulam-se ações, estipulam-se metas e se aprende a lidar com vitórias e fracassos que modelos de comportamento social pré-definiram e, com base neles, o sujeito posiciona-se frente ao que é imposto diariamente. Olhar para a vida e para a morte envolve tanto atitudes e posicionamentos ou pontos de vista recorrentes, compartilhados quanto singulares, únicos. A partir do momento em que alguns sujeitos definem o fim de sua vida como melhor caminho, eles chegam ao mais difícil de ser descrito e mais polêmico dos atos, o ato suicida.

Nesta perspectiva, a primeira parte da pesquisa pretende apontar, no capítulo I, os objetivos, justificativas e hipóteses do que será discutido nas próximas seções do estudo, com intuito principal de delinear a motivação de escolha dos fundamentos teóricos que servirão como instrumentos de análise e observação do *corpus* constituído por um conjunto de produções escritas. Elaborar uma discussão sobre produções textuais de suicidas implica antes entender como se caracteriza a situação sociodiscursiva em que se inserem estes autores. Trata-se de um momento de decisão entre a vida e a morte e, sobretudo para alguns, de decisão de deixar uma última mensagem escrita, uma última expressão de sua palavra a alguém. Essa atitude provoca o imaginário das pessoas em diferentes projeções. Nesse sentido, trazer questões iniciais como conteúdo, tipo de discurso, quem é e como se caracteriza o eu suicida é necessário, particularmente por antecipar traços das motivações desses sujeitos na opção pela morte voluntária. O estudo da argumentação nos documentos produzidos por suicidas pretende ser complementar

ao que vem sendo discutido em áreas como a Sociologia, a Psicologia e a Medicina Preventiva e à Linguística.

O encaminhamento teórico sob uma projeção textual/discursiva e retórica será apresentado nos próximos capítulos (II e III). A seleção dos fundamentos foi motivada pela hipótese central de que o suicida apresentaria uma mensagem final de dominância argumentativa, isto é, proposição de dados contra uma tese anterior de coibição da morte voluntária em justificativa a uma nova tese (a ser definida), com a principal função de convencer ou provocar a adesão do interlocutor. Esse ponto seria, a princípio, o que moveria o questionamento “o que analisar nas composições de suicidas?”. A resposta parece ser indicada mais pela questão retórica do que pelo delineamento textual discursivo, contudo, reforça-se a intenção em partir da estrutura composicional para as questões envolvendo acordo e imagem desses sujeitos.

Adianta-se que os objetivos do estudo são delimitados com base na identificação, caracterização e análise de documentos produzidos por suicidas, tendo em vista pressupostos teóricos que descrevem a argumentação textual, discursiva e retoricamente. Nos seus traços mais específicos pretende-se, delimitando perspectivas textuais e composicionais (capítulo II), descrever aspectos textuais/composicionais e traçar as representações esquemáticas textuais e discursivas dos documentos encontrados. Pela projeção retórica (Capítulo III), parte-se da identificação dos acordos estabelecidos e tipos de argumentos utilizados, além de identificação do *ethos* do suicida (autor discursivo) constituído nos documentos.

Ao trabalhar nessa linha de abordagem, atenta-se para o que seria uma oscilação terminológica entre áreas que o trabalho apresentará, principalmente na seção de análise entre os termos enunciador/orador e coenunciador/auditório, que articulam diferentes características em cada campo de abrangência. Contudo, por outro lado, dados preliminares apontaram para uma relação intrínseca entre as duas áreas, com muitas aproximações. Por fim, pretende-se, com as discussões a serem realizadas nas próximas seções, provar que o presente estudo incide sobre o que tem sido discutido sobre o suicídio por pesquisadores como Agrest (2010), Miranda e Queiroz (1989) e pode contribuir para a identificação de casos inter-relacionados.

CAPÍTULO I

O SUICÍDIO: QUESTÕES INICIAIS

1.1. SUICÍDIO E DISCURSO

Não há dúvidas de que o suicídio provoca o imaginário das pessoas em muitos aspectos, estando em função do tempo e da sociedade aliado a inúmeros valores, crenças e fatos, que fazem com que seja considerado uma prática aceitável, uma conduta necessária em situações específicas, ou ainda um motivo de preocupação. Nesse último e mais representativo eixo, é visível o desconforto em relação ao suicídio, em função principalmente da prática de a morte voluntária afetar o organismo social, demonstrando certa fragilidade e incapacidade do homem visto que se desconhece boa parte de suas causas e motivações. Fruto de atividades ou ações sociais, o suicídio condensa um sentido de reprovação, principalmente nas culturas ocidentais, marcadas por dogmas cristãos em que a vida é tida como um dom divino e que somente pode ser tirada por uma força também divina. Pode-se admitir nessa apresentação geral uma série de pontos de vista que podem ser assumidos pelos sujeitos em função do valor que atribuem à vida humana, delimitados argumentativamente por proposições formadoras da visão que se tem do suicídio na sociedade atual.

Quanto a esses aspectos formadores dos pontos de vista dos sujeitos, Agrest (2010) apresenta aqueles relacionados à economia, ao avanço da ciência e à desmistificação da fé. Nessa disposição dos fatores, o sentido atribuído à vida sofre variação segundo a noção de produtividade admitida hoje e a que era admitida no passado. Aliado aos avanços tecnológicos, da ciência e da medicina, esse novo sentido tirou a visão natural da morte e esta passou a ser julgada com base na luta contra enfermidades crônicas e enfermidades terminais, as últimas consideradas “batalha perdida”, fazendo com que a vida perdesse seu valor, ou que as pessoas perdessem a fé na vida, à medida que a morte era vista como inevitável. Seguindo o que afirma Agrest (2010), para o ato suicida, a minimização da morte se expressou em quatro práticas sociais: a) primeiramente pela incorporação do sentido de morrer como um ato sem grandes consequências. A morte se impõe assim como a vida e o

sujeito pouco a pouco fica seguro sobre a decisão da morte voluntária; b) pela separação entre vida e morte – a morte que era sagrada, designada por Deus, passa a ser sinônimo de fracasso na sociedade da produção. Derrotada pela medicina, na sociedade do consumo, a morte é vista como penosa e antiestética para uma sociedade hedonista e ligada à imagem, à beleza, arrogantes frente à realidade da morte; c) relacionada ao tópico anterior, a dessacralização da morte ocorre pela mudança de valores em relação ao passado. Ao novo padrão de sociedade, menos voltado aos valores religiosos, a morte não é mais tida como vontade de Deus; d) por fim, acreditar que a morte não existe (negação da morte). Neste caso, há uma espécie de simplificação da morte e ampliação do sentido de matar/morrer como um ato merecido, em que matar ou se suicidar pela crença de se estar fora dos modelos sociais existentes é perfeitamente aceitável ou uma lei maior.

A título de exemplo, para outras culturas menos ocidentalizadas nesses aspectos, como citado no início dessa seção, os pontos de vista e comportamentos discursivos dos sujeitos suicidas são expressos segundo leis e tabus que caracterizarão o suicídio com base no abandono do sentido atribuído à nossa própria existência e revelado por fundamentos históricos e culturais. Nesse sentido, segundo Agrest (2010), toda referência ao suicídio entre esses indivíduos reflete atitudes e incômodos sociais inerentes a cada época e a sua cultura. No oriente, por exemplo, a prática da morte voluntária era vista como nobre. No *harakiri*, a desonra de um guerreiro samurai o condenava à morte em plena subordinação ao amo. Na mesma cultura, em uma ordenação social mais recente, principalmente no grupo masculino, a desonra reflete-se em uma atitude similar como uma adaptação ao modelo produtivista das últimas décadas em que não é admitido fracasso profissional. Outras culturas na Oceania e África viam o suicídio de maneira diferente das culturas orientais. Para os hindus não se tratava da subordinação do guerreiro ao amo, mas da esposa ao marido pelo *suttee*, demonstração do amor conjugal, mas também, por outro lado, aliada à miserável condição social da esposa após a morte do marido.

Como um padrão prévio do que se pode encontrar nos documentos, na cultura ocidental está profundamente arraigada uma marca religiosa cristã que liga o sentido de suicídio às práticas condenáveis em que a morte voluntária seria considerada uma espécie de “ruína a si próprio” e desencadearia uma série de sofrimentos e penalizações em uma outra vida (alma, espiritual). O cristianismo

renega a prática suicida, a qual, ao ser propagada no ocidente, trouxe consigo a doutrina da santidade da vida humana, dádiva divina, bem dado por Deus e só tirado por ele. Dentro do dogma cristão, a escolha pela morte voluntária ocasiona tormentos eternos e condenação da alma com base em leis que regulam e castigam essa conduta. Em uma breve exemplificação dessa tradição de impedimento ao livre arbítrio da morte, no passado, pela lei eclesiástica da Idade Média, o suicida não poderia ser enterrado em solo sagrado, além disso, haveria confisco de seus bens e propriedades. Nos períodos posteriores à Idade Média, partes das leis provenientes das práticas cristãs foram transferidas e/ou ligadas a outras leis capitalistas. Era a ascensão do fator econômico em relação ao religioso anteriormente citado. No imaginário social essa mudança instituiu um regime de valores de autoexigência cobrada e transmitida aos familiares do suicida, com alguns exemplos representativos do lugar do suicida e de sua família na sociedade contemporânea da lógica mercadológica. Segundo essa autoexigência, o sujeito que deixa a vida por sua vontade escapa de suas obrigações, ou seja, comporta-se de forma irresponsável com sua nação. No Japão ocidentalizado, essa conduta era tão expressiva que era convencionado que um suicida transmitiria sua dívida de trabalho à família, devendo um ente próximo assumir sua função, fato ocasionado principalmente pela sucessão de suicídios na construção da ferrovia do *Chuo Shinkansen*, em que alguns pontos eram conhecidos como preferidos dos suicidas (STROM, sd. apud AGREST, 2010).

Como parte da conduta sócio-histórica dos sujeitos, esse histórico de valores e crenças gerou parte do que é admitido hoje e do que se acredita ser socialmente aceitável ou não em relação à morte voluntária. Diferentemente do local de ocorrência e dos princípios culturais formadores dos pontos de vista do suicídio para os sujeitos, a morte voluntária, grosso modo, constituiu-se um tabu e motivo de preconceito na sociedade contemporânea globalizada. Um ato, no consenso geral influenciado por dogmas religiosos, castigável, incompreendido, e que denota parte da incapacidade dos sujeitos frente à morte autoinfligida. Nos poucos casos em que o suicídio assume sentido próximo aos modelos do passado, como, por exemplo, meio de resgate da honra, sua acepção alterou-se consideravelmente junto aos ideais modernos, sinalizando uma luta contra os modelos da cultura de massa. O homem bomba é um exemplo de suicida que tem se tornado mais frequente, um indivíduo que se revolta contra um grupo de pessoas, ou um país, representando um

ideal que o leva a oferecer a própria vida, um neomodelo kamikaze motivado pela fé e pela intolerância. Estão também cada vez mais frequentes notícias, em diferentes países como Alemanha, Estados Unidos e até mesmo no Brasil, de jovens e adolescentes que têm se envolvido em massacres em série seguidos de suicídio em instituições escolares e pontos de aglomeração de jovens, além da propagação de comunidades em redes sociais que propõem massacres seguidos de suicídio sob o *slogan* “Eu não pertenço a este mundo”, ou correlacionados². No regime de leis, tradições eclesásticas e provenientes das constituições socioeconômicas pós Idade Média passaram com o tempo à tradição legislativa do Estado, o que levou mais tarde a não conceituar o suicídio e a tentativa de suicídio como crime.

Esses dados foram compilados por Agrest (2010), segundo investigações de outros autores e estatísticas que revelaram dois campos distintos de crenças verdadeiras ou falsas em relação ao suicídio. Os registros discursivos de crenças dos sujeitos são divididos pela autora em crenças fundadas e crenças infundadas relativas às causas e motivações do suicídio, que neste trabalho serão retomados a partir dos fundamentos teóricos nas seções seguintes. As **crenças fundadas** se apoiam em princípios estatísticos apresentados em diferentes estudos de órgãos governamentais, sendo assim sustentadas como fatos ou verdades em que se assume uma pretensão de validade:

- a) O suicídio ocupa um dos primeiros postos entre as causas de morte;
- b) O suicídio é a manifestação de um transtorno mental;
- c) O álcool e as drogas contribuem para o risco de suicídio;
- d) Pessoas mais velhas se suicidam mais que as jovens;
- e) Metade das pessoas já pensou em suicídio;
- f) Os homens se matam mais que as mulheres;
- g) O suicídio é um ato comum na comunidade gay;
- h) Os imigrantes se suicidam, as minorias étnicas não;
- i) O matrimônio ajuda a preservar a vida;
- j) O trabalho protege contra o suicídio;
- l) Há famílias com uma clara tendência ao suicídio;
- m) O suicídio é contagioso.

² Esse *slogan* apareceu na maioria das pesquisas realizadas em algumas comunidades virtuais na época de coleta dos documentos, sendo também observada a política em alguns *sítes* de excluir essas comunidades (comunidade em www.orkut.com › [Início](#) › [Comunidades](#) › [Outros](#), acesso em 30/04/2012).

Por outro lado, as **crenças infundadas** seriam as não validadas por estatísticas, mas que têm sua manutenção por meio de mitos e tabus que rodeiam o suicídio como uma prática socialmente estigmatizada, ligada sobretudo aos valores dos indivíduos. Apesar de não serem validadas, essas crenças também apresentam proposições que fundamentam a argumentação dos sujeitos.

- a) O suicídio é um hábito de algumas nações;
- b) O suicídio se encontra necessariamente unido ao amor juvenil (o mito de Romeu e Julieta);
- c) As pessoas geralmente se suicidam no inverno;
- d) As pessoas se suicidam à noite;
- e) Quem já tentou suicídio uma vez, não tentará novamente;
- f) As pessoas se matam com abuso de medicamentos.

Fundadas ou não, no tocante à argumentação e a uma hipótese do trabalho, o suicida (nos casos analisados), no limite dessas e outras crenças (as quais se pretende discutir nos capítulos de análise) elaboraria um discurso de relativa estabilidade e direcionando-se à exclusão social, justificando suas ações, deixando de forma documental escrita seus motivos, fatos e suas crenças. Isso levaria à dúvida se nesses documentos seriam realmente apresentados dados de motivação das ações desses sujeitos. Em caso afirmativo, essas motivações poderiam ser definidas como teses relacionadas às imagens sociais desses suicidas e do ato suicida.

Esses dados permitem delimitar outras hipóteses secundárias. Supõe-se, primeiramente, que o sujeito empírico do discurso oculta-se em um tipo de *ethos* segundo o tipo de ação suicida na qual se inscreve (girando em torno dos motivos para o suicídio como a lassidão de viver, o suicídio por protesto, a alteridade de caráter, uma autopunição, entre outras) e posiciona-se no sentido de negar uma crença socialmente construída sob valores religiosos e/ou econômicos (discutida nos parágrafos anteriores), aprisionando o interlocutor.

Como pode ser visualizado pela própria terminologia empregada, toda a problemática concentra-se na utilização de conceitos provenientes de duas abordagens específicas, primeiramente pontos de Linguística Textual, delineados com tópicos de análise discursiva e, principalmente, da Retórica/Nova Retórica a partir do momento em que se empregam os conceitos de acordo e *ethos*. Essa orientação já responde à questão desses discursos envolverem predominantemente

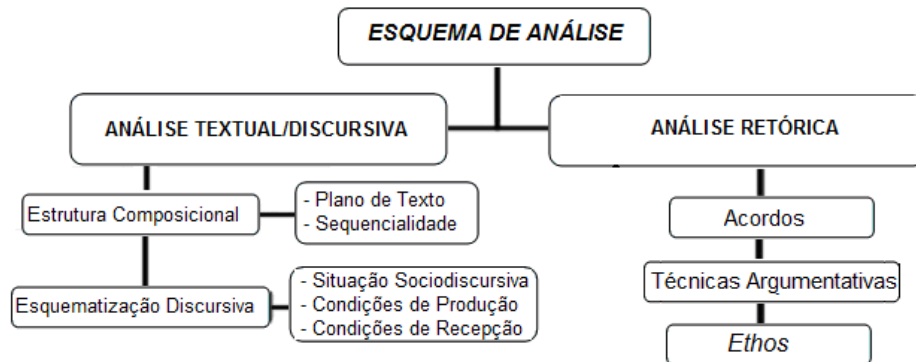
a argumentação, uma vez que se imprime aos documentos analisados uma relação de acordo. Contudo, as outras instâncias definidas como hipóteses ainda necessitam ser provadas.

1.2. LIMITES DAS ANÁLISES TEXTUAL/DISCURSIVA E RETÓRICA

Em todos os momentos, teve-se dúvida quanto ao modelo de análise que pudesse dar conta do *corpus* e, ao mesmo tempo, abarcar questões de interesse da pesquisa que foram delineadas e organizadas pelos fundamentos teóricos. Alguns dos pressupostos inicialmente selecionados tiveram que ser abandonados em função do foco que foi sendo traçado a partir de uma pré-análise dos primeiros documentos textuais coletados. Nesse sentido, a pretensão de uma análise puramente textual foi abandonada em função da identificação de aspectos retóricos e discursivos relevantes para a compreensão e leitura do material coletado.

As premissas identificadas nas primeiras observações do *corpus*, a serem ampliadas segundo os dados das crenças fundadas e infundadas de Agrest (2010), permitiram escolher e delimitar limites em que se acreditou ser representativa uma análise textual/discursiva e retórica. Criou-se com base nessas observações um modelo de análise inspirado em análises realizadas por Jean-Michel Adam (ADAM 2008 e ADAM, HEIDMANN & MAINGUENEAU, 2010), alterando-se alguns pontos. Dividiram-se, por exemplo, os limites da análise em dois planos, textual/discursivo e retórico. No textual/discursivo, direcionou-se à descrição de aspectos composicionais e provenientes das atividades sociodiscursivas da linguagem. No retórico, inseriram-se conceitos provenientes da Retórica e da Nova Retórica com vistas às escolhas dos argumentos e às projeções *ethos*, *pathos* e *logos*. Conforme a seleção do quadro teórico, criou-se um esquema de análise (esquema 1), sob duas projeções complementares: a textual/discursiva e a retórica, retomadas e articuladas em uma tentativa de estabelecer um quadro de reflexão sobre o *corpus* coletado.

Esquema 1: Esquema de análise

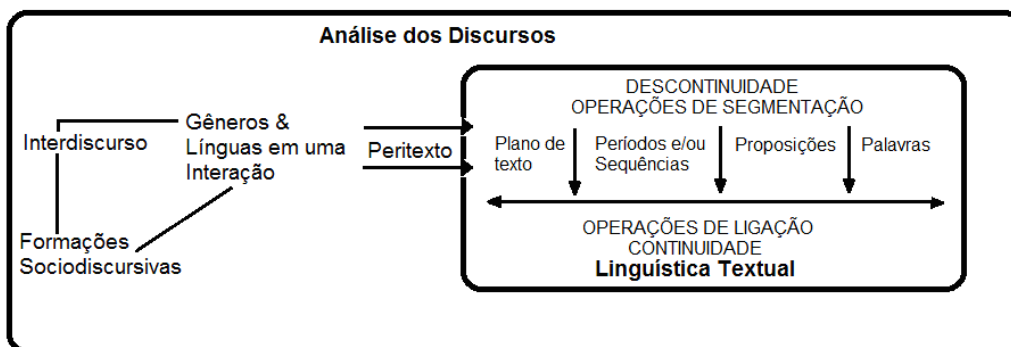


O esquema é desenvolvido por uma união de campos de análise complementares: um textual/discursivo (ADAM 2008 e ADAM, HEIDMANN & MAINGUENEAU, 2010) e outro de análise retórica com incorporação do conceito de acordo da Nova Retórica e de *ethos* para a Retórica Clássica, aproximando esse conceito ao de *ethos* discursivo de Maingueneau (sem adentrar na AD). No quadro, utilizou-se o modelo de Adam (2008), adotando-se uma organização da análise que torna o campo discursivo e o textual como complementares. Assim, no que abrange uma análise textual, descrevem-se, dentro do *corpus* colhido, aspectos de sua estrutura composicional com base na sequencialidade dominante e sua combinação em planos de texto e, por fim, a explicitação do processo de esquematização discursiva. Após essa seleção, adicionaram-se às análises algumas noções da Retórica e da Nova Retórica para o campo da argumentação, que, em última observação, tornaram-se reveladoras para a análise discursiva.

O modelo textual/discursivo de Adam (2008; 1999) estabelece critérios de análise com base na relação entre gênero, interdiscurso e formações discursivas os quais se adota para tratar dos documentos produzidos por suicidas. No decorrer de seus trabalhos, Adam (2008) desenvolveu uma abordagem que busca inserir a Linguística Textual no campo da Análise de Discursos. O autor propõe o que chama de uma Linguística Textual desvincilhada de uma gramática de texto, utilizando-se da análise de discurso (emancipada da Análise do Discurso francesa) como fonte para suas análises. Seu recorte abrange parte da Análise do Discurso de Maingueneau e envolve a separação e a complementaridade das tarefas e dos objetivos da Linguística Textual e da análise de discurso, em que a Linguística Textual (LT) se fixa em um subdomínio da análise das práticas discursivas (ADAM, 2008, p. 43). Segundo o autor, há um campo maior da análise dos discursos em que

estaria o interdiscurso (ligado às formações sociodiscursivas), seguido dos gêneros e línguas em uma interação e em uma fronteira entre o subcampo da Linguística Textual e o discurso, o peritexto³ (esquema 2).

Esquema 2: Espaço dos campos textual e discursivo



Fonte: Adam (2008, p.43)

Segundo o esquema, os textos são entendidos em sua dimensão social, inseridos em redes institucionais de diferentes grupos sociais que demandam diferentes corporalidades a partir da situação de enunciação. A produção dos textos está ligada às representações construídas sobre a ação dos sujeitos com suas intenções, motivações e conteúdos somados às representações dos gêneros disponíveis no interdiscurso (lugar onde constroem seu significado com base em outros discursos) que, grosso modo, corresponderia ao discurso em relação com outros discursos, formando um conjunto de discursos em um mesmo campo ou em campos distintos. Os gêneros de texto são entidades caracterizadas como de variedade infinita, podendo surgir, evoluir e até mesmo desaparecer ao longo do tempo. Com base, por exemplo, na cultura e/ou atividade humana, podem alterar seu formato e sofrer variação por diferentes aspectos e serem caracterizados pelos princípios configurativos: **centrípeto de identidade** com um núcleo normativo voltada ao passado e repetição de regras; **centrífugo da diferença** relacionado a aspectos futuros e a variação no que diz respeito às regras. Além disso, os gêneros influenciam nos níveis de textualização em dois polos, um de regularidades representadas pelos gêneros e outro de variações, cuja base estaria nas atividades enunciativas dos sujeitos (ADAM, 1999).

³ Fronteira entre os textos e as formas discursivas em que se evoca a complexidade pragmática das condições de produção e recepção.

Para Adam (1999), seria dentro das práticas sociodiscursivas, ou seja, em um contexto de interação, envolvendo atividades discursivas entre os falantes/produtores e os ouvintes/interpretadores que os gêneros estariam manifestos⁴. Nessa projeção, na delimitação da noção de gênero, o autor se utiliza do conceito de formação discursiva, formulado inicialmente por Foucault e reformulado por Pêcheux para a AD. As formações discursivas seriam posições político-ideológicas presentes entre as classes sociais, não compostas por indivíduos, mas de formações manifestas em relações de domínio ou aliança, estritamente dominada pelo interdiscurso. Adam (2008) afirma que há ligação entre as formações sociodiscursivas e os gêneros presentes na perspectiva de Pêcheux. Citando Karlheinz Stierle (1977), Adam (2008, p.45) afirma que nos gêneros de discurso⁵ estariam as “estabilizações públicas e normativas”, caracterização formal dos discursos em profunda interação, operando em um quadro de sistema de gêneros de cada formação discursiva.

Na análise voltada à questão discursiva, pretende-se demonstrar, com base nos pressupostos a respeito dos gêneros e das instituições do texto, que a enunciação do suicida é ancorada em encadeamentos argumentativos mais ou menos estáveis, com o objetivo de construir uma realidade com vistas a justificar o ato. Tem-se, em linhas gerais, um enunciador em uma situação de produção específica, que define seu discurso e ponto de vista, mune-se de argumentos que são fruto de suas crenças e produz uma interlocução final, com uma intenção discursiva característica e que também suscita uma definição e delimitação particulares. Nesse contexto de produção algumas questões-problema se interpõem, por exemplo: como se caracterizam textual e discursivamente as produções verbais escritas de um indivíduo que procura deixar a um ou vários coenunciadores uma última expressão de sua palavra? Quais esquematizações discursivas podem ser traçadas no sentido de seu regime de materialidade e de esquematização resultado no microuniverso construído pelo suicida? Nas questões concernentes à Retórica e

⁴ A definição de gênero de Adam (1999) parte do que é discutido por François Rastier, aproximando o gênero ao discurso.

⁵ Salienta-se a distinção gênero do discurso e gênero de discurso. O conceito de “gênero de discurso” utilizado por Adam (2008) é discutida por Bronckart (2009, p.141) que afirma que ao transformar a noção de “gênero do discurso” para “gênero de discurso” para designar as diferentes espécies de textos atestáveis, Adam anula a distinção de nível ou ordem do programa de Volochinov entre o agir linguageiro (ou discurso) e o texto. Dessa forma, Adam acaba fazendo uma “correspondência biunívoca entre espécies de discursos/atividades e espécies de texto”. Apesar dessa ocorrência, tal observação não anule o trabalho de Adam.

Nova Retórica, tendo em vista o pressuposto da construção de imagem do orador no discurso com base na imagem que ele tem de seu auditório, qual tipo de representação do *ethos* e do *pathos* é construída discursivamente? Como se caracteriza e que tipo de acordo fundamenta o discurso? Pretende-se que esses questionamentos sejam respondidos no interior das discussões, nas próximas seções do estudo, pelos campos textual e discursivo.

Voltando ao esquema 1, campo textual/discursivo, os fundamentos serão descritos com base em sua caracterização composicional – domínio sequencial e de plano de texto. Tendo em vista esses conceitos, delimita-se na análise a definição da intenção discursiva dos documentos, obtida por meio dos atos de discurso e valor performativo dos enunciados. Um segundo momento contará com a elaboração da esquematização discursiva com objetivo de ressaltar uma organização interna, traçando a situação sociodiscursiva, as condições de recepção e de produção, elementos que serão abordados no capítulo II.

A análise retórica contará com a integração de conceitos da Retórica e Nova Retórica. No que se refere ao acordo e ao estabelecimento do discurso frente aos tipos de argumento, utiliza-se Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) em diálogo com o que discute Reboul (2004) e alguns comentários de Breton (2003; 1999). Vale ressaltar que o que é discutido por Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) e Reboul (2004) não foi primeiramente delineado com vistas ao tipo de análise proposto neste estudo, mas direcionado aos discursos jurídico e filosófico. Contudo, o “*Tratado da Argumentação*” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996) é uma obra que se tornou clássica e uma síntese do pensamento aristotélico ao falar da argumentação sob fins analíticos, sendo uma referência no assunto e podendo ser adaptada a diferentes áreas de estudo da argumentação e à descrição de um *corpus*. Abre-se, em seguida, um prolongamento das análises com a utilização do conceito de *ethos* delineado com base na Retórica Clássica, aproximando em sentido de complementaridade ao que discute Maingueneau (2005; 2006) a respeito do *ethos* discursivo, buscando caracterizar o tipo de discurso e o suporte utilizado, assim como dados relativos à enunciação.

1.3. CRITÉRIOS DE CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* E DESCRIÇÃO DO TRATAMENTO DOS DADOS

1.3.1. O *Corpus*

O material empírico a ser utilizado na pesquisa se caracterizou, a princípio, por diferentes documentos textuais escritos por suicidas, os quais seriam coletados nos mais variados meios de divulgação disponíveis ao pesquisador. Entretanto, ao se deparar com algumas particularidades desses textos e com a própria dificuldade de encontrar uma amostragem real e significativa, buscaram-se fontes que possibilitassem atestar sua validade e viabilizar a pesquisa. A busca de fontes em ambientes virtuais (sites de relacionamento, notícias, comunidades virtuais) mostrou-se falível, pois, em alguns casos, foram encontrados obstáculos na verificação da veracidade dos documentos, como também falta de acesso a informações sobre o autor empírico e o contexto de produção, além dos limites éticos para a realização do estudo. Finalmente, foram estipulados alguns critérios para a coleta dos documentos: em primeiro lugar, foram selecionados documentos que fazem parte de inquéritos policiais ou de algum tipo de arquivo; em ambientes virtuais ou impressos foram considerados aqueles que foram incluídos em notícias divulgadas em mais de um periódico de circulação nacional ou regional, sendo, portanto, de domínio público. Nesse sentido, as buscas se concentraram nas informações constantes em diferentes bases de consulta que foram catalogadas.

Nas pesquisas via internet foi encontrado um pequeno número de documentos (fontes virtuais e impressas) de casos que tiveram exposição em âmbito nacional, personalidades de “vida pública” (modelos, atrizes) e também casos muito divulgados pela mídia, sem que o enunciador fosse conhecido até o suicídio. Nas buscas em inquéritos policiais, nas quais se esperava obter um maior número de documentos, foram verificadas barreiras jurídicas que impediam sua utilização: em primeiro lugar, restrição ao acesso de casos de suicídio recentes, na medida em que correm em segredo de justiça; em segundo lugar, a necessidade de autorização das famílias das vítimas, uma vez que não se tratava de fontes de domínio público e que, por dificuldade de acesso, inviabilizariam a pesquisa. A observação desses aspectos levou, em contrapartida, à informação sobre inquéritos disponíveis para consulta em arquivos públicos e municipais que, pelo tempo de arquivamento, poderiam ser consultados.

Para as citações e a apresentação das análises, todos os textos selecionados para as pré-análises e análises da segunda parte da pesquisa terão a identificação de T⁶, seguida do número que corresponde à ordem de localização e transcrição. Após essa identificação, cada texto receberá, conforme informações disponíveis, uma apresentação de parte de seu contexto de produção como: local da fonte coletada, ano, data e aspectos gerais descritos nas fontes tais como datas, onde estava, tipo de materialidade, entre outras. Cada documento terá internamente uma ordenação que obedecerá à pontuação original, sendo sempre após o ponto uma apresentação numérica crescente entre colchetes. Destaca-se que, para algumas produções, em função da falta de pontuação por opção do próprio produtor, essa numeração poderá ser imprecisa ou ausente. Textos de um mesmo autor, com mais de uma parte ou subdividido em mais de uma composição, serão identificados com a letra T, seguida do número de identificação e uma letra em ordem alfabética, exemplo, T1A, T1B, e assim por diante.

1.3.2. Coleta do *corpus*

Como dito anteriormente, inicialmente a pesquisa apresentou-se com alguns aspectos inviabilizadores concernentes à localização e coleta dos materiais textuais para a composição do *corpus* de análise. Após várias tentativas e contatos, fez-se uma busca em documentos no Arquivo Público, Arquivo Nacional e Museu da Justiça no Rio de Janeiro. Somente foram encontradas ocorrências no Arquivo Público e no Arquivo Nacional. A opção pela cidade do Rio de Janeiro se deu pela facilidade de acesso do pesquisador e pelo fato de a cidade apresentar numerosas fontes textuais em razão de ter sido Distrito Federal até parte do século XX. A grande maioria de documentos textuais produzidos por suicidas foi localizada no Arquivo Nacional, sendo que no Arquivo Público foi localizada somente uma ocorrência, a Carta Testamento de Getúlio Vargas.

A busca e coleta dos documentos disponíveis para consulta pública se concentraram em autos criminais de pretorias do Rio de Janeiro, organizados em índices (onomásticos e criminais) das séries: Processo Criminal, Inquérito Policial e Infrações Sanitárias. Dentre os autos criminais foram selecionados autos de inquéritos policiais que apresentavam ocorrências de suicídio (Artigo 299 do código

⁶ Ver quadro 1.

penal da época) e também ocorrências de tentativas de suicídio. A inclusão das tentativas de suicídio na busca foi motivada por esta poder ser uma fonte de dados e que poderiam hipoteticamente trazer informações discursivas de contraste entre suicídios consumados e tentados. Os autos de inquéritos criminais foram dispostos na época em pretorias criminais (primeira à vigésima primeira) entre os anos de 1890 a 1940, não contemplando uma ordem cronológica entre a primeira e a última no que se refere aos anos demarcados, conforme anexo 1, que traz uma organização esquemática das pretorias na época. A busca foi realizada em livros coligidos, impressos e disponíveis para consulta no Arquivo Nacional. Nem todas as pretorias foram encontradas, pois suas localizações apresentavam-se incertas até o momento da pesquisa, podendo até terem se perdido, segundo informações não formais. Esses documentos também não foram localizados em outras buscas realizadas no Museu da Justiça do Rio de Janeiro. A demarcação do período (1890 a 1940) não foi um recorte prévio, mas necessário, uma vez que a maioria dos inquéritos mais recente que poderia conter o material desejado não pôde ser consultada por correr em segredo de justiça, ou necessitar de outros tipos de autorização.

A relação dos autos de inquéritos localizados que relatam suicídios e tentativas de suicídio pode ser visualizada abaixo. Foram consultados 113 inquéritos de suicídio e 38 inquéritos de tentativas de suicídio, organizados nas pretorias que estão disponíveis no Arquivo Nacional e aqui dispostos por ano e notação.

a) Inquéritos de suicídios consultados

3ª Pretoria freguesia de São Antonio e Sant'ana (1912 – 1940)

1912- 6Z 25, 1912- 6Z 77, 1912- 6Z 107, 1916- 6Z 2392, 1918- 6Z 3751, 1919- 6Z 4264, 1927- 6Z 9894, 1928- 6Z 10844, 1919- 6Z 12637, 1929- 6Z 12775, 1930- 6Z 13805, 1931- 6Z 15204, 1931- 6Z 15236, 1931- 6Z 15239, 1932- 6Z 16207, 1933- 6Z 16758, 1933- 6Z 16777, 1933- 6Z 16784.

5ª Pretoria freguesias do Espírito Santo e Engenho Velho (1912 – 1940)

1912- 70 8, 1912- 70 22, 1913- 70 574, 1914- 70 1067, 1914- 70 1072, 1914- 70 1076, 1914- 70 1087, 1915- 70 1519, 1916- 70 1888, 1920- 70 3442, 1920- 70 3497, 1921- 70 3967, 1922- 70 4476, 1926- 70 6051, 1926- 70 6064, 1927- 70 6609, 1930- 70 10530, 1930- 70 10538, 1930- 70 10539, 1930- 70 10567, 1930- 70 10632, 1930- 70 14385, 1930- 70 15158

5ª Pretoria freguesia de Santo Antonio (1890 – 1911)

1907- OI 2945, 1911- OI 3019.

6ª Pretoria freguesia de São Cristovão e Engenho Novo (1912 – 1932)

Nenhum Registro

7ª Pretoria freguesia de Inhaúma, Irajá e Jacarepaguá (1912 – 1922)

1912- 72 106

8ª Pretoria freguesia de Sant'ana (1895 – 1911)

1896- OR 211, 1901- OR 1584, 1904- OR 3147, 1906- OR 4718, 1906- OR 4886, 1909- OR 7312, 1911- OR 8191, 1911- OR 8203.

8ª Pretoria freguesia de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz (1915 – 1938)

1930- 73 426, 1931- 73 627, 1931- 73 661, 1931- 73 680, 1933- 73 1052, 1936- 73 1699.

9ª Pretoria freguesia de Sant'ana (1890 – 1895)

Nenhum Registro

9ª Pretoria freguesia do Espírito Santo (1895 – 1912)

1908 T7 839, 1908 T7 856, 1909 T7 1113, 1909 T7 1138, 1911 T7 1499.

10ª Pretoria freguesia do Espírito Santo (1891 – 1895)

Nenhum Registro

10ª Pretoria freguesia de São Cristovão (1895 – 1911)

Nenhum Registro

11ª Pretoria freguesia de São Cristovão (1891 – 1894)

Nenhum Registro

11ª Pretoria freguesia de Engenho Velho (1895 – 1912)

1903- T8 1167, 1903- T8 1170, 1903- T8 1406, 1904- T8 1435, 1905- T8 1795, 1907- T8 2269, 1908- T8 2721, 1908- T8 2747, 1909- T8 3256, 1909- T8 3260, 1909- T8 3264, 1909- T8 3281, 1909- T8 3297, 1909- T8 3299, 1909- T8 3308, 1910- T8 3607, 1911- T8 3821, 1911- T8 3824.

12ª Pretoria freguesia de Engenho Velho (1890 – 1895)

Nenhum Registro

12ª Pretoria freguesia de Engenho Velho (1895 – 1911)

1907- 7E 1446, 1908- 7E 1600.

13ª Pretoria freguesia de Engenho Novo (1890 – 1894)

Nenhum Registro

13ª Pretoria freguesia de Inhaúma (1895 – 1912)

1900 MW 262, 1905 MW 1217, 1908 MW 1876, 1908 MW 1881, 1908 MW 2007, 1908 MW 2139, 1908 MW 2143, 1908 MW 2161, 1908 MW 2164, 1908 MW 2174, 1908 MW 2190.

14ª Pretoria freguesia de Irajá e Jacarepaguá (1895 – 1912)

1896- 7G 20, 1897- 7G 45, 1907- 7G 627, 1909- 7G 1239, 1909- 7G 1242, 1909- 7G 1261, 1909- 7G 1281, 1910- 7G 1352, 1910- 7G 1430, 1910- 7G 1433, 1911- 7G 1465.

15ª Pretoria freguesia de Irajá (1891 – 1894)

Nenhum Registro

15ª Pretoria freguesia de Campo Grande Guaratiba e Santa Cruz (1895 – 1910)

1896- 7H 23, 1904- 7H 478, 1907- 7H 802.

18ª Pretoria freguesia de Guaratiba (1890 – 1895)

Nenhum Registro

19ª pretoria freguesia de Guaratiba (1891 – 1894)

Nenhum Registro

20ª pretoria freguesia de Santa Cruz (1890 – 1895)

Nenhum Registro

21ª pretoria freguesia de Campo Grande (1890 – 1895)

Nenhum Registro

b) Inquéritos de tentativas de suicídio consultados

3ª Pretoria freguesia de São Antonio e Sant'ana (1912 – 1940)

1912- 6Z 3, 1915- 6Z 1811, 1915- 6Z 1825, 1917- 6Z 3009, 1928- 6Z 10877, 1928- 6Z 10950, 1931- 6Z 15238.

5ª Pretoria freguesias do Espírito Santo e Engenho Velho (1912 – 1940)

1913- 70 632, 1922- 70 4475, 1928- 70 7931, 1929- 70 9451, 1930- 70 10534, 1931- 70 12151.

5ª Pretoria freguesia de Santo Antonio (1890 – 1911)

1903- OI 2892.

6ª Pretoria freguesia de São Cristovão e Engenho Novo (1912 – 1932)

Nenhum Registro

7ª Pretoria freguesia de Inhaúma, Irajá e Jacarepaguá (1912 – 1922)

1912- 72 43

8ª Pretoria freguesia de Sant'ana (1895 – 1911)

1901- OR 1646, 1901- OR 1673, 1901- OR 1675, 1909- OR 7011.

8ª Pretoria freguesia de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz (1915 – 1938)

1931- 73 530, 1931- 73 570, 1933- 73 1110.

9ª Pretoria freguesia de Sant'ana (1890 – 1895)

Nenhum Registro

9ª Pretoria freguesia do Espírito Santo (1895 – 1912)

1908 T7 813, 1908 T7 863.

10ª Pretoria freguesia do Espírito Santo (1891 – 1895)

Nenhum Registro

10ª Pretoria freguesia de São Cristovão (1895 – 1911)

1901 7C 411

11ª Pretoria freguesia de São Cristovão (1891 – 1894)

Nenhum Registro

11ª Pretoria freguesia de Engenho Velho (1895 – 1912)

1909- T8 3261, 1909- T8 3277, 1911- T8 3868.

12ª Pretoria freguesia de Engenho Velho (1890 – 1895)

Nenhum Registro

12ª Pretoria freguesia de Engenho Velho (1895 – 1911)

1906- 7E 1116.

13ª Pretoria freguesia de Engenho Novo (1890 – 1894)

Nenhum Registro

13ª Pretoria freguesia de Inhaúma (1895 – 1912)

1908 MW 1915, 1908 MW 2176.

14ª Pretoria freguesia de Irajá e Jacarepaguá (1895 – 1912)

1903- 7G 296, 1905- 7G 473, 1909- 7G 1203, 1911- 7G 1594.

15ª Pretoria freguesia de Irajá (1891 – 1894)

Nenhum Registro

15ª Pretoria freguesia de Campo Grande Guaratiba e Santa Cruz (1895 – 1910)

1899- 7H 119, 1904- 7H 448, 1907- 7H 853.

18ª Pretoria freguesia de Guaratiba (1890 – 1895)

Nenhum Registro

19ª Pretoria freguesia de Guaratiba (1891 – 1894)

Nenhum Registro

20ª Pretoria freguesia de Santa Cruz (1890 – 1895)

Nenhum Registro

21ª Pretoria freguesia de Campo Grande (1890 – 1895)

Nenhum Registro

Todos os inquéritos acima foram requisitados para consulta para verificar a possível ocorrência de qualquer anexo textual deixado por suicidas ou por indivíduos que tentaram suicídio. A busca permitiu encontrar vários documentos que correspondiam ao objeto primeiro pretendido e que revelaram outros documentos textuais não esperados, como cartas de correspondências amorosas, bilhetes e materiais de familiares e de outros sujeitos que mantinham algum tipo de relacionamento com ligação direta com o suicídio tentado ou consumado (não analisados nessa pesquisa).

Outras ocorrências de documentos foram encontradas em sites de notícias de periódicos *on line* e de circulação impressa em âmbito nacional. Contudo, selecionou-se apenas um caso divulgado em domínio público entre as notificações dos suicídios. O documento selecionado apresenta um sujeito empírico conhecido socialmente por sua exposição na mídia, podendo contribuir como uma amostra diferencial das encontradas nos inquéritos policiais. O grupo social ao qual o autor

pertence, bem como a data e/ou período de produção foram descritos, organizados e analisados segundo a particularidade do exemplar. Nesse material, decidiu-se pela omissão de nomes ou qualquer tipo de identificação pessoal, apresentando-se somente as informações pertinentes aos objetivos do presente estudo. Contudo, foram preservadas características que poderiam contribuir no momento da análise.

Para a análise dos materiais coletados optou-se pela seleção – para uma análise mais detalhada – dos exemplares que trouxessem maior número de informações quanto à situação sociodiscursiva de produção, observando-se sua extensão, características do autor empírico, tipo de motivação exposta e legibilidade. Os demais documentos foram analisados em função de particularidades que pudessem determinar algum tipo de peculiaridade ou contribuir à generalização de algum apontamento realizado entre as discussões. Nesse sentido, a disposição das análises (quadro 1) atenta para uma organização cronológica de todos os documentos coletados. A contar pelas singularidades de cada situação de produção, defrontou-se com certa dificuldade de seleção, contudo, priorizou-se uma organização pelo maior número de informações em relação ao tipo de particularidade da análise, conforme segue:

Quadro 1: disposição geral dos documentos coletados

Nº do documento	Local e ano de produção	Motivações para o suicídio ou tentativa de suicídio	Características do autor (sexo, idade, profissão...)	Gênero e suporte
T8	Rio de Janeiro 1896	Prova de amizade.	Mulher, sem idade definida.	Uma carta manuscrita em papel almaço.
T13	Rio de Janeiro 1903	Desgostos na família – tentativa de suicídio.	Homem, 19 anos, solteiro, telegrafista.	Carta manuscrita em papel de carta.
T9	Rio de Janeiro 1903	Problemas financeiros – suicídio.	Homem, Major da Guarda Nacional.	Carta Manuscrita em folha branca de papel sem linhas.
T17	Rio de Janeiro 1922	Problemas financeiros – suicídio.	Homem.	Carta manuscrita em folhas de caderno de caligrafia.
T7	Rio de Janeiro 1907	Separação – suicídio.	Homem, português.	Duas cartas manuscritas em papel branco sem linhas.
T10	Rio de Janeiro 1908	Motivo desconhecido – tentativa de suicídio.	Homem.	Bilhete manuscrito em um pedaço pequeno de papel branco sem linhas.
T14	Rio de Janeiro 1908	Motivo desconhecido Suicídio.	Homem.	Bilhete manuscrito em um pedaço de papel almaço ou pedaço de folha de caderno com linhas.
T11	Rio de Janeiro 1909	Paixão amorosa não correspondida – suicídio.	Homem, 22 anos.	Duas cartas manuscritas em papel almaço. Anexos os envelopes.
T12	Rio de Janeiro 1909	Motivo não informado, suicídio.	Homem, grisalho.	Uma carta dirigida ao delegado de polícia em papel timbrado empresarial com espaço para data.
T2	Rio de Janeiro 1909	Paixão amorosa não correspondida –	Mulher, viúva, mais de 40 anos,	Três cartas, duas em papel branco sem linhas e uma nas fases de papel

		Suicídio.	sem profissão definida, sem filhos.	seda. Marcas de revisão e mais de uma seção de abertura, lembrando o diário.
T5	Rio de Janeiro 1912	Prova de um favor, suicídio.	Homem, capitão da guarda nacional.	Bilhete em papel branco, sem linhas, manuscrito.
T6	Rio de Janeiro 1919	Paixão amorosa, suicídio.	Homem.	Carta em papel tipo alçaço manuscrito.
T16	Rio de Janeiro 1931	Casamento não consentido – suicídio.	Mulher, 19 anos, doméstica, negra.	Carta manuscrita em papel branco sem linhas.
T15	Rio de Janeiro 1931	Amor como argumento, dupla tentativa de suicídio.	Homem, soldado da polícia militar e sua companheira .	Bilhete/notas, escrito nas bordas do jornal <i>A Noite</i> .
T3	Rio de Janeiro 1933	Paixão amorosa não correspondida – suicídio.	Homem, casado, 43 anos, comerciante.	Duas cartas escritas em meia folha de papel alçaço.
T4	Rio de Janeiro 1954	Perseguição política – suicídio.	Homem, presidente da república, 72 anos.	Carta testamento, pronunciamento, papel datilografado.
T1	São Paulo 2009	O argumento Paz com Deus – suicídio. Categoria conceitual.	Mulher, atriz, 50 anos.	Carta, sem suporte original identificado. Colhido como parte de notícia de suicídio em ambiente virtual.

Observações prévias e gerais efetuadas na coleta do *corpus* indicaram que em seu plano composicional os documentos têm características gerais do gênero bilhete e carta pessoal/familiar, as quais serão descritas de forma mais apurada e detalhada em cada uma das análises na segunda parte da pesquisa. Adequando-se a esse tipo de situação sociodiscursiva de produção, a carta e o bilhete são gêneros que visam comunicar determinado assunto de forma escrita. De caráter pessoal, têm por função relatar assuntos variados e principalmente íntimos. Historicamente, a carta e o bilhete aparecem na literatura como um veículo personalizado de exposição de pensamentos e sentimentos, particularizando e descrevendo o enunciador e coenunciador. Sem perder seu cunho personalizado, estes gêneros podem ser utilizados para fins utilitários, industriais, comerciais, judiciais e, em diferentes situações, assumir funções particulares que as práticas discursivas humanas possibilitaram identificar. O objetivo comunicativo desses materiais é a ligação entre enunciador e coenunciador, sendo que, assim, podem, segundo seu assunto, assumir uma infinidade de funções discursivas além de apresentar uma sequencialidade heterogênea segundo essas funções. Mesmo apresentando particularidades, são elementos prototípicos aos seus planos de texto: descrições temporais e locativas, mensagem (assunto comunicado), desfecho, despedida e assinatura. Apesar de haver uma heterogeneidade frequente, sua caracterização, visualizada em perspectiva global pode, do ponto de vista do encadeamento de sequências (ADAM, 1997; ADAM, 2008), ser de combinação ou dominância das

sequências narrativa, argumentativa, explicativa, descritiva e até mesmo dialogal, quando expressam vozes marcadas do tipo: “você disse...”. Tais materiais demonstram certa proximidade estrutural e discursiva por revelarem principalmente características sociais, estilísticas e do comportamento dos autores.

CAPÍTULO II

ANÁLISE TEXTUAL/DISCURSIVA DAS PRODUÇÕES DE SUICIDAS

Desde o início da pesquisa, idealizou-se uma seleção de fundamentos que pudessem ser interligados e estivessem de acordo com o que mais recentemente vem sendo discutido na área de Linguística Textual. Nesse sentido, a leitura dos trabalhos de Adam mostrou-se decisiva para a escolha não de um modelo puramente textual ou puramente discursivo, mas textual/discursivo que tem ganhado *status* já há algum tempo no meio acadêmico por incorporar dois campos de estudo em um mesmo texto, traçando um paralelo entre o que é composicional e o que é discursivo, como poderá ser visualizado mais à frente. Nesse ponto, uma reorganização e nova delimitação do estudo foram necessárias a partir de observações gerais do *corpus*, que, pelo viés argumentativo, precisou ser complementado por outros conceitos advindos de áreas correlacionadas (Retórica e Nova Retórica) e que, sobretudo, esperou-se que corroborassem os objetivos pretendidos, como será apresentado no próximo capítulo.

Assim, neste capítulo serão abordados, dentro desses aspectos, princípios norteadores de uma análise textual/discursiva. Essa análise foi pensada e readequada em conformidade com a delimitação do estudo das produções de suicidas por um norte argumentativo, sobretudo, a formação do ponto de vista dos sujeitos sob os limites textual (composicional pelas sequências e plano de texto) e discursivo (esquemática discursiva). No que concerne às questões envolvendo o discurso, pretende-se, em um desmembramento do processo de esquematização discursiva, trazer pontos que apresentem uma relação comum com a análise do próximo capítulo (interface enunciador/orador, coenunciador/auditório, por exemplo). Parte-se de uma apresentação prévia de alguns conceitos elementares discutidos por Adam (2008), com o objetivo de entender os princípios de sua abordagem e estabelecer o caminho que se pretende desenvolver na pesquisa. Dessa forma, serão discutidos primeiramente os conceitos que regem as unidades composicionais dos documentos como os de unidade textual elementar, sua relação no plano sequencial e a união entre sequências com função de subcaracterização ou caracterização em níveis superiores, realizando uma espécie de “raio-x” do texto ao

traçar sua estrutura composicional. Em seguida, esses conceitos serão rediscutidos em sua relação com outros elementos que introduzem tópicos da análise discursiva proposta pelo autor, como responsabilidade enunciativa, representação discursiva e valor ilocucionário. O valor ilocucionário, introduzido por Adam (2008) junto à esquematização discursiva, compreende um aspecto pragmático do discurso e de redirecionamento das proposições segundo as intenções do produtor. O modelo de esquematização discursiva direcionará o leitor a alguns conceitos mais instrumentais do próximo capítulo, como o de *ethos* e o de situação de produção e recepção do discurso. Finalmente, se estabelecerá uma tentativa de análise prévia em um dos documentos coletados (carta de um suicida, autor empírico de imagem pública) que hipoteticamente apresentaria um tipo de discurso prototípico de suicida, marcado pela negação do suicídio como ruína de si próprio, ou seja, pela oposição a um ponto de vista socialmente recorrente de suicídio ligado à condenação divina.

2.1. UNIDADE TEXTUAL ELEMENTAR E SEQUENCIALIDADE

Jean-Michel Adam tem trazido, ao longo dessas últimas décadas, vários pontos em relação à Linguística Textual e à proposição de uma análise textual/discursiva. Muitos de seus conceitos têm sido incorporados, citados, e algumas vezes criticados, por autores (BRONCKART, 1999; 2009) em trabalhos que visam, sobretudo, apresentar o texto como uma unidade discursiva própria do ser humano, o qual o utiliza como forma de interagir com o meio que o cerca. Como exposto ao final do capítulo anterior, Adam propõe em seu modelo de análise a inserção da Linguística Textual no campo da análise de discursos, delimitando o que compete a cada área. Apresentando isso com o objetivo de traçar os componentes dessa análise textual e discursiva, o autor delimita uma unidade mínima ou de base para calcar os exemplos e realizar divisões. Para Adam (2008), ao se pensar em um ponto de vista textual e ao mesmo tempo discursivo, levando-se em conta também aspectos direcionados aos gêneros, não se poderia utilizar expressões como frases, períodos, cláusulas ou quaisquer outras sem correr o risco de entrar em outras áreas e se perder em aspectos primeiramente organizacionais. Como forma de análise e exemplificação, Adam (2008) apresenta um termo que para ele representaria a unidade textual de base elementar, sem resvalar em certas contradições terminológicas e formar unidades textuais mais complexas. Levando em conta direcionamentos realizados por Benveniste (2006), principalmente os relacionados

aos enunciados, o autor chega ao termo proposição-enunciado como essa unidade textual elementar.

Ao escolher falar de *proposição-enunciado*, não definimos uma unidade tão virtual como a proposição dos lógicos ou a dos gramáticos, mas uma unidade textual de base, efetivamente realizada e produzida por um ato de enunciação, portanto, como um enunciado mínimo (ADAM, 2008, p.106).

Como dito, o autor leva em conta, ao definir a unidade, a apresentação de Benveniste (2006), para quem o ato de enunciar corresponde a pôr a língua em funcionamento por meio de um ato individual. Nos termos de Benveniste (2006), esse ato caracteriza um locutor (eu) que emite uma “forma sonora” que é alcançada por um ouvinte ou coenunciador (tu) que, por sua vez, pode trocar de papel em outra enunciação de retorno. Toda enunciação apresenta um coenunciador, ou seja, os enunciados são sempre direcionados a figuras de recepção do enunciado⁷ e, mesmo que elas ainda não estejam presentes ao enunciador, ele admitirá uma figura de recepção generalizada. Dessa forma, ao se considerar a proposição-enunciado uma unidade elementar, é preciso entender que ela contempla todas essas características.

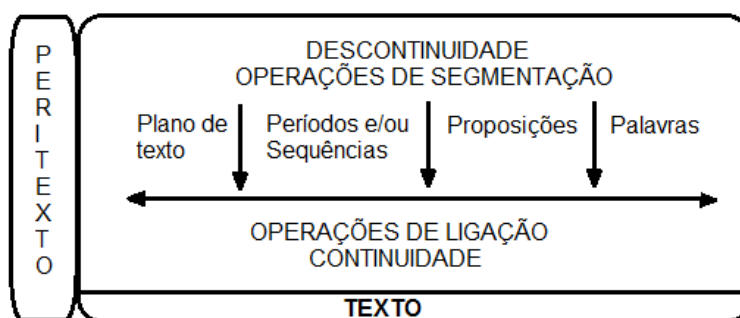
Em ligações posteriores para transformação em unidades mais complexas, as proposições-enunciados tendem a agrupar-se em dois tipos de unidades textuais de acordo com o gênero ou subgênero do discurso: os períodos e as sequências, componentes para a visualização do *corpus* em análise. Nos termos de Adam (2008), os períodos seriam tipos de unidades que entram diretamente na composição de partes de um plano de texto, como se verá a seguir, sendo, portanto, unidades mais simples e de estrutura não muito marcada como argumentativa ou de outro tipo. Já as sequências seriam unidades textuais mais complexas, compostas de macroproposições ou espécies de períodos (caracterizados como disposições de

⁷ Além das categorias de pessoa que fazem indicação aos envolvidos em um processo enunciativo, Benveniste (2006) cita ainda elementos que chama de índice de ostensão que funcionam como apontadores ou marcadores e que envolvem outros participantes presentes no mundo: pessoas, lugares ou situações indicadas por pronomes pessoais e demonstrativos. Complementando os termos que fazem parte da enunciação, tem-se o complexo emprego das marcas temporais em destaque no momento que se enuncia e as várias menções de direções passadas ou futuras. Nesse emaranhado que se forma das relações temporais é possível identificar marcas que fazem alusão a uma fala passada, recuperando e enunciando algo em um momento presente e ainda podendo se referir a possíveis modificações ou ampliações em um momento futuro, além, é claro, de outras funções enunciativas como o imperativo.

estrutura mais frágil que as sequências⁸) com propriedades específicas de ligação com outras macroproposições. As sequências seriam, então, redes relacionais e hierárquicas cujas partes poderiam ser identificadas e decompostas em razão de serem também relativamente autônomas, mas ligadas internamente⁹. Um texto, portanto, pode compor-se de um número de sequências diferentes e interligadas segundo a natureza composicional exigida no momento da enunciação e assim determinar aspectos singulares de um determinado gênero: “As macroproposições que entram na composição de uma sequência dependem de combinações pré-formatadas de proposições. Essas diferentes combinações são denominadas ‘narrativa’, ‘argumentativa’, ‘explicativa’, ‘dialogal’, e ‘descritiva’” (ADAM, 2008, p.204).

Em síntese, esse universo de ligações é traçado por Adam (2008) no esquema abaixo, em que o autor organiza de forma descendente o *plano de texto*, as *sequências e/ou períodos*, as *proposições/enunciados* e as *palavras*. Essas relações mostram que Adam (2008) delimita sua análise no campo da Linguística Textual a dois tipos de operações de textualização: segmentação¹⁰ e ligação¹¹.

Esquema 3: Conjunto simplificado das operações de textualização



Baseado em Adam, 2008, p. 64.

Para chegar aos tipos de sequência, Adam utilizou o esquema de prototipagem de Eleanor Rosch, que também vem sendo utilizado por diferentes autores para conceituação/classificação em diferentes áreas¹². Em parâmetros

⁸ Para a noção de período ver Adam (2008, p.207)

⁹ A este respeito ver operações de ligação em Adam (2008).

¹⁰ A segmentação consiste na observação de cada um dos constituintes do texto (o plano de texto, as sequências e/ou períodos, as proposições/enunciados e as palavras) em separado.

¹¹ As operações de ligação reúnem as unidades em ordem superior de complexidade, visando o estudo dos elementos que as unem e o próprio estabelecimento das ligações.

¹² De forma sucinta, as noções de formação de categoria ou protótipos apresentados pela autora se fixam em alguns conceitos gerais. Segundo Rosch (2004), para cada entidade existem elementos

semelhantes aos apresentados por Rosch, Adam (1997) estabeleceu, dentro dos diferentes tipos de textos, formas textuais recorrentes, ou seja, formas prototípicas denominadas sequências, sobre as quais propõe uma caracterização segundo os padrões verificados. Dentro das sequências, estariam algumas “formas textuais” que a tradição literária permitiu identificar por apresentarem determinadas regularidades, como a narração, a descrição, a argumentação, a explicação e o diálogo. O nível sequencial dessas formas seria menos elevado dentro da complexidade composicional existente nos textos. As sequências seriam, então, recursos ou ferramentas composicionais dos próprios gêneros.

Os cinco tipos de sequências prototípicas provêm da visualização de movimentos textuais recorrentes e selecionados, gerando protótipos pelo que o autor chama de impregnação cultural por meio das práticas de leitura, escrita e escuta. A noção de sequência vem de uma necessidade de diminuir a excessiva quantidade de tipos de texto que, segundo marcações de ordem sociodiscursiva, podem ser agrupadas em narrar, descrever, explicar, argumentar. Tais marcas podem ser admitidas como macroações elementares das capacidades cognitivas humanas de interagir com o meio em dadas situações factuais ou ficcionais, sempre com o intuito de chegar a um objetivo comunicativo ou “ação sociodiscursiva visada” (ADAM, 2008, p.207). Ao lidar com as sequências, Adam (2008) faz um prolongamento da teoria psicocognitiva dos esquemas (principalmente representada por Teun A. Van Dijk) e assim chega à noção de plano de texto.

Em relação ao plano de texto, ainda em *Les textes: types et prototypes*, Adam (1997) observou que um texto, apesar de poder ser predominantemente narrativo, poderia também apresentar momentos descritivos, argumentativos ou de diálogo. Seriam essas características ou constituintes composicionais em unidades maiores ou macrotextuais que fariam com que o texto manifestasse suas intenções ou efeitos de sentido. Em outras palavras, o estudo da articulação das sequências em um texto

mais ou menos típicos em que sempre podem existir casos limítrofes. Existem dois princípios básicos responsáveis pela geração de uma categoria: o primeiro relacionado ao número de informações que podem ser extraídas com o mínimo de esforço cognitivo, de modo que seja semelhante a todos que compartilham de sua descrição; o segundo é caracterizado como um complemento do primeiro, uma vez que fica a seu cargo estruturar as informações percebidas de acordo com sua relação com o mundo, ou seja, sua relação com outros objetos, de forma que essa não se torne arbitrária ou não-previsível. Em resumo, uma categoria é alcançada à medida que se obtém de uma entidade o máximo de informações com o mínimo de esforço e, ao mesmo tempo, se estabeleça e se entenda o contexto em que ela se formou em relação ao mundo.

(plano de texto ou estruturação sequencial) seria mais relevante do que uma classificação típica ou de tipos em narração, descrição, uma vez que nem sempre é possível encontrar agrupamentos de proposições que correspondam a sequências completas. Além disso, as análises do autor permitiram identificar ocorrências de ligações textuais de ordem não-sequencial ou não lineares, próprios de alguns gêneros como poemas e obras de teatro, entre outros.

A flexibilidade composicional encontrada nos textos leva Adam (2008, p.256) a fazer uma distinção entre **plano de texto** fixo ou convencional e ocasional. O plano de texto convencional é marcado por uma estrutura canônica, estabelecida por um estado histórico, prescrito por um gênero ou subgênero do discurso e construído ou reconstruído na leitura, produção ou escuta. Uma carta, no plano retórico clássico, por exemplo, apresenta abertura, exórdio, o corpo da carta, peroração e o fechamento; o plano da dissertação prevê tese, antítese, síntese e conclusão. O plano de texto fixo é o fator unificador da estrutura composicional e está junto aos gêneros disponíveis nos sistemas de conhecimento dos grupos sociais. No plano de texto ocasional, a estrutura é inesperada e reelaborada, ocorrendo um desvio em relação ao padrão existente. Exemplos típicos seriam os poemas em prosa ou qualquer outro tipo de texto cuja estruturação não apresente um modelo comum ou de recorrência. Nesse sentido, o contexto de recepção de textos com planos ocasionais envolveria sua reconstrução por um processo de macrossegmentação e de ligação entre dados peritextuais (subunidades ou segmentos textuais).

A **estruturação sequencial** envolve construções textuais com base em cadeias de sequências que o autor divide em dois tipos: a) combinações de sequências, idênticas ou diferentes subdivididas em: *coordenadas (por sucessão seq.1+seq.2+seq.3)*, *alternadas (por montagem em paralelo [seq.1...[seq.2...[seq.1 continuação[seq.2 continuação...seq1 fim seq.2 fim]])* e *inseridas (por encaixamento seq.1...seq.2...seq.1)*; b) dominante em que o texto é predominantemente narrativo, dialogal, descritivo, argumentativo ou explicativo. Nesse grupo, a dominância sequencial pode ser determinada pela *sequência matriz* (abre e fecha o texto), *pelo maior e menor número de sequências do mesmo tipo e/ou pela sequência pela qual o texto pode ser resumido*¹³. Sob o ponto de vista de análise, existem múltiplos problemas na verificação dos encadeamentos de sequências, que foram inclusive

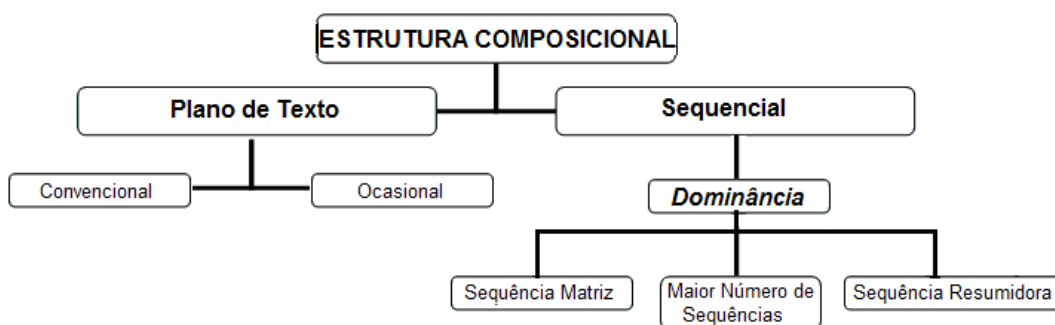
¹³ Além da estruturação sequencial, Adam (2008) explora também a estruturação não sequencial de texto, o que não está no foco deste trabalho.

discutidos por Adam em outros de seus trabalhos (ADAM, 2008). O efeito de dominância parece ser um pouco menos problemático e, ao mesmo tempo, dá conta de uma caracterização para fins analíticos, uma vez que é determinado ou pelo maior número de sequências que aparecem no texto ou pela sequência matriz que abre e fecha o texto ou, ainda, pela sequência pela qual o texto pode ser resumido. Essa observação direciona uma das intenções da pesquisa ao utilizar parte do modelo de Adam, especialmente pela possibilidade de identificar a dominância sequencial de um texto:

Dizer que um texto pode ter uma dominante de um tipo ou de outro não tem nada a ver com a hipótese demasiadamente geral da existência dos *tipos de texto*. Há realmente gêneros que têm dominantes; é só o que podemos afirmar, em razão da extrema heterogeneidade constitutiva dos textos reais (ADAM, 2008, p.275)

Nessas bases, optou-se, na análise, pela adoção da estrutura composicional dos documentos primeiramente ordenada pela generalização entre planos de texto convencionais (prescritivo de um gênero) e ocasionais, em seguida caracterizada pelos critérios de dominância textual (matriz, maior número de sequências ou pela qual o texto pode ser resumido). Este aspecto será um facilitador e delimitador da análise e caracterização dos documentos (esquema 4):

Esquema 4: Plano da estrutura composicional



Na pesquisa, segundo o esquema, a atenção ficará voltada primeiramente ao plano de texto, que será descrito como convencional ou ocasional. Nos aspectos direcionados à estruturação sequencial, pretende-se identificar qual é a dominância (entendida sobre os critérios de matriz, maior número ou resumidora), seguida da realização da projeção e explicitação dos dados presentes no texto, junto ao protótipo da sequência dominante, tendo em vista os limites apontados nas análises

de Adam (2008) expressos anteriormente. Nos documentos coletados, as análises serão testadas segundo sua seqüencialidade, partindo da argumentativa, principalmente pela hipótese da pesquisa de que o suicida apresentaria uma mensagem final estritamente argumentativa, com proposição de dados contra uma tese anterior de coibição do suicídio.

2.2. SEQUENCIALIDADE, PLANO DE TEXTO E ARGUMENTAÇÃO

Após os direcionamentos anteriores, tem-se de antemão uma noção do tipo de análise que pode ser realizada com base na verificação de um determinado *corpus*. O entendimento dessas operações de ligação em unidades cada vez mais complexas incide no jogo discursivo realizado pelo enunciador e é essa característica que leva Adam (2008) a definir os campos textual e discursivo como complementares. Nesse relacionamento, pode-se, a partir desse momento, trazer aspectos da conduta textual dos sujeitos no interior de uma situação sociodiscursiva de produção argumentativa. Em seu sentido mais usual e discursivo, diz-se que argumentar é uma estratégia que permite lançar mão de uma tese direcionada a “um outro”, com a principal função de convencer ou persuadir. Ao comunicar, faz-se uso de relações e busca-se estabelecer redes de ideias, retomando informações com o intuito de construir uma representação e dividir opiniões, com a intenção de provocar adesão a um pensamento ou convencer frente a um dado tema.

No sentido dado às proposições-enunciado, diz-se que em produções orais ou escritas os indivíduos utilizam-se da língua de forma a estabelecer seu discurso no meio em que estão inseridos. Nas palavras de Adam (1997), faz-se alusão a um mundo fictício ou real com o intuito de construir uma representação que dividirá espaço com outras opiniões sobre determinado assunto. Assim, toda situação de enunciação parece carregar em si uma carga argumentativa que pode requerer credibilidade e aceitabilidade junto aos participantes do discurso, manifestas em diferentes recursos textuais. As proposições argumentativas se apoiam em um fato ou tese ou sobre outras proposições e estão presentes nos mais variados gêneros. As operações argumentativas são bastante utilizadas, podendo assim ser confundidas ou até mesmo relacionadas a outras seqüências que compõem os diferentes gêneros de discurso.

Segundo os aspectos relativos às seqüências traçados anteriormente, a seqüência argumentativa prototípica é tida por Adam (1997) como um tipo de

estrutura que apresenta determinadas particularidades quando em relação a outras sequências: descritiva, explicativa e dialogal. Este aspecto faz da sequência argumentativa base para determinados gêneros como artigos de opinião, gêneros do discurso político e presentes em campanhas publicitárias ou qualquer outro em que se pretende gerar adesão a uma ideia. O enunciador busca construir representações reais ou imaginárias, dividir opiniões com um ou vários coenunciadores, provocar adesão a sua opinião ou compartilhar uma tese. Para estabelecer essa intenção, a sequência argumentativa tem base na ligação entre características gramaticais, pragmáticas e semânticas com centralidade em três aspectos: os dados ou premissas, as inferências ou princípios de apoio e as conclusões. Assim, muito do que é estabelecido nos limites da argumentatividade ou da intenção de argumentar não pode ser observado apenas em um espaço textual, por tender a diferentes campos de análise que serão expressos aqui, já no final deste capítulo, ao se tecer considerações a respeito do processo de esquematização discursiva e, principalmente, no capítulo a respeito da análise retórica. Por ora, centrando-se nos aspectos textuais/discursivos selecionaram-se os exemplos 1 e 2 como forma de ilustrar parte das potencialidades das proposições/enunciado argumentativas.

(1) *“Les hommes aiment les femmes qui ont les mains douces”*¹⁴

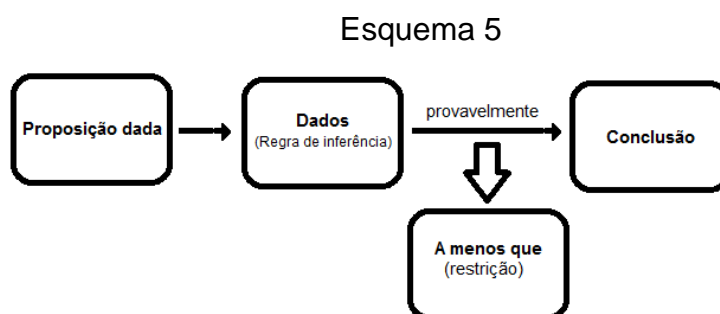
(2) *“La marquise a les mains douces, mais je ne l’aime pas”*.

Ao se pensar nos aspectos argumentativos internos a essas proposições-enunciados, verifica-se uma contradição entre a conclusão/afirmação presente na premissa de (1) e a afirmação presente em (2). Segundo Adam (1997), a premissa estabelecida em “os homens apreciam as mulheres que têm mãos suaves” leva à conclusão de que toda mulher que tem mãos suaves é apreciada pelos homens. Sendo assim, a proposição “a marquesa tem as mãos suaves” levaria, de certa forma, a uma conclusão semelhante em (2), ou seja, “mãos suaves, portanto, apreço dos homens”. Este aspecto marca a existência de um princípio ou regra geral de inferência, quebrado pelo emprego de uma marca de restrição com conectivo adversativo “mas” presente em (2) e que traz um dado que não se encaixa na regra geral proposta em (1), “mas eu não a amo”. Em outras palavras, a tese “mãos

¹⁴ Os homens apreciam as mulheres que têm as mãos suaves. A marquesa tem as mão suaves, mas eu não a amo (versão livre).

suaves, portanto, apreço dos homens” não se concretiza por uma particularidade específica que marca uma intenção argumentativa. Para Adam (1997), trata-se de um refinamento das inferências que o levam a concluir que pode existir certo número de justificativas que apoiam uma tese, mas também outras que expressam contradição, justificada ou não.

Assim, uma dada premissa leva a determinada conclusão, que é aceita como verdade, caso não haja um fato que a refute, ou seja, uma **restrição**. Adam (1997) afirma existirem outras considerações que vão circundar o campo das restrições, como, por exemplo, a própria possibilidade de se enunciar “mas eu não a amo” e, por consequência, outras inferências sobre as razões de a marquesa não ser amada. Nesse ponto, Adam (1997) apresenta o esquema abaixo em que trabalha com essa polaridade apoio/refutação. Trata-se de uma tentativa de chegar a um denominador comum, ou seja, a um protótipo (ROSCH, 2004) de sequência argumentativa que possa ser utilizada no estudo da maioria dos casos.



Baseado em Adam (1997, p.108)

Para o esquema salientam-se outras propriedades das proposições-enunciado argumentativas. Pode-se, por exemplo, complementar o quadro argumentativo com o princípio dialógico da manutenção, que implica certa relação entre uma proposição argumentativa e outra. Esse fato é apresentado por Adam (1997) no esquema prototípico de sequência argumentativa abaixo, em que o autor abre lugar à tese anterior.

Esquema 6



Baseado em Adam (2008, p.233).

O esquema assim se estende a outras teses que mantêm relação com a nova tese, ideia ou posicionamento defendido, produzidos ou motivados pelas inferências com base nos dados que são expressos junto à proposição. Adam (2004) afirma que seu esquema não está estruturado em uma ordem linear obrigatória; a nova tese, por exemplo, pode ser formulada no início e retomada por uma conclusão que a duplica ao fim da sequência. Segundo Adam (2008, p.234), o esquema também comporta os níveis justificativo e dialógico ou contra-argumentativo de argumentação. No justificativo, o interlocutor é pouco levado em conta e a estratégia abrange a exposição dos conhecimentos. Na dialógica, “a argumentação é negociada com um contra-argumentador (auditório) real ou potencial. A estratégia argumentativa visa a uma transformação dos conhecimentos”.

Esse mesmo esquema pode se estender em alguns casos a certos gêneros e subgêneros do discurso em que se observa a dominância sequencial argumentativa no próprio plano de texto, ou seja, a sequência argumentativa prototípica expressa acima dá conta estruturalmente de toda expressão textual, principalmente em textos curtos, como é o caso, mais especificamente, de anúncios e de campanhas publicitárias. Em outros casos, como cartas e bilhetes, o plano de texto pode vir marcado por encaixamento sequencial narrativo, descritivo, dialogal, ou explicativo, segundo a necessidade de tratamento dos dados que servirão de premissa à nova tese, ou conclusão, ou por encadeamento de sequências do mesmo tipo que se desdobram como dados ou reforçam uma tese mais forte, ou principal.

Adam e Bonhomme (2010) admitem ainda que, em alguns textos, é possível verificar um modo particular de composição dos enunciados em que o tipo de construção sequencial vai depender do tipo de relação mantida com o coenunciador esperado e, principalmente, das intenções do enunciador frente a este coenunciador. Nesse sentido, é possível, por exemplo, obter diferentes reações do

coenunciador (efeitos de explicação ou comprovação da tese) quando se ligam às proposições em ordem **progressiva** de raciocínio:

a) DADOS → INFERÊNCIA → CONCLUSÃO

ou em ordem **regressiva**:

b) CONCLUSÃO ← INFERÊNCIA/JUSTIFICATIVA ← DADOS.

Com base nessa disposição, é possível supor que um determinado discurso que começa pela apresentação de dados pode gerar expectativa ou ser mais contundente a determinado coenunciador. Um discurso que começa com a conclusão pode tender a ser mais persuasivo do ponto de vista argumentativo a outro tipo de coenunciador. Sobre isso, os autores alegam que é possível que a argumentação possa, então, ser abordada em relação ao discurso e à interação social em um nível pragmático/textual, tornando-a uma forma de composição textual elementar cujas principais funções são agir sobre as opiniões do interlocutor e dar credibilidade ao enunciado. Nesse caso, observa-se a existência de relações entre argumentos/conclusão e dados/conclusão relativas ao esquema argumentativo apresentado e situado no nível de organização sequencial da textualidade.

2.3. PLANO COMPOSICIONAL, DISCURSIVO E O PROCESSO DE ESQUEMATIZAÇÃO DISCURSIVA

A definição de proposição-enunciado apresentada anteriormente pretendeu deixar claro seu papel no interior da situação de produção, na qual estão presentes tanto um eu enunciador quanto um tu coenunciador a quem se destina o discurso. Além dessa relação, outros elementos devem ser considerados no momento de análise dos dados, principalmente quando se tem em mente uma situação de produção argumentativa, em que a disposição e escolha dos dados e estrutura composicional podem indicar traços definidores do gênero ou subgênero do discurso. Nesse sentido, com a intenção de dissecar o plano composicional e discursivo, Adam (2008) entrecruza outros conceitos inerentes a toda proposição-enunciado e indispensáveis na observação de dados em um estudo mais aprofundado, entre os quais: a impossibilidade de existirem enunciados desprovidos de uma **responsabilidade enunciativa** – PdV – (ponto de vista enunciativo marcado por um grau de responsabilidade¹⁵). A responsabilidade enunciativa ou fonte do

¹⁵ Podem aparecer marcadas com índices de pessoas (meu, teu); dêiticos espaciais e temporais; tempos verbais, entre outros.

saber implementa qualquer análise na medida em que vislumbra a quem pertence o ponto de vista enunciado - PdV. No mais das vezes, o grau de PdV é marcado em unidades da língua, seja por expressões que definem o PdV (de acordo, segundo, para), ou por expressões que assinalam um PdV anônimo (parece).

Além da responsabilidade enunciativa, os discursos comportam uma referência como **representação discursiva** (Rd) construída pelo conteúdo proposicional (ponto de vista semântico, tema, objeto de discurso, predicação). A representação discursiva entenderia o processo de reconstrução das referências que a proposição-enunciado suscita. Nas palavras de Adam (2008, p.114), “todo texto é uma proposição de mundo que solicita do interpretante (auditório ou locutor) uma atividade semelhante, mas não simétrica, de (re)construção dessa proposição de (pequeno) mundo ou Rd”. Em outras palavras, a Rd corresponde ao sentido atribuído aos enunciados em relação ao mundo e às condições de recepção (quem? o quê? quando? por quê? e como?) a ele circundados e que contribuem para o reconhecimento da situação de produção, coocorrência e recorrência da situação ou de partes dela.

Por fim, os discursos carregam **um valor ilocucionário** resultante das potencialidades argumentativas dos enunciados (orientação ou valor argumentativo que incitam determinada ação). O valor ilocucionário corresponderia, grosso modo, às intenções discursivas pretendidas e à transmissão de intenções inseridas na língua denominadas atos de fala, atos de linguagem ou atos de discurso. Trata-se de uma questão complexa em sua própria área de abrangência, uma vez que a interpretação e a utilização dos termos sempre serão provenientes de valores subjetivos. Esse fato faz com que seja difícil afirmar em uma análise que dado enunciado apresenta este ou aquele valor ou intenção de forma exata, sendo então sempre uma descrição aproximada e com base em um efeito pragmático.

A esse respeito, é possível afirmar que os termos e condições sob os quais são inseridos os elementos que compõem a sequência argumentativa estão sub-relacionados a elementos sob os quais estarão expressas intenções discursivas. Estas intenções podem ser demarcadas nos dados ou proposições que são utilizados para que, com base em inferências, levem à tese propriamente dita. Entretanto, o conceito de intenção discursiva parece ser bem mais abrangente e pode ser decomposto entre o que é intencionalmente consciente e o que não é, dentro da argumentação, assim como o valor que pode assumir o termo

intencionalidade dentro de um discurso. A análise sob essas projeções encontrou diferentes perspectivas e reformulações dentro dos trabalhos de Austin e Searle e uma reapresentação à Linguística Textual por Adam (2008). Pensando-se em uma forma de melhor implementá-la na análise em conformidade com o modelo de Adam (2008), optou-se pelo padrão de apresentação dos atos realizado por esse autor. Essa disposição garante uma abordagem de atos segundo a categoria ato tipo/ato prevalência para a orientação argumentativa dos enunciados, dentro das categorias de análise dos textos, conforme será exemplificado na pré-análise.

Dentre as discussões a respeito dos atos de fala, o trabalho de Austin na década de 1960 é tido como uma das primeiras obras a tratar do assunto, principalmente pela introdução do conceito de performatividade. Austin (1997) assume a noção de que ao proferirmos qualquer enunciado, de imediato também admitimos uma série de efeitos ou atos, como de pedir, aconselhar ou agradecer, que ficam impressos no interior dos enunciados e nos limites do discurso. Essa ideia leva o autor a falar de enunciados constativos que seguiriam princípios lógicos da admissão de uma informação como verdadeira ou falsa e de enunciados performativos que, diferentemente dos constativos, não descrevem, mas aparecem como forma de realização de uma ação (“eu te abençoo”). Os enunciados performativos apresentam uma ligação com a pragmática do discurso, uma vez que apenas precisam de garantias para que assumam um real efeito ou atinjam seu objetivo. Essas garantias ficam expressas nas chamadas condições de felicidade; por exemplo, a mesma frase “eu te abençoo” não apresenta forças ilocucionárias que façam distinção da pessoa que a profere, um sacerdote ou um cidadão comum. Neste caso, para que os enunciados performativos obtenham êxito é necessário também notar aspectos envolvendo autoridade, local e circunstâncias do enunciado.

A ideia geral dessa teoria foi posteriormente retomada e sistematizada por Searle em seus trabalhos (1981 e 1995), admitindo uma série de postulados, ao tecer uma representação dos atos de fala. Seu estudo consistia na classificação de tipos ou ordens semânticas prototípicas que assumiriam determinadas funções nos enunciados:

O processo que seguiremos consistirá em enunciar um conjunto de condições necessárias e suficientes para a execução de certos tipos particulares de actos de fala para, então, extrair destas condições conjuntos de regras semânticas que governam a utilização dos processos linguísticos, os quais indicam a que tipos de fala pertencem as enunciações (SEARLE, 1981, p.33).

Essa observação regeu todo o trabalho de Searle (1981 e 1995) e, em sua organização e revisão do trabalho de Austin, o autor traz uma disposição em: a) atos ilocucionários ou as ações realizáveis pela linguagem (pedir, asseverar/declarar/afirmar, perguntar, agradecer, aconselhar, avisar, cumprimentar, congratular); b) forças ou valores ilocucionais – elementos do enunciado que permitem que ele apresente um valor particular em sua combinação com o conteúdo proposicional e c) verbos ilocucionais – ou componentes empíricos da língua que permitem a designação dos diferentes atos.

A complexidade da classificação de Searle é destacada por Adam (2008, p.127) e exemplificada com base no enunciado “cão bravo”. Para o autor, “a atribuição de um valor ilocucionário impreciso a um enunciado (predicação, recomendação, ordem, advertência e ameaça) não é anormal, em absoluto, não é causada por uma inadequação da descrição teórica: é, simplesmente, a realidade do discurso e da produção/interpretação do sentido pelos seres humanos”, que não funcionam como máquinas ou por princípios lógicos, que leva à sugestão de abandono da concepção mais clássica, assumindo uma visão ligada à semântica de protótipo¹⁶.

Conforme sugere Adam (2008), a admissão da teoria dos atos de fala como forma de análise requer que os enunciados sejam interpretados com certa falta de precisão, ou nas palavras de autor, de se admitir um “**mais ou menos**”, uma categoria de ato ou outra, de acordo com o conjunto de atributos concernentes ao enunciado. Em outras palavras, na análise, há de se considerar um grau de prototipicidade forte ou fraco quando o enunciado se situa no que se pode chamar de fronteira de categorias de atos.

Dentro desses limites, o trabalho de Adam (2008, p.129), como se salientou no início dessa discussão, apresenta uma reorganização que traz uma classificação dos atos de discurso e valores ilocucionários dos enunciados seguindo critérios que apresentam delimitações quanto a sua abrangência na análise. Nas palavras do autor, “a classificação vale apenas pelas grandes distinções que põe em evidência”. Optou-se por trazer essa descrição de Adam pelo fato de aproximar-se mais do tipo de análise que se pretende realizar. Em sua organização, Adam (2008, p.129) traz

¹⁶ Essa distinção é também elaborada por Eleanor Rosh, ao tratar de critérios e manutenção de protótipos.

uma distinção entre forças ilocucionárias ditas primitivas (classificação de VANDERVEKEN, 1988 *apud* ADAM, 2008), por serem parte da ação mais elementar do ato, identificáveis sintaticamente, e forças nomeadas por um verbo performativo. No primeiro grupo estariam:

a) DIRETIVA – realizada por enunciados imperativos cuja função maior seria exprimir uma ordem ou um desejo, ex: *proibido entrar*, lave isso, seja feliz;

b) EXPRESSIVA – realizada no tipo de enunciados expressivos pelos quais exprimimos sentimentos e atitudes, ex: *bravo!*, *obrigado!*, *valeu!*.

E no segundo grupo:

a) ENGAJANTES – pelos quais nos engajamos a fazer alguma coisa. Divididas em PROMISSIVAS (prometer) como “*amanhã, ao amanhecer [...] eu partirei*” e METADISCURSIVAS (concluir, resumir, definir) como “*Mas esta carta está longa, Sr. Presidente, e está na hora de concluir*”.

b) DECLARATIVAS – em que um enunciado ao ser pronunciado provoca mudanças relacionadas ao mundo, valendo-se dos verbos declarar, condenar, acusar: “eu o acuso”, “eu o condeno”.

c) ASSERTIVOS/CONSTATIVOS – têm função de afirmação sobre predicções verdadeiras ou falsas em relação a como são ou serão os fatos proferidos, como “Existe, há três dias, um estado de guerra”.

Adam (2008) acrescenta que os atos diretivos e expressivos podem também assumir a forma sintática dos enunciados performativos como em “eu lhes ordeno sair” e “eu o felicito”. Atos expressivos de conteúdo proposicional marcado como verdadeiro exteriorizam o estado mental do enunciador mais do que o estado de coisa.

O autor enfatiza também a necessidade, apresentada por alguns autores (Eddy ROULET e Dieter VIEHWEGER), de observação não dos atos isoladamente, mas da estrutura de atos discursivos ligados entre si, em que seria possível visualizar hierarquias ilocucionárias com um ato dominante sustentado por outros atos a ele sub-relacionados, gerando uma cadeia de atos de discurso. Dessas ligações e hierarquias seria possível traçar e visualizar objetivos discursivos complexos que também apresentariam ligação com estruturas textuais, como a argumentativa e a narrativa, entre outras, bem próximas às sequências textuais discutidas por Adam. Esse fator faz com que Adam (2008) aproxime suas análises ao trabalho realizado por Viehweger no que diz respeito às relações hierárquicas e

composicionais dos atos de discurso. As análises de Adam (2008) integram um plano esquemático de texto aos atos discursivos, realizando uma espécie de mapeamento segundo intenções discursivas verificadas.

Em outra base de análise, retorna-se aos conceitos anteriormente apresentados a respeito das unidades textuais composicionais ou de agrupamentos semânticos que acabam por derivar as sequências e os planos de texto. Apesar de a teoria dos atos de fala não permitir uma descrição nestes níveis, ela comporta, segundo Adam (2008, p.206), uma redefinição conforme princípios sociodiscursivos. Os enunciados assertivos, por exemplo, implicam uma ação interativa de convencer envolta em um universo discursivo que fará com que o sujeito, antes de executar a ação, já esteja a “partilhar de uma crença com a finalidade de induzir certo comportamento (sonhar, chorar, indignar-se, revoltar-se, agir no mundo, etc.)”, ou seja, indicar o objetivo discursivo visado. Os sujeitos se utilizam de quatro macroatos de discurso (narração, descrição, argumentação e explicação) que são intermediários entre o objetivo ilocucionário primário da asserção – compartilhar uma crença – e o objetivo último de seu ato assertivo – convencer. Em outras palavras, os enunciados poderiam ser observados sob três pontos de vista distintos: primeiramente, referindo-se ao ato de discurso primário como, por exemplo, **afirmar**; em segundo lugar, pela possibilidade de escolha entre os macroatos de discurso vistos como formas de ação verbais – **asserções narrativa, descritiva, argumentativa e explicativa** e, em terceiro e último lugar, pela ação sociodiscursiva visada, por exemplo, **convencer**.

Dito isso, o último tópico a ser discutido em relação às estruturas composicionais diz respeito ao processo de esquematização discursiva que, em outro nível, permite aliar dados do ponto de vista, representação discursiva e valor ilocucionário por meio da caracterização da situação sociodiscursiva, da condição de produção e da condição de recepção do discurso. Adam (2005) utiliza-se do conceito de esquematização discursiva como articulador de campos como o linguístico da Análise do Discurso, ao da retórica e ao da teoria da argumentação. Utiliza-se esse conceito em razão das particularidades discursivas dos textos e de sua própria materialidade, juntamente por sua articulação permitir estabelecer um elo com o próximo capítulo referente à análise retórica que se pretende realizar e o próprio contexto de produção e composição do discurso. Proveniente de Jean-Blaise Grize, esse conceito tem como ponto de partida o princípio de que qualquer

atividade discursiva é originária de uma esquematização, a qual tem por propriedade aliar em um mesmo plano o enunciado como processo e como resultado, ou seja, o enunciado como fruto da escolha do enunciador para atender a determinado sentido e como resultado do sentido atribuído pelo coenunciador no momento de recepção do discurso. Conforme observação do autor, há uma substantivação do verbo esquematizar, em que “se enfatiza o duplo sentido de um objeto que os termos enunciado e enunciação separam, e que os conceitos de texto e de discurso não comportam absolutamente” (ADAM, 2005, p.96). Em outras palavras, o termo esquematização abrange duas ações: uma envolvendo o processo (ação desempenhada pelo autor, sujeito no mundo, de construção de uma esquematização e de uma imagem de *ethos* nessa esquematização) e outra o resultado (um discurso que propicia por parte do coenunciador uma interpretação, reesquematização e visualização do *ethos*) de um discurso, inseparável de uma memória intertextual/interdiscursiva que compreende a consideração não só do enunciado em si, como de toda expressão dialógica que ele comporta.

Nesse sentido, a interpretação como esquematização discursiva envolveria uma espécie de (re)construção do discurso assim como o enunciador quis transmitir, mas que em sua projeção não comporta com exatidão essa tarefa, uma vez que é sempre uma visão falível da realidade em que se pode admitir outras possibilidades de interpretação. Trata-se de uma atividade que, segundo a produção em análise, incorporaria saberes enciclopédicos armazenados na memória de longo prazo e saberes da memória de trabalho e de curto prazo provenientes da leitura dos enunciados, com base em seu cotexto (repetições/retomadas à esquerda e à direita) e seu contexto (imaginário da situação de enunciação que torne possível o enunciado considerado), o que faz com que Adam (2008, p.53) prefira em algumas análises escrever co(n)texto.

Outro fator para a utilização do conceito de esquematização discursiva está na particularidade dos tipos de materialidade encontrados no momento da coleta dos dados. Muitos dos documentos não se encontram em seu formato original, mas em outro regime de esquematização (carta testamentária), ou com mais de um tipo de materialidade (papel e vídeo). Para Adam (2005), um “discurso” não pode ser considerado simplesmente “um texto”, por poder comportar muitos “regimes de materialidade”, ou seja, muitas esquematizações no sentido de resultado, muitas possibilidades de interpretação a depender do coenunciador e do momento de

interlocução. Esse fato aponta para a necessidade de consideração das várias possibilidades de reedição de um texto, que assumiria outras esquematizações, tendo em vista condições de recepção e, principalmente, as novas condições de produção desse discurso.

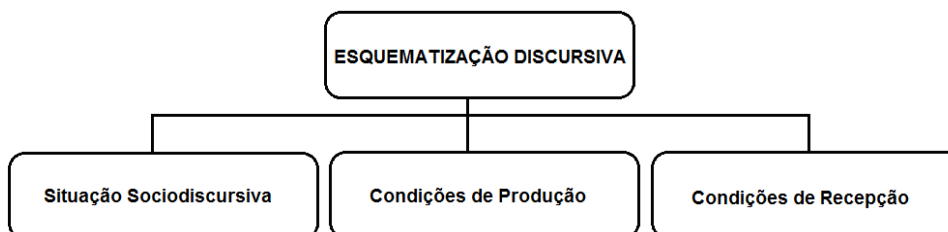
A esquematização é então um processo, pois “cada uma das proposições que constituem o texto é somente uma fase de um movimento argumentativo complexo que prepara e conduz ao seguinte” e, ao final da alocução, tem-se a materialidade do discurso (ADAM, 2005, p.101). Assim, a construção de um esquema ou representação discursiva tem por delimitação uma **parcialidade** e caráter seletivo de uma realidade que acabam por delinear o texto em questão sob esses aspectos. A esquematização traz traços do microuniverso que compõe todo discurso, sendo, neste caso, de certa forma, descritiva de uma realidade escolhida pelo enunciador. É possível, então, admitir que o conceito de esquematização discursiva cumpra um papel, quando se parte da descrição de princípios composicionais dos textos em uma análise e do próprio tratamento dado às proposições-enunciados. A noção de esquematização propicia unir, em um plano analítico, a descrição e a caracterização de uma dada situação de produção e selecionar o sentido mais provável:

Essas esquematizações passam por predicacões que se apoiam não sobre conceitos ‘verdadeiros’, mas sobre noções, ocasionando alguma imprecisão que faz com que cada destinatário deve sempre interpretar o que lhe é proposto e que, ‘de esquematização em esquematização, as noções se transformem e evoluam’ (ADAM, 2005, p.102).

Nesse processo, diante da complexidade na qual se insere o discurso e sob os conteúdos apresentados, se fixará neste estudo uma delimitação do processo de esquematização discursiva obedecendo a três aspectos, suficientes para análise que se pretende aqui por comportarem uma passagem entre o que é composicional e o que é discursivo: os parâmetros da **situação sociodiscursiva** em questão; os parâmetros das **condições de produção** (necessidades para a ocorrência do discurso, imagem de lugar e de tempo); e as condições de **recepção do discurso** (projeção da imagem do auditório - *pathos*). Esses três elementos são também participantes do que se expressa no esquema 1, trazendo aspectos do contexto de produção e recepção do discurso. Como dito em parágrafos anteriores, trata-se da fronteira entre o que é textual e o que é discursivo, um limite mais ou menos delimitado e que apresenta uma ligação com os fundamentos retóricos. Em resumo,

tem-se o seguinte esquema como visualização dessa organização na pesquisa com documentos produzidos por suicidas:

Esquema 7: Elementos de uma esquematização discursiva



Para a esquematização, a projeção de *ethos* também é uma parte do processo, apresentada complementarmente aqui, mas que será explicitada melhor no próximo capítulo. Segundo Adam (2005, p.107), é necessário considerar a presença de duas imagens: o sujeito no mundo e a imagem esquematizada desse sujeito no discurso (*ethos*). O sujeito no mundo corresponde à figura do orador/enunciador com funções (lugar e papel) que assume, “com seus fins próprios, seus pré-construídos culturais e representações da situação de enunciação, do objeto do discurso, de seu auditório e as representações psicossociais de si mesmo”. Os componentes de uma dada esquematização propõem imagens que serão reconstruídas pelo coenunciador. Este coenunciador (ouvinte ou leitor) tem uma representação do locutor que fica presente ou ausente em sua memória discursiva. Seria precisamente do confronto dessa representação psicossocial do locutor, com a figura do *ethos* esquematizado do enunciador, que surgiria outra figura de *ethos*, a imaginada pelo coenunciador.

Pela esquematização é possível ter outros aspectos provenientes do processo e do resultado da construção do discurso e sob as quais se tem como produto a imagem do *ethos*, tanto visualizada na fase de esquematização pelo enunciador quanto ao ser reconstruída pelo coenunciador. Uma parte das noções concernentes ao processo de esquematização discursiva é complementar aos conceitos a serem explicitados no próximo capítulo (noção de acordo proposta por Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996) e validam o que Adam (2005) afirma ser um ponto de interlocução entre os campos textual, do discurso e da retórica. A consideração do coenunciador e a criação de um acordo com esse coenunciador trazem proposições prévias, sem as quais não seria possível estabelecer o discurso.

Estes aspectos serão visualizados ao inserir essas noções no quadro de análises possíveis dentro do *corpus* do presente trabalho.

2.4. ANÁLISE PRELIMINAR – ARGUMENTAÇÃO POR CONTRA-ARGUMENTOS: UM EXEMPLO PROTOTÍPICO?

Nesta seção, se realizará a análise prévia de um dos documentos coletados. Dessa maneira, o tratamento do texto ocorrerá tendo por base categorias selecionadas e coligidas entre os fundamentos teóricos do presente capítulo: primeiro traçando uma esquematização discursiva da carta, o que permitirá reconhecer o tipo de situação sociodiscursiva, as condições e escolhas admitidas para sua produção e, por fim, os dados de recepção do discurso, ou seja, entender o documento produzido pelo suicida por meio de sua reconstrução e como as proposições argumentativas escolhidas para fazer parte do discurso são passíveis de serem interpretadas. Em seguida, a análise será direcionada para o aspecto composicional, plano de texto, sequencialidade dominante e plano argumentativo. A realização desse exame permitirá que se observe como as escolhas do enunciador em um contexto de produção são capazes de atender as suas intenções e de provocar adesão a sua opinião pelo discurso.

Sendo uma das primeiras coletas do *corpus*, o documento escolhido para a pré-análise caracteriza-se pelo que se acreditou no início da pesquisa ser o modelo prototípico de carta suicida, ou seja, um tipo de texto que se configura por uma estrutura argumentativa que seria recorrente ou similar entre os demais textos coletados posteriormente. Essa recorrência estaria em um movimento argumentativo de direcionamento de uma nova tese a respeito das motivações para o suicídio, com base na atribuição do ponto de vista (PdV) do coenunciador, em que desempenha um papel importante a negação de outras teses (contra-argumentos), ou pontos de vista contrários à nova tese. Esses pontos de vista seriam marcados pelo discurso da negação do suicídio como, por exemplo, afastamento de valores religiosos, com base na crença de que a escolha pela morte voluntária estaria atrelada à condenação, ou a algum tipo de castigo relacionado a valores religiosos, sobretudo cristãos, conforme quadro exposto por Agrest (2010) para a cultura ocidental.

O texto em questão tem um formato de interlocução característico a seu tipo de enunciador, que se volta a um “público” tanto variado quanto particular, referindo-se ao suicídio como consumado e sugerindo alguma forma de divulgação pública.

Trata-se da argumentação de um autor empírico de imagem pública (grupo de pessoas conhecidas pela sua exposição na mídia, principalmente na televisão, jornais e revistas) na tentativa de convencer que o suicídio se apresentaria como um meio de busca de paz.

Como apresentado na seção 1.3.1., os textos selecionados para as pré-análises e análises da segunda parte da pesquisa são identificados por T, seguidos do número que corresponde à ordem de localização/transcrição e da apresentação de parte de seu contexto de produção. Cada documento apresenta ainda uma ordenação interna que obedece à pontuação original, sendo sempre após o ponto uma apresentação numérica crescente entre colchetes.

T1 O documento é parte do conteúdo de uma carta divulgada à imprensa pela família da vítima em 2009. Foi coletado em uma das fontes de divulgação (<http://oglobo.globo.com/revista-da-tv>), em fevereiro de 2010 (domínio público). Como forma de preservar a identidade dos sujeitos, referências a pessoas e à própria identificação do autor foram omitidas ou substituídas por NOME, SOBRENOME, ou APELIDO, conforme apareceram no documento.

[1]"Não chorem, não sofram, eu estou ABSOLUTAMENTE FELIZ! [2]Era tudo o que eu queria: ter paz eterna com meu Deus e, se possível, com minha mãe.[3] Eu não me suicidei, eu parti para junto de Deus. [4]Fiquem cientes que não bebo e não uso drogas, eu decidi que já fiz tudo que podia fazer nessa vida. [5]Tive uma vida linda, conheci o mundo, vivi em cidades maravilhosas, tive uma família digna e conceituada em Esteio, brilhei na minha carreira, ganhei muito dinheiro e ajudei muita gente com ele. [6]Realmente não soube administrá-lo e fui ludibriada por pessoas de má fé várias vezes, mas sempre renasci como uma fênix que sou e sempre fiquei bem de novo. [7]Aliás, eu nunca me importei com o ter. [8]Bom, tem muito mais sobre a minha vida, isso é só para verem como não sou covarde não, fui uma guerreira, mas cansei. [9]É preciso coragem para deixar esta vida. [10]Saibam todos que tiverem conhecimento desse documento que não estou desistindo da vida, estou em busca de Deus. [11]Não é por falta de dinheiro, pois com o que tenho posso morar aqui, em Floripa ou no Sul. [12]Mas acontece que eu não quero mais morar em lugar nenhum. [13]Eu não quero envelhecer e sofrer. [14]Eu vi minha mãe sofrer até a morte e não quero isso para mim. [15]Eu quero paz! [16]Estou cansada, cansada de cabeça! [17]Não agüento mais pensar, pagar contas, resolver problemas... [18]Vocês dirão: Todos vivem! [19]Mas eu decidi que posso parar com isso, ser feliz, porque sei que Deus me perdoará e me aceitará como uma filha bondosa e generosa que sempre fui.

[20]Aos meus fãs verdadeiros; aos jornalistas imparciais; ao NOME e sua esposa NOME; a LBV; ao NOME; ao prefeito de Itu, NOME e toda a sua equipe e ao meu amigo NOME meu muito obrigado. Às emissoras que trabalhei, obrigada. E aos colegas maravilhosos, muita luz! A todos os sites dignos que acompanharam a minha vida, SUCESSO! SITE, NOME, NOME, NOME, NOME, não se sintam esquecidos. Não posso citar nomes de amigas, pois aí seria um livro, mas NOME você é a irmã que eu não tive. NOME, seja sempre feliz amiga. NOME, obrigada por tudo! NOME, do TV Fama, beijo amiga. NOME (APELIDO) cadê você??? [21]Desculpe a quem eu esqueci, a vida foi muito mais maravilhosa do que sofrida para mim. [22]Obrigado Jesus, Nossa Senhora e meu Deus, perdoem-me e recebam-me como a filha honesta e bondosa que sempre procurei ser! [23]Fiquem com Deus, todos! [24] **Assinatura.**

[24]Se existe sentimento maior que o amor, eu desconheço!"

2.4.1. Os dados da esquematização do discurso

Antes de realizar qualquer apontamento que vise a definir o documento por sua representação esquemática/discursiva, fixa-se a atenção no seu regime de materialidade, que, de certa forma, recairá sobre os dados da situação sociodiscursiva de produção. O tipo de materialidade no qual se encontra o texto do suicida em geral é carregado de significado e pode trazer parte do contexto de produção. Uma produção feita em uma rede social, por exemplo, demonstra a intenção de tornar o conteúdo da carta de suicídio pública, além de referir-se ao momento sociocultural atual. Se impressas, manuscritas, ou, até mesmo, o tipo de papel escolhido podem sinalizar, conforme seu contexto, outras particularidades singulares a cada documento.

Nesse momento, ressalta-se a necessidade de delimitar o alcance dos dados em função do recorte que se trouxe desde o início da pesquisa, ao se decidir pelo trabalho com as produções de suicidas. Assim, destaca-se que os documentos em questão não comporta, nos casos de suicídio consumado¹⁷, outra situação sociodiscursiva com a mesma projeção, sendo, portanto, um momento singular, o que implica dizer que, para a análise em questão e para as subsequentes será dada prioridade a uma única esquematização como resultado, creditando ao documento a característica de uma última tentativa de interlocução a partir da escolha concreta pela morte voluntária.

Delimita-se, então, que o regime de materialidade será guiado pela condição sociodiscursiva que engendra a produção textual do suicida, em que alguns indivíduos, motivados por alguma razão interna, deixam uma última mensagem a um tipo de coenunciador (uma pessoa, ou várias), escolhendo um determinado formato de interlocução para realizar suas intenções. Apesar de essa delimitação parecer óbvia, ela traz uma solução para alguns dos documentos juntados ao *corpus* que

¹⁷ É sabido que os casos de suicídio tentado (que também fazem parte do *corpus*) têm características muito similares aos de suicídio consumado. Com vistas a uma apresentação prévia, é importante dizer que, para essa pesquisa, considerou-se a produção pensada em função da consumação do ato, sendo assim igual a um caso de suicídio consumado. Salienta-se, a partir do *corpus*, uma impossibilidade de distinção entre o que poderia ser “um caso ensaiado” (o suposto suicida realmente não tem a intenção de se matar, apenas chamar atenção, ou outro motivo) e um caso de pouco preparo. Outros esclarecimentos serão apresentados na seção em que se trabalhará com esses casos.

são reedições ou parte de outro gênero como a notícia, o que traria outras esquematizações como resultado. Esse fato já foi apontado anteriormente, a contar pelas reedições da carta testamento de Getúlio Vargas em atenção a outras intenções discursivas visadas.

Para o documento em questão, em função de sua materialidade discursiva, assume-se a perspectiva geral conferida ao produtor suicida atrelada ao ato de deixar, no cenário de produção, uma prova textual da morte voluntária consumada, assim como a expressa acima. Na projeção dos termos da esquematização discursiva, coloca-se esse como seu regime de materialidade, o que implica desconsiderar a possibilidade de reedição ou alteração e/ou supressão ou censura de elementos. Assim, os dados da esquematização encontram-se restritos ao material divulgado à imprensa (materialidade discursiva). Nesse contexto, a situação sociodiscursiva de produção aparece ligada à intenção de um sujeito em deixar uma última mensagem escrita a partir da escolha pela prática da morte voluntária. A contar pela singularidade de cada situação sociodiscursiva, admite-se para o documento em questão condições de produção atreladas ao regime em que se encontra o autor empírico, estar imerso sociodiscursivamente em um universo que pré-definido uma série de autoafirmações e pré-construídos em razão de sua imagem pública.

Esse direcionamento é percebido junto à intenção de produção, de justificar e de firmar o ponto de vista a respeito de seu suicídio como equivalente à paz e felicidade junto a Deus (valor religioso). Essa conduta ocorre em função da necessidade do enunciador de marcar em seu discurso também o ponto de vista que poderia ser assumido por seus interlocutores de suicídio, como ruína de si próprio ou falta de discernimento. O direcionamento aparece também junto à construção da imagem de si, principalmente ligada a valores da família e de conduta pessoal de honestidade, integridade, filantropia (“Eu nunca me importei com o ter”; “tive uma família digna e conceituada”; “desculpe a quem eu esqueci, a vida foi muito mais maravilhosa do que sofrida para mim”; “Deus me perdoará e me aceitará como uma filha bondosa e generosa que sempre fui”), que assumirão relevo igualmente junto às condições de recepção do discurso. Nessa instância são utilizados: o recurso da pré-definição de uma reprovação do interlocutor pela prática do suicídio e da articulação da argumentação pela justificativa e pelos contra-argumentos apresentados, evidenciando a marcação do ponto de vista desse interlocutor e de

sua imagem (conservador, aquele que considera o suicídio como solução simplista e de escapismo da realidade da vida).

2.4.2. Os dados da projeção sequencial e de plano de texto

Os parâmetros da esquematização discursiva direcionam substancialmente os dados da projeção sequencial, do plano de texto e da própria admissão de uma proposição assumidamente argumentativa. Se há a intenção em deixar uma última palavra, já se assume, de antemão, um posicionamento de tentativa de interlocução e, em função disso, a impossibilidade ou possibilidade da contrapalavra, mesmo que presumida pela condição de recepção do discurso, o que já seria parte de uma proposição argumentativa. Desse ponto, a partir da análise textual/discursiva do documento, visualiza-se uma estrutura predominantemente argumentativa, caracterizando sua dominância sequencial. Também pelos parâmetros de esquematização discursiva, têm-se como pré-definição que o melhor gênero para realizar a interlocução seria a carta, o bilhete ou até mesmo o diário pessoal, dependendo do tempo e situação sociodiscursiva. Nesse sentido, a contar pelo plano de texto, afirma-se que o documento exibe características do gênero carta pessoal, portanto mostra um plano de texto fixo ou convencional.

O gênero epistolar (plano convencional retórico clássico) configura-se com algumas constantes composicionais (parte do plano de texto fixo), como abertura, exórdio, narração ou corpo argumentativo (demonstração), confirmação, peroração e fechamento, estando, dessa forma ou similar, distribuído no sistema de conhecimentos das comunidades discursivas, sendo as constantes assim atribuídas ao documento:

<ABERTURA>

<EXÓRDIO>[1]"Não chorem, não sofram, eu estou ABSOLUTAMENTE FELIZ! [2]Era tudo o que eu queria: ter paz eterna com meu Deus e, se possível, com minha mãe. <NARRAÇÃO/CORPO ARGUMENTATIVO> [3] Eu não me suicidei, eu parti para junto de Deus. <CONFIRMAÇÃO> [4]Fiquem cientes que não bebo e não uso drogas, eu decidi que já fiz tudo que podia fazer nessa vida. [5]Tive uma vida linda, conheci o mundo, vivi em cidades maravilhosas, tive uma família digna e conceituada em Esteio, brilhei na minha carreira, ganhei muito dinheiro e ajudei muita gente com ele. [6]Realmente não soube administrá-lo e fui ludibriada por pessoas de má fé várias vezes, mas sempre renasci como uma fênix que sou e sempre fiquei bem de novo. [7]Aliás, eu nunca me importei com o ter. [8]Bom, tem muito mais sobre a minha vida, isso é só para verem como não sou covarde não, fui uma guerreira, mas cansei. [9]É preciso coragem para deixar esta vida. [10]Saibam todos que tiverem conhecimento desse documento que não estou desistindo da vida, estou em busca de Deus. [11]Não é por falta de dinheiro, pois com o que tenho posso morar aqui, em Floripa ou no Sul. [12]Mas acontece que eu não quero mais morar em lugar nenhum. [13]Eu não quero envelhecer e

sofrer. [14]Eu vi minha mãe sofrer até a morte e não quero isso para mim. [15]Eu quero paz! [16]Estou cansada, cansada de cabeça! [17]Não agüento mais pensar, pagar contas, resolver problemas... [18]Vocês dirão: Todos vivem! [19]Mas eu decidi que posso parar com isso, ser feliz, porque sei que Deus me perdoará e me aceitará como uma filha bondosa e generosa que sempre fui.

<PERORAÇÃO> [20]Aos meus fãs verdadeiros; aos jornalistas imparciais; ao NOME e sua esposa NOME; a LBV; ao NOME; ao prefeito de Itu, NOME e toda a sua equipe e ao meu amigo NOME meu muito obrigado. Às emissoras que trabalhei, obrigada. E aos colegas maravilhosos, muita luz! A todos os sites dignos que acompanharam a minha vida, SUCESSO! SITE, NOME, NOME, NOME, NOME, não se sintam esquecidos. Não posso citar nomes de amigas, pois aí seria um livro, mas NOME você é a irmã que eu não tive. NOME, seja sempre feliz amiga. NOME, obrigada por tudo! NOME, do TV Fama, beijo amiga. [21]<DIGRESSÃO>NOME (APELIDO) cadê você??? <FECHAMENTO> [22]Desculpe a quem eu esqueci, a vida foi muito mais maravilhosa do que sofrida para mim. [23]Obrigado Jesus, Nossa Senhora e meu Deus, perdoem-me e recebem-me como a filha honesta e bondosa que sempre procurei ser! [24]Fiquem com Deus, todos! [25] **Assinatura**.

<FRASE DE EFEITO>[24]Se existe sentimento maior que o amor, eu desconheço!"

Como se observa, apesar de ter um plano de texto fixo, visto que apresenta recorrência de elementos próprios do gênero epistolar, o documento possui algumas particularidades, como não exibir uma seção de abertura marcada por expressões que realizam prototipicamente esta parte. No texto, há um direcionamento ao coenunciador de forma generalizada, sem uma marca prototípica de saudação (referência particular), por indeterminação do interlocutor, “não chorem”, “não sofram” podendo ser ligada tanto a uma figura de interlocução determinada (grupo de pessoas descrito em 20) quanto a outros coenunciadores indeterminados, mas esperados em função da posição pré-construída do enunciador (conhecido por sua carreira artística). Esse indicativo é seguido da seção denominada narração ou corpo da argumentação ou demonstração (tema, objetivo do documento). Em [4], vem a confirmação, pausa para apreensão dos dados da argumentação e apresentação de outros dados que direcionarão a tese defendida. As seções de narração e confirmação são marcas do gênero e correspondem, grosso modo, ao conteúdo proposicional da carta, à proposição dos dados que farão parte da tese, refutação de outros dados (ligados ao *pathos* como será melhor visualizado na análise do próximo capítulo).

O início do corpo da argumentação [3] traz a tese anterior e a nova tese e é marcado pela clareza e brevidade. Na confirmação [4] repousam os dados que reforçarão a nova tese, como também a refutação de outros dados. Esses segmentos são marcadamente argumentativos, afirmação confirmada pelo emprego dos conectivos “aliás”, “bom”, “pois” e “isso é” que, por sua diversidade, indicam uma

argumentação bem estruturada. No preenchimento dos dados de uma sequencialidade argumentativa, estariam presentes, com base no documento, as proposições “suicídio, portanto, ruína de si próprio” e “suicídio, portanto, falta de discernimento” como teses anteriores. Essas teses também marcam o ponto de vista (PdV) que seria assumido pelo coenunciador, assim como suas crenças, pela classificação de Agrest (2010), não dizendo respeito estritamente aos motivos, mas também fazendo referência ao que seria conceitualmente o suicídio (ruína de si próprio). Dados apresentados como fatos de direcionamento à nova tese e de restrição a outras teses seriam: “não bebo e não uso drogas, fiz tudo que podia fazer nessa vida, tive uma vida linda, tive uma família digna e conceituada, ganhei muito dinheiro e ajudei muita gente com ele, eu nunca me importei com o ter, fui sempre uma filha bondosa e generosa” (Esquema T1).

O lugar comum argumentativo é assinalado pelas inferências de direcionamento da nova tese: “certas condutas levam à vida com Deus”, “Certas condutas levam ao perdão de Deus”, delineados pela universalidade, generalidade e gradualidade assumidas e compartilhadas com o coenunciador. Também são apresentados dados de restrição a outras teses inferidas ao suicídio: “não sou covarde. É preciso coragem para deixar esta vida” (suicídio, portanto, covardia); “não estou desistindo da vida” (suicídio, portanto, pusilanimidade, fraqueza de ânimo); “não é por falta de dinheiro” (suicídio, portanto, fracasso financeiro); “eu não bebo, eu não uso drogas” (suicídio como um ato de alcoólatras e usuários de drogas). Por fim, a nova tese principal de suicídio, portanto, partida para junto de Deus, busca por Deus, ou vida com Deus “eu não me suicidei. Eu parti para junto de Deus”, e outras teses sub-relacionadas em que a morte voluntária estaria direcionada à busca por Deus e à felicidade (Esquema T1).

A peroração vem atrelada a uma seção de dedicatória em [20], pedido de desculpas em [21] “Desculpe a quem eu esqueci”, agradecimento e pedido de perdão em [22] “Obrigado Jesus, Nossa Senhora e meu Deus, perdoem-me e recebam-me como a filha honesta e bondosa que sempre procurei ser!” e é seguida pelo que pode ser caracterizado por um momento de digressão “[21] NOME (APELIDO) cadê você???”. Ou seja, uma tentativa de interlocução que, com base na situação sociodiscursiva de produção, não seria possível, e que causa uma divagação, uma pausa no discurso e, até mesmo, uma reação de espanto na argumentação. O fechamento traz a cláusula ou disposição especial (um pedido de

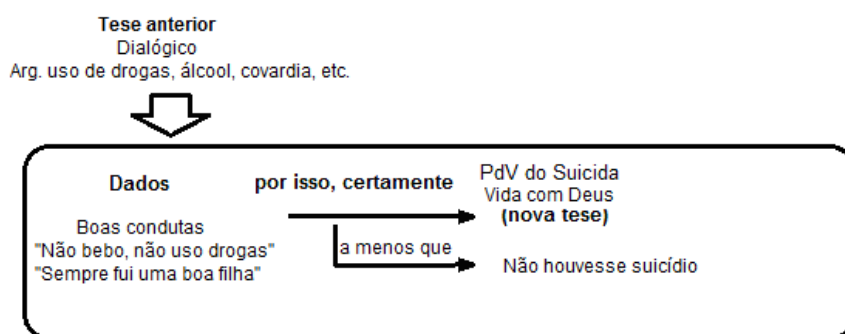
desculpas, agradecimento e perdão), e o fecho propriamente dito em [24] “Fiquem com Deus, todos!” e a assinatura. Por fim, há a apresentação de um elemento diferencial ao documento com a introdução de uma frase de efeito [25]. Essa conduta tem um resultado mais retórico e expande a argumentação em direção aos dados relativos ao *ethos discursivo*.

Contudo, apesar da aparente boa estruturação e construção da argumentação, parece haver problemas de coerência interna entre o que é apresentado conceitualmente sobre o suicídio na tese anterior e na nova tese. Outra falha de coerência ficaria por conta do argumento que traz a preocupação em envelhecer, esse argumento seria incompatível com as boas atitudes que seriam recompensadas com um perdão divino e o que levaria à vida com Deus. Essa aparente incoerência aparece em [13] pela inferência que pode ser feita entre a preocupação com a beleza, autoimagem e o que seria a motivação para o suicídio: “estar cansada”. Esse dado coloca em xeque a própria sinceridade do suicida no documento, entre os motivos que são apresentados como fatos e a preocupação com a imagem, entre o ter a chance de redescobrir a felicidade vivendo e a opção pelo suicídio.

Do ponto de vista da argumentação, o esquema T1 é inconsistente na medida em que a nova tese “vida com Deus” não seria compatível com o dado envelhecer, preocupação com a imagem. Essa inconsistência parece estar justamente na negação do suicídio e na necessidade de reconceituá-lo para assumir, de forma clara, a nova tese “vida com Deus”. Verifica-se, assim, que aqui os motivos vão ser direcionados ao que seria ser feliz e ter paz em função do conceito de suicídio apresentado. Tem-se, então, dois conceitos de suicídio, um presente na tese anterior e outro na nova tese; a restrição ficaria por conta do “ao menos que desistência do suicídio, ou não suicídio”, crença tradicional de que o suicídio estaria ligado à ruína de si próprio, a tormentos, a um conceito incompatível com a felicidade.

Pelo plano de texto traça-se a seguinte corporalidade para o plano argumentativo sequencial do documento:

Esquema T1: Proposição de tese anterior de suicídio pelo contradiscurso



Pelo esquema T1 em conjunto com o exame do plano de texto, observa-se que a disposição e escolha das proposições-enunciados estão estritamente relacionadas à intenção discursiva de demonstração/comprovação da nova tese, que implica em negar o conceito de suicídio da tese anterior (“[3] Eu não me suicidei, eu parti para junto de Deus”). As proposições aparecem em ordem regressiva de raciocínio, ou seja, primeiramente é apresentada a tese anterior e a nova tese guiada pela restrição (AO MENOS QUE não houvesse suicídio), as inferências (certas condutas em vida levam ao perdão e à vida com Deus) e os dados (boas condutas em vida – não beber, não usar drogas, ser boa filha). A tese anterior aparece junto aos contra-argumentos e é direcionada com base na negação de algumas crenças para o suicídio (não sou covarde não; não é por falta de dinheiro; não bebo e não uso drogas; não estou desistindo da vida) e em razão da nova tese de suicídio e vida com Deus. Como dito anteriormente, esse tipo de recurso de composição sequencial, a depender da relação mantida com o coenunciador esperado (sujeitos que apresentam ponto de vista contrário à nova tese), sugere a intenção do enunciador de agir sobre suas opiniões e convencer/provocar adesão à nova tese (suicídio, portanto vida com Deus) a partir de uma reconceituação do suicídio. Apesar da dominância argumentativa, o documento mostra também períodos de narração/relato e descrição de fatos (demonstração) em [5] e [6] com utilização do pretérito, de conectivos e pontuação que exprimem enumeração, continuidade e encadeamento de eventos que igualmente direcionarão a imagem do autor discursivo (*ethos*) pelo coenunciador.

2.4.3. As escolhas linguísticas, os conectores e marcadores e os atos de discurso: contrastes da argumentação do suicida?

Desde o início desta pré-análise indicou-se que o documento em foco poderia ser um modelo prototípico, ou apresentar uma estrutura argumentativa prototípica entre os outros documentos coletados. Boa parte dessas marcas podem estar ligadas ao emprego dos conectores e marcadores que reagrupam os dados utilizados para fazerem parte da proposição argumentativa e que no documento mostraram-se vinculadas substancialmente aos marcadores de responsabilidade enunciativa (PdV) e aos conectores argumentativos. Outras características de coocorrências provenientes das escolhas linguísticas também puderam ser observadas junto ao encadeamento dos atos de discurso.

A nova tese principal, por exemplo, de “morte voluntária, portanto, partida para junto de Deus ou vida com Deus” e as teses sub-relacionadas de que a morte estaria relacionada à busca por Deus e à felicidade expressam o ponto de vista (PdV) do autor discursivo e, com base nela, são apresentados, em oposição, outros pontos de vista juntos às restrições, marcas de exteriorização do PdV do coenunciador como em “[18]Vocês dirão: Todos vivem!”. Essa passagem marca um índice de responsabilidade enunciativa atribuída ao coenunciador com uma expressão efetiva de sua voz no texto, nos termos de Ducrot (1987, p. 202) um dos tipos de marca de polifonia. Outra marca polifônica muito usada no texto e que pode ser um índice de prototipicidade do texto produzido pelo suicida está na utilização da negação. Aqui essa polifonia é expressa como contra-argumentos antecidos por “não”, “mas” e “nunca” que presentificam no texto do enunciador o PdV do coenunciador. Ao trazer essa voz de interlocução, vários outros pontos de vista são expressos a partir da negação, de uma forma geral, em dois movimentos: um primeiro pela apresentação de marcadores da responsabilidade enunciativa do coenunciador (seu PdV), “Eu **não** me suicidei; **não** bebo e não uso drogas; eu **nunca** me importei com o ter; **não** sou covarde não; **não** estou desistindo da vida; **Não** é por falta de dinheiro; **Mas** eu decidi que posso parar com isso”. Essas marcas fazem parte da interlocução ou dados dos PdVs que seriam admitidos pelo coenunciador, ou seja, o enunciador argumenta com base nesses PdVs que imagina que seu coenunciador compartilhe, algo é dito em razão de se supor que o interlocutor pense o contrário. O segundo movimento é proveniente da marcação da responsabilidade enunciativa, ou PdV, do enunciador, em que este apresenta seu

próprio ponto de vista, primeiro trazendo um ponto de vista coincidente com o do coenunciador “Realmente **não** soube administrá-lo” e, depois, assumindo seu PdV “eu **não** quero mais morar em lugar nenhum; Eu **não** quero envelhecer”.

Essas marcas são também traços da representação discursiva (Rd) ou do sentido atribuído à apresentação dos enunciados e condições de recepção do discurso. Este tópico é demarcado pela interlocução e pelo que não pode ser pensado ou do que não seria a motivação ou causa da morte autoinfligida. Em outras palavras, trata-se do tratamento e escolha das proposições com base na reação ou posicionamento frente à possibilidade de interlocução, como em “Eu não me suicidei”, “Fiquem cientes que não bebo e não uso drogas”, “isso é só para verem como não sou covarde não”, “não é por falta de dinheiro”, deflagradas, respectivamente, como o suicídio e “condenação de si próprio”, ou suicídio por “uso de álcool e drogas”, por “covardia perante a vida”, ou por “fracasso financeiro”.

As figuras de interlocução são acionadas com a utilização do pronome indefinido “todos” e, novamente, do presente do subjuntivo com função temporal, assinalando um quantificador universal “saibam todos que tiverem conhecimento desse documento” e ainda considerando uma contra resposta dos possíveis coenunciadores, marcada por uma construção verbal composta com gerúndio “não estou desistindo da vida”. Em seguida, há a retomada da tese principal “suicídio, portanto, vida com Deus”, justificada de [11] a [17]. Logo após, em [18], acontece uma nova interlocução com marcador pronominal e o verbo no futuro “vocês dirão”, em que **vocês** é utilizado como referente ao coenunciador expresso em [10], dando-lhe voz em [18] “Todos vivem!”, função restritiva à conclusão esperada pela tese “suicídio, portanto, partida para junto de Deus” e seu encadeamento “vida com Deus, portanto, paz”, seguido por “paz, portanto, felicidade” explícito em [19] por meio do operador adversativo “mas”: “mas eu decidi que posso parar com isso, ser feliz”. Em [19] há ainda a presença de outro coenunciador não expresso, ao qual o enunciador se direciona no futuro do presente e em terceira pessoa: “porque sei que Deus me perdoará e me aceitará como uma filha bondosa e generosa que sempre fui”.

Voltando-se à estrutura dos atos de discurso, o primeiro movimento é expresso pela intenção discursiva diretiva com enunciados imperativos “não chorem, não sofram”, com o objetivo maior de exprimir o desejo, o conforto. Mais uma vez o emprego de “não” traz implicitamente a ideia de morte e sofrimento, morte e choro junto ao interlocutor mais próximo, particular. Em seguida, aparecem enunciados

declarativos que visam revelar a conduta em vida do autor empírico e, por conseguinte, convencer/demonstrar que a morte voluntária equivaleria a “partir para junto de Deus” (nova tese) em abandono à tese de suicídio como uma conduta contrária a esse princípio (tese anterior). A observação da estrutura dos atos discursivos ligados entre si evidencia uma hierarquia ilocucionária pela dominância do ato declarativo “[3] Eu não me suicidei, eu parti para junto de Deus”, sustentado pelos assertivos/constativos “É preciso coragem para deixar esta vida” e “sei que Deus me perdoará e me aceitará como uma filha bondosa e generosa que sempre fui”, com orientação argumentativa de provocar adesão ao ponto de vista, sustentar e validar a nova tese. Destacam-se também as formas expressivas como “obrigada”, “muita luz”, “fiquem com Deus, todos”, com intenção discursiva de agradecer e despedir-se.

Por fim, assinala-se o emprego dos conectores argumentativos por serem os responsáveis pelas associações da responsabilidade enunciativa e da orientação argumentativa das proposições-enunciados. No documento, o destaque fica por conta da apresentação de conectores adversativos (mas), marcadores de argumentos fortes que têm a principal função de introduzir e direcionar a tese principal “fui ludibriada por pessoas de má fé várias vezes, **mas** sempre renasci como uma fênix; posso morar aqui, em Floripa ou no Sul. **Mas** acontece que eu não quero mais morar em lugar nenhum”; “Vocês dirão: Todos vivem! **Mas** eu decidi que posso parar com isso”. Além disso, verifica-se uma constante objetividade junto à apresentação dos dados. Nas proposições de [1] a [7], por exemplo, há um apagamento dos traços de subjetividade em que o enunciador vai direto ao assunto, ou seja, a apresentação da nova tese (seu PdV), dos dados que a reforçam e dos dados de refutação (PdVs do coenunciador). Em [7] “**aliás**” marca a apresentação de um novo argumento que sustenta o PdV, suicídio, portanto vida com Deus”, do enunciador. Em [19] há uma concessão aliada a uma explicação/justificativa “Mas eu decidi que posso parar com isso, ser feliz, porque sei que Deus me perdoará e me aceitará como uma filha bondosa e generosa que sempre fui”. A conclusão é construída em meio ao discurso pela negação de outros PdVs e dá a entender que o discurso é tanto polêmico quanto de autoafirmação e exposição da imagem de si e do interlocutor. A argumentação torna-se, assim, uma autodefesa em razão de uma crença de julgamento e necessidade de explicação da conduta suicida.

2.4.4. Retomando algumas questões centrais

Pensando no que foi discutido, seria possível considerar a estrutura argumentativa desse documento como prototípica? Uma resposta a essa questão parece ser, por momento, óbvia: isso não seria provável, uma vez que, para ser “verdade”, seria necessário encontrar outras ocorrências da mesma natureza entre os outros documentos coletados com o mesmo grau de tipicidade. Além disso, a argumentação mostrou-se profundamente ligada à imagem de coenunciadores e à crença em PdVs distintos. Assim, o que se pode assumidamente dizer é que a situação de produção representa-se como um tipo de interlocução e uma afirmação, talvez possível, seria que se houvesse um determinado tipo de modelo de argumentação do suicida, o documento, com certeza, poderia ser considerado um modelo praticável. A argumentação pela atribuição do ponto de vista do coenunciador marcado pela negação parece ser uma opção, tendo em vista a situação sociodiscursiva de produção, uma vez que na cultura ocidental a morte autoinfligida não detém uma aceitação favorável.

No sentido das questões problema e hipóteses delimitadas, a análise demonstrou que o documento apresenta-se positivamente em direção à tese da enunciação do suicida ser ancorada em encadeamentos sequenciais predominantemente argumentativos em função de uma autodefesa. Quanto ao plano de texto, o documento se aproxima da carta pessoal (plano de texto convencional) e discursivamente indica que, além de um suporte original (um suporte material escrito), suportes esperados, a contar pela marcação de interlocução, seriam ambientes de divulgação pela imprensa (regime de materialidade), principalmente em razão de sua imagem pública. Note-se que esta particularidade é expressa junto às condições de recepção no direcionamento dos dados aos coenunciadores esperados (peroração).

Discursivamente, esse documento busca a legitimidade fundamentada em valores românticos de uma sociedade conservadora e patriarcal e a consideração da moral e da rigidez de caráter frente aos valores sociais vigentes. O enunciador visa interagir com o coenunciador pela criação de um universo familiar e sentimental, sob a intenção de imprimir-se pelo cansaço de viver. Circunscrevendo as condições de recepção e de produção, pode-se admitir que as finalidades do discurso circulem em torno de declarar/convencer sobre as motivações para a escolha da morte

voluntária, bem como de traçar também um tipo de defesa frente ao PdV do interlocutor esperado.

Em síntese, esses aspectos composicionais e discursivos assumem o que se acredita serem características comuns entre outras composições do mesmo gênero. É um discurso que se projeta com base na condição de recepção, principalmente pela introdução dos contra-argumentos à tese principal defendida. É nesse sentido que se pode afirmar que as considerações a respeito dos acordos e o tratamento dado pela retórica à relação orador/auditório serão uma etapa importante e complementar à realizada neste capítulo.

CAPÍTULO III

PRESSUPOSTOS DE UMA ANÁLISE RETÓRICA DAS PRODUÇÕES DE SUICIDAS

Ao trabalhar no capítulo anterior com as unidades composicionais elementares (proposições-enunciados, períodos e sequências, plano de texto), se indicou, em muitos momentos, a dificuldade de separação entre as particularidades que podem ser classificadas como textuais e as discursivas. Os conceitos apresentados demonstraram a impossibilidade em uma análise composicional de desconsiderar o contexto de produção, de recepção e a situação sociodiscursiva, uma vez que demandam do enunciador uma série de compromissos e necessidades no desenvolvimento do discurso e acabam por se concentrar no estatuto dos elementos que compõem o texto. No que diz respeito à argumentação, a análise textual, tendo em vista a sequencialidade, corroborou com parte da compreensão da teia argumentativa que no documento analisado mostrou ser formada pela adoção e exposição de um ponto de vista em que o sujeito, segundo suas intenções, cria, recria ou/e escolhe meios linguísticos para prová-lo, demonstrá-lo ou justificá-lo. A última seção do capítulo apontou para o fato de que, na análise, a partir do peritexto (fronteira entre os campos da Linguística Textual e da análise dos discursos), o texto passa a desempenhar um papel que vai além do nível composicional de base e suas organizações são tão complexas que é necessário buscar respaldo em áreas e teorias afins, visto que se passa também a considerar as figuras do enunciador e do coenunciador e o que é criado no próprio discurso por meios linguísticos.

Com base no tipo de análise e caracterização pretendida para as cartas de suicídio, a exposição realizada no capítulo II tratou das faces da proposição do discurso segundo o panorama que vem se projetando a partir do surgimento das discussões sobre os gêneros discursivos e o próprio estabelecimento da Linguística Textual sob os moldes traçados por Adam (2008). No que se refere à argumentação, muito do que se discutiu revela uma aparente relação com elementos provenientes da Retórica Clássica, ou que, pelo menos, apresentem algum tipo de filiação em razão do entendimento e das formas de conceber o discurso.

Nesse sentido, o presente capítulo tem por objetivo trazer fundamentos da retórica, mais especificamente voltados ao exame da argumentação nas produções de suicidas, principalmente com a seleção de fundamentos teóricos que contribuam efetivamente para o entendimento dos encadeamentos discursivos que se projetam a partir da fronteira peritextual (esquema 2), assim como foi apresentado no capítulo I (esquema 1). Para tanto, o primeiro direcionamento do estudo será realizado com a apresentação do tratamento dado à argumentação pela Retórica e Nova Retórica, em especial as discussões de Perelman & Olbrechts-Tyteca no “Tratado da Argumentação” (conceitos de acordo e a classificação dos tipos de argumentos). Essa escolha ocorreu principalmente em função da dominância sequencial argumentativa visualizada na pré-análise realizada no capítulo II.

Neste mesmo capítulo, serão inseridas, em seção posterior à apresentação dos conceitos expostos no parágrafo anterior, discussões a respeito do conceito de *ethos*. A projeção assumida pela imagem de si no discurso já foi discutida de forma abrangente em trabalhos na área de Análise do Discurso, contudo a opção pela análise retórica fez com que se tornasse mais prudente nesse estudo a adoção de uma visão retórica do *ethos*. Em alguns momentos, como na apresentação das técnicas argumentativas, serão destacadas a importância dessa escolha e a forma de apresentação neste capítulo, necessárias e interessantes à análise dos dados.

Acredita-se que, para a pesquisa dos documentos produzidos por suicidas, a utilização desses conceitos possibilitará estabelecer pontos de análise e referência entre os tipos de argumentos que podem ocorrer na situação de produção criada pelo enunciador no tipo de documento coletado, atentando para a observação da criação do plano discursivo frente ao coenunciador ou coenunciadores admitidos no momento do discurso, suas possíveis inferências/conclusões e o contexto de recepção dos dados. Nesse sentido, a identificação e explicitação do tipo de acordo ou acordos instituídos nesses documentos será uma parte importante de caracterização na pesquisa. Além desse aspecto, a análise do *ethos* terá uma relevância e complementaridade na investigação da argumentação do suicida. Ao se fazer um paralelo com esse *corpus*, espera-se determinar efeitos retóricos/discursivos manifestos pela consideração dos acordos expressos, principalmente dados a respeito dos meios e formas de argumentação e de persuasão/adesão à opinião no teor dos documentos coletados. Como no capítulo anterior, ao fim das discussões, será realizada a análise pelos pressupostos teóricos

selecionados na mesma produção textual suicida analisada no capítulo II, evidenciando sua projeção dentro dos objetivos propostos e do próprio esquema geral de análise apresentado no capítulo I (esquema 1).

3.1. VISÃO RETÓRICA DA ARGUMENTAÇÃO: O ESTABELECIMENTO DO DISCURSO E A PROPOSIÇÃO DOS ACORDOS

A pré-análise realizada no capítulo II vislumbrou, em muitos momentos (sobretudo nas descrições da esquematização discursiva na produção do suicida), certa familiaridade com o que será exposto nesta apresentação da visão retórica da argumentação. E isso provavelmente se repete em muitos outros estudos que tratam da argumentação ou do discurso de uma forma geral, tendo em vista ser a retórica fonte de muitos conceitos hoje utilizados. É junto à retórica que surgem as primeiras discussões a respeito do papel da argumentação, sendo a própria retórica muitas vezes definida segundo a argumentação, ligada ao raciocínio e também à persuasão e manipulação das opiniões em uma relação com a arte de criação do discurso. Novas disciplinas incorporaram parte de seus conceitos, atribuindo-lhes outras características ou simplesmente utilizando-os como terminologia de base em diferentes análises.

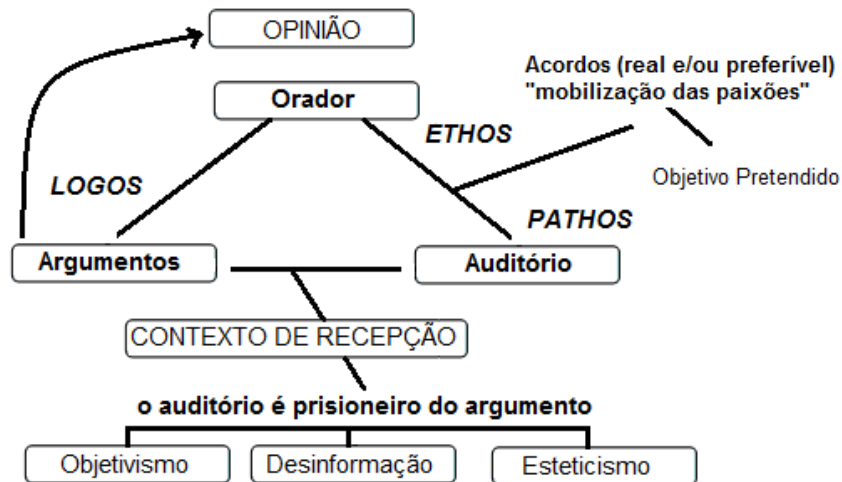
Assim, a inserção da argumentação como foco de pesquisa implica paralelamente em conceituar parte do sistema retórico e, sobretudo, partes das mudanças desse sistema, o que se torna uma tarefa complexa, pois implica fazer referência a uma série de valores temáticos que, em seu sentido geral, agrupam-se em torno do sentido atribuído ao discurso. Nela, não apenas se propõe aderir a uma opinião a toda prova como também informar, modificar um ponto de vista ou até mesmo uma visão de mundo, ou partes dessa visão, e compartilhar uma ou mais teses em razão dos dados ou premissas cuidadosamente escolhidas para serem apresentadas. Nessa direção, aplica-se ao exame retórico do texto de suicida o conceito de argumentação apresentado por Breton (2003, p.35). Para o autor, argumentar significa “agir sobre a opinião de um auditório de maneira a desenhar um vazio, um lugar para a opinião que o locutor lhe propõe. No seu sentido mais forte, argumentar é construir uma interseção entre os universos mentais nos quais cada indivíduo vive”.

Ao se incorporar essa visão da argumentação segundo Breton (2003), incluem-se também, para a visualização do *corpus*, três pontos considerados pelo

autor como essenciais e que permitem definir o campo da argumentação partindo do que concebia a Retórica Clássica. No primeiro deles, considerar que argumentar equivale a comunicar, o que implica levar em conta orador, auditório e mensagem; em segundo lugar, observar que argumentar não é convencer a qualquer preço, o que implica romper com a retórica, pois ela não economiza meios para persuadir, tornando necessário buscar respaldo em teorias auxiliares, como a Nova Retórica; em último lugar, estar ciente de que “argumentar é raciocinar, propor uma opinião aos outros, dando-lhes boas razões para aderir a ela” (BRETON, 2003, p.26).

Pensando nesses limites, a teoria da argumentação nesses moldes volta-se aos participantes do discurso e a outros elementos (técnicas) do contexto de produção, assim como desenvolvem Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996). Discutindo a questão, Breton (2003) apresenta um esquema, que aqui foi adaptado relacionando os conceitos apresentados pelo autor com a categoria de acordo e técnicas de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), como abaixo (esquema 8). Nesse esquema, sistematiza-se uma situação argumentativa de produção, relacionando os elementos retóricos/discursivos a serem utilizados nas análises. Trata-se de uma maneira de visualização dos polos acionados no momento do estabelecimento do discurso e que, em linhas gerais, situa os objetos em discussão e auxilia na própria elaboração de um quadro argumentativo retórico das produções de suicidas (acordos, argumentos, *ethos*, *pathos*, ponto de vista, entre outros). No esquema, as atividades se concentram em torno do orador, seu auditório e os argumentos que direcionarão a tese principal (parte central do triângulo). O orador constrói uma imagem de si (*ethos*) e uma imagem do auditório (*pathos*), as quais propiciarão maior chance de adesão a sua opinião, transmitida a fim de “mobilizar as paixões” do auditório, seduzi-lo (realização do acordo), de forma que compartilhe da tese, por uma escolha sistematizada de argumentos (dados e proposições) com o objetivo de atender às intenções da produção do discurso, ou objetivo discursivo visado. No contexto de recepção criado, tem-se o modo de aprisionamento do auditório à tese, marcado pelos argumentos em função de um discurso objetivo, e/ou baseado na desinformação e/ou esteticismo.

Esquema 8: Limites da argumentação



Esquema adaptado de Breton, 2003, p.53.

O esquema acima, adaptado do esquema de Breton (2003, p.53), apresenta a argumentação como uma atividade humana estritamente relacionada à ação de convencer ou compartilhar uma ideia, levando outrem à adoção da opinião pela escolha dos argumentos, estabelecimento de um acordo e das figuras de *ethos* e *pathos* criadas. Aponta para a possibilidade de aprisionamento pelo discurso, em que convencer pode também assumir uma perspectiva alternativa ao uso da força física como forma de adesão e sedução, por motivação implícita, sem que o coenunciador se dê conta, ou seja, por manipulação. A opinião, para Breton (2003), apresenta um sentido forte, pois seria representada por crenças que guiam as ações dos sujeitos, fazendo com que assumam determinadas condutas e organizem-se em grupos que compartilhem de uma mesma opinião. Em um paralelo com o que foi discutido no capítulo anterior, a opinião equivale ao ponto de vista (PdV) dos sujeitos, ou responsabilidade enunciativa pelo enunciado. Na maioria das situações de produção, a adesão do auditório ao PdV do orador é o objetivo do discurso.

Seguindo o mesmo esquema, destaca-se que o *ethos* (caráter), *pathos* e *logos* são determinados, segundo a concepção de Aristóteles, pela escolha do gênero (judiciário ou *forense*, deliberativo, epidíctico), sendo instaurados como argumentos da persuasão:

Há três tipos de meios de persuasão suprimidos pela palavra falada. O primeiro depende do caráter pessoal do orador; o segundo, de levar o auditório a certa disposição de espírito; e o terceiro, do próprio discurso no que diz respeito ao que demonstra ou parece demonstrar (ARISTÓTELES, 2011, 1356a, p.45).

Complementando essa ideia no esquema 8, o *ethos* e o *pathos*, segundo Reboul (2004), são de ordem afetiva e o *logos* de ordem racional. O *ethos* deve inspirar confiança no auditório, pois, por mais contundentes que sejam os argumentos do orador, ele não provocará adesão sem confiança. O *pathos* diz respeito às emoções e sentimentos que o orador deve despertar em seu auditório pelo discurso. Por fim, o *logos* diz respeito à argumentação do discurso. Uma atenção especial será dada ao *ethos*, em seção posterior, em razão da proposição dos objetivos frente ao *corpus* escolhido.

Discute-se, ainda no esquema 8, a apresentação feita por Reboul (2004) a respeito do campo do sistema retórico, sobretudo pelo conceito de disposição que auxiliará na discussão dos dados, além de condensar parte do que seria uma arte na Retórica. Esse campo é dividido em quatro partes, com base em Aristóteles. Essas partes corresponderiam a espécies de fases pelas quais passaria o orador na construção de seu discurso: a) a **invenção** ou a busca do orador por todos os argumentos e os meios de persuasão que comporão o discurso. Na invenção, tem-se o questionamento do assunto, os dados sobre que ele versará e a escolha do gênero retórico segundo o auditório (judiciário ou *forense* – juízes, deliberativo – assembleia, epidíctico – espectador, nos quais os respectivos atos seriam acusar/defender, aconselhar/desaconselhar, louvar/censurar); b) a **disposição** dos argumentos na ordem de composição do discurso, dependente do gênero em questão. Na Retórica, a disposição é vista como um plano-tipo ao qual o orador recorre para construir seu discurso. Reboul (2004) descreve o mais clássico em quatro partes: exórdio, a parte que inicia o discurso, com função fática, isto é, de tornar o auditório dócil, atento, benevolente; a narração ou a exposição dos fatos, também denominada demonstração, objetiva, mas também direcionada segundo as necessidades do discurso como acusar, defender; a confirmação ou o conjunto de provas que seguem a narração, em geral seguida da refutação que destrói os argumentos do adversário; a peroração e a digressão. A peroração equivale ao momento final do discurso, que pode ser antecedido da digressão, ou momento de relaxamento, móvel e que pode ser descartada, com função de distração do auditório, ou de apiedá-lo ou indigná-lo. A peroração pode ainda ser dividida em amplificação dos argumentos, paixão que visa despertar piedade ou compaixão e recapitulação, ou resumo da argumentação; c) a **elocução** ou a redação escrita do

discurso, onde entrariam também o estilo do orador e as próprias figuras de estilo da linguagem; d) por fim, a **ação** ou o ato efetivo de realização do discurso (a voz, os gestos, as mímicas), ou seja, a oratória.

Como dito, na disposição, aparece um conjunto de conceitos que permite delimitar efeitos composicionais e discursivos. Trata-se do movimento apontado no início do capítulo de complementaridade dos conceitos-base da retórica às análises. Esse dado, em contraste com a definição de plano de texto convencional, por exemplo, direciona a análise realizada no capítulo II, como será tratado mais à frente na extensão dessa análise pelo quadro retórico.

Retomando a ideia do início do capítulo, o conceito de argumentação aparece primeiramente inserido na retórica e nela tem um ponto de partida nas discussões de como persuadir e principalmente dos tipos de argumentos como instrumentos de persuasão presentes no discurso (*ethos* e *pathos* – de ordem afetiva, e *logos* – de ordem racional). Seguindo esse princípio, Reboul (2004) afirma que uma das questões delimitadoras da argumentação está em “a quem” o discurso se destina e em sua consideração na interpretação do discurso, uma vez que esse é construído tendo em vista a imagem (*pathos*) que o orador/enunciador tem de seu auditório/coenunciador e as intenções do discurso. No capítulo anterior, já se delimitou parte dessa projeção face à esquematização discursiva sob o formato das condições de recepção do discurso e foi nesse sentido que se encontrou a necessidade de uma definição mais aprofundada, optando-se por se fazer um paralelo com a noção de acordo. As bases dessa discussão são encontradas na Nova Retórica de Perelman, na qual o autor traça aspectos da argumentação na adesão ou não adesão do auditório a uma tese defendida por um orador, remetendo a vários conceitos.

Schmetz (2000), estudioso da obra do autor, aborda alguns desdobramentos que essa visão apresenta e que são importantes a considerar em razão do tipo de *corpus* da pesquisa. Por conta da noção de acordo, um aspecto central ficaria por conta do texto de Perelman ser dirigido a um tipo de discurso perfeito, ou que tem a pretensão de ser perfeito, que vislumbraria certas parcelas em detrimento de outras. Esse aspecto circunda as relações que todos os discursos deveriam ter em função de seus objetivos discursivos visados. Aproveita-se essa observação para a pesquisa (o que levaria a uma possibilidade de utilização dos conceitos do autor para além de sua obra), minimizando-a e tomando como ponto-chave a noção de

que, ao construir seu discurso, todo orador tem por objetivo a perfeição, ou que, pelo menos, a compreensão e o julgamento desse discurso pelo auditório sejam adequados. Para tanto, retoma-se novamente o esquema 8. Tanto do ponto de vista do discurso quanto da retórica, o ato de argumentar exige a consideração do outro, do contexto de recepção estabelecido pela seleção de acordos entre o orador e seu auditório, este último aprisionado aos argumentos do orador. Trata-se, portanto, de dar atenção às proposições prévias presentes na argumentação, sem as quais não seria possível estabelecer o discurso:

Esse acordo tem por objeto ora o conteúdo das premissas explícitas, ora as ligações particulares utilizadas, ora a forma de servir-se dessas ligações; do princípio ao fim, a análise da argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelos ouvintes (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.73).

Esse direcionamento de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) tem em vista o pressuposto de que todo discurso sempre se destina (tem em mente) a um sujeito empírico, que poderá aderir, não aderir, ou aderir em parte a uma tese proposta em função dos argumentos utilizados pelo orador. Reboul (2004), nesse sentido, estabelece uma distinção do auditório a considerar: em primeiro lugar, seu tamanho (um indivíduo ou toda a humanidade); depois características psicológicas e fisiológicas (idade, sexo, profissão, aspectos culturais); em terceiro lugar, a competência do orador em dirigir-se ao auditório com uma imagem adequada de si, tanto por seus conhecimentos quanto pelo nível de argumentação e vocabulário adequado à situação de discurso; e, por último, a inserção de uma ideologia. Todas essas características levarão ao que é expresso como acordo, ou o entendimento mínimo entre o orador e o auditório, que servirão de alicerce à trama argumentativa. Sem um acordo comum, o discurso se impõe em meio à violência ou ignorância.

Pode-se objetar que é difícil interpretar um discurso quando se ignora o acordo prévio que ele pressupõe. Mas esse acordo é revelado pelo próprio texto: pelo não-dito, pela ausência das provas que seriam de esperar, por suas fórmulas estereotipadas, alusões, expressões como: 'é certo que', 'todos sabem', 'deve-se admitir', etc. Também neste caso o texto explica o texto (REBOUL, 2004, p.143).

Para Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), os acordos, que podem servir de premissas ou ainda ser o objeto de crença ou adesão frente ao auditório, são divididos em duas classes, a do **real** e a do **preferível**. A classe dos acordos

relacionados ao real compreende os fatos, as verdades e as presunções, orientadas para um auditório universal¹⁸; a relativa ao preferível comporta os valores, as hierarquias e os lugares do preferível, sendo direcionada ao que se admite como um auditório particular¹⁹. É importante destacar que tanto os acordos do real quanto do preferível correspondem, na argumentação, às premissas expostas que serão direcionadas/escolhidas segundo as necessidades da situação de produção, podendo ou não aparecer explicitamente. Primeiramente, o acordo envolverá o que é posto como real (fatos, verdades, presunções de verdade) que sustentarão a argumentação e, em um segundo momento, o que é preferível, ou seja, o universo de valores, hierarquias e lugares que envolvem os argumentos (COSTA, 2009).

Segundo os autores, o “real” seria visualizado sob a forma de uma pretensão de validade dos dados que servem aos diferentes discursos, podendo, como dito, ser caracterizado como fatos, verdades ou presunções. Apesar de suas definições não trazerem características capazes de dar conta de todas as situações argumentativas, sua organização fixa-se no limite do que seria comum a um número expressivo de pessoas, ou seja, a um auditório universal, podendo sofrer pequenas variações segundo aspectos internos como diferenças culturais, sociais, entre outras, uma vez que, por mais que se tenha um padrão, sempre pode haver ocorrência de casos limítrofes:

O modo de conceber esse auditório, as encarnações desse auditório que reconhecemos serão, portanto, determinadas para decidir o que, neste ou naquele caso, será considerado um fato e se caracteriza por uma adesão do auditório universal, adesão tal que seja inútil reforçá-la (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 75).

Neste sentido, a organização dos objetos do real obedece a uma divisão entre os fatos que podem ser admitidos e entendidos como dados que se ligam ao concreto, ao que não é passível de dúvida, que direcionará objetivamente a tese, um dado não controverso ao auditório universal, assumindo formas como as de fatos de

¹⁸ O auditório universal, segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996, p. 37), corresponde a um número de participantes discursivos que apresentam um perfil semelhante e que, dessa forma, compartilham também um determinado ponto de vista facilmente identificável pelo orador como os indivíduos que compartilham de uma mesma nacionalidade, toda a humanidade, os homossexuais, entre outros. “O auditório universal é constituído por cada qual a partir do que sabe de seus semelhantes, de modo a transcender as poucas oposições de que tem consciência”.

¹⁹ Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996, p.34) definem o auditório particular como qualquer indivíduo ou pequeno grupo de indivíduos cujas atitudes são conhecidas pelo locutor. “O indivíduo que delibera ou o interlocutor do diálogo podem ser percebidos como um auditório particular, cujas reações conhecemos e cujas características somos ao menos capazes de estudar”.

observação, fatos supostos, fatos possíveis ou fatos convencionais. É importante destacar que, no interior do discurso, à medida que um fato é recusado, ele perde seu estatuto para outro fato em uma troca de lugares dentro de uma proposição. Reboul reforça a ideia de limitação dos fatos visto que podem ser contestados em razão de uma simples aparência de validade ou por sua incompatibilidade com outros fatos.

As verdades, por sua vez, aparecem descritas segundo os critérios estabelecidos para os fatos e aparecem quando em ligação com um conjunto de fatos, podendo pertencer a um tipo de auditório ou grupo de sujeitos específico. O que é creditado como verdade para uma sociedade pode ser admitido de forma diferente para outra ou, podem existir várias verdades sobre um mesmo ponto de vista. As verdades constituem-se de “sistemas mais complexos, relativos à ligação entre fatos, quer se trate de teorias científicas ou de concepções filosóficas ou religiosas que transcendem a experiência” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.77). Para os autores, dentro da argumentação, o alcance das verdades e dos fatos como dados para a adesão a uma dada tese aparece ligado a um ou ao outro e depende de uma análise exaustiva do auditório:

O mais das vezes, utilizam-se fatos e verdades (teorias científicas, verdades religiosas, por exemplo) como objetos de acordo distintos, mas entre os quais existem vínculos que permitem a transferência do acordo: a certeza do fato A, combinado com a crença no sistema S, acarreta a certeza do fato B, o que significa que admitir o fato A, mais a teoria S, equivale a admitir B (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.78).

Sendo um grupo à parte descrito pelos autores, as presunções apresentam-se também orientadas ao grupo do auditório universal. Para os autores, são o ponto de partida das argumentações, expressando uma verdade que não apresenta uma razão objetiva. Reboul (2004) as caracteriza como o que se credita como verossímil, ou o que é admitido como verdade até que se prove o contrário. Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996, p.79), alguns exemplos de presunções são autoexplicativos, como:

a presunção de que a qualidade de um ato manifesta a da pessoa que o praticou; a presunção de credulidade natural, que faz com que nosso primeiro movimento seja acolher como verdadeiro o que nos dizem e que é admitida enquanto e na medida em que não tivermos motivos para desconfiar”; a presunção de interesse, segundo a qual concluímos que todo

enunciado levado ao nosso conhecimento supostamente nos interessa; a presunção referente ao caráter sensato de toda ação humana.

Logo, sua “verossimilhança não deriva de um cálculo aplicado aos dados de fato e não poderia derivar de semelhante cálculo, mesmo aperfeiçoado” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.79).

Como dito anteriormente, os acordos manifestos pelos fatos, verdades e presunções são orientados ao auditório universal e caracterizados segundo o princípio de atender a um número expressivo de indivíduos. Por outro lado, os acordos sobre o preferível – valores, hierarquias e lugares do preferível – expressam seus conceitos com base em um auditório particular, caracterizado por sua individualidade e especificidade.

Os valores podem ser definidos, grosso modo, como certas crenças ou convicções dotadas de uma estrutura interna que mobiliza uma ação, que sempre evoca outra ação, em geral oposta. A crença na honestidade, por exemplo, implica em reconhecer também a desonestidade e com ela uma série de outras crenças existentes na maneira particular do agir humano. Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996, p. 84-85), recorre-se aos valores “para motivar o ouvinte a fazer certas escolhas em vez de outras e, sobretudo, para justificar estas, de modo que se tornem aceitáveis e aprovadas por outrem”. O conceito de “belo” exemplifica essa ideia; o que um indivíduo crê como belo pode não ser belo para outro, ou o que foi belo no passado, hoje não apresenta a mesma conotação. O que dizer da beleza na moda, por exemplo, que, apesar de motivar determinado padrão, ao auditório universal pode oferecer inúmeras acepções dentro desse mesmo auditório?

O campo dos valores apresenta, assim como os fatos, uma pretensão ao universal, contudo varia em relação a um extrato discursivo e outro pelo que é denominado crença. A crença no suicídio como falta de juízo moral seria um exemplo, pois diz respeito mais a uma crença projetada – o capitalismo leva as pessoas a acreditarem que alguém que se suicida estaria tentando livrar-se da responsabilidade de produção e, em alguns períodos da história, era imposta à família a substituição da função do suicida por um parente próximo. Além disso, essa tese pode ser facilmente refutada por um dado sociocultural que leva a sua tese oposta, suicídio como forma de resgatar a moral, proposta nos rituais do *suttee* entre as mulheres indianas e do *harakiri* nas culturas orientais. Nesse contexto, é importante citar a subdivisão realizada por Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), em

relação aos valores no campo da argumentação para fins analíticos, entre valores concretos e valores abstratos. Os valores concretos estão ligados a um ente vivo, a um objeto ou um lugar, revelando um caráter único, particular. Os valores abstratos se fixam enquanto princípios da moral ocidental, como lealdade, fidelidade, solidariedade e disciplina, citados pelos autores.

As hierarquias apresentam-se ligadas aos valores e representam atitudes implícitas deflagradas no momento em que há a necessidade de defesa de um valor. Para Reboul (2004, p.166), falar em valor já subentende reconhecer uma hierarquia de valores: acredita-se, por exemplo, ser melhor sacrificar o cão do que o dono. Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), a superioridade sobre um ser ou coisa e as hierarquias entre as pessoas são manifestações dessa classe, que também podem ser divididas entre concreta, como a superioridade dos homens sobre os animais, e abstrata, como a superioridade da justiça sobre a utilidade.

Em última instância dos acordos estabelecidos no campo da argumentação, quanto ao preferível há a preocupação com o “lugar”. Segundo sua origem, o termo possui outras denominações como “lugar comum” e “tópico”. Para Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996, p.94), “os lugares designam rubricas nas quais se podem classificar os argumentos”, lugares-comuns de argumentos como na classificação de Aristóteles, citados pelos autores, que podem servir a qualquer ciência. “Os lugares-comuns se caracterizam, primitivamente, por sua imensa generalidade, que os tornava utilizáveis em todas as circunstâncias” e que, pouco a pouco, tornou-os comuns como nas proposições: “não há nada melhor do que um dia depois do outro”, “o bem triunfa sob o mal”, “a gente colhe o que planta” e seguem proposições de argumentos comuns aceitos e mantidos pelos indivíduos (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.94). Em resumo, apresenta-se a mesma premissa de Reboul (2004) de que os lugares têm por função justificar escolhas e um consenso geral sobre o meio de atribuir um valor a algo.

Com base nos lugares apresentados por Aristóteles, Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) discutem alguns tipos considerados capazes de conduzir o auditório, são eles: os lugares da quantidade, da qualidade, da ordem, do existente, da essência e da pessoa. Nos lugares da quantidade, temos lugares-comuns que se posicionam um em relação ao outro por meio de razões quantitativas, como em “o bem que serve a um maior número de fins é preferível ao que só é útil ao mesmo grau” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.97). O efeito argumentativo é,

no caso dos lugares-comuns de quantidade, o de proporção entre elementos opostos trazidos nos dados, fácil ou difícil, provável ou improvável. Nos lugares de qualidade, a observação não é realizada com base no número, mas pelo critério da unicidade e da forma como concebemos nossas relações com determinadas questões e objetos, tratados como seres únicos e com os quais mantemos, segundo os autores, relações singulares: “o que é único não tem preço, e seu valor aumenta pelo próprio fato de não ser avaliável” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.102).

São definidos por Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996, p.105) em “outros lugares” os lugares-comuns da ordem, do existente, da essência e da pessoa, aos quais é creditada singular importância como ponto de partida das argumentações. Em primeiro lugar, os lugares da ordem dizem respeito à superioridade de certos dados em relação a outros, “a superioridade do anterior sobre o posterior, ora da causa, dos princípios, ora do fim ou do objetivo”. Os lugares do existente são formalizados em um acordo sobre as formas do real em relação às formas do que é possível. Nos lugares da essência, podemos fazer um contraponto com o que caracterizamos como um elemento prototípico de determinada espécie, ou classe (ROSCH, 2004); nesse sentido, o que representa um padrão ou uma essência fundamental é valorizado por essas características. Por fim, na classificação dos lugares-comuns, tem-se o lugar da pessoa que aparece vinculado a certos valores humanos, tidos como indispensáveis entre suas qualidades, como a dignidade, justiça, mérito e autonomia.

Ao apresentarem essa classificação, os autores deixam claro que não pretendem ser exaustivos em suas descrições, mas sim mencionar acordos suficientes e não excludentes como pontos de partida da argumentação. Em uma relação com o presente estudo, pode-se dizer que, para a argumentação, assim como foi tratado no capítulo a respeito dos aspectos composicionais dos textos, os acordos do real e do preferível servem de base aos dados (base essa que fundamenta, sendo o conteúdo, uma forma de ligação ou a maneira de se servir da ligação) que, por meio de inferências, levarão à tese proposta sob a qual há um acordo com o auditório, ou seja, o que se acha que pode ser admitido por esse auditório. Em outras palavras, para desenvolver o objetivo do discurso, o orador deverá estabelecer premissas, que serão fruto de escolhas, com base em acordos (do real e do preferível) e que, segundo inferências do auditório (guiadas ou não),

servirão de pontes rumo à tese ou teses desejadas e o objetivo da situação sociocomunicativa – convencer, declarar, justificar, opinar, reclamar, entre outras.

Outro ponto apresentado por Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) e a ser incorporado ao estudo dos documentos produzidos por suicidas reside no valor atribuído à interpretação dos dados. Para os autores, o estudo da argumentação implica não só observar quais são os dados e como são utilizados, como também a forma como são interpretados. Na prática argumentativa, parece haver um acordo sobre os dados apresentados, pois, mesmo que seja considerada a multiplicidade de sentidos de uma proposição, ainda assim é possível controlar de certa forma seu significado, à medida que **se escolhem** determinados dados para compor as premissas em detrimento de outros. É nesse sentido que a apresentação das crenças sobre o suicídio no capítulo I ancora as análises com base nos fundamentos do capítulo II e do presente capítulo. Primeiro, por possibilitar a consideração do contexto de produção na atribuição de sentido à palavra e depois pelo fato de a interpretação deflagrar a identificação das intenções do produtor do discurso, tendo em vista também elementos implícitos em que a própria marca de implícito ou explícito poderia também ser intencional. Assim, basta neste momento, como sugerem os autores, cautela para certa falta de segurança na interpretação da argumentação nos documentos produzidos por suicidas, em razão de que a insegurança parece ser uma característica desse tipo de discurso, em função de que a adesão a determinadas teses pode ser problemática. Impedir essa insegurança seria função do próprio suicida e não do analista.

Ainda procurando enfatizar o papel das escolhas realizadas pelo orador, enfatiza-se na definição de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996, p.143) a função que as qualificações exercem no discurso argumentativo, exemplificada pelo uso de epíteto. A utilização dos epítetos é manifesta por uma evidente seleção de elementos com o objetivo principal de enfatizar determinadas características ou qualidades de maneira tendenciosa, como “chamar a Revolução Francesa de ‘aquela sangrenta revolução’. Mas não é a única maneira de qualificá-la, e outros epítetos poderiam perfeitamente ser escolhidos” ou, em outros casos, em que seu valor é simétrico, tornando-a mais evidente ao “qualificar Orestes de ‘assassino de sua mãe’ ou de ‘vingador de seu pai’”. Este aspecto difere dos casos de simples inserção do ser em uma classe em que “o assassino” difere argumentativamente de “Orestes, o assassino”; este seria um critério de identificação dos epítetos, sua

intenção argumentativa. A esse respeito Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996, p.135) afirmam que toda argumentação é seletiva à medida que “escolhe os elementos e a forma de torná-los presentes” e não só esses elementos são escolhidos, como também os tipos de argumentos que serão adotados para que estes se tornem presentes, conforme o próximo tópico selecionado.

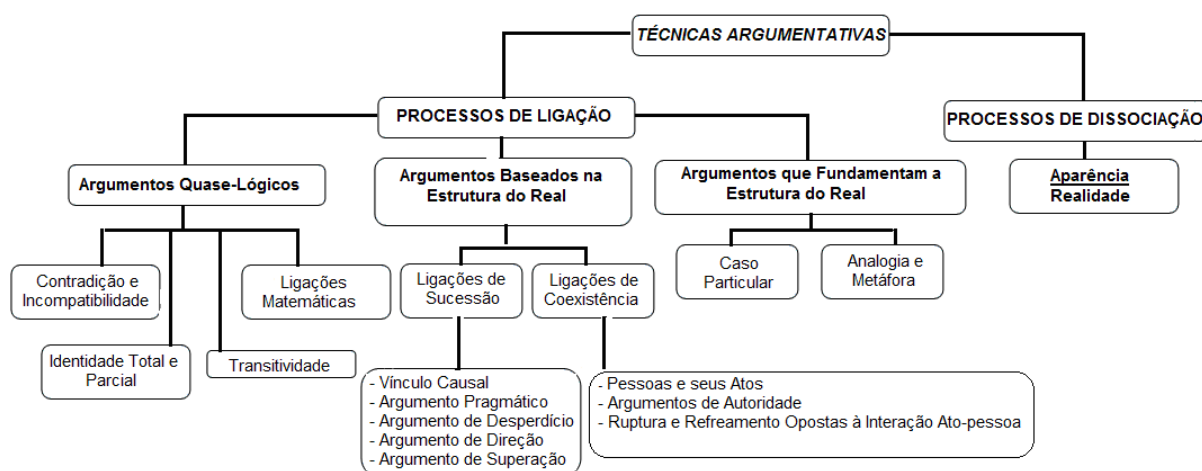
3.2. OS TIPOS DE ARGUMENTOS COMO MECANISMOS DA ARGUMENTAÇÃO

Destacou-se, desde o início do capítulo, que cada escolha realizada em detrimento de outras na seleção e apresentação dos dados ou premissas que servirão à tese pode direcionar mais ou menos o auditório. Para a pesquisa, essas escolhas representam uma forma de exibição de particularidades dos documentos produzidos por suicidas, uma espécie de caracterização que só poderia ser visualizada com base no exame de uma espécie de teia argumentativa composta pelos tipos de argumentos eleitos para fazer parte do discurso. Uma distinção dos tipos de argumentos foi realizada por Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) com a denominação de técnicas argumentativas. Trata-se, como afirmam os próprios autores, da análise da estrutura de elementos que compõem a argumentação isoladamente, mesmo que se reconheça que sua significação só se constrói quando em relação ao seu todo. Em outras palavras, é preciso considerar em qualquer análise que todo discurso é determinado por sua situação de produção, sendo assim, sua significação/resultado final não pode ser medido senão em uma articulação entre todas as partes que o compõem, com o objetivo de não perder elementos de ligação e que podem permear um tipo de argumento selecionado e outro.

Os tipos de argumentos observados pelos autores inserem-se em dois grandes eixos esquemáticos argumentativos, que são, em sua essência, complementares e operantes em conjunto. Desse modo, um funciona conforme processos de ligação (aproximação de argumentos com o objetivo de estruturá-los e impor valor positivo ou negativo) e outro segundo processos de dissociação e ruptura (reparação de argumentos considerados solitários, modificando sistemas de noção). As técnicas de ligação são organizadas em i) argumentos quase-lógicos; ii) argumentos baseados na estrutura do real; iii) argumentos que visam fundamentar a estrutura do real. O grupo de argumentos baseados na estrutura do real apresenta as técnicas de ruptura de ligação e dissociação caracterizadas todas em um único

subeixo esquemático pelos autores. Cada subcategoria de técnicas apresenta uma série de sub-ramificações internas e traços argumentativos intermediários entre uma classe de argumentos e outra. Um conjunto simplificado e geral das técnicas pode ser visualizado abaixo (esquema 9). Ao se elaborar o esquema não se pretendia ser exaustivo na demonstração de todos os tipos de argumentos apresentados pelos autores, sendo apenas uma forma de visualização geral das técnicas.

Esquema 9: Técnicas argumentativas



O esquema possibilita uma observação globalizada das principais técnicas e dos limites e sub-relações entre si, atendo-se ao fato de que, segundo os próprios autores e, como já se destacou anteriormente, o esquema de técnicas é proveniente da interpretação e divisão em classes das palavras do orador, podendo, nesse caso, apresentar falhas, ou não ser de todo claro. Trata-se de quatro formas ou esquemas argumentativos sob os quais se reduzem os objetos de acordo nos discursos, um referencial que, apesar de não ter sido elaborado em atenção ao tipo de discurso em foco, permite sua descrição, bem como identificação de elementos coocorrentes entre os documentos. As relações expressas no esquema 9 possibilitam a descrição dos movimentos argumentativos no que seria um quadro de representações possíveis entre o orador e o auditório, nas palavras de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), dados da argumentação entre o orador e o auditório que permitem modificar um estado de coisas preexistente, reforçar valores, entre outras ações.

Em atenção ao *corpus* escolhido para a análise destaca-se, para explicitação e utilização no estudo, apenas parte das técnicas citadas no esquema 9, esta escolhida entre as que se acreditou corroborarem com as características principais

dos documentos produzidos por suicidas. Nesse sentido, faz-se a descrição de uma parcela das técnicas relativas aos processos de ligação, a classe de argumentos baseados na estrutura do real e os argumentos que fundamentam a estrutura do real, principalmente porque a estrutura argumentativa dos documentos é marcada por proposições factuais. Entre os argumentos quase-lógicos, uma última observação em relação às técnicas ficará por conta dos princípios de contradição e incompatibilidade.

3.2.1. As proposições argumentativas baseadas em fatos, verdades e presunções

Segundo a descrição de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), os argumentos com base na “estrutura do real” direcionam a tese pela relação de conceitos que o orador presume que o auditório entenda como um fato, uma verdade ou uma presunção. Schmetz (2000, p.225) afirma ser uma categoria construída por ligações entre conceitos/objetos que refletem valores de mundo comumente admitidos, ou seja, uma ligação entre argumentos dirigida por representações que são admitidas no senso comum em função do já experimentado pelos sujeitos. Não se trata de um tipo de abordagem calcada em princípios ontológicos, mas sim uma descrição do real dentro de um encaminhamento argumentativo. Visualiza-se essa classe como a do princípio argumentativo mais básico que orienta a maioria dos discursos, uma vez que a proposição argumentativa dirigida por fatos, verdades ou presunções tem um maior alcance na tentativa de provocar adesão do auditório à tese e que, no caso da produção de suicida, pode ser um norte. Essas relações com base na estrutura do real podem ser manifestadas no discurso por meio de: a) as ligações de sucessão, englobando o vínculo causal e o argumento pragmático, e por b) ligações de coexistência com a figura da pessoa e seus atos e o argumento de autoridade.

a) Ligações de sucessão

As ligações de sucessão são relações que podem ser estabelecidas entre um argumento e outro. Essas relações são orientadas por um **vínculo causal** entre a ação e o acontecimento. Esse é um efeito tanto essencial quanto numeroso, uma vez que toda ação/acontecimento, além de apresentar uma causa, produz também um efeito, e é nesses termos que o vínculo causal se manifesta. Tem-se dentro dessa classe “argumentações que, em virtude da intervenção do vínculo causal, visam, a partir de um dado acontecimento, a aumentar ou a diminuir a crença na

existência de uma causa que a explicaria ou de um efeito que nele resultaria” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 300). Para Reboul (2004), trata-se não de uma demonstração científica, mas de uma relação de constância entre fatos, como em um exército: apresenta-se um bom serviço de inteligência e tem boas informações sobre o inimigo, logo se infere que sempre ele será um bom exército.

A argumentação com base em um vínculo causal foi observada nos inquéritos policiais pesquisados, principalmente nos casos sem testemunhas. Grosso modo, nesses casos, o crime ou delito é analisado e tem seu ponto de partida com o levantamento de dados fundamentados em presunções sobre motivações para o delito em questão. Uma projeção semelhante pode ser encontrada no próprio ato suicida, visto que denota certa necessidade de ser explicado ou que sejam expostas suas razões, um *porquê* e um *como*, direcionados aos possíveis interessados no acontecimento, ou seja, da causa para o efeito produzido. Os casos em que não se tem testemunhas que poderiam levar ao culpado ou aos culpados, no caso dos inquéritos, e aos motivos, no caso de suicídio, requerem também acordos que são pré-estabelecidos e que afastam hipóteses menos prováveis em detrimento das mais prováveis para cada caso. No suicídio, esses acordos são principalmente determinados nos casos em que o suicida deixa algum tipo de indicação escrita de suas motivações, ou seja, da causa que gerou o efeito.

De uma maneira inversa, os **argumentos pragmáticos** têm seu ponto de apoio do efeito para a causa. Trata-se de um dos pontos de partida discutidos na história e que desempenhou um papel importante para uma lógica de juízo de valor, como questões de valor moral e religioso, em que uma regra é adotada para o bem maior, como os 10 mandamentos. Dentro desse limiar, o argumento pragmático configura-se com base no princípio que não requer nenhuma justificativa para ser aceito no senso comum nenhuma justificativa. Para Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996),

O argumento pragmático não se atém a transferir uma dada qualidade da consequência para a causa. Ele permite passar de uma ordem de valores a outra, passar de um valor inerente aos frutos a outro valor inerente à árvore, permite concluir pela superioridade de uma conduta para a superioridade de suas consequências (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 305).

Utilizando-se de argumentos pragmáticos, o orador desenvolve também estratégias que têm como um ponto essencial para a tese o sucesso como dado

principal, em que a felicidade (como na religião) é o principal argumento, indicativo para a conformidade expressa em uma razão que não se justifica, mas que estabelece um acordo universal. No mesmo princípio, a regra de felicidade pode também funcionar no sentido de acordar um preceito, mas, para isso, requer que essa regra seja compartilhada pelo auditório, ou, pelo menos, que esse auditório passe a ver no efeito produzido um motivo para determinada ação, podendo, nesse caso, ter um efeito persuasivo e até mesmo manipulatório²⁰.

Os argumentos pragmáticos são produtos de transferências que vão se repetindo de uma geração a outra e que quanto mais se distanciam, mais podem perder seu efeito, gerando recusa. Dentro desses limites, pode-se pensar na decadência de certos argumentos, juntamente com determinadas comunidades, por mudanças sociais que trazem a obrigação de considerar pontos favoráveis e desfavoráveis, ou acopláveis ou não acopláveis, discutíveis ou não discutíveis a certas culturas e sociedades. Nesse sentido, a escolha dos dados pode ter um efeito significativo sobre a nova tese pretendida em algumas situações. Os dados escolhidos tendem a indicar efeitos esperados junto a uma nova tese desejada pelo orador. Observou-se parte dessa transformação durante a coleta dos dados. A carta testamento de Getúlio Vargas assumia uma leitura pelo local e período que foi escrita. Na década de 70, o documento foi reutilizado em folheto ao lado da reivindicação da luta trabalhista, assumindo ali outra função, ancorar fatos e reivindicações apresentadas, conforme será destacado na seção de análise.

b) Ligações de coexistência

Destacando-se das ligações anteriores por estarem, segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), em um mesmo plano fenomênico, as ligações de coexistência fundamentam-se na união entre realidades distintas e que se diferenciam não por direcionamentos temporais ou fatos simultâneos, mas por estarem uma mais estruturada que a outra na figura proposta pelo orador. Para essa classe os autores apresentam duas categorias de ligações de coexistência, a de pessoa e seus atos e do argumento de autoridade.

²⁰ Na história são comuns casos, por exemplo, de suicídios em massa como o da comunidade de Jonestown, nos Estados Unidos, contudo à medida que não se têm um estudo que embase a possibilidade de apresentação de um argumento pragmático, cita-se apenas como uma ocorrência de efeito manipulatório.

No primeiro dos conceitos, é óbvia a ligação filosófica e ontológica estabelecida por Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) para a **ligação da pessoa e seus atos**. Nesses termos, os autores apresentam para essa classe elementos que são considerados próprios da pessoa humana e ao mesmo tempo transitórios e de manifestação exterior ao sujeito, mudando de uma época a outra, de uma perspectiva de análise a outra: “A maneira de construir a pessoa poderá ser objeto de acordos limitados, precários, particulares a um dado grupo, acordos suscetíveis de revisão sob a influência de uma nova concepção religiosa, filosófica ou científica” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.334).

Tem-se um grande número de argumentações que tendem a identificar pessoas por seus atos, como também um grande número de argumentações manifestas com o objetivo de provar que a figura da pessoa não mudou, mas somente as circunstâncias mudaram. Muitos são os arquétipos estabelecidos segundo a previsão de “tipos de pessoas” proveniente da análise de seus atos, gerando uma relação entre pessoa (autor empírico) e personagem. Salienta-se que nesse momento será abordada apenas uma parte dos conceitos relacionados à argumentação e à figura do sujeito da enunciação, ou sujeito discursivo. Outros aspectos serão apresentados mais à frente, nas referências ao conceito de *ethos*.

Quando se fala de pessoa e seus atos dentro das premissas dos tipos de argumentos, é importante voltar-se a um dos tópicos em questão ou ao que é pré-estabelecido como tese sobre o ato suicida como identificador de um tipo de pessoa. Nesses limites, o suicida ganha uma aceção própria segundo a cultura em que está inserido. Retomando a ideia central discutida por Agrest (2010), cada cultura apresenta crenças sobre o suicídio relacionadas ao sentido atribuído à vida. O ato suicida, por exemplo, pode, dependendo da cultura, ser considerado um ato honrado ou não em determinadas situações e essa característica seria direcionada ao sujeito suicida. Para a pesquisa, esse foco será dado pela caracterização da situação de produção a ser realizada em cada um dos documentos coletados.

A relação entre ato e pessoa é o que na maioria das áreas define o sujeito. O mais das vezes, certas noções, certos poderes e certas responsabilidades não podem ser admitidos senão pela utilização de preceitos de alguma disciplina ou área de conhecimento humano. Entretanto, qualquer manifestação de identificação da “pessoa humana” será precária e falível, pois sua identidade não se fundamenta em um único aspecto de seus atos, mas em atos e atitudes completamente diferentes e

esparso entre um indivíduo e outro. Não é por acaso que em determinadas religiões e/ou manifestações religiosas as condutas dos sujeitos e sua própria adesão ao conjunto sejam ordenadas com base em atos ou ações que devem ser seguidas por seus participantes. Nesse sentido, o valor associado ao ato (valorização ou desvalorização) é o mesmo atribuído à pessoa em uma transferência de um eixo a outro.

Como mencionado na pesquisa de Agrest (2010), a questão moral move a maioria das teses defendidas por suicidas. A argumentação e a figura do orador são construídas por intermédio da utilização de uma voz que encena uma trajetória moral ligada a um ideal de família. Com essa imagem seus argumentos tendem a ir mais longe dentro do quadro argumentativo que prevê a adesão, não adesão ou adesão com restrição, também expressos no modelo de sequência de Adam (2008). Os **argumentos de autoridade** estão entre as técnicas argumentativas mais empregadas, principalmente no discurso publicitário e político. A palavra de valor, a palavra de honra, a palavra de prestígio atingem o ponto máximo em qualquer discurso e apelam para certas figuras. Para Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996, p.350):

As autoridades invocadas são muito variáveis: ora será 'o parecer unânime' ou 'a opinião comum', ora certas categorias de homens, 'os cientistas', 'os filósofos', 'os Padres da Igreja', 'os profetas'; por vezes a autoridade será impessoal: 'a física', 'a doutrina', 'a religião', 'a Bíblia'; por vezes se tratará de autoridades designadas pelo nome.

A busca por uma imagem que exprima autoridade pode aparecer em discursos de pessoas públicas que se utilizam de pré-construídos para gerar autoridade, sobretudo, ligando esse argumento ao da pessoa e seus atos, presente entre as premissas que inter cruzam esses discursos à família e à religião, conforme crenças apresentadas por Agrest (2010). Outra instância poderia ainda ser admitida ao se ter em mente todos esses aspectos de utilização do argumento de autoridade e em consideração da heterogeneidade mostrada, ou seja, marcas de exteriorização da palavra do outro como suporte para a criação da autoridade. Desse emprego seria possível inferir que algum tipo de forma mais persuasiva (quase manipulatória) poderia estar sendo utilizada, uma vez que o auditório é conduzido à nova tese pelo orador por meio da inserção de um mecanismo que impõe sensivelmente a adesão, impedindo até mesmo sua contestação. Entretanto, não se poderia assegurar que

ocorreria um tipo de manipulação, uma vez que só existem estudos nessa direção na publicidade e para a propaganda e pelo menos não nos mesmos níveis, por isso prefere-se falar apenas em persuasão.

Em último lugar nessa classe, existem as técnicas de **ruptura** ou **refreamento**, que são aquelas que impedem ou desviam a interação entre o ato e a pessoa e que, segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996, p.353), “devem em um discurso ser postas em ação quando existe uma incompatibilidade entre o que julgamos da pessoa e o que pensamos do ato”. A técnica de ruptura emerge de dois procedimentos: no primeiro, impedir a reação do ato sobre o agente e, no segundo, a reação do agente sobre o ato. Para tais situações, o procedimento elementar segue pela consideração da supremacia do agente sobre qualquer ação, ou seja, não importando o ato, a pessoa sempre estará acima dele (como um ser perfeito, um deus ou um demônio), podendo este estar ligado ao conceito de bem ou de mal. No segundo caso, o ato é considerado uma verdade ou é a expressão de um fato e, por isso, incontestável e só a união com o primeiro pode fazer admitir o improvável, ou o absurdo. Entretanto, a julgar por esse caráter patente, o orador, considerado o ser do primeiro procedimento que usa sua imagem para ancorar um ato desprovido de razão, corre o risco de ser lançado ao ridículo.

3.2.2. As proposições argumentativas fundamentadas por fatos, verdades e presunções

Outro grupo selecionado para fazer parte da análise das produções de suicidas está inserido por Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) nas técnicas argumentativas que fundamentam a estrutura do real. As ligações argumentativas nesse esquema orientam-se por argumentos que constituem/fundamentam o “real” pelo recurso do caso particular (modelo, exemplo) e das analogias. O valor argumentativo é dado pelo efeito dos elementos do discurso sobre nossas representações, ou seja, o sistema de crenças divididas entre o orador e o auditório, as crenças compartilhadas (SCHMETZ, 2000; DUPONT, 2009). É, segundo Dupont (2009, p.224), um efeito que pode ser justificado por uma característica única e irreduzível (um “caso particular”), o estabelecimento de uma analogia nunca vista entre os elementos abordados. Trata-se de grupo importante para descrição, pois nele estão inseridos os tipos de argumentos, como o modelo, a ilustração e o exemplo, que podem ser uma marca à parte nesses documentos. Como dito

anteriormente, o real compreende verdades, fatos e presunções e essas técnicas aparecem ligadas a fundamentos de uma realidade responsável pela passagem do dado à conclusão, funcionando como complementos. As técnicas que fundamentam a estrutura do real estão divididas em: a) fundamento pelo caso particular, englobando argumentação pelo exemplo, pela ilustração e pelo modelo e b) o raciocínio por analogia.

a) Fundamento pelo caso particular: exemplo, ilustração e modelo

A utilização de ilustrações, exemplo ou modelo para argumentar é uma estratégia utilizada em grande parte dos discursos, principalmente quando se pretende ser claro, ou procurar adesão a teses que podem de antemão serem motivo de desconforto ao auditório (como é o caso do suicídio). Na perspectiva de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996, p.401), o caso particular está relacionado a princípios argumentativos selecionados com base em dados que antecedem a ação discursiva, isto é, amostras de discursos que levam a um fazer ou pensar indutivo. A argumentação pelo exemplo é uma das técnicas apresentadas pelos autores que apresenta essa característica. O orador, ao utilizar-se do direcionamento da tese pelo exemplo, confere a esta tese um maior poder de persuasão, pois “tende muitas vezes a fazer-nos passar deste para uma conclusão igualmente particular, sem que seja anunciada nenhuma regra”, ou seja, parte-se de uma situação particular a outra. No entanto, é preciso, ao empregar a argumentação pelo exemplo, ter certos cuidados para que se atinja um real poder argumentativo que sua utilização proporciona. Um dos cuidados que trariam tal poder à técnica pelo exemplo seria sua seleção, em que se verificaria: este usufruir um estatuto de fato, por não poder ser contestado; ser exemplo da mesma regra em uso, ou parte de uma mesma hierarquia; não ser em demasia generalizado, pois o orador correria o risco de ter seu discurso girando em círculo, ou se tornar caricatura. Nesse sentido, tomando esses cuidados, a argumentação pelo exemplo poderia ser assumida como uma técnica de persuasão e sua má utilização, sobretudo incompatibilidade de adesão pelo auditório, poderia ser uma fonte de comprometimento da própria figura do orador.

Nessa mesma direção e em sentido similar ao exemplo, a ilustração aparece com o diferencial de “reforçar a adesão a uma regra conhecida e aceita”, isto é, enquanto o exemplo traz informações que visam estabelecer a regra ainda em

construção, a ilustração tem por objetivo fortalecer a regra já aceita, dando-lhe presença. Por esse motivo, os critérios de seleção da ilustração divergem em relação aos empregados na argumentação pelo exemplo. O principal deles está no fato de que, ao contrário do exemplo, que, apoiado em fatos, é incontestável, a ilustração pode apresentar-se duvidosa, mas, em contrapartida, deve ser impressionante, com o intuito de aguçar a percepção do auditório em relação à regra e em alguns casos facilita sua compreensão. Por exemplo, personagens fabulescos são amplamente utilizados na literatura como índices de personificação e de ilustração de características humanas.

Por fim, não distante das técnicas anteriores, a argumentação pelo modelo visa direcionar, segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), não só uma regra, mas também estimular ações que são motivadas por meio de modelos de conduta ou de comportamento digno de imitação. A tendência à imitação é considerada pelos autores como fazendo parte das sociedades e relacionada à condição de instinto. No caso da argumentação pelo modelo o princípio base é o relativo à conduta, sendo a imitação de um comportamento seu ponto-chave. Determinados modelos devem ser seguidos, o que evoca também seu sentido inverso, ou seja, o antimodelo, ou o comportamento que deve ser abandonado ou evitado. Nesse sentido, a argumentação pelo modelo se apoiará especialmente na regra de justiça: “podem servir de modelo pessoas ou grupos cujo prestígio valoriza seus atos. O valor da pessoa, reconhecido previamente, constitui a premissa da qual se tirará uma conclusão preconizando um comportamento particular” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 414). São variados os modelos presentes na história; a própria Bíblia apoia-se em grande parte dos casos em modelos e os cultos religiosos que dela se utilizam buscam mobilizar ações pelos modelos.

b) O raciocínio por analogia e metáforas

Próximos aos anteriores em relação à persuasão, os pressupostos concernentes à analogia no discurso argumentativo consistem, de um ponto de vista geral, em técnicas que visam a uma transposição de estruturas de uma dada área de conhecimento a outra a ela similar. Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996, p.224) afirmam que o valor argumentativo da analogia “será posto em evidência com maior clareza se encararmos a analogia como uma similitude de estruturas, cuja fórmula mais genérica seria: A está para B, assim como C está para D”. As relações

argumentativas por analogia são observadas dentro de vertentes que se propõem a observá-las de diferentes formas. Para o empirismo, por exemplo, trata-se de uma semelhança que não pode ser ao certo medida, é imperfeita e fraca (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996). Entretanto, seu valor indutivo dentro de uma proposição argumentativa não pode ser negado, na verdade, pode ser até mesmo considerada uma forma de persuasão de determinados públicos, como acontece no discurso jurídico. Para os autores, “as analogias desempenham importante papel na invenção e na argumentação, por causa, essencialmente, dos desenvolvimentos e dos prolongamentos que favorecem” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.438).

Com a intenção de demonstrar a força argumentativa das analogias, utiliza-se como exemplo a analogia citada por Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996, p.224-225) e reportada a Aristóteles (*opere citato*): “Assim como os olhos dos morcegos são ofuscados pela luz do dia, a inteligência de nossa alma é ofuscada pelas coisas mais naturalmente evidentes”. Nas palavras dos autores,

Propomos chamar de *tema* o conjunto de termos A e B, sobre os quais repousa a conclusão (inteligência da alma, evidência) e chamar de *foro* o conjunto de termos C e D, que servem para estribar o raciocínio (olhos do morcego, luz do dia). Normalmente, o foro é mais bem conhecido que o tema cuja estrutura ele deve esclarecer, ou estabelecer o valor, seja valor de conjunto, seja valor respectivo dos termos.

Pelo exemplo, os autores demonstram que estruturalmente as analogias se constroem com base em dois elementos: o *tema* e o *foro*. Entende-se por foro o elemento que na proposição é o mais conhecido e passível de realizar a relação analógica com o termo menos conhecido. O tema fica em um âmbito conceitual e é estruturado a partir do foro. Destaca-se que nessa proposição os elementos colocados em regime de semelhança devem pertencer a áreas distintas, pois, caso pertençam a uma mesma área, o raciocínio segue para a ordem do exemplo ou da ilustração, anteriormente descrita.

Outro aspecto estrutural é sua composição em quatro termos, sendo cada um deles parte de uma relação complexa entre o tema e o foro. A relação entre os quatro termos é determinada pela organização lógica: A está para B, assim como C está para D, facilmente visualizada no exemplo anterior. Esta organização lógica da analogia também é possível em uma disposição de três termos, em que um deles se

repete: A está para B, assim como C está para B. Esse fato aparece na citação de Leibniz (*opere citato*) “... todas as outras substâncias dependem de Deus como os pensamentos emanam de nossa substância...” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA (1996, p.227). Como caráter da analogia, apesar do termo **substância** ser o mesmo para o foro e o tema, em ambas as situações é possível observar que eles pertencem a áreas diferentes. Este fato permite concluir que na verdade a analogia de três termos pode ser vista como uma analogia de quatro termos. Assim, o ponto máximo da analogia seria a confrontação do tema com o foro, fato que não pressupõe uma relação prévia entre os termos, entretanto uma analogia rica, isto é, uma analogia de expressão de todos os sentidos, é visualizada quando há relação entre A e C e B e D.

Por fim, a metáfora é uma entidade com um tropo ou mudança de sentido de uma palavra ou locução bem sucedida. Vista pela argumentação, a metáfora é entendida por Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996, p.453) “como uma analogia condensada, resultante da fusão de um elemento do foro com um elemento do tema”. Essa fusão entre foro e tema (A está para B, assim como C está para D) ocorre de maneira simétrica e fora do contexto em que geralmente aparece, ou seja, C de B para designar A. A metáfora não se apresenta como uma sugestão, ela é um dado da proposição, podendo ser utilizada para tornar aceitável uma analogia. Essas relações podem ser visualizadas em outro exemplo, extraído de Aristóteles pelos autores, “O que a velhice é para a vida, a noite é para o dia. Logo, diremos a noite velhice do dia e a velhice noite da vida...” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.453).

Reboul (2004) salienta que a metáfora é um argumento por condensar uma analogia, expressando certos elementos do tema e do foro e com omissão de outros. Para o autor, a metáfora é mais convincente por ser redutora, por traduzir semelhança em identidade. Por exemplo, ao se dizer “morrer é dormir” em vez de “é como dormir”, a primeira proposição anula a diferença de a morte ser o “último” sono (REBOUL, 2004, p.188). Em uma condensação analógica tem-se:

Tema	Foro	Relação
A morrer	C dormir	resultado natural
B viver	D estar acordado	repouso após o cansaço

Apesar de se reconhecer que a utilização de analogia e de metáfora, nesses mesmos limites traçados pelos autores acima citados na produção textual do suicida, possa ser rara ou inexistente, mantém-se sua descrição em razão das particularidades persuasivas nelas contidas e da própria relação de razão ou descrição que possa existir em uma possível conceituação de suicídio e seu efeito argumentativo nessas projeções.

3.2.3. Argumentos quase-lógicos: a contradição e a incompatibilidade

A definição de argumentos quase-lógicos retira sua essência da argumentação fundamentada (estruturas não-formais) e propositalmente organizada sob modelos da lógica formal e da própria lógica matemática, marcados por traços formais, dados estatísticos, construções matemáticas como comparação e razões de probabilidade, entre outros.

Segundo os princípios apresentados por Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), os argumentos quase-lógicos fazem parte da maioria dos discursos que emprega as proposições que delinearão a tese em relações matemáticas/quantitativas. Em outras palavras, o orador faz uso de estruturas lógico-matemáticas quando relaciona dados de proposições dentro de uma sequência argumentativa. Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) subdividem os argumentos quase-lógicos em determinadas tipologias que apelam para estruturas lógicas como a contradição, a identidade total ou parcial e a transitividade e os argumentos que apelam para relações matemáticas, como uma parte pelo todo, do menor com o maior ou relações de frequência. Com base nessas explicitações gerais desses tipos de argumentos, a descrição dos argumentos quase-lógicos com vistas à análise das produções de suicidas será apenas direcionada pela apresentação do princípio da contradição e pelos argumentos de incompatibilidade. Contudo, salienta-se o recorte realizado nessa classe à medida que se teria mais uma condição a ser verificada, optando-se, por uma questão de foco, de tempo e até mesmo de espaço, por uma análise mais geral dentro desses aspectos a ser principalmente melhor desenvolvida entre as conclusões.

Na linguagem natural, os termos não ocorrem como nos sistemas formais, que são delineados com base em caracteres únicos a todos. Na linguagem, os termos de uma dada proposição podem ser visualizados por diferentes óticas. Assim, temos sistemas argumentativos que se ligam a dois ou mais pontos de vista. O orador não querendo tornar-se incoerente, deve filiar-se a um desses polos, pois, à medida que une dois pontos de vista diferentes dentro de uma proposição, pode gerar o que argumentativamente é definido pelo termo **incompatibilidade**. É justamente nesses termos que a descrição desse tipo de argumento se justifica na presente pesquisa, uma vez que com base nesse princípio pode-se delimitar o ponto de vista filiado ao documento produzido pelo suicida. Para Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996, p.222), “a argumentação se empenhará em mostrar que as teses combatidas levam a uma incompatibilidade, que nisso se parece com uma contradição, que ela consiste em duas asserções entre as quais cumpre escolher, a menos que se renuncie a ambas”. A incompatibilidade ocorre em meio a princípios puramente formais, ou da razão e, segundo a natureza do que se pretende argumentar, pode ser proveniente de uma decisão humana e variar de uma cultura para outra: “A incompatibilidade é sempre relativa a circunstâncias contingentes, sejam estas constituídas por leis naturais, fatos particulares ou decisões humanas” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.223).

A incompatibilidade pode ser também marcada pelo princípio da restrição, em que se considera em toda tese um “ao menos que”. Por exemplo, uma pessoa que em seu discurso diz ser contra a morte de um ser vivo, pode ter seu discurso incompatível, se ao mesmo tempo é a favor do combate de algumas doenças causadas por determinado micróbios, também seres vivos. Assim, à medida que se amplia o campo de aplicação de uma tese, amplia-se também a possibilidade de incompatibilidade e a utilização de restrição diminui essa incompatibilidade. No exemplo anterior, isso se reflete em um **ao menos que em casos em que determinados seres vivos afetem a saúde humana**, ou que esses organismos sejam pertencentes a uma determinada classe de restrição já compartilhada em um determinado sistema de conhecimentos.

A incompatibilidade por restrição pode evidenciar uma argumentação em dois movimentos internos: demonstrar e/ou justificar e ao mesmo tempo tecer e refutar outras teses ou argumentos. Em ambos os casos, deve-se admitir determinada conclusão ou afirmação e a defesa de um ponto de vista. Em outras palavras, somos

tomados por trâmites argumentativos que nos fazem apresentar uma posição frente a uma tese inicial, posição mediada por fatos, argumentos/provas.

Essa ideia apresentada por Adam (2004) se apoia no princípio dialógico de Moeschler (1985 *apud* ADAM, 2004), segundo o qual um discurso argumentativo se estabelece sempre com relação a um contradiscurso efetivo ou virtual, em que, ao se defender uma determinada tese, entra-se sempre em contradição com outras teses não compatíveis. Nesse âmbito, não se cria somente uma polêmica ao entrar em acordo ou desacordo com alguém, mas se toma posse de uma posição contra-argumental. Esse fato é uma característica fundamental da argumentação que, para esse autor, distingue-a nitidamente da demonstração ou da dedução (sequência explicativa) que, em um dado sistema, são irrefutáveis. Dentro desses princípios, em um discurso efetivo, a contradição pode ser também tomada como uma espécie de lei da contrapalavra de que o orador pode utilizar-se para desvelar uma possível contestação. Em outras palavras, é possível, ao argumentar, incluir entre os dados possíveis restrições à tese, com a principal função de neutralizar o contradiscurso e, sobretudo, fortalecer a tese desejada. Reboul (2004) refere-se a esse princípio como discurso de **retorsão**, retomada do argumento chave do adversário/ ou contrário à tese a ser defendida aplicando-o contra ele mesmo. Essa técnica é utilizada no discurso publicitário.

Um último conceito relativo à contradição, apresentado por Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996, p.234), é o de ridículo. Para os autores, uma afirmação é ridícula, quando, em conflito com uma opinião aceita, vai contra um princípio lógico e é errônea frente a um fato. Contudo, argumentativamente “o ridículo é a arma poderosa de que o orador dispõe contra os que podem, provavelmente, abalar-lhe a argumentação, recusando-se sem razão a aderir a uma ou outra premissa de seu discurso”. Trata-se, em suma, de um mecanismo utilizado quando se pretende combater teses adversárias, destinadas a quem se deixa atingir pela estrutura do ridículo sem combater, ou sem ter aparatos suficientes para seu combate. Na publicidade, encontramos vários exemplos, principalmente entre campanhas publicitárias de empresas que compartilham um mesmo mercado. Nesses casos, em geral, a argumentação apela sempre para a ironia com vistas à ridicularização das premissas empregadas na apresentação do produto da adversária.

3.3. IMAGEM DE SI NO TEXTO DO SUICIDA: O CONCEITO DE *ETHOS*

Desde o capítulo sobre a análise textual/discursiva apontou-se, em diferentes momentos, a emergência da imagem do eu discursivo a ser apreendida nos documentos coletados. Nas descrições do processo de esquematização discursiva, por exemplo, destacou-se a necessidade de consideração da imagem do sujeito no mundo (lugar e papel) e no processo de reconstrução do discurso, atribuição de voz ou autoridade de fala. Ao abordar a visão retórica sobre a argumentação, a imagem de si no discurso pôde ser observada no momento em que se tratou da noção de autoridade, arquétipo e tipos de pessoas, que se transfiguram nas relações ato/pessoa e pessoa/personagem. Nos dois momentos, essa abordagem mostrou-se importante em atenção aos objetivos propostos.

A imagem do “eu” no discurso é criada por meio de figuras que são acionadas entre um participante que fala/escreve e outro que recebe, decodifica, compreende, interpreta e tem a chance de posicionar-se por outra figura de retorno. De um ponto de vista geral, essas figuras são geradas de acordo com as funções sociais dos indivíduos participantes da situação de produção, segundo determinados comportamentos humanos que acabam por configurar e se cristalizar em determinadas “figuras tipo” ou de identidades, que vão se reinventando e reaparecendo de acordo com o ambiente, época e situação em que são adotadas. Elas ficam expressas no “poder das palavras”, legitimadas pelo responsável pelo que é dito e firmadas por certos estereótipos sociais como a mãe de família, o homem de Deus, o político corrupto.

Em todas as esferas sociais, marcas de identidade dos sujeitos vão se instalando e se condicionando a determinados estilos, na forma de se vestir, na forma de falar, suas características físicas, na forma de agir com outros indivíduos e, voltando ao que se apresentou no início desse tópico, também em seus textos, manifestações linguísticas das ações de linguagem. Essas marcas de identidade acabam por se cristalizar em uma espécie de convenção estabelecida e pelo que é esperado de certos sujeitos que desempenham um determinado papel social.

Nesse sentido, não se poderia deixar de lado o papel que exerceria uma análise dessas noções nas produções de suicidas. Hipoteticamente, já se afirmou na parte introdutória e metodológica da pesquisa que, nesses textos, a imagem de si poderia se projetar por meio de recursos particulares de linguagem (vocabulário, uso de conectores, citações, figuras de estilo, entre outros) e na própria argumentação,

influenciando na forma como esse discurso é recebido, entendido e ou até mesmo citado em outras situações sociodiscursivas (como nos inquéritos). Também para fins de delimitação e descrição, é sabido que o estudo do *ethos* já motivou diferentes trabalhos (AMOSSY, 2005, MAINGUENEAU, 2006, FIORIN, 2008) em diferentes áreas da linguagem, entre as quais a Análise do Discurso e a Pragmática. Apesar de se reconhecer a importância desses estudos, por razões teóricas e metodológicas, optou-se pela descrição do *ethos* apoiada mais profundamente na Retórica, uma vez que um encaminhamento para a Análise do Discurso, por exemplo, não é o foco da pesquisa nesse momento²¹.

Em sua perspectiva histórica, o conceito de *ethos* traz em sua caracterização várias marcas que entre os romanos ficaram concentradas na figura do caráter, ou seja, na figura exposta pela vida do homem, que teria mais peso que suas palavras. A tradição retórica se preocupava em descrever aspectos dessas marcas no discurso em que a oratória, a arte de bem falar, era o ponto-chave²². Essa forma de raciocínio fixa-se principalmente na figura de um orador, sujeito empírico, que usa seu tom de voz, escolha de vocabulário e outros aspectos físicos para propor seu discurso. Na retórica, a figura do *ethos* é ligada ao conteúdo da mensagem e à dinâmica do orador na busca pela empatia do público. O orador toma a forma de um indivíduo digno de fé. Maingueneau (2006, p.54) define essa característica segundo Aristóteles e afirma que, “para produzir essa imagem positiva de si mesmo, o orador pode jogar em três qualidades fundamentais: a *phronesis*, ou prudência, a *arete*, ou virtude, e a *eunoia*, ou benevolência”. Essa é sua principal estratégia para convencer, podendo ele agir com sinceridade ou não.

Fiorin (2008, p.139) também discute essa estratégia e afirma que encontrar a imagem de *ethos* seria uma forma de “apreender um sujeito construído pelo discurso e não uma subjetividade que seria a fonte de onde emanaria o enunciado, de um psiquismo responsável pelo discurso”, ou seja, o *ethos* seria a imagem de um autor

²¹ Por fim, apresenta-se um possível questionamento sobre o motivo das questões envolvendo o *ethos* aparecerem apenas ao final das considerações teóricas. Salienta-se que essa opção ocorreu por uma questão de apresentação e desencadeamento dos pontos que estariam em maior evidência na pesquisa, partindo do que seria principal ao complementar. Além disso, acredita-se que a finalização das discussões teóricas com o conceito de *ethos* possibilita um fechamento do texto com retomadas de partes correlacionadas dentro dos outros tópicos descritos.

²² Essa tradição é o ponto de partida da maioria dos autores que mais recentemente têm explorado o tema. Maingueneau (2005), por exemplo, parte do conceito de Aristóteles de *ethos* como imagem de si no discurso, abordando-o segundo uma visão persuasiva, com função de trazer a adesão do coenunciador à tese defendida.

discursivo, implícito no texto. Quanto à *phronesis*, a *arete*, e a *eunoia*, Fiorin (2008) complementa que um orador que se utiliza da *phronesis* (bom senso, ponderação) apresenta-se como alguém sensato e concentra seu discurso no *logos*. Por outro lado, um orador que se utiliza da *arete* mostra-se franco, temerário e seu discurso apresenta-se, portanto, muito mais ligado ao *ethos*. Por fim, ao valer-se da *eunoia* as premissas utilizadas voltam-se mais ao *pathos* na medida em que esse orador apresenta-se como solidário a seu coenunciador²³, benevolente. Para a presente pesquisa algumas questões se interpõem: onde se encontraria o *ethos* do suicida nesses limites? A resposta a essa questão pode trazer uma descrição a se considerar na caracterização do *corpus*.

Retomando algumas questões discutidas anteriormente pela Nova Retórica, observa-se que Perelman traz uma visão de *ethos* também ligada ao campo comunicacional em consideração à relação orador/auditório/mensagem. Dentro dos limites traçados pelo autor, o auditório aparece como construção do orador e sua interação se efetua pela imagem que um faz do outro, sendo, portanto, as representações, e não suas pessoas concretas, que determinam a condição de persuasão. Amossy (2005) aponta também as crenças compartilhadas pelo orador e pelo auditório como um fator importante. Para a autora, sem essas crenças o diálogo e a própria adesão às teses do orador estariam comprometidos, ou seja, não haveria uma *doxa* comum (compartilhamento de pontos de vista): “A argumentação deve, de fato, levar o auditório a aplicar às conclusões a anuência dada às premissas, e ela o faz apoiando-se nos *topoi*, ou lugares comuns, que são o apanágio de todos os participantes da troca verbal” (AMOSSY, 2005, p.124). Nessa citação filiada a Perelman, Amossy lembra a necessidade de considerar que, por ela estar apoiada em um auditório construído pelo orador, e não efetivo, é importante distinguir as figuras que podem ser admitidas como reais das que não passam de ficcionais, dentro do universo construído.

As imagens de si utilizadas pelo orador para que este atinja seu propósito argumentativo não podem ser de todo singulares, mas projeções do que seu auditório compartilha, isto é, modelos de representações partilhadas e reconhecidas pelo auditório e, “para parecerem legítimas, é preciso que sejam assumidas em uma *doxa*” (AMOSSY, 2005, p.125). A autora assume para isso o percurso da

²³ Fiorin (2008) utiliza o termo enunciatário, mas pelo estudo apoiar-se em uma análise retórica e textual/discursiva utiliza-se a terminologia dessas áreas – coenunciador, interlocutor, orador.

estereotipagem, ou “operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado”. Trata-se da expressão de uma personalidade que é conhecida, muito utilizada na literatura e cinema, e que pela mídia é forjada em pessoas de vida pública. Segundo a autora, no discurso argumentativo, o estereótipo permite direcionar o raciocínio em que o locutor, ao se relacionar a uma categoria, entra na *doxa* da qual faz parte seu interlocutor, adaptando-se à imagem com a qual crê que esse interlocutor esteja familiarizado e dela acredite fazer parte. Ele não fala absolutamente de si, mas incumbe ao seu interlocutor que pela enunciação e as formas de impressão de seu discurso sua imagem seja relacionada a uma categoria:

O discurso lhe oferece todos os elementos de que tem necessidade para compor um retrato do locutor, mas ele os apresenta de forma indireta, dispersa, frequentemente lacunar ou implícita. Assim, um estilo pontuado de exclamações permite induzir o caráter impetuoso ou colérico do locutor, enquanto um falar lacônico e rude, que não se prende a convenções de polidez, pode indicar um homem íntegro, que diz a verdade sem meias palavras (AMOSSY, 2005, p.126-127).

Nesse sentido, o discurso é criado com base na construção de uma imagem de si realizada por ambas as partes, construção essa que predispõe conceitos, crenças e que a própria imagem de si do orador seja compartilhada. Trata-se de uma questão relevante apontada pela autora, pois estabelece pontos de análise que podem não estar somente expressos no interior do discurso, mas aparecer no intertexto e no interdiscurso (entendidos como projeções de um ou de vários textos no texto em observação, além do conjunto de gêneros que se interligam e constroem seus significados em ligações uns com outros, respectivamente), além de poderem ser provenientes de fatores extralinguísticos. Fiorin (2008) também destaca este aspecto e afirma que o caráter de um autor discursivo se estabelece em relação ao outro. Assim, uma imagem pode ser construída em textos escritos pela cor e tipo de papel, pelas formas de escrita, nos gêneros escolhidos, no nível de linguagem, pelos desenhos gráficos e tantos outros elementos podem trazer parte da imagem que o orador pretende gerar de si. Seria o conjunto desses traços e características da pessoa do orador e da situação de produção que permitiria a reconstrução mais nítida de sua imagem. Segundo Amossy (2005), é preciso considerar que a reconstrução da imagem se efetua graças à ajuda de modelos culturais que atuam como facilitadores à integração de dados preexistentes.

Também buscando a definição de *ethos* na Retórica, Maingueneau (2005; 2006; 2008) apresenta o *ethos* inscrito no discurso como elemento de adesão dos sujeitos a determinada postura discursiva que circunscreve uma “voz” e um “corpo enunciante”, em que o orador incorpora um papel que direciona e conduz a certo aspecto de sua identidade enunciativa, que pode ou não corresponder ao sujeito real. Toma-se, nesse momento, parte de suas discussões sem, contudo, adentrar mais a fundo no campo que compete à AD, circunscrevendo o trabalho pelos princípios norteadores tratados no capítulo II com base na análise textual/discursiva de Adam (2008), mas abordando alguns aspectos apresentados pelo autor que complementam a base retórica que se pretende. Para o autor, manifestando-se de diferentes formas, o *ethos* pode ser identificado, mesmo que o coenunciador não saiba nada a respeito do enunciador pelo contexto que rodeia o gênero de discurso empregado, por exemplo. Sua “aparência” discursiva pode ser conduzida por elementos extralinguísticos, como atitudes corporais, tom de voz, articulação de fala ou mesmo por elementos presentes no próprio texto escrito: “Qualquer discurso escrito, mesmo que a negue, possui uma vocalidade específica, que permite relacioná-lo a uma fonte enunciativa, por meio de um tom que indica quem o disse” (MAINGUENEAU, 2005, p. 72). Ao usar o termo tom, o autor alarga as fronteiras do discurso para fala e escrita. Se há um tom, ele emerge no momento da leitura por indicações que comporão de forma subjetiva um responsável pelo que é dito. Essa problemática é criada, então, em meio à situação de interação e de instituição do poder fazer em que ocorrem, implicando, assim, também a existência de um pré-afirmável em relação às partes que compõem o discurso, discutidas pela Sociologia, pela Nova Retórica e, principalmente, pelas ciências linguísticas.

O *ethos* é, então, um “ser” no discurso (como aquele que aparece por relação icônica – mulher de negócios, dona de casa – impresso nas matérias e capas de revistas). Ele é construído por meio de indicações textuais de diferentes ordens, que delinearão uma corporalidade, segundo conhecimentos anteriores, isto é, pelas figuras de orador, imagens e traços indiciais já vistos e manifestos em outros discursos que, de certa forma, apresentam-se organizados socioculturalmente.

Não é raro encontrar enunciadores com traços que fogem a estereótipos padrões, como também enunciadores que utilizam marcas mais típicas, com o objetivo de prender a atenção do coenunciador, gerando uma familiarização, como é o caso da maioria das propagandas. A literatura, por outro lado, prende-se mais ao

primeiro caso, procurando fugir das personagens tipo, cativando o coenunciador por efeitos mais singulares. Há ainda certos discursos citados por Maingueneau (2006, p. 66) que parecem não indicar um *ethos* ou, nas palavras do autor, “parece que ninguém fala”. Determinados gêneros parecem ser desprovidos de voz – como o jurídico ou *forense* –, mas o autor ressalta que o apagamento do enunciador não impede que os enunciados ganhem uma voz generalizada e abstrata, manifesta sob a forma de lei, por exemplo. Este fato ocorre por socialmente nenhum discurso surgir do acaso, ele sempre terá uma fonte, mesmo que se apresente neutro ao coenunciador.

O autor define ainda outras instâncias das quais resulta o *ethos*, a do *ethos* pré-discursivo e do *ethos* discursivo, além do *ethos* dito e do *ethos* mostrado (MAINGUENEAU, 2005; 2008). A princípio, o destinatário de uma enunciação constrói em sua mente um produto (*ethos* efetivo) que é proveniente da interação desses *ethé* demarcados. Tomada pela argumentação, uma forma de persuasão pode ocorrer no momento em que o destinatário identifica-se com a imagem que é projetada. Neste esquema, cujo produto é o *ethos* efetivo, o *ethos* pré-discursivo corresponde a identificações, principalmente no discurso oral, de uma imagem prévia do orador. No discurso escrito, ele pode ser identificado pela projeção alcançada por alguns gêneros e subgêneros do discurso – a carta de uma mãe de suicida, por exemplo, que pré-define um *ethos* de sofrimento, angústia e saudade a ser confirmado em seu discurso. O *ethos* discursivo apresenta-se dentro dos limites do discurso em si, podendo desempenhar duas formas: de um *ethos* dito e de um *ethos* mostrado. Conforme Maingueneau (2006), o *ethos* dito pode aparecer de forma direta ou indireta; na direta, ele se inscreve em uma projeção bem definida, como em “é um amigo que lhes fala”, pela forma indireta, em alusões e metáforas sob uma projeção por comparação. A distinção entre o *ethos* dito e o *ethos* mostrado é tênue, uma vez que é impossível uma divisão entre o dito sugerido e o mostrado.

Outro aspecto que circunscreve as definições de Maingueneau diz respeito ao *ethos* pré-discursivo, quando ligado à figura de um enunciador de imagem pública e de um enunciador de imagem particular. Nestes casos, o *ethos* inspira certas questões como utilização da imagem do outro, por um enunciador particular, por meio de comparação. O enunciador de vida pública apresenta um *ethos* prévio que pode influenciar na adesão à tese, bem como na escolha dos argumentos e das figuras de comparação. O coenunciador identifica o *ethos* em função do gênero

discursivo empregado. A respeito dos oradores que têm imagem pública, Amossy (2005, p. 125) afirma que, ao tomar a palavra, esse orador “faz uma ideia de seu auditório e da maneira pela qual será percebido; avalia o impacto sobre seu discurso atual e trabalha para confirmar sua imagem, para reelaborá-la ou transformá-la e produzir uma impressão conforme exigências de seu projeto argumentativo”. Seria dentro dessa projeção que alguns dos documentos em análise se configurariam.

Como observado, não é uma tarefa simples a delimitação do conceito de *ethos* ao se verificar todos seus aspectos constitutivos. Tampouco visualizar seu potencial discursivo, ou mesmo o uso pragmático ou outro tipo realizado por outras linhas de pesquisa como a Análise do Discurso. As análises de Maingueneau demonstram que, conforme o *corpus*, a visão do *ethos* mostra-se emblemática de diferentes conclusões. Pensando ainda na questão do gênero ou subgênero do discurso utilizado, esta visão evidencia também outras questões como a de suporte, local de divulgação ou ocorrência do material discursivo pelo enunciador.

As cartas e outros materiais coletados para a presente pesquisa apresentaram-se com uma marca característica de seu valor temporal e locativo, considerando-se o tipo de suporte escolhido ou admitido para escritura no momento de sua produção, como bordas de jornal, folhas de papel seda, papel de carta padrão, entre outros. Essas características permitiram também traçar para alguns documentos, no momento da coleta, uma imagem prévia de *ethos* e do próprio contexto de produção em conjunto com as marcas linguísticas e extralinguísticas presentes nos textos.

3.4. ARGUMENTAÇÃO PELA NEGAÇÃO DE PDV DO COENUNCIADOR: UM EXEMPLO PROTOTÍPICO?

Assim como no final do capítulo II, traz-se após a discussão dos fundamentos teóricos uma análise segundo os tópicos apresentados e visando a atender aos objetivos e hipóteses levantadas. Nesse sentido, optou-se pela utilização da mesma carta de suicídio usada no capítulo anterior, como forma de verificar sua projeção segundo o material teórico selecionado.

T1 O documento é parte do conteúdo de uma carta divulgada à imprensa pela família da vítima em 2009. Foi coletado em uma das fontes de divulgação (<http://oglobo.globo.com/revista-da-tv>) em fevereiro de 2010 (domínio público). Como forma de preservar a identidade dos sujeitos, referências a pessoas e a própria

identificação do autor foram omitidas ou substituídas por NOME, SOBRENOME, ou APELIDO, conforme apareceram no documento.

[1]Não chorem, não sofram, eu estou ABSOLUTAMENTE FELIZ! [2]Era tudo o que eu queria: ter paz eterna com meu Deus e, se possível, com minha mãe.[3] Eu não me suicidei, eu parti para junto de Deus. [4]Fiquem cientes que não bebo e não uso drogas, eu decidi que já fiz tudo que podia fazer nessa vida. [5]Tive uma vida linda, conheci o mundo, vivi em cidades maravilhosas, tive uma família digna e conceituada em Esteio, brilhei na minha carreira, ganhei muito dinheiro e ajudei muita gente com ele. [6]Realmente não soube administrá-lo e fui ludibriada por pessoas de má fé várias vezes, mas sempre renasci como uma fênix que sou e sempre fiquei bem de novo. [7]Aliás, eu nunca me importei com o ter. [8]Bom, tem muito mais sobre a minha vida, isso é só para verem como não sou covarde não, fui uma guerreira, mas cansei. [9]É preciso coragem para deixar esta vida. [10]Saibam todos que tiverem conhecimento desse documento que não estou desistindo da vida, estou em busca de Deus. [11]Não é por falta de dinheiro, pois com o que tenho posso morar aqui, em Floripa ou no Sul. [12]Mas acontece que eu não quero mais morar em lugar nenhum. [13]Eu não quero envelhecer e sofrer. [14]Eu vi minha mãe sofrer até a morte e não quero isso para mim. [15]Eu quero paz! [16]Estou cansada, cansada de cabeça! [17]Não agüento mais pensar, pagar contas, resolver problemas... [18]Vocês dirão: Todos vivem! [19]Mas eu decidi que posso parar com isso, ser feliz, porque sei que Deus me perdoará e me aceitará como uma filha bondosa e generosa que sempre fui.

[20]Aos meus fãs verdadeiros; aos jornalistas imparciais; ao NOME e sua esposa NOME; a LBV; ao NOME; ao prefeito de Itu, NOME e toda a sua equipe e ao meu amigo NOME meu muito obrigado. Às emissoras que trabalhei, obrigada. E aos colegas maravilhosos, muita luz! A todos os sites dignos que acompanharam a minha vida, SUCESSO! SITE, NOME, NOME, NOME, NOME, não se sintam esquecidos. Não posso citar nomes de amigas, pois aí seria um livro, mas NOME você é a irmã que eu não tive. NOME, seja sempre feliz amiga. NOME, obrigada por tudo! NOME, do TV Fama, beijo amiga. NOME (APELIDO) cadê você??? [21]Desculpe a quem eu esqueci, a vida foi muito mais maravilhosa do que sofrida para mim. [22]Obrigado Jesus, Nossa Senhora e meu Deus, perdoem-me e recebam-me como a filha honesta e bondosa que sempre procurei ser! [23]Fiquem com Deus, todos! [24] **Assinatura.**

[24]Se existe sentimento maior que o amor, eu desconheço!

Sob uma perspectiva retórica, cumpre, antes de novas considerações, retomar alguns pontos sobre o texto, já mencionados na análise composicional do capítulo II, que dizem respeito aos parceiros da enunciação e a sua estrutura composicional. Como dito, trata-se do tipo de texto que pode ser (ao ser comparado com os textos das próximas análises) um modelo prototípico de carta suicida, tendo em vista a estrutura argumentativa estabelecida pelo movimento de direcionamento da nova tese com base na negação de crenças sobre o suicídio, argumentos contrários à tese defendida pelo orador. Apesar de exibir uma estrutura composicional que pode ser recorrente entre outros documentos produzidos por suicidas, o tipo de enunciador/orador apresenta-se com a particularidade de ter uma imagem pública, o que acaba por sugerir a possibilidade de um *ethos* pré-discursivo e outras características entre a projeção autor/empírico e autor/discursivo. A parceria

de enunciação é estabelecida textualmente principalmente pela utilização do pronome indefinido “todos”, além da indeterminação do sujeito em “não chorem, não sofram”, que, como referências ao coenunciador, possibilitam estender a enunciação como concebida a um auditório universal, sujeita, portanto, a um acordo com o real.

3.4.1. Análise pelo sistema retórico - ethos, pathos e logos e os acordos

Como ponto inicial da análise retórica (conforme esquema 1), parte-se primeiramente da indicação das marcas referentes ao sistema retórico. Essa projeção faz com que se aproxime e se classifique esse discurso próximo ao gênero retórico judiciário, à medida que seria possível visualizar um ato de defesa a uma suposta condenação do orador pelo auditório (que funcionaria como juiz), tendo em vista que esse primeiro opta pelo suicídio. Entretanto, seguindo a descrição de Reboul (2004) discutida anteriormente, segundo o mesmo sistema retórico, seria forçoso assegurar outras características (como o tempo ou os valores) atribuídas ao gênero judiciário em razão do tipo de situação sociodiscursiva em questão. No tempo, por exemplo, no caso do suicídio, a escritura do documento é anterior ao ato, portanto construída pelo orador com base no ponto de vista que presume que seu discurso será recebido. Este fato é frisado pelo autor, que afirma a existência de outros gêneros além dos descritos por Aristóteles na retórica. Mantém-se essa denominação pelo princípio mais geral utilizado de classificação do gênero retórico pelo auditório e por sua finalidade, a ser também estendida às análises dos outros documentos.

Saindo da invenção para a disposição do discurso, segue-se em direção à caracterização do documento pelas particularidades ligadas ao gênero. Quanto ao exórdio, visualiza-se um direcionamento do orador em quase suprimi-lo (passagens [1] e [2]), indo direto ao assunto, à narração ou demonstração [3], conforme análise realizada no capítulo II. Também em [3] ocorre a apresentação dos principais argumentos, o que na análise do final do capítulo anterior definiu-se como proposição de dados dentro da sequência argumentativa. A contar pela análise que se pretende aqui, diz-se que no documento os argumentos que levam à tese principal de “vida com Deus”, são provenientes principalmente da conduta moral inferida dos fatos relatados, estando, portanto, atrelada a um regime de valores e presunções que seriam admitidas pelo auditório. Esse momento é marcado no *logos*

pela brevidade, clareza de apresentação e na credibilidade nos argumentos apresentados.

Segundo os objetivos discursivos visados – defender-se, declarar, demonstrar – o orador traz um contexto de recepção principalmente de ancoragem dos argumentos na demonstração de valores (dignidade, filantropia) e no exemplo de infelicidade da mãe, nos quais se subentendem valores sociais, próprios ao contexto de recepção imaginado. A confirmação dos dados que sustentam a tese provém de um movimento de refutação de outros dados ou teses, junto à demonstração (Não é por falta de dinheiro, por exemplo) e à apresentação de outros dados relativos à conduta do orador em vida, em busca de mobilizar paixões, *pathos* (tive uma família digna e conceituada em Esteio). O momento da peroração é uma marca recorrente nesse tipo de discurso, com a apresentação da despedida e do pedido de desculpas.

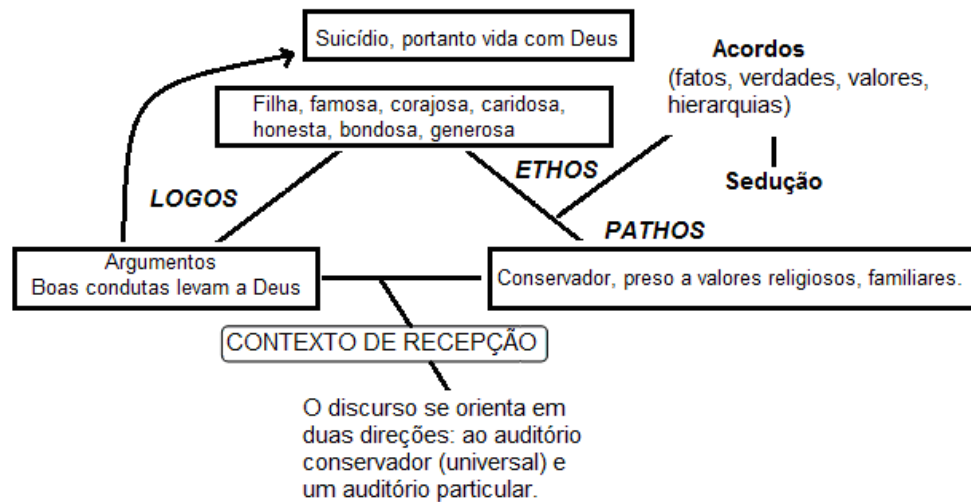
No documento, o término do discurso aparece junto ao que pode ser caracterizado como uma seção de despedida, agradecimento, desculpas, perdão e acolhimento, que amplificam a nova tese em razão da benevolência do orador, contribuindo para a construção de seu *ethos*. Também se verificam dois momentos de digressão mais marcantes. Um primeiro junto à tentativa de interlocução (cadê você???), impossível após a consumação do suicídio, e outro presente na utilização da frase de efeito, que incide sobre uma atenuação do discurso, distração do foco (adesão à tese), enaltecimento da imagem de si, *ethos* do orador, “se existe sentimento maior que o amor, eu desconheço!”. A digressão age diretamente sobre o interlocutor e deixa o discurso mais leve, aumentando a possibilidade de aceitação da nova tese de vida com Deus e a própria ruptura ou incompatibilidade que a comprometem (suicídio/vida com Deus/condenação divina).

Pensado em uma das questões delimitadoras dessa composição argumentativa (esquema T1), junto à figura do auditório/coenunciador ou a sua imagem criada no discurso (*pathos*), encontra-se um dado nos acordos estabelecidos. Entre os acordos com o real, as proposições-enunciados “[4]Fiquem cientes que não bebo e não uso drogas, eu decidi que já fiz tudo que podia fazer nessa vida. [5]Tive uma vida linda, conheci o mundo, vivi em cidades maravilhosas, tive uma família digna e conceituada em Esteio, brilhei na minha carreira, ganhei muito dinheiro e ajudei muita gente com ele”, à medida que ganham o estatuto de fatos no direcionamento do orador a um auditório universal, aproximam o auditório

da “realidade” na qual o orador assume estar inserido. Os fatos apresentados (relato) trazem em si o valor máximo da interlocução nas figuras de *ethos* e *pathos* geradas, sobretudo por o discurso enveredar para a argumentação pela refutação, ou seja, pelo que o orador entende que seu auditório, ou parte dele, vá julgar ou pressupor (ponto de vista do auditório) como motivo para o suicídio: “não bebo e não uso drogas”; “não sou covarde, não”; “não estou desistindo da vida”; “não é por falta de dinheiro”. Cada uma das proposições expõe tipos de crenças que remetem a determinados coenunciadores, imagens dos *pathos* que podem ser compartilhadas ou direcionadas, uma espécie de “personagem tipo” que imagine o suicídio pela covardia e falta de discernimento, pela falta de dinheiro, pelo uso de álcool e drogas ou qualquer outra crença fundada ou não. Seria a imagem de recepção imaginada pelo orador sobre o que seu auditório pensa, o que crê, o que sente e, principalmente, o que ele espera.

Dessa interlocução pré-concebida, o orador traz também outras proposições com as quais insere seu ponto de vista, “Era tudo o que eu queria”, “eu parti para junto de Deus”; “eu decidi que já fiz tudo que podia fazer nessa vida”; “eu nunca me importei com o ter”; “estou em busca de Deus”; “eu não quero mais morar em lugar nenhum”, em direção à tese principal de suicídio como partida para junto de Deus. Tem-se, assim, o contraste entre duas verdades propostas pelo orador a respeito das causas e das motivações do suicídio e do que tanto o orador quanto o auditório entenderiam ser a causa do suicídio (princípio dialógico). De um lado, partida para junto de Deus, paz eterna junto a Deus e, de outro, a condenação da alma, o uso de álcool e drogas, a covardia, a falta de dinheiro, proposições dependentes da análise do auditório. Quanto às presunções, a contar por sua ordem pragmática, elas poderiam ser admitidas sobre o discurso em razão da credibilidade assumida nas autoafirmações sobre a moral do orador. Presume-se serem verdade, ou serem calcadas em verdades as asseverações sobre si realizadas pelo orador, até o que o auditório conhece a seu respeito (sua imagem pública, o *ethos* pré-discurso) e pela figura que é criada no discurso (esquema T1).

Esquema retórico de T1



Junto aos acordos com o preferível (valores, hierarquias e lugar do preferível), esses dados ganham maior espaço na tese defendida. Pelo conteúdo das premissas expressas, há um direcionamento a um auditório particular em [20], mas os argumentos presos à conduta moral e valores sociais (abstratos) mostram refletir, na prática, um auditório universal. Por essa observação, defende-se a existência de um desdobramento das proposições em dois sentidos de recepção dos dados: por um lado, declarar e informar (auditório particular, familiares, fãs, amigos, colegas de trabalho); por outro, defender-se/convencer (auditório conservador e preso a valores religiosos). Segundo esse aspecto, seria possível falar em uma imagem de auditório (*pathos*) particular ligado à vítima. Aquele citado na dedicatória e que seria referência das expressões “não chorem e não sofram”, além de ligados a outras expressões como “fiquem”, “todos” e “vocês”, representando um auditório conservador e preso a valores religiosos. Nesse sentido, é possível afirmar que parte das premissas apresentadas (não bebo, não uso drogas, tive uma vida linda e conceituada, ajudei muita gente) já seria compartilhada pelo auditório expresso na peroração, mas seria necessária a outro grupo não expresso especificamente, marcado pela indeterminação do interlocutor na terceira pessoa “fiquem”, pelo pronome indefinido “todos” e pelo pronome “vocês”, a quem essas condutas não seriam conhecidas e, nesses limites, o discurso se abre ao auditório universal.

Como hierarquia, esses valores (eu nunca me importei com o ter, tive uma família digna, ajudei muita gente, filha generosa) expressos junto aos dados seriam superiores à crença do suicídio como ruína, ou condenação da alma. O perdão seria uma possibilidade com base nas características do “eu” discursivo, “[19]Mas eu

decidi que posso parar com isso, ser feliz, porque sei que Deus me perdoará e me aceitará como uma filha bondosa e generosa que sempre fui”; “[22]Obrigado Jesus, Nossa Senhora e meu Deus, perdoem-me e recebem-me como a filha honesta e bondosa que sempre procurei ser!”. Observa-se a repetição da palavra perdão nessa passagem, principalmente vinculada ao valor e à hierarquia abstrata da superioridade das virtudes sobre a condenação pelo suicídio. Essa marca soa como uma autoafirmação e confirmação dessa crença pessoal ao auditório, principalmente, com o desdobramento de vozes junto à polifonia (ponto de vista do auditório) expresso pelas utilizações da negação no documento “[3] Eu não me suicidei, eu parti para junto de Deus”.

Por fim, em “[24]Se existe sentimento maior que o amor, eu desconheço!", nesse trecho há uma marca do lugar do preferível, uma sublimação e superioridade do amor como um sentimento a ser compartilhado, um acréscimo à tentativa de validação da tese de não ter havido uma condenação da alma (suicídio), mas uma escolha para uma vida junto ao que o auditório compartilhe ser uma vida com Deus, campo da fé religiosa, a qual não seria passível de contestação²⁴. Os lugares do preferível, como dito anteriormente, têm por particularidade sua imensa generalidade e, nesse caso, ajudam a justificar a escolha pela morte voluntária no consenso geral, estabelecendo um valor maior estipulado pelo lugar de ordem em que o amor seria superior a outros sentimentos.

Dessa forma, diz-se que os dados expressos no documento mostram-se atrelados de forma mais significativa ao regime dos valores do que ao dos fatos, utilizando-se das proposições de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) sobre os acordos com o preferível, podendo esta ser uma particularidade importante presente nos documentos produzidos por suicidas.

3.4.2. Tipos de argumentos empregados no texto do suicida

Na esfera dos tipos de argumentos, atentando para a reconstrução da situação de produção, visualizam-se primeiramente os elementos de ligação que, a contar pelo tipo de escolha expressa no documento, seria possível sintetizá-lo como o caminho percorrido pelo orador na escolha de argumentos baseados na estrutura

²⁴ Breton (2003) delimita três campos do conhecimento que guiam nossas ações e que escapam na maioria dos casos a uma opinião, sendo, portanto admitidos como fatos ou verdades: o campo do conhecimento científico validado pela estatística e ciência; o campo da fé religiosa com valores incontestáveis; e o campo dos sentimentos como o do amor.

do real em ligações de sucessão, especialmente manifesta pela relação de um efeito pragmático. Por esse princípio, a argumentação é fruto da ligação entre conceitos que o orador admite que o auditório infira como fatos, verdades ou presunções tendo por base sua experiência. É patente no documento, por exemplo, uma relação de ordem de valores, como ser generosa, bondosa, honesta, filantropa e benevolente, que teriam como equivalência biunívoca “estar junto de Deus” ou a felicidade, própria de uma conduta religiosa.

Em outro nível, verifica-se a utilização de argumentos descritos entre os que fundamentam a estrutura do real, fundamentos de uma realidade como complemento da passagem do dado à conclusão (caso particular), principalmente evidenciada pela argumentação pelo exemplo. O exemplo tem por função realizar um direcionamento da tese pela possibilidade de passar de uma conclusão a outra, postas como similares, conferindo maior poder de persuasão. No documento, a argumentação pelo exemplo é expressa pela figura da mãe em dois momentos no texto. Primeiramente, junto à apresentação da tese defendida sobre uma proposição hipotética em “[2]Era tudo o que eu queria: ter paz eterna com meu Deus e, **se possível, com minha mãe**” e, em seguida, utilizando do exemplo de vida da mãe em “[13]Eu não quero envelhecer e sofrer. [14]Eu vi minha mãe sofrer até a morte e não quero isso para mim”. Em contrapartida, esse exemplo, junto à classe dos argumentos quase-lógicos corresponde, ao ser observado em conjunto com os outros fatos (acordo com o real), ao que Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) definem como incompatibilidade, e uma vez que poderia também ser ligado à preocupação com a beleza e a idade, incompatível com a regra de inferência em uso ligada à vida com Deus.

Pelos argumentos baseados na estrutura do real, é possível realizar uma leitura pelas ligações de coexistência principalmente delineadas pelo argumento da pessoa e seus atos. No texto, grande parte das premissas de direcionamento da tese é acionada pelo argumento da pessoa e seus atos, as boas condutas e o mérito adquirido. A certeza de estar junto de Deus, ou a paz com Deus, seria proveniente do mérito obtido durante a vida, justificando e dando crédito aos dados utilizados.

Por fim, entre os argumentos quase-lógicos, o pedido de perdão, ou a crença no perdão, implica, dialogicamente, a admissão da transgressão. Nesse ponto, instaura-se um princípio de contradição e incompatibilidade, ao ligar o suicídio ao encontro com Deus. Reconhecer essa contradição ou incompatibilidade faz com que

o enunciador faça a opção pela reconceituação do suicídio para adequar seu discurso à nova tese, o que justificaria a negação do suicídio como tal, com o propósito de equacionar a contradição.

3.4.3. Outras particularidades a propósito da imagem de si

Seguindo pelos objetivos anteriormente propostos ao estudo, a imagem de si (*ethos*), nesse discurso, poderia ser entendida como um dos aspectos para o entendimento do esquema argumentativo nas cartas de suicídio. É no âmbito da criação da imagem de si criada que o orador exibe sua autoridade e possibilita que seu auditório reconheça essa autoridade dentro da situação sociodiscursiva em questão. No documento em análise, já foi exposto no esquema T1 que o *ethos* do orador exibe a figura de uma filha, mulher honesta, generosa, caridosa, características singulares que lhe confeririam uma imagem passível de crédito junto à proposição de suicídio em razão de “partir para junto de Deus”, princípio de compatibilidade. Essa imagem pode ser observada na escolha dos argumentos e na profunda exteriorização do eu em cada uma das proposições escolhidas para fazer parte da argumentação, assim como da imagem do *pathos* (figura conservadora e presa à tese anterior de suicídio acima exposta). Nessa instância, a descrição prévia da projeção dos acordos com o real e com o preferível demonstra ser uma etapa importante do processo de caracterização desse eu, envolto em valores e preocupado com as condições de recepção de seu discurso e o lugar comum argumentativo requerido (certas condutas levam à vida com Deus, certas condutas levam ao perdão de Deus). Em relação ao princípio da incompatibilidade descrito no final do parágrafo anterior, verifica-se algo que prejudica a figura do orador (nos limites de uma vida com Deus) em meio ao exemplo da mãe em “[13]Eu não quero envelhecer e sofrer. [14]Eu vi minha mãe sofrer até a morte e não quero isso para mim”, uma vez que envelhecer aparece ligado ao sofrimento, o que também pode ser entendido como uma preocupação com a beleza.

Outros acréscimos ao *ethos* discursivo são provenientes das condições de produção que exibem um detalhamento técnico da linguagem, traços estéticos, uso do estilo, ornamentos de linguagem (“renasci como uma fênix”), frases de efeito (“se existe sentimento maior que o amor, eu desconheço!”), palavras espirituosas, bem como pelo recurso da clareza da linguagem e objetividade, marcado pela brevidade

e sobriedade das palavras, indicando ser um autor empírico culto, eloquente, expressivo.

A respeito da possibilidade de existência de um *ethos* pré-discursivo, ou uma imagem preexistente do orador, a produção textual do suicida em si parece de imediato indicar uma imagem, o sujeito suicida, aquele que tomou a decisão de tirar sua própria vida e, por isso, aparece socialmente ligado a diferentes estereótipos coocorrentes junto a crenças ou valores provenientes de casos anteriores e, mais especificamente, dos casos em que o suicida deixa por escrito algo a respeito de seu ato. Assim, além dessa imagem generalizada, o suicida ainda pode apresentar outras formas mais particulares de ser visto, sobretudo, segundo sua idade, religião, sexo, condição financeira, orientação sexual, tipo físico, entre outras que delimitarão uma identidade a esse sujeito. Contudo, nem sempre essas características são conhecidas, restando apenas o que pode ser traçado pelas proposições escolhidas para fazer parte do discurso.

No documento em questão, tendo em vista o fato de o autor empírico ser uma figura pública, o *ethos* proveniente dessa imagem preexistente seria substancial ao entendimento de alguns dados do esquema argumentativo. Uma vez que neste caso, por questões éticas, pretende-se manter em sigilo a identidade do autor empírico, outras observações a respeito da correspondência entre a imagem prévia e a imagem discursiva não poderiam ser apresentadas. Esse direcionamento será realizado no momento do tratamento de outros documentos, nos quais se tem autorização para traçar aspectos de um *ethos* pré-discursivo e assim será possível averiguar se o *ethos* prévio apresenta relação com a tese defendida, ou na escolha dos argumentos e das figuras de comparação. Nessa relação, o orador tomaria a palavra em função da imagem que acha que tem, confirmando essa imagem ou transformando-a em função de suas intenções argumentativas (AMOSSY, 2005).

3.4.4. Complementaridade da análise e retomada de questões centrais

Estabelecendo-se uma relação entre a pré-análise desse capítulo e a pré-análise realizada no capítulo II pode-se reconhecer certa complementaridade além da questão composicional organizacional. Pelo extrato discursivo a respeito do suicídio tratado por Agrest (2010), por exemplo, tem-se com a análise retórica um acréscimo ao regime das crenças traçado pela autora, nesse momento eleito pelo ponto de vista do suicida e pelo que ele descreve como crença de seu interlocutor

aos motivos para o suicídio. Os motivos recusados à morte autoinfligida aparecem indicados, em parte, pelo que Agrest (2010) apresenta como uma porção do universo das crenças fundadas, o uso de álcool e drogas e a falta de dinheiro. Seria possível admitir ainda que outras crenças, como o suicídio como covardia, partida junto a Deus, caminho para paz eterna junto a Deus e desistência da vida, seriam correlações ao que se postula como crenças infundadas, à medida que são provenientes de valores abstratos e não existem estudos que as validem, apenas são fruto do imaginário social. Essas crenças seriam as teses prévias presentes nesse discurso e sob as quais o enunciador estabelece a situação de enunciação.

Pela estrutura composicional em contraste com a análise retórica, as premissas adotadas para segmentar o discurso na análise pelo sistema retórico (exórdio, narração, confirmação, peroração, digressão) demonstraram ser um ponto-chave desse tipo de análise. Além disso, a caracterização do texto quanto ao gênero retórico clássico (judiciário) propiciou, apesar das limitações já mencionadas no quadro teórico, visualizar um aspecto mais interior ao discurso, seguindo por uma intenção básica acusar/defender-se, própria a essa situação sociodiscursiva. Os dados da esquematização discursiva, em especial as condições de produção e de recepção, mostraram-se próximos ao que se descreveu em relação ao estudo do *ethos* e do *pathos*, somando-se substancialmente ao entendimento da situação de produção como um reflexo das intenções do orador na adesão do auditório à tese. Nesse sentido, observa-se uma imagem de *ethos* que recorre à *eunoia*, ou seja, uma imagem de si construída pela tentativa de mostrar-se solidário e benevolente com o interlocutor e direcionada pela escolha do assunto – as boas atitudes enquanto em vida, o valor da família e da moral (digna e conceituada) – e pelo nível de linguagem demonstrado. A análise do discurso sob o acordo retórico mostrou-se fundamental à construção e descrição da argumentação em comparação com a análise textual/discursiva do capítulo II.

Em síntese, em ambas as análises, o objetivo e a dificuldade foram sempre os mesmos: como traçar nos fundamentos uma tradução do *corpus* em níveis tão diferentes e ao mesmo tempo tão complementares? A resposta a essa pergunta talvez esteja longe de ser entendida em tão poucas palavras, contando com os paradigmas de análise selecionados. Os próprios autores citados nos fundamentos afirmam a dificuldade de separação ora do que é discursivo do que é textual, ora dos tipos de argumentos entendidos em sua totalidade ou na sua tentativa de separação.

Esse último sentido talvez tenha sido o mais marcante na expressão das observações do suicida pelo que ele acredita e pelo que ele pretende demonstrar. Ao tratar de um tema tão polêmico, espera-se traçar na segunda parte da pesquisa, com a retomada dos fundamentos anteriormente expostos, o que cada produção compartilha em relação às outras bem como atender aos objetivos do estudo levantados. Mesmo afastadas no tempo, espera-se, a exemplo de T1, que as produções acusem uma tomada de crenças de relativa estabilidade, partindo do suicídio como uma prática de exclusão e caracterização de um ideal de conduta, de ser humano, ou de família (“nunca me importei com o ter, tive uma família digna e conceituada, eu não me suicidei”).

Remetendo-se novamente à questão da possibilidade de características prototípicas desse documento com os outros a serem analisados, pelo ponto de vista retórico não é possível ainda assegurar qualquer afirmação. No entanto, os aspectos relativos ao *ethos* do autor discursivo talvez sejam relevantes nas próximas análises pelos aspectos externos, em especial a reincidência de alguma característica relativa à imagem de si no discurso. O mesmo se aplica aos tipos de argumentos empregados, como a argumentação pelo exemplo, a pessoa e seus atos, ou algum princípio de incompatibilidade entre os argumentos que só poderá ser percebida no confronto entre os outros documentos coletados. O *pathos*, no sentido da visão de mundo do interlocutor e sua presença no texto, pode trazer também outras recorrências como a adequação a valores morais e a tendência à filantropia provenientes da religiosidade. O lugar da argumentação que se abriu ao que seria justo na escolha pela morte voluntária após uma vida de boas condutas, em uma negação explícita do suicídio como condenação ou como afastar-se de Deus (“eu não me suicidei, eu parti para junto de Deus”), conforme valores da sociedade do século XXI em que a produtividade levaria ao mérito da vida com Deus, pode indicar outros pontos ou similares nas argumentações do início do século.

Retomando o esquema T1, para os outros documentos, nenhuma de suas partes parece tão óbvia, nem o auditório, nem o acordo, sem seu plano de texto, nem mesmo os tipos de argumentos ou a disposição do plano da argumentação. Esse talvez seja o nó desencadeador da próxima seção, a contar com tantas negações e com tantas possibilidades e questões a serem examinadas.

Algo que se acredita até o momento é que os fundamentos selecionados parecem ter funcionado bem à explicitação do discurso do autor empírico de imagem

pública, sistematizando um tipo de leitura-interpretação. Nesse sentido, espera-se uma mesma projeção na análise dos outros documentos em busca do objetivo principal de caracterização textual/discursiva e retórica dos documentos produzidos por suicidas.

2ª PARTE: CONTRASTES DA ARGUMENTAÇÃO DO SUICIDA
ANÁLISE DO *CORPUS*

Nota Introdutória da segunda parte da pesquisa

Nessa segunda parte da pesquisa, pretende-se examinar se as hipóteses e os objetivos delineados no capítulo I da primeira parte, bem como a própria justificativa e a problemática do trabalho, sustentam-se. Trata-se também do momento mais delicado do trabalho, uma vez que serão apresentados e descritos, segundo os pressupostos teóricos selecionados, os outros documentos produzidos por suicidas coletados. Desde o momento da escolha das composições de suicidas para fazerem parte do *corpus*, observou-se que essas seriam fontes de dados e ao mesmo tempo incitavam curiosidade e tratamento mais apurado. Nesses limites, foram delimitados critérios específicos para coleta, divulgação, tratamento e delineamento da análise pretendida.

O trabalho de caracterização das produções de suicidas foi direcionado pelas pré-análises dos capítulos II e III. No capítulo II, pelas discussões sobre os aspectos composicionais e discursivos (sequencialidade, plano de texto, representações esquemáticas discursivas). No capítulo III, pela projeção do sistema retórico, apresentação de acordos, tipos de argumentos e na imagem de si (*ethos*) construída. Em outras palavras, ao serem levantadas as principais preocupações da pesquisa, desde a descrição dos fundamentos teóricos e da pré-análise procurou-se delimitar teorias que fossem compatíveis e que pudessem atender às preocupações e tendências mais recentes no estudo do texto. Para tanto, a atenção voltou-se primeiramente às questões inerentes ao discurso, como a delimitação do enunciador e coenunciador (ou figura de recepção do discurso) como partes integrantes e presentes em todas as situações de produção, além da consideração de outros elementos como o local e o tempo de realização dos enunciados e outros dados provenientes da adoção da noção de proposição-enunciado como unidade elementar de análise, uma vez que se utiliza parte do modelo de Adam (2008; 2010).

Essas noções foram inseridas no contexto da teoria da argumentação, voltando-se aos participantes do discurso e aos elementos do contexto de produção, pelo quadro da Retórica e Nova Retórica. Foi dentro dessa projeção que nas pré-análises (capítulos 2 e 3) observou-se que as atividades discursivas se concentravam em torno de um orador/enunciador e seu auditório/coenunciador mostrados ou inferidos. A escolha e utilização dos dados de composição da proposição argumentativa se direcionavam a uma tese principal, sob a qual o enunciador constrói uma imagem de si (*ethos*) e de seu interlocutor (*pathos*), com o

objetivo de adesão do auditório a sua opinião/PdV. Também na pré-análise pela estrutura composicional, visualizaram-se fatores que permitiram identificar dominância argumentativa nos aspectos relativos à sequencialidade e ao plano de texto no documento produzido pelo suicida, além do PdV atrelado à nova tese defendida e organizada de forma a “mobilizar as paixões” e seduzir, por uma série de escolhas sistematizadas entre os argumentos e a forma de tratamento dos argumentos (dados e proposições), atendendo às intenções da produção do discurso sistematizado pelo quadro de atos discursivos.

Algumas das escolhas realizadas pelo autor empírico foram observadas com base em sua tipologia (técnicas argumentativas), visualizada separadamente e em seu conjunto, resultado final, que no documento analisado mostrou-se atrelada aos acordos com o real em razão de seu ponto de vista e da intenção de persuasão/adesão à tese, como é descrito no final do capítulo III. Pelas técnicas e acordos estabelecidos foi possível traçar um tipo de leitura, seu significado, em meio à tentativa de reconstrução da **situação de produção**, resgatando o que se delimitou ser mais marcante nesse tipo de discurso, declarar e justificar seus atos, uma tradução dos esquemas criados e que atuavam sobre o auditório delineado no texto.

Pensando além do proposto na primeira parte da pesquisa, na segunda parte as atenções devem se voltar também a outros aspectos, já mencionados no capítulo I (primeira parte), concernentes às teses pré-construídas que sustentam os outros textos de suicidas, bem como o que seria recorrente entre produções que provocam o imaginário das pessoas frente a um ato polêmico e que sustenta um discurso dirigido por aspectos singulares. Assim, espera-se trazer, nessa última seção, uma série de premissas, caracterizações e descrições que possam incidir sobre outros estudos e contribuir para o entendimento desse tipo de documento e, ao mesmo tempo, levantar aspectos delimitadores da situação sociodiscursiva de produção.

Para as análises, nessa segunda seção, optou-se pelo agrupamento dos documentos em capítulos, segundo as motivações para o suicídio expressas nos próprios documentos. Nesse sentido, algumas produções serão analisadas em todas as projeções, como realizado na análise em T1 (conforme quadro 2, abaixo). Os outros documentos que apresentarem as mesmas motivações serão analisados de uma maneira mais generalizada e/ou como destaque para alguma particularidade

encontrada. A disposição dos capítulos dessa segunda parte aparece no quadro 2, a seguir:

Quadro 2: disposição dos capítulos (2ª parte)

Motivação		Tipo de Análise	
Capítulo IV Amor	4.1. Paixão amorosa não correspondida	Detalhadas	T2, T3,
		Generalizadas	T11, T6.
	4.2. Amor como argumento	Generalizada	T15
Capítulo V Problemas familiares e financeiros	5.1. Desgostos na família	Detalhada	T13
	5.2. Separação e afastamento da família	Generalizada	T7
	5.3. Problemas financeiros	Detalhada	T9
		Generalizada	T17
	5.4. Casamento não consentido	Generalizada	T16
5.5. Prova de amizade	Detalhadas	T8	
Capítulo VI Política	6.1. Perseguição Política	Detalhada	T4
Capítulo VII Causas não declaradas	7.1. Suicídio como prova de um favor	Generalizada	T5
	7.2. A confissão como motivação para a escritura	Generalizadas	T10, T14, T12

CAPÍTULO IV

O AMOR COMO MOTIVO PARA O SUICÍDIO

4.1. A MOTIVAÇÃO POR PAIXÃO AMOROSA NÃO CORRESPONDIDA

Nas pré-análises anteriores (capítulos 2 e 3), apontou-se para um tipo de argumentação que poderia ser considerada como prototípica no interior da situação sociodiscursiva de produção, em que o discurso estaria direcionado pela negação de um valor ou conceito atribuído ao suicídio. Note-se que apesar de essa ser uma hipótese possível, principalmente em razão de a pré-análise mostrar que os argumentos utilizados como dados são do regime das crenças fundadas o que, portanto, seria suscetível de um direcionamento argumentativo frequente, outros documentos mostraram-se com diferentes tipos de direcionamento argumentativo. Os três próximos formatos de interlocução de um mesmo autor apresentam um tipo de argumentação que se volta tanto ao regime de crenças fundadas, remetendo ao caso de suicídio entre pessoas mais velhas, quanto se aproximando em parte ao que Agrest (2010) define como “mito de Romeu e Julieta”, ou seja, o suicídio relacionado ao sentimentalismo e aos arroubos do amor juvenil. A contar pelas características do enunciador descritas no inquérito, visualiza-se uma figura de uma mulher de meia idade, viúva, pensionista e que pode estar se utilizando das cartas como meio de desabafo e exteriorização de sua palavra.

4.1.1. A argumentação pelo sofrimento e pela culpabilidade e lamento em paixão amorosa mal correspondida: recurso do diário

Um dos aspectos da maneira como é construído esse discurso provém da similaridade do modo de interlocução e plano de texto com o gênero diário pessoal. Nesse caso, a situação sociodiscursiva de produção não se volta a apenas um escrito, mas a quatro nas duas primeiras cartas coletadas, havendo desdobramento do discurso na frente e no verso e na lateral de uma das cartas (carta 2), indicando três momentos diferentes de produção, mas com o mesmo conteúdo argumentativo. Dos três documentos, dois apresentam datas diferentes: 24 de agosto de 1909 e 3 de setembro de 1909. Esse fato, além da manutenção do discurso com

espaçamento e utilização do vocativo e seção de despedida, reforça sua similaridade com o diário pessoal. O documento 3, escrito nas faces de uma folha de papel seda vermelho, apresenta o plano de texto mais longo e notadamente estruturado dentro desses limites, entretanto, em função da gramatura e cor do papel, boa parte dos escritos apresentam-se ilegíveis, por estarem escritos a lápis, o que dificultou sua reprodução e a leitura da cópia. Todos os documentos trazem como vocativo um coenunciador particular (João), a quem o enunciador volta a interlocução.

T2 9ª pretoria T7 1138 – 1909 – Suicídio. Caracteriza-se por três cartas escritas por Josephina de Oliveira Neves, pensionista, descrita no inquérito como uma mulher de “avançada idade”, viúva e sem filhos, apontando para causa inicial da morte envenenamento por cocaína. O inquérito expõe ainda que alguns papéis por ela escritos e encontrados sobre um dos móveis de seu quarto de pensão “denunciam a desordem de seu espírito incitado pelos arroubos de uma paixão amorosa mal correspondida”. O laudo posterior apontou envenenamento por “cocaína”. A vítima foi encontrada em 24 de setembro de 1909. O inquérito traz anexas três cartas: duas em um tipo de papel comum e uma em faces de papel seda vermelho dobrado.

Documento 1 (T2A)

Imo^o João

Digo-lhe adeus para sempre! Sou a mulher mais desgraçada que piza o sollo criado por Deus; e devo morrer! quando receber esta carta! Eu já não existo! Mato-me porque devo morrer! é este o seu único descanso neste mundo! Não é verdade? Ousa-me Imo^o João! Sofri um golpe tão atrás em minha vida!... que em menos de 24 horas emvelheci! Que pareço-me já um cadáver! Pensei logo em matar-me!.. quando estive escrevendo, já tenho em meu poder o veneno que devo tomar, e vou tomallo sem fazer um queixume! Meu Deus me perdoe! Porem tenho sofrido tanto tanto que já não tenho coragem para rezistir! Imo^o peço-lhe que não me odeia, me fez a mulher mais desgraçada que vive neste mundo! para que me queria emganar! nada mais lhe digo! o que eziste no meu quarto é seu! em sua malla seja [ilegível bem]! Junto a esta carta vai um papel que servirá para prova se opores do que está no quarto, e vai a carta dos trastes! Imo João o golpe que sofri é mortal! Adeus para sempre! Creia-me a 2 meses que vivo na emcerteza meu bom amigo! Queria illudir-me amim própria! porem cheguei ao conhecimento da verdade! e mato-me sou uma desgraçada! Adeus meu bom amigo! Adeus para sempre

Adeus

Sempre a mesma J. N.

Documento 2 (T2B)

3 de setembro 1909

as 12 horas da noite

meia noite

João

Nunca fiz mau juízo de ti, mas hoje vi qual o motivo porque tivesse esse excesso e sahisses sem me dar tempo de nada! Oh meu Deus, estou morta tu me matasses! eu tenho o dinheiro, é teu já te disse sahistes como um santo o meu João, cada vez vejo o núcleo que me serca, o que me matou o Ciúme! Era toda minha demora – Morro – Morro nem me animo a te pedir nada em meu favor. Oh'João o depois de estarmos ajustando o nosso cazamento! mais prova te dey senão o teu futuro do que outra coisa e me matar repentinamente, o que te digo é o seguinte não penso mais viver; porem

pensa melhor meu João, vi o que fazes; se é saudade ou a tua sorte de cazar-mos, eu morro porque devo morrer: oh se odio matasse eu quando sahistes, eu cahiria fulminada. Adeus até quando o lmo quiser! assim me disseses em tua carta: Adeus os meus dias estão contados, o dinheiro está as tuas es devo todo elle, me manda vós dizer o que devo fazer: isto se athe amanhã a noite: Domingo.. Adeus Como tínhamos combinado, diviamos nos cazar, athe fim do mês não é verdade? queres tudo depreça.

Documento 2 verso

João

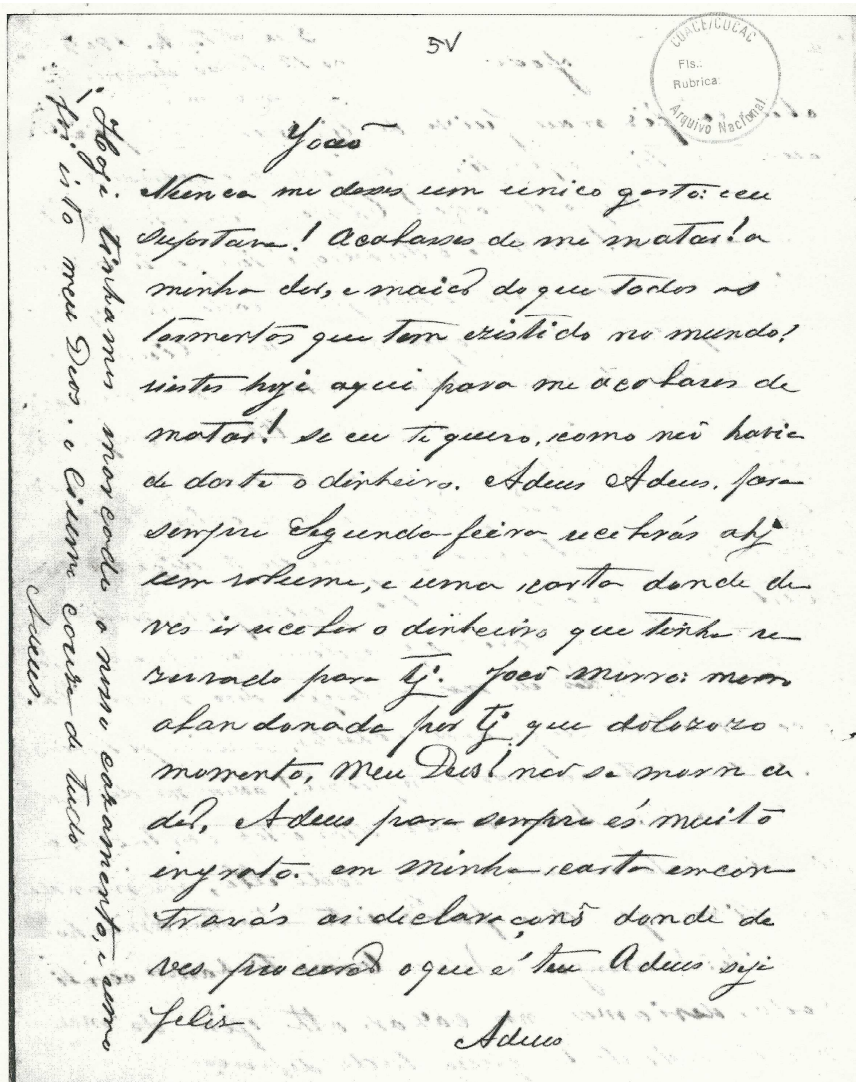
Nunca me desses um único gosto: e eu suportava! acabasses de me matar! a minha dor maior do que todos os tormentos que ezistem no mundo! Viestes hoje aqui para me acabares de matar! se eu te quero, como não havia de darte o dinheiro. Adeus Adeus para sempre Segunda-feira receberás ahi um volume, e uma carta donde debes ir receber o dinheiro que tinha reservado para ti. João morro: mesmo abandonada por ti que dolorozo momento, meu Deus! não se [ilegível]. Adeus para sempre és muito ingrato em minha carta emcontrarás as declarações dondi debes procurar o que é teu Adeus seja feliz

Adeus

Escrito ao lado da carta

Hoje tínhamos marcado o nosso cazamento, e como foi isto meu Deus. o ciúme cauza de tudo

Adeus



Documento 3 folha 6 do inquérito escrita em papel seda vermelho (T2C)

Rio
24-8-1909

João

Quando leres esta, eu já terei te deixado de [ilegível]; é saudade que tens tido de muita constancia! porém o que eu tenho sofrido; é além de tua constancia! a muito que tento matar-me! porem era bastante sorte, para perder tal idéia! o que me fazia sofrer perguntavas! e em ter nos meus ouvidos as tuas palavras, quando havião aquelles, emfernaes ciúmes! **odiei, jurei jogar-me!** só tu me faria desistir do meu entento! tenho pensado, tenho meditado não acho comcluzão de nada! podendo a tanto tempo fazer-te feliz! tenho me feito uma desgraçada!.. por tua cauza! Olha o meu emtento é inabalavel! se eu morrer em um cemitério quero ser levada para a misericórdia! quero ser enterrada!

Como uma verdadeira mendiga! me fizeste a mulher mais desgraçada que pizou [ilegível] criado por Deus: queria ter-te perto de mim nos meus últimos momentos, porem alembrança de que és escravo; me fazia dezistir de tudo! Como em tão pouco tempo passou em minha vida. Tantas durezas! não fosse dizer! sou mesmo uma Idiota como me chamavas! uma nada deixa-me Idiota! Olhe fiz uns pequenos esclarecimentos, não sei o que poderá levar! acazo aonde estão minhas mallas eu muito aprecio as damas desta casa oje emconstrarão quantia possão pegar-lhe a minha de um mês mandeite chamar para fazer-te não donde estava meu dinheiro não oferecertes, emcluo a este vai uma declaração aonde podes procurar. Adeus se feliz com a espoza que te procurava avontade della para poder sair comtigo. Adeus morro Odiando tão vil criatura que ao depois de ser sua foi tão miserável. Adeus para sempre emfiel amante Adeus estes meus últimos horas são para servir como os outros pra fim que dissestes aquelle dia. Adeus João oje eu te perdô!

Últimos pensamentos

Felicidade

Hé tarde! Meu peito ...sugura de dor!
Felicidade! Não pode..mais gozar é tarde
Meus dias são contados e eu sucumba!!
Com minha alma! entristecida por
Tanta dor

Tu queres! Ideal querido! Com tanta [ilegível]!
Tu queres! De mim!..tão...tarde!
Não vés que minha alma em [ilegível]
[ilegível]
Sem teu amor!
[Continua muitas partes ilegíveis]

a) A esquematização discursiva no discurso de vítima e de lamento

Assim como na análise de T1, fazem-se anteriormente à realização da esquematização discursiva observações quanto ao regime de materialidade em função de recaírem sobre os dados da situação sociodiscursiva de produção. Nos limites do recorte estabelecido pelos objetivos propostos à pesquisa, delimita-se para T2 um tipo de discurso seccionado composto de três situações de produção distintas, ou momentos de produção, em função de uma única intenção sociodiscursiva, podendo comportar, neste caso, uma esquematização geral como

resultado. Apesar de estarem afastadas no tempo de sua escritura, as três situações sociodiscursivas apresentam proposições coocorrentes nos três documentos. Na reconstrução do universo discursivo do enunciador, nos três documentos, a situação de produção tem como finalidade, primeiramente, afirmar a intenção em praticar morte voluntária em função da não correspondência amorosa, lamentar e, por fim, produzir sentimento de culpa, tanto pela manifestação do sentimento de entrega ao parceiro e culpa autoafirmada, quanto pela tentativa de gerar sentimento de culpa no interlocutor e indicação direta da responsabilidade desse interlocutor em sua escolha pela morte voluntária.

Ainda no que se refere a uma esquematização discursiva como resultado, nos três documentos, em uma correlação com o quadro exposto por Agrest (2010), tem-se o PdV atrelado à ideia de suicídio em função do amor não correspondido, direcionado a um tipo de crença não fundada, então ligada à idealização do amor. Entre as condições de produção, observa-se uma coocorrência e uma manutenção entre os textos da imagem de si de uma mulher em desesperança, desiludida, sofredora e que se entrega à morte em razão da solidão e do abandono da pessoa amada. É nesse sentido que a situação de produção se desdobra em vários momentos de busca de interlocução ou resposta. A geração do sentimento de culpa, sua própria atribuição e o lamento delineiam as condições de produção em função da adesão à tese de “sofrimento por amor não correspondido, portanto suicídio”. Nesse caso, não são só os argumentos que direcionam a tese, mas também sua repetição (“Sou a mulher mais desgraçada que piza o sollo criado por Deus; e devo morrer! quando receber esta carta! Eu já não existo! Mato-me porque devo morrer!”). Entre as condições de recepção, tem-se a projeção da imagem de *pathos* com alterações sucessivas de estereótipo. A imagem de *pathos* aparece como enganador, aquele que causa desgraça, um bom amigo, mas ingrato, ora como culpado ou causador da desgraça, ora como uma boa pessoa. A manutenção desse tipo de argumentação corresponderia à tentativa de mostrar que o suicídio seria um dever em função da desgraça ou do sofrimento, também caracterizando parte do que seria uma imagem de *ethos* com traços de perturbação e indefinição da imagem do interlocutor. Essa afirmação será retomada nas considerações a respeito do sistema retórico.

b) Plano de texto e sequencialidade dominante

Nesse momento, retoma-se para a análise da estrutura composicional dos documentos uma observação geral do seu regime de materialidade com algumas especificações mais estruturais. Trata-se de três composições transcritas de seu suporte original, conforme anteriormente descrito, as quais foram anexas como provas ao auto criminal de suicídio de Josephina de Oliveira Neves. Os documentos 1 (três faces) e 2 (duas faces) foram escritos em papel tipo sulfite comum, sem linhas, em letra cursiva semicaudata, manuscrita à tinta. O documento 3 foi escrito com letra cursiva semicaudata, em papel tipo seda semitransparente, de cor avermelhada, dobrado e manuscrito em suas faces a lápis.

Com uma estrutura predominantemente argumentativa em sua sequencialidade, os documentos apresentam um plano de texto fixo com as características do gênero carta pessoal (epistolar): contato inicial, apresentação do conteúdo e seção de despedida. O vocativo é regularmente apresentado na seção de abertura dos três documentos e em seu interior em novas subseções, direcionando seu coenunciador João, ou junto ao pronome de tratamento Imo.^o João. A seção de demonstração apresenta o conteúdo proposicional da carta, trazendo marcas da argumentação principalmente no tipo de pontuação, uso da interrogação, reticências, exclamação, apresentação de dados, direcionamento das teses e inferências sobre os dados sobre os quais é possível traçar um desdobramento de teses “amor não correspondido, portanto sofrimento” e “sofrimento, portanto suicídio”.

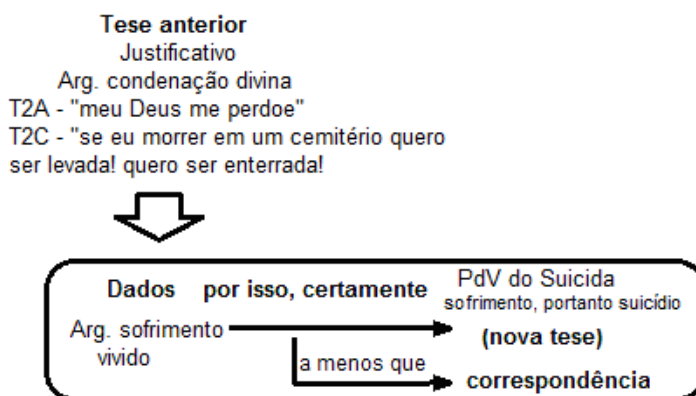
Outro destaque para os planos de textos dos documentos acima apresentados fica por conta de T2C que, além das características coocorrentes apontadas, apresenta partes de outro plano de texto, o poema. Trata-se da introdução do poema como parte integrante da proposição argumentativa de T2C, introduzida como “últimos pensamentos”, um recurso argumentativo frente à tentativa de persuasão que faz lembrar mais um aspecto da carta pessoal, a pós-inscrição. As partes legíveis do texto remetem ao sentimentalismo e busca de ênfase na dor, angústia e tristeza sentidas em similaridade com a poesia romântica, contudo sem rimas ou estrutura que caracterize um plano de texto convencional. No sentido dos objetivos da pesquisa, sua função no texto remete a um caráter persuasivo, consistindo em aumentar o sentido da mensagem em direção à dor amorosa sentida.

Em outra projeção, antes de apresentar o esquema de sequencialidade, estabelece-se para esses textos os limites traçados pelas proposições-enunciados escolhidas para fazer parte dessas situações de enunciação. O ponto de vista (PDV), a representação discursiva (RD) e os valores ilocucionários são coocorrentes nos três documentos. Note-se que o PDV está estritamente marcado nos três documentos em torno da necessidade de morrer, ou seja, o suicídio em função da desilusão amorosa e causa de todo o sofrimento apresentado pelo enunciador, como aparece em T2A “devo morrer! quando receber esta carta! Eu já não existo! Mato-me porque devo morrer!”, em T2B “Oh meu Deus, estou morta tu me matasses!” e em T2C “o que eu tenho sofrido; é além de tua constancia! a muito que tento matar-me!”. É sobre o ponto de vista do suicídio em razão do sofrimento pela desilusão amorosa que o enunciador traça sua representação discursiva (RD) para o discurso, uma imagem de si emblemática do sofrimento e carência de amor em que o eu discursivo se condena à morte em função dessa situação, exposta como insuportável. Nessa direção, a estrutura dos atos de discurso é expressa sobre enunciados assertivos/constativos, “Nunca me desses um único gosto: e eu suportava!”, T2B; “Ousa-me Imo^o João! Sofri um golpe tão atrás em minha vida!... que em menos de 24 horas emvelheci!” T2A, além de engajantes promissivas “Quando leres esta, eu já terei te deixado” T2B; “Sou a mulher mais desgraçada que piza o sollo criado por Deus; e devo morrer! quando receber esta carta! Eu já não existo!” T2A e, principalmente, enunciados declarativos “Sofri um golpe tão atrás em minha vida!... que em menos de 24 horas emvelheci! Que pareço-me já um cadáver! Pensei logo em matar-me!.. quando estive escrevendo, já tenho em meu poder o veneno que devo tomar, e vou tomallo sem fazer um queixume!” T2A. Esse tipo de construção remete não apenas a um tipo de declaração, demonstração ou direcionamento da tese principal, mas também esconde uma tentativa de chamar atenção e até mesmo gerar sentimento de culpa no coenunciador, o que pode ser constatado nos enunciados interrogativos “Mato-me porque devo morrer! é este o seu único descanço neste mundo! Não é verdade?” T2A e pelos enunciados declarativos “me fez a mulher mais desgraçada que vive neste mundo!”; “Nunca me desses um único gosto: e eu suportava! acabasses de me matar!” T2B.

O quadro argumentativo do documento T2A expõe um tipo de discurso delineado por dados declarativos/justificativos de um ser ou estado em primeira pessoa. Os dados dessa proposição têm por finalidade direcionar a tese no sentido

de que o suicídio seria um dever, em razão do sofrimento e da desgraça pessoal autoafirmada. Sua instância marcadamente declarativa não abre espaço para uma tese anterior, mas traça uma restrição implícita exposta principalmente pelo pedido de resposta e pela repetição do dever em cometer suicídio, conduta persuasiva com utilização de efeito fusional, ou de repetição. O poema em T2C também pode ser admitido como uma marca persuasiva na argumentação. Sua utilização permite que se torne aceitável uma mensagem, ampliando e misturando seu sentido na direção do afeto e incorporando novos valores à mensagem por um efeito pragmático. Em outras palavras, o poema é percebido como veículo de exteriorização do sentimento, construído sobre o histórico de dor do orador, e assim ele espera que seja percebido em função da adesão à tese e na esperança de retorno.

Esquema T2A: Resumo da sequencialidade argumentativa



c) Projeções da culpabilidade pelo quadro retórico

Tomando por análise o sistema retórico em observação aos três documentos, é possível afirmar que as cartas aproximam-se do gênero retórico clássico judiciário ou *forense*, na medida em que o orador se autocondena em razão dos argumentos empregados. Apesar da fragilidade já apontada nessa classificação dos gêneros segundo Aristóteles, outras aproximações em relação ao gênero judiciário ficariam por conta da marca de auditório; João seria uma espécie de juiz sobre as autoacusações do orador que remetem ao passado que ele pretende esclarecer; outras características não poderiam ser asseguradas em razão da situação sociodiscursiva de produção demandar outras particularidades. A amplificação da tese ocorre principalmente pela utilização do procedimento estilístico da repetição de lexemas e até mesmo de sintagmas como “devo morrer” (recurso da amplificação quantitativa). Outra forma de intensificar retoricamente o discurso fica por conta do

uso das exclamações (amplificação qualitativa), presente nos dois textos. Fixando-se no gênero do discurso epistolar, pode-se afirmar que, apesar das variações que pode sofrer o gênero, ele apresenta algumas constantes composicionais que nos documentos são expressas pela seção de abertura, como os termos de interpelação “João e Imo^o João” e de lugar e tempo nos documentos T2B “3 de setembro 1909, as 12 horas da noite, meia noite” e T2C “Rio, 24-8-1909”. Em T2A, como exemplo, o exórdio aparece em [2] e [3] e visa, sobretudo, mobilizar o auditório, de modo a torná-lo atento ao discurso “[3]Sou a mulher mais desgraçada que piza o sollo criado por Deus; e **devo morrer!**”. A narração aparece em [4] e [5] e vem atrelada à apresentação do dever em morrer, seguida da confirmação em [6] com os dados que reforçam a tese de “sofrimento, portanto suicídio”, visando a gerar sentimento de piedade em João. Na peroração, os dados se direcionam pela mobilização da paixão e busca de aceitação da tese de sofrimento. Por fim, é apresentado o fechamento com a despedida e assinatura, conforme segue:

<1 ABERTURA> [1]Imo^o João

<EXÓRDIO> [2]Digo-lhe adeus para sempre! [3]Sou a mulher mais desgraçada que piza o sollo criado por Deus; e **devo morrer!** <NARRAÇÃO/CORPO ARGUMENTATIVO> [4]quando receber esta carta! Eu já não existo! [5]Mato-me porque **devo morrer!** é este o seu único descanso neste mundo! Não é verdade? <CONFIRMAÇÃO> [6]Ousa-me Imo^o João! Sofri um golpe tão atrás em minha vida!... que em menos de 24 horas emvelheci! [7]Que pareço-me já um cadáver! [8]**Pensei logo em matar-me!**.. quando estive escrevendo, já **tenho em meu poder o veneno que devo tomar**, e vou tomallo sem fazer um queixume! [9]Meu Deus me perdoe! [10]Porem tenho sofrido tanto tanto que já não tenho coragem para rezistir! [11]Imo^o peço-lhe que não me odeia, me fez a mulher mais desgraçada que vive neste mundo! para que me queria emganar! [12]nada mais lhe digo! [13]o que eziste no meu quarto é seu! em sua malla seja [ilegível bem!] [14]Junto a esta carta vai um papel que servirá para prova se opores do que está no quarto, e vai a carta dos trastes! ,<PERORAÇÃO> [15]Imo João **o golpe que sofri é mortal!** [16]Adeus para sempre! [17]Creia-me a 2 meses que vivo na emcerteza meu bom amigo! [18]Quereria illudir-me amim própria! [19]porem cheguei ao conhecimento da verdade! **e mato-me sou uma desgraçada!** <FECHAMENTO>[20]Adeus meu bom amigo![21] Adeus para sempre

Adeus

Sempre a mesma J. N.

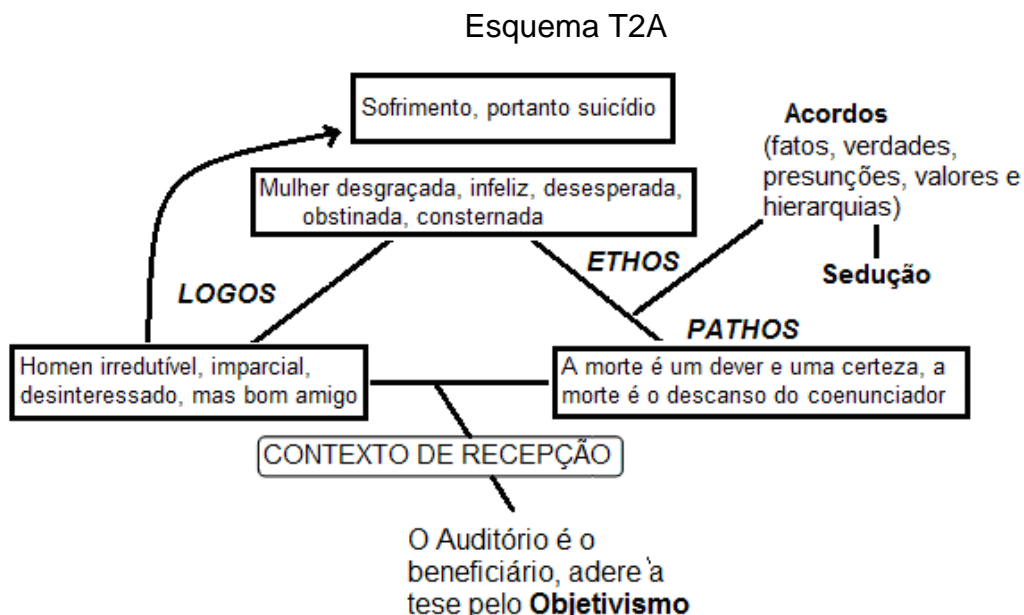
Como pode ser observado acima, T2A exemplifica o tipo de marcação realizada nos três textos. Diferentemente de T1, na pré-análise, em T2A, a apresentação dos dados que levam à tese principal não é tão bem estruturada, remetendo a uma despreocupação com o *logos*, raciocínio. O discurso em T2A aproxima-se muito de textos orais, com muitas repetições em todas as seções, principalmente do dever de causar a própria morte, demonstrando ser uma

confirmação ao coenunciador da intenção e/ou necessidade em cometer suicídio (marcações em negrito acima).

Entre as constantes composicionais descritas acima, ressaltam-se alguns efeitos junto à escolha das proposições-enunciados que se destacam, principalmente, junto aos argumentos de persuasão *ethos* e *pathos*, portanto, em direção da mobilização dos afetos. Note-se primeiramente a repetição da despedida no exórdio e no fechamento que, discursivamente, amplifica o valor da tese defendida em função do *pathos*, denotando projeção de sentimento e saudade. O questionamento presente na narração, “Mato-me porque **devo morrer!** é este o seu único descanso neste mundo! Não é verdade?”, transfigura parte de uma dúvida em relação à própria tese defendida e à atribuição da morte como descanso de João. Verifica-se, nesse sentido, uma contradição entre o “dever morrer” e se realmente a morte seria solução ao sofrimento descrito pelo enunciador. Esse emprego poderia ser visualizado como tentativa de interlocução/resposta, à medida que pressupõe um pedido de uma última confirmação a esse autodever imposto. Na confirmação, encontra-se um pedido de perdão por Deus que, por inferência, pela utilização do marcador adversativo “porém” reforça a dúvida e a intenção pela morte voluntária: “Meu Deus me perdoe! Porém tenho sofrido tanto tanto que já não tenho coragem para resistir!”. Na peroração, há um reforço da tese sobre a crença de ser o suicídio uma solução ao sofrimento e desgraça descrita e causada pelo amor não correspondido.

Como forma de apresentação dos acordos estabelecidos, juntam-se à análise os dados relativos ao esquema 8, que tratam do esquema retórico da argumentação no documento 1 (esquema T2A). Em T2A, a sedução do auditório é proveniente dos acordos com o real, nos quais se destacam os fatos e verdades e, sobretudo, a presunção sobre a validade do sentimento expresso (“sou a mulher mais desgraçada”, “em menos de 24 horas envelheci”). Sobre o preferível, o discurso se abre aos valores (a mulher serve de seu sentimento) e às hierarquias (a mulher que se sacrifica ao homem). É importante destacar como a imagem de si volta-se aos sentimentos, como à infelicidade, à desgraça pessoal, à obstinação. Por esses valores, é expressa a proposição argumentativa, sobretudo pela repetição constante do dever na prática da morte voluntária. O *pathos* é formado pela irredutibilidade, imparcialidade e afastamento das emoções do coenunciador e também uma incompatibilidade, pois, apesar de ser expressa a culpa da desgraça sobre João:

“me fez a mulher mais desgraçada que vive neste mundo!”, ao final este é tratado como “bom amigo”. Esse emprego pode ser visualizado como uma tentativa de instigar a busca pelo afeto, ou seja, de tornar aceitável a mensagem ampliando e misturando sentidos na direção do afeto, incorporando valores contrários à tese principal à mensagem (*logos*), ora João é quem desgraça, ora é bom amigo.



A essa observação a respeito do esquema T2A, poderiam ser acrescentados outros dados presentes em T2B e T2C. Em T2B o *pathos* assume, além das características expressas em T2A, a acusação de ser assassino em “Oh meu Deus, estou morta tu me matasses!”, ao *logos* a afirmação de a morte ser uma prova de amor “mais prova te deys senão o teu futuro do que outra coisa e me matar repentinamente”. Destaca-se também a acusação do amor não correspondido, “Nunca me desses um único gosto”, e dos ciúmes serem a principal causa do desentendimento: “que me matou o Ciúme!”. Todos esses aspectos apontam, assim como em T1, que os dados que compõem a tese encontram-se mais significativamente ancorados no regime dos valores (formulados em termos de valor) e pela hierarquia de valores (superioridade do dever morrer sobre o viver, por exemplo), em um acordo com o preferível, principalmente em função do auditório particular e da mobilização/sedução desse auditório.

Por fim, na projeção do quadro retórico, utilizando-se da classificação das técnicas argumentativas, em T2A o discurso se orienta consideravelmente próximo à imagem de si e na qual seriam mais proeminentes os argumentos direcionados à pessoa e seus atos e os argumentos de autoridade (ligações de

coexistência/argumentos baseados na estrutura do real). Tem-se envolta à presunção de validade dos fatos a identificação do orador por suas condutas apresentadas, uma pessoa disposta a entregar-se à morte em razão de seus sentimentos ao outro, sentimentos estes que à medida que não são correspondidos se tornam o motivo do sofrimento, da desgraça e da infelicidade. O suicídio seria também um meio de descanso (libertação) do auditório e a ele são oferecidos os bens materiais e pertences do eu discursivo. Esses atos dignificam a imagem do orador, bem como têm por função valorizar seu discurso de maneira a provocar adesão às teses interligadas “amor não correspondido, portanto sofrimento” e “sofrimento, portanto suicídio”. Em relação de ligação, esses argumentos se direcionam a outro tipo de técnica que exprime valor de sucessão, o argumento pragmático. Nesse caso, o argumento pragmático tem a função de enfatizar o valor da conduta da pessoa em função de suas consequências. Em outras palavras, a superioridade do ato suicida e a superioridade de suas consequências, que pelo PdV do orador seriam positivas para João.

d) As retomadas argumentativas no discurso de amor não correspondido

Uma observação geral da análise de T2A, e T2B e T2C permite trazer alguns pontos das questões-problema da pesquisa com os textos produzidos por suicidas. O primeiro deles iria em direção ao conteúdo das proposições argumentativas empregadas. Essas proposições são conduzidas no sentido de culpar João pela escolha da morte voluntária em função de motivar a retribuição do sentimento do amor. O ponto de vista seria direcionado à utilização dos dados, com a intenção de demonstrar sofrimento e arrebatamento amoroso sentido. O meio para materialização do discurso utilizado foi a carta pessoal direcionada a um interlocutor particular, a qual se mesclou em diferentes pontos com o diário pessoal. Destaca-se a utilização, em alguns pontos, de linguagem poética, trechos de pensamentos e situações de produção que se misturam em um mesmo discurso, transfigurando-se em uma imagem de *ethos* ligada à solidão, à introspecção, à subjetividade e ao desespero provenientes da entrega a um amor não correspondido, mas também franco, inspirado pela temeridade, impulsividade, ligado à *Arete*, virtude.

Um ponto aparece em T2C e traça, de certa forma, uma imagem do suicida ainda presente no início do século XX, além do que seriam características da crença religiosa do eu discursivo, a preocupação em ser ou não enterrada em um cemitério

“se eu morrer em um cemitério quero ser levada para a misericórdia! quero ser enterrada!”). Nessa proposição é marcado um receio de não ser enterrada em um cemitério, ou que o corpo não pudesse ser enterrado em função da escolha pela morte voluntária, uma espécie de castigo ao suicida. Trata-se de uma crença religiosa registrada, por exemplo, no judaísmo, em que o corpo do suicida não poderia ser enterrado, ficando em termos marginalizado e o enterro condicionado a determinadas condutas. De forma semelhante, também no cristianismo mais ortodoxo, há registros históricos que afirmam o impedimento dos suicidas de serem enterrados em cemitérios ou mesmo velados em templos religiosos, pois estes estariam em um estado de condenação divina, sendo, assim, marginalizados, excluídos de uma classe.

O sentido atribuído à vida direcionou-se a dois eixos argumentativos: em primeiro lugar a vida estaria atrelada à tortura, ao abandono e ao sofrimento, à medida que a total entrega a João, sem retorno, torna-se visível. Por outro lado, a vida seria motivo de prisão da pessoa amada e o suicídio uma forma de libertação, assim como uma forma de provocar o sentimento de culpa nessa pessoa. Vida e morte se entrecruzam na esperança de contrarresposta em uma tentativa de interlocução explícita em T2A: “[5]Mato-me porque **devo morrer!** é este o seu único descanso neste mundo! Não é verdade?”.

Em relação ao regime de crenças traçadas por Agrest (2010), é possível afirmar que nesses documentos tem-se uma aproximação a uma crença infundada (amor juvenil), em direção ao amor não correspondido, ou idealização do amor que pode, em contraste com outras estruturas, ser creditado como crença fundada, uma vez que exponha um traço recorrente entre outros documentos. Verifica-se essa ser uma característica que assevera e redireciona as análises a outro ponto de vista diferente do estabelecido por Agrest (2010). Os dados da autora não se apoiam nas composições dos autores suicidas, e sim em dados ou estatísticas ligadas mais ao que quantitativamente e cientificamente se tem discutido sobre o assunto, ou seja, mais do que ao PdV traçado pelos autores suicidas, uma que este pode ser real ou criado em função de fatores não presentes ou identificáveis nos documentos, como transtornos mentais ou psicológicos.

Em uma visão dos três documentos, observa-se, em contraste com T1, que as condições de produção não são necessariamente as mesmas, pois, com base no tempo de produção, não indicam que a carta antecede imediatamente o ato, ou seja,

houve tempo de sua reescritura e/ou reestruturação e progressão. O fato de T2B apresentar duas aberturas, três seções de fechamento com a inclusão do complemento na margem esquerda confirma em parte esta hipótese.

4.1.2. A argumentação pela ameaça de homicídio seguida de suicídio

Assim como na análise anterior (T2A, T2B e T2C), os documentos a seguir expõem traços da opção por morte voluntária atrelada à crença do amor não correspondido e ligado ao sentido de ingratidão, agora pela argumentação de autor empírico do sexo masculino, permitindo traçar outro perfil de *ethos* pré-discursivo: o homem, de meia idade, casado e com filhos que se relaciona com uma mulher mais nova.

Em T3A e T3B, tem-se novamente a característica da subdivisão do discurso, aqui em duas cartas com fechamento e assinatura, referindo a dois momentos de produção distintos, mas interligados e sem uma marcação da seção de abertura. Nesse caso, a situação sociodiscursiva de produção volta-se a dois escritos nos quais a intenção discursiva seria declarar/explicitar os motivos e intenções atreladas à prática do suicídio. Os dois documentos apresentam datas diferentes de produção, 4 de dezembro de 1933 (T3A) e 19 de setembro de 1933 (T3B), que, apesar do espaço de tempo, se comutam em partes de um mesmo conteúdo proposicional, conforme segue já com a divisão de sua estrutura segundo princípio traçado na disposição (*taxis*) pela retórica:

T3 8ª pretoria 73 1052 – 1933 – Suicídio. Caracteriza-se por duas cartas escritas por Horácio Gonçalves Vianna, casado, 43 anos de idade, que, segundo ele, mantinha relação extraconjugal com Zélia Del Giudice (20 anos de idade, solteira – citada na carta). Horácio tentou matar Zélia quando ela atravessava o jardim de sua residência e suicidou-se a seguir. O inquérito aponta para morte por projétil de arma de fogo “como a arma tivesse falhado e vendo que não conseguia o seu desejo, sentou-se em um canteiro do jardim, consertou a arma, encostou-a sobre o peito, desfechando um tiro, caindo quase que imediatamente, morto” (folha 3). As cartas foram encontradas no bolso do suicida “No bolso das vestes do morto encontrei uma carta em que Horácio diz ter verdadeira paixão por Zélia e que não poderia, jamais viver sem ela; por isso resolvera mata-la e em seguida, suicidar-se. O comissário do dia: Savio Magioli” (folha 3). As cartas encontradas expõem o descontentamento de Horácio que ao ser abandonado por Zélia decide pelo homicídio da amante seguido de suicídio. As cartas aparecem dispostas em meia folha de papel almaço somando seis faces. A primeira na folha 19 do inquérito datada em “4/12/933” (4 de dezembro de 1933) e a segunda na folha 20 em “29/11/933” (29 de novembro de 1933),

estando, portanto, anexas no inquérito em ordem decrescente de data de produção. Apresenta-se para a análise a disposição cronológica.

Documento 1 (T3A), folha 20

<ABERTURA>

<EXÓRDIO>

<NARRAÇÃO/CORPO DA ARGUMENTAÇÃO> [1]Uma verdadeira loucura motivada por uma paixão louca e cega por esta pobre e infeliz Zélia, a quem o destino nos fez conhecer para ao fim de 2 anos terminar-mos tão tragicamente e além de a deshonrar ainda pagou injustamente com a vida, pois eu só a mato por saber que a própria mãe está espalhando a difamação de sua própria filha commigo, em logar d'ella procurar abafar para evitar chegar ao conhecimento não só do próprio pae como do Julio, pois sendo elles conhecedores só poderá resultar o escândalo bem como a desgraça não só da própria filha ser assassinada e eu também ou pelo pae ou pelo noivo ou por qualquer pessoa da familia d'ella.

[2]Assim deliberei matal-a bem como suicidar-me pois deste modo pouparei alguns momentos de verdadeira tortura para ella pela vergonha deante da familia bem como da minha, <CONFIRMAÇÃO>pois só não dei somisso de minha vida a mais tempo procurando um meio para evitar essa vergonha e desgraça que me faz andar com a consciência envergonhada de meu acto tão infame que nem sei explicar como assim procedi pois longos anos tenho trabalhado no Comercio em grandes casas onde o numero de moças são grandes e nunca tentei abusar com nenhuma d'ellas, e ellas poderão attestar esta verdade assim como os proprios chefes destas como sejam Capital e Pasa Royal bem como outras mais, nem mesmo com as casadas, viúvas e outras mais.

[3]Infelizmente este meu amôr foi fruto unicamente das factalidades dos proprios paes apesar que eu fui um infame pois era amigo do proprio pae, mas são cousas da vida que eu mesmo perguntei algumas vezes a ella, **querida como foi que tu criastes amizade a um velho como eu?** [4]E a resposta era, **o amôr meu velho não escolhe idade nem tão pouco beleza!!!....**

A tu mim não pode (linha ilegível)

[5]Zélia era de um genio alegre e muito brincalhona com todos e bem prestativa, e assim ajudava-me em trabalhos da loja que eu levava para minha casa, e então eu e minha senhora por ella andar não só me ajudando como por ella ser agarrada com minha senhora dava-mos sempre pequenas lembranças de pouco valôr, como sejam sabonetes escovas brilhantinas, e algumas vezes cortes de vestidos barato assim como joias, pois ella alem de lavar tanques de roupas e ser uma especie de negrinha da casa dos paes nem isto mesmo lhe davam e d'ahi começou haver ciumada da parte das irmãs.

[6]Um ponto importante, quando Zélia foi prohibida de entrar em minha ^{casa} pela primeira vez e o pae querendo arrancar alguma cousa exigiu a confissão d'ella com um revolver no ouvido, mas nada ficou apurado pois no momento nada existia e se houvesse ella teria confessado pois ella tinha pavor em ver um revolver.

[7]Das ciumadas passaram a haver ditos por parte de pessoas da própria familia d'ella, que circularam pelos parentes d'ellas e meus resultando que ella ficou prohibida de entrar em minha casa, para mais tarde o próprio pae dizer que não deveria eu ligar importancia ao passado porque elle proprio verificara ser intrigas por parentes, porém a mãe d'ella criou-me um ódio que apesar de sempre falar risonha commigo, não deixava de me defamar com as pessoas de relação d'ella e dos meus, não refletindo que com isto resultava a difamação da propria filha d'ella, e isto todos poderão affirmar, sendo que commigo os paes conversavam e nada me falavam porem ella soffreu tudo bofetadas, pontapés e insultos que nem uma vagabunda aceitaria, e dahi resultava os queixumes d'ella e o desejo de suicidar-se e que eu com minha mulher aconsenhava-mos ella a desistir, virando d'ahi as lamentações e a minha declaração de paixão por ella em 31 de dezembro de 1931 tornando-se ella minha amasia a 12 de agosto de 1932 vivendo até 24 de novembro ¹⁹³³ em dois encontros noturnos todas as noites, sendo que nesta data fomos descobertos no logar de nossos encontros.

<PERORAÇÃO> [8]De tudo isto o que mais remorsos eu levo é do meu baixo proceder que tive com minha mulher pois até o ultimo momento ella foi illudida na bôa fé não só por minha como pela infeliz coitada, mas de tudo isso te peço perdão não só pelo meu proceder como pelo della, pois de tudo sou eu o responsável, mas o que quer depois de ter cometido o delicto tentei algumas vezes esquecer-me d'ella, mas sentia ser impossível não só pelas saudades bem como na minha consciencia eu repudiava deixal-a assim infelicitada, e mesmo porque ella implorava-me também não abandonal-a pois ella então era louca de amor por mim.

[9]Assim a tu querida mulher exemplar peço-te perdão e que nossos filhos te ampare assim como a nossa Jandyra e que Deus te proteja e que dê um destino melhor a ella do que esta infeliz, e que meus filhos fujam sempre das facilidades com mulheres que resultam sempre a desgraça.

<FECHAMENTO> [10]Aos amigos me desculpem qualquer falta bem como aos parentes.

[11]Ao meu velho pae me perdõe eu mancho o nome de nossa familia, e de passar por mais este desgosto no fim de sua vida.

[12]Perdoae senhor aquelles que erram e que na hora da morte ainda se lembram de vós, ainda mais que eu sou um duplo peccador por alem de me matar ainda tirei a vida de um coração jovial que me amou durante 2 anos.

[13]Horacio Vianna

[14]Rio 29/11/933

Documento 2 (T3B), folha 19

<ABERTURA>

<EXÓRDIO>

<NARRAÇÃO/CORPO DA ARGUMENTAÇÃO> [1]Pagarais a ingratidão com a tua vida

[2]Declaro que faço essa declaração unicamente para que ninguem suponha que eu a mato seja para que ella não se case, ou porque eu queira mas qualquer cousa do que já conquistei.

<CONFIRMAÇÃO>[3]Por ella cazar-se não é, pois tudo estava combinado que continuaríamos a nos querer bem e ella jurou me que tudo faria para estar commigo em um certo logar.

[4]Para provar que não é difamação de que deshonoraria, dou as seguintes provas.

[5]De que existe na parede do lado de fora da privada duas cavidades onde eu pouzava os pés quando subia e só poderia subir com o auxilio d'ella conforme o irmão Pedro viu e deu o alarme chamando o Waldemar que mandando ella abrir a porta me encontrou d'etraz da bacia de banho, e a prova do defloramento o exame pericial atestará assim como poderá affirmar de que não foi um encontro único e obrigado pois tivemos mais de 200 relações.

[6]Nada d'isto eu declararia se não fosse a ingratidão que ella me está fazendo não só de não me fallar como não ligando attenção a nenhum de meus sinaes d'esde o dia 26 de Novembro, e assim tenho lutado para ver se conseguia fallar ainda para resolver como iríamos viver.

[7]Porém com o desprezo completo d'ella resolvi matala d'esde o dia 29, já dei algumas investidas mas faltava-me coragem para matar aquella a quem fui louco e cego de amor, como também pensando a triste situação em que iha deixar minha Maria coitada em que o destino quiz dar uma sorte são infeliz.

<PERORAÇÃO>[8]Assim ando alucinado cometendo o que minha consciencia sempre fugiu, trepando por muros, telhados e janelas para para ver esta ingrata que procura só agora fugir de meus olhares.

<FECHAMENTO>

[9]Horácio
4/12/933

a) A esquematização discursiva como ponto de partida

Assim como realizado nas análises anteriores, iniciam-se as considerações a respeito de T3A e T3B por suas esquematizações discursivas, traçando parâmetros da situação sociodiscursiva, condições de recepção e condições de produção. A princípio, destaca-se o regime de materialidade dos documentos, duas situações de produção distintas, sendo duas cartas escritas à mão no início da década de 1930 e anexas ao auto de inquérito de suicídio de Horácio Vianna. Na projeção dos termos da esquematização discursiva dos documentos, está expresso um mesmo tipo de situação sociodiscursiva de produção para as duas cartas ligado à intenção do enunciador em deixar uma mensagem escrita com os motivos e/ou intenções da

escolha pelo homicídio e morte autoinfligida. Nos dois casos, as diferenças quanto à situação de produção instauram-se em torno da nova tese e dos acordos que a fundamentam, assim como será descrito nos tópicos seguintes para esta análise.

No mesmo sentido, as intenções de produção se direcionam à tentativa de exposição do ponto de vista do orador nas duas situações de produção. Em T3B, em razão de ser a ingratidão a causa para o homicídio da amante e, em T3A, pode ser o homicídio seguido de suicídio uma forma de livrar-se da vergonha e dos tormentos causados pela desonra de si e do nome da família. Trata-se de uma crença que, pelo regime exposto por Agrest (2010), pode aparecer ligada à autocobrança, ou à inquietude com a desonra da família, remetendo a tratar-se de uma preocupação ou conceito social mais arraigado no período de produção dos documentos, década de 1930, profundamente marcada por valores patriarcais. O documento mostra também, assim como em T2A, T2B e T2C, uma referência à paixão amorosa e ao sentimento de abandono, sendo estes atrelados à desonra, à vergonha e à própria morte como escapismo do que seria uma tortura.

As condições de recepção encontram-se ligadas a um auditório conservador, contra as condutas do orador, mas que não aparece explicitamente nos documentos como coenunciador. O orador expõe seu ponto de vista de forma generalizada, com muitas citações de familiares, de amigos, da esposa, dos familiares da amante, mas apontando-os como envolvidos na decisão do suicídio. Esse direcionamento também aparece na imagem de si exposta junto à preocupação em livrar-se da desonra, ao arrependimento mostrado e gerado pela condição deixada à esposa, à citação do pai no fechamento, como também à referência religiosa e à autocondenação em “[12]Perdoae senhor aquelles que erram e que na hora da morte ainda se lembram de vós, ainda mais que eu sou um duplo pecador por alem de me matar ainda tirei a vida de um coração jovial que me amou durante 2 anos”.

b) Um plano argumentativo guiado pelo resgate da honra e sentimento de ingratidão

Diferentemente dos documentos de T2, essas duas cartas apresentam um plano de texto melhor delineado e traçado segundo o objetivo discursivo visado, declarar os motivos para o ato suicida, aspecto também observado pela utilização de conectivos variados. Nesse sentido, visualiza-se uma estrutura composicional de dominância argumentativa quanto à sequencialidade e também apresentando um plano de texto fixo. O plano de texto assemelha-se prototipicamente ao da carta

peçoal, gênero epistolar, sendo, portanto, um plano fixo ou convencional, assim como nas descrições realizadas pelas marcações da narração, confirmação, peroração e fechamento.

Apesar da recorrência dos elementos do plano argumentativo epistolar, em ambas as cartas não há apresentação da seção de abertura com o vocativo marcado. A falta de delineamento do exórdio também é uma característica dos dois documentos, distanciando a formação da figura do *ethos* inicial e, conseqüentemente, sua função fática, de interlocução, indo direto ao assunto. Ambos os discursos iniciam com a narração ou corpo argumentativo e, dessa forma, assumem um direcionamento a um auditório universal, o que, ao mesmo tempo, indica um caráter deliberativo, ou seja, próprio do gênero deliberativo, em que o auditório já conhece o teor do discurso.

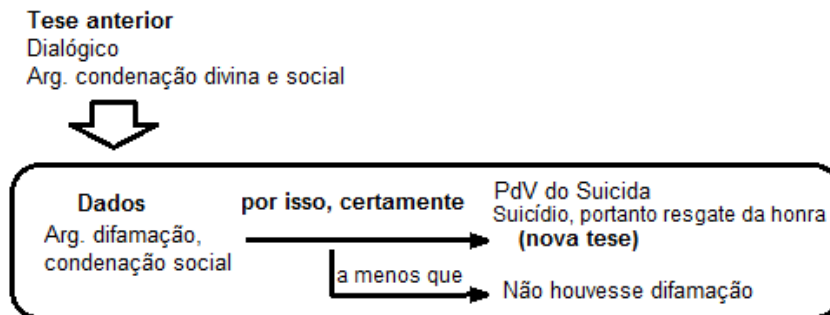
Em T3A, o discurso é iniciado pela narração ou corpo da argumentação, trazendo como motivo de interlocução a declaração/afirmação da morte voluntária e do homicídio. A confirmação inicia-se com a retomada da tese de “suicídio precedido de homicídio, portanto resgate da honra”, seguida dos dados que reforçam essa tese de [2] a [7]. A peroração em [8] e [9], ao trazer o desconforto em relação à traição à esposa, descrita como exemplo de índole, reforça o discurso em dois lados, em primeiro lugar pela mobilização das paixões do auditório em função da adesão à tese e, em segundo, pela marcação da imagem de *ethos*, aquele que reconhece o “mau proceder” em relação à família. No fechamento, destacam-se os pedidos de desculpas, perdão e fecho com reconhecimento de culpa, seguido da assinatura, local e data.

Em T3B, tem-se, assim como em T3A, a proposição “Pagarais a ingratidão com a tua vida”, que corresponde, na sequência argumentativa, à nova tese e apresenta uma força ilocucionária declarativa, seguida do verbo performativo “declarar”, sem determinar um destinatário para o discurso. Junto ao performativo “declarar”, tem-se o início da narração e a apresentação do corpo argumentativo com os dados relativos à tese de “ingratidão, portanto, homicídio” em [2]. Em seguida, aparece a confirmação dos dados, parte mais longa contendo um conjunto de provas. A confirmação tem ênfase no *logos*, gerando credibilidade à nova tese [3] e também recorrendo sobre o *pathos*, gerando piedade e indignação sobre os dados. A peroração, ou término do discurso, ocorre por mobilização da paixão ou

indignação do auditório em razão da tese de “ingratidão, portanto suicídio”. Por fim, o fechamento traz a assinatura e a data.

No regime da sequencialidade argumentativa dominante, traça-se a seguinte corporalidade da apresentação dos argumentos para T3A:

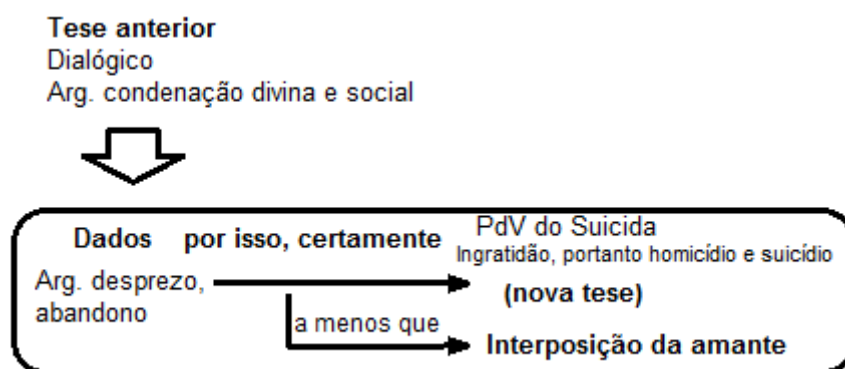
Esquema T3A: resumo da sequencialidade argumentativa



Nesse documento, a marcação da tese anterior aparece junto à ideia de condenação divina e social em “[12]Perdoae senhor aquelles que erram e que na hora da morte ainda se lembram de vós, ainda mais que eu sou um duplo pecador por alem de me matar ainda tirei a vida de um coração jovial que me amou durante 2 anos”, junto à peroração, reforçando o sentido da nova tese de resgate da honra. Essa tese anterior, que também direciona a imagem de si do autor discursivo, pode ser visualizada na figura do homem casado e mais velho que se vê condenado divina e socialmente pela relação extraconjugal com sua ex-empregada. Os dados que direcionam a nova tese são estabelecidos em torno da ideia de difamação das vítimas e da proposição de imagem de si no sentido de confortador, libertador da tortura e da vergonha. As inferências ficam em torno de a difamação pelo adultério e o sexo sem casamento serem condutas que geram desonra, principalmente à mulher. A morte evitaria a vergonha diante da família, assim como o sentimento de culpa seria o motivo do homicídio seguido de suicídio. Em T3A, a restrição ficaria por conta da difamação (do ocorrido tornar-se de conhecimento público), pois, se ela não tivesse acontecido ou não houvesse motivo de difamação, o homicídio e o suicídio não seriam necessários.

No esquema argumentativo de T3B, tem-se, como dito, o direcionamento da tese de suicídio junto à tese de resgate da honra.

Esquema T3B: resumo da sequencialidade argumentativa



Ao iniciar o discurso com “[1]Pagarais a ingratidão com a tua vida”, o orador expõe logo de início a nova tese e a intenção principal do discurso em demonstrar os motivos para o homicídio. Em T3B, os dados que orientaram a nova tese de “ingratidão, portanto homicídio seguido de suicídio”, são apresentados em função da tese anterior marcada em seguida, “faço essa declaração unicamente para que ninguém suponha que eu a mato seja para que ella não se case, ou porque eu queira mas qualquer cousa do que já conquistei” em [2], gerando polifonia em função da utilização do “**não**”, assim como em T1, em um nível dialógico como apresenta Adam (2008), ou seja, a argumentação é negociada com um contra-argumentador. Os dados que levarão à nova tese são apresentados em função da tese de ingratidão, desprezo, abandono, gerando como inferência que o homicídio e suicídio seriam formas de resgate da honra. Essa ideia é validada pelos dados presentes em T3A, anterior a T3B, em que se tem a tese de “homicídio seguido de suicídio, portanto resgate da honra”. A restrição é estabelecida implicitamente em torno da ideia de interposição da amante, ou seja, ao menos que a amante mostre-se grata ao empenho do orador em confortá-la.

Um fator a ser destacado fica por conta da alteração de ordem e anexação no auto criminal. A leitura linear dos documentos, ou seja, de T2A seguido de T2B, permite identificar uma mudança de posicionamento da tese em que, no primeiro caso, estaria atrelada ao resgate da honra e no segundo, à ingratidão. Observa-se, portanto, uma mudança de ponto de vista do orador nos dois discursos, tendo em vista a relação mantida com a amante que em T3B é indicada como ingrata, vislumbrando que ela não concordaria com o PdV do orador em T3A, justificando o PdV assumido em T3B. Essa informação poderia ser validada se junto à análise

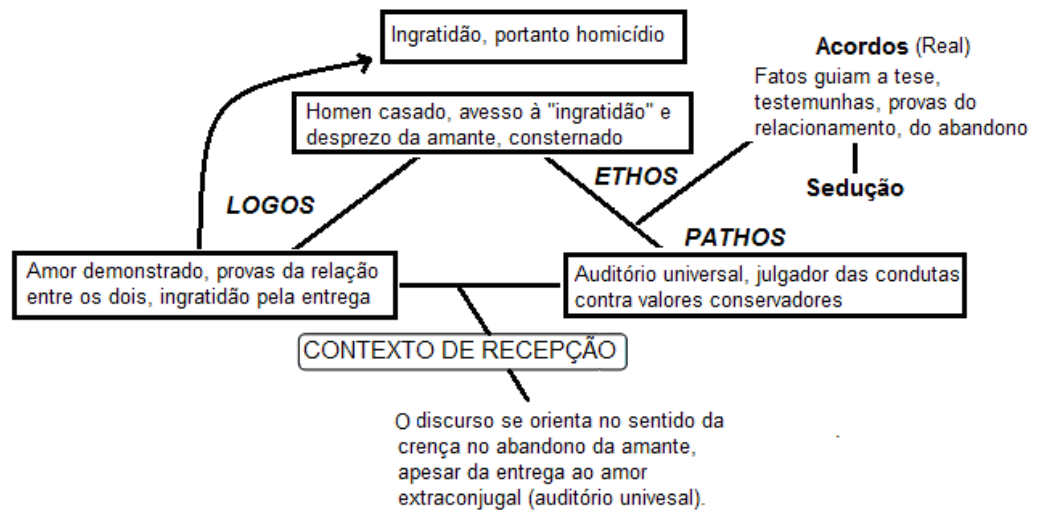
fossem incorporadas partes do auto criminal do qual os documentos fazem parte, como depoimentos, ou a própria conclusão do inquérito.

c) Dados do sistema retórico na projeção *ethos*, *pathos* e *logos*

Um primeiro apontamento possível a se fazer em relação ao sistema retórico nos dois documentos seria quanto à caracterização de acordo com os gêneros judiciário ou *forense*, deliberativo e epidíctico e, em contrapartida, em função do tipo de auditório, pensando-se na classificação de Aristóteles. Uma vez que se entende que essa classificação não foi pensada em relação a esse gênero discursivo, toma-se esta novamente apenas como uma tentativa de descrição segundo o tipo de auditório que cada qual prevê em seus princípios mais elementares e que podem contribuir substancialmente à descrição do *corpus*. Nesse sentido, os documentos poderiam ser investigados, assim como se expôs nos fundamentos, em três direções: segundo as intenções e posicionamento argumentativo do orador; o ato de acusação ou defesa (judiciário - juízes) e de aconselhamento ou desaconselhamento (deliberativo - assembleia); e o de censura ou louvor (epidíctico - espectador). Pode-se, com base nessa retomada, direcionar os documentos mais uma vez, assim como em T1, T2A, T2B e T2C, no sentido de maior similaridade com o gênero judiciário, à medida que o orador, assim como nos anteriores, expõe os argumentos como se estivesse diante de um juiz (auditório) em uma defesa, uma vez que aquele entende haver uma recusa do auditório em relação aos atos cometidos e que o suicídio seria uma forma de resgatar a honra. O tempo dos fatos também é uma característica que remete ao tipo gênero judiciário; são dados passados que o orador espera esclarecer. Como já apresentado anteriormente, as características relativas ao deliberativo aparecem mais em função dos aspectos composicionais.

No que se refere aos acordos, em T3B os dados se projetam em direção aos acordos com o real, tendo em vista um auditório universal. No documento, as premissas que guiam a tese ficam em torno de fatos (presumidos), as provas, as testemunhas e a forma de assegurar o “defloramento” e a quantidade de relações sexuais. Pode-se visualizar parte dessas afirmações no esquema abaixo:

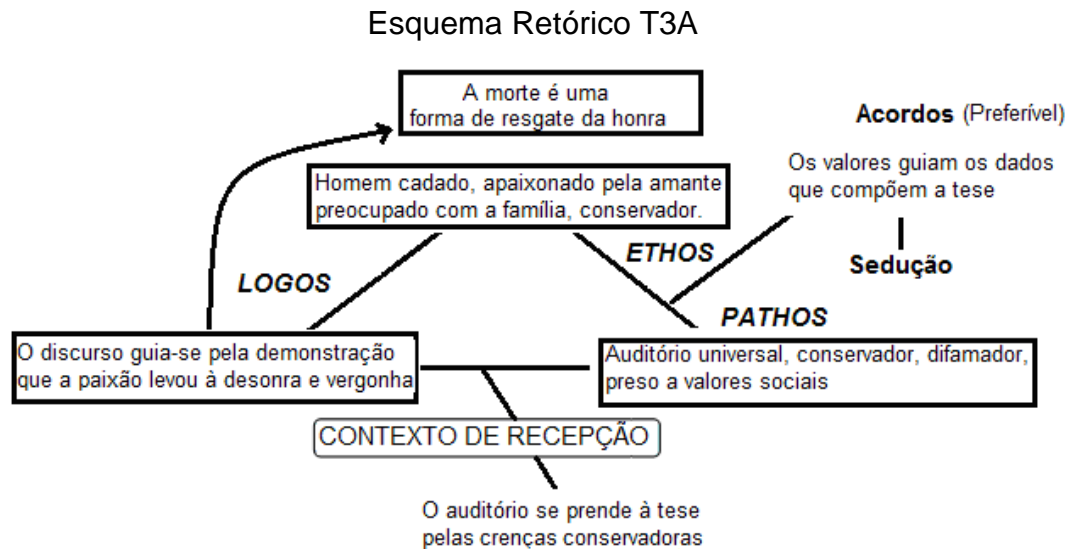
Esquema Retórico T3B



Pelo esquema de T3B, observa-se uma imagem de *ethos* relacionada à figura de um homem casado, contrário à ingratidão e ao abandono pela amante após terem sido descobertos. Diferente de T2A, o discurso se orienta a um auditório universal e não à pessoa por quem o orador está apaixonado. A imagem desse auditório é apresentada na função de julgador das condutas e das próprias crenças do orador explicitadas em “[2]Declaro que faço essa declaração unicamente para que ninguém suponha que eu a mato seja para que ella não se case, ou porque eu queira mas qualquer cousa do que já conquistei”. O contexto de recepção fica atrelado ao sentido do abandono, de demonstrar o abandono da amante e à imagem de um orador consternado, transtornado.

Em T3A, os acordos são orientados principalmente pelo preferível, centrados em valores que guiam os dados apresentados no limite da narração dos acontecimentos que levaram à paixão extraconjugal e à necessidade de livrar a amante e a si próprio da vergonha, desonra e tortura causada pela difamação, PdV do orador. Esses valores marcam também uma hierarquia, a superioridade da desonra sobre o suicídio e o homicídio, por exemplo, estas últimas atitudes condenáveis, mas inferiores à vergonha e à desonra. Nesse sentido, a morte seria para o orador a maneira de livrar-se e livrar a amante da vergonha da exposição do adultério e do amor extraconjugal, como aparece em “[2] Assim deliberei matal-a bem como suicidar-me pois deste modo pouparei alguns momentos de verdadeira tortura para ella pela vergonha deante da família bem como da minha”. Note-se tratar de um valor o dado principal que guia a tese em T3A, a desonra causada pela repercussão da relação extraconjugal é o dado mais recorrente, assim como o

sentimento de culpa, a preocupação com o nome da família e a condição da esposa e filhos. No contexto de recepção tem-se um auditório universal, com uma imagem de *pathos* conservadora, inserida em valores ligados à família, não tolerante à conduta exposta pelo orador.



d) Os tipos de argumentos e o direcionamento do *ethos* pela figura da pessoa e seus atos

No que se refere aos tipos de argumentos, nos documentos, a escolha dos dados que direcionarão a tese parte dos tipos de argumentos baseados na estrutura do real, ou seja, a argumentação é dirigida a um auditório universal por proposições que guiam objetivamente a tese (fatos, verdades ou presunções). Com base nessa observação, parte-se primeiramente para a projeção dos fatos junto à noção da pessoa e seus atos, argumento de coexistência, centrado na figura proposta pelo orador. No texto, a maneira como o orador constrói sua imagem é objeto de um acordo com o auditório em função do exemplo de si ao optar pela morte voluntária, antecedida do homicídio da amante, direcionado como uma maneira de livrar-se da desonra, influência de uma concepção patriarcal de sujeito, visível em T2A em “[2]Assim deliberei matal-a bem como suicidar-me pois deste modo pouparei alguns momentos de verdadeira tortura para ella pela vergonha deante da família bem como da minha”. Uma acepção próxima é encontrada em T3A com as narrações/testemunhos em [3], [5] e [8], esta última com a inserção da preocupação com o futuro da mulher e a culpa pela conduta adúltera, cativando e direcionando o contexto de recepção do discurso com a imagem de *ethos* ligada a valores

conservadores, de boa índole e preocupação com a família, passível de ser perdoado na medida em que se prontifica a morrer por seus erros (*eunoia*).

As condutas pessoais apresentadas como fatos também direcionam essa imagem, como no final de [2] “[...]longos anos tenho trabalhado no Comercio em grandes casas onde o numero de moças são grandes e nunca tentei abusar com nenhuma d'ellas, e ellas poderão attestar esta verdade assim como os proprios chefes destas como sejam Capital e Pasa Royal bem como outras mais, nem mesmo com as casadas, viúvas e outras mais”. Como se apresentou entre os fundamentos, mais uma vez tem-se uma argumentação em que a figura do orador é construída por intermédio da utilização de uma voz que encena uma trajetória moral e de idealização da família. Juntamente à noção da pessoa e seus atos, instauram-se nesses limites os argumentos de autoridade em que o discurso se direciona a um determinado estereótipo, no caso em análise do homem que busca demonstrar ainda possuir valores e preocupações com familiares ou com próprio nome da família (“[11]Ao meu velho pae me perdôe eu mancho o nome de nossa familia, e de passar por mais este desgosto no fim de sua vida”.

Outra utilização de argumentos em destaque fica por conta dos argumentos que fundamentam a estrutura do real, nesse caso tem-se a utilização da técnica do fundamento pelo caso particular com a utilização de argumentação pelo modelo e pelo antimodelo. Por exemplo, em [9] tem-se o modelo consagrado de mãe (mulher exemplar): “[9]Assim a tu querida mulher exemplar peço-te perdão e que nossos filhos te ampare assim como a nossa Jandyra e que Deus te proteja e que dê um destino melhor a ella do que esta infeliz, e que meus filhos fujam sempre das facilidades com mulheres que resultam sempre a desgraça”. Seu próprio modelo é apresentado como argumento (antimodelo) em “[8]De tudo isto o que mais remorsos eu levo é do **meu baixo proceder** que tive com minha mulher pois até o ultimo momento ella foi illudida na bôa fé não só por minha como pela infeliz coitada, mas de tudo isso te peço perdão não só pelo meu proceder como pelo della, pois **de tudo sou eu o responsável**”, articulado como uma conduta a ser seguida pelos filhos frente às mulheres em [9]“[...]que meus filhos fujam sempre das facilidades com mulheres que resultam sempre a desgraça”. Nesses limites, o emprego do modelo é um dos direcionamentos empregados pelo orador, não em razão direta à tese, mas por sua contribuição à imagem de *ethos*, na medida em que reconhece a esposa

como um modelo digno de imitação e cita as próprias condutas em vida como modelos a serem abandonados.

e) Escolhas linguísticas, conectores e marcadores argumentativos e atos de discurso

Uma marca em destaque nos dois documentos fica por conta das escolhas linguísticas variadas realizadas e da utilização dos elementos coesivos (conectores e marcadores argumentativos), vislumbrando dois discursos não improvisados ou, pelo menos, indicando certo requinte linguístico do orador. Antes, porém, de apurar o emprego dessas escolhas, é importante traçar os aspectos concernentes aos marcadores de responsabilidade enunciativa, ou PdV do enunciador. Na maior parte dos documentos, o orador expõe sua voz em razão da descrição dos motivos e dados para a proposição argumentativa de homicídio seguido de suicídio, motivada pelo amor “[1]uma verdadeira loucura motivada por uma paixão louca e cega por esta pobre e infeliz Zélia”.

Em T3A, há uma marca de polifonia com a exteriorização em partes de uma sequência dialogal da voz da amante em função da validação da correspondência amorosa, assinalada em negrito em “[3]Infelizmente este meu amôr foi fruto unicamente das factalidades dos proprios paes apesar que eu fui um infame pois era amigo do proprio pae, mas são cousas da vida que eu mesmo perguntei algumas vezes a ella, **querida como foi que tu criastes amizade a um velho como eu?** [4]E a resposta era, **o amôr meu velho não escolhe idade nem tão pouco beleza!!!....**”. Outra marca de polifonia que presentifica a voz de interlocutor nesse discurso, também encontrada em T1, aparece em T3B junto à negação. Essa marca é expressa como contra-argumento em razão do suposto ponto de vista do auditório em relação ao casamento da amante e ao fato de o orador querer outro tipo de correspondência. “Declaro que faço essa declaração unicamente para que **ninguem suponha** que eu a mato seja para que ella **não se case**, ou porque eu queira mas qualquer cousa do que já conquistei”. Trata-se também de um traço de representação discursiva, ou sentido a ser atribuído aos enunciados entre as condições de recepção do discurso. Essa polifonia expressa uma marca de interlocução e condiciona o discurso ao que deve ser interpretado em função da tese principal e dos motivos para a morte autoinfligida. A figura de interlocução é acionada, neste caso, com a utilização do pronome indefinido ninguém, direcionando um auditório universal.

Pela estrutura dos atos de discurso, o primeiro movimento em T3B segue por uma função assertiva/constativa e também condenativa sobre a afirmação “[1]Pagarais a ingratidão com a tua vida”, seguida de um ato declarativo pelo verbo performativo declarar “[2]Declaro que faço essa declaração unicamente para que ninguém suponha que eu a mato seja para que ella não se case, ou porque eu queira mas qualquer cousa do que já conquistei”. De um ponto de vista geral, pode-se afirmar que nos dois textos, observando a estrutura de atos ligados entre si, há o predomínio de enunciados assertivos/constativos com a principal função de exprimir as motivações para o discurso com base em declarações e ao compartilhar de crenças, principalmente pela asserção narrativa, descritiva e argumentativa. As asserções narrativas e descritivas estão presentes em T3B principalmente em [5] e em T3A no decorrer de todo o documento, em [1] com a descrição da difamação pela própria família da amante, em [5] por relatos da personalidade de Zélia e do detalhamento de como a relação entre os dois foi se consolidando em paixão. Destaca-se o papel dessas asserções, como compartilhar crenças do orador e exprimir sua imagem de *ethos*, seduzindo o auditório e o induzindo ao sentimento de compaixão, provocando o abrandamento do sentido do ato homicida e suicida e o perdão em razão da admissão de culpa, por estar pagando com a própria vida pelo “mau proceder”.

Quanto aos conectores e marcadores argumentativos, o destaque fica por conta de seu emprego variado, assim como pela escolha de vocabulário e a visível adequação à linguagem culta e à pontuação. Nesse sentido, mesmo se visualizando no documento uma riqueza na análise desses aspectos, por exemplo, centrada em valores funcionais, atenta-se à questão argumentativa pelo sistema retórico clássico. Como se destacou no item relativo à análise pelo plano retórico em relação à disposição, tanto em T3A quanto em T3B o orador parte da narração, ou corpo da argumentação, também denominado demonstração.

Nesses limites, a argumentação demonstra prevalecer estruturada tanto no polo do *logos* como na apresentação/comprovação da nova tese em T3B: “[3]Por ella cazar-se não é, **pois** tudo estava combinado que continuaríamos a nos querer bem”, assim como também pelo uso de conjunções condicionais com intensificador (não só, como não) como em [6] “Nada d’isto eu declararia **se** não fosse a ingratidão que ella me está fazendo **não só** de não me fallar **como não** ligando atenção a nenhum de meus sinaes d’esde o dia 26 de Novembro”. Outros movimentos

argumentativos são marcados com conectivos adversativos e aditivos: “porém, mas, como também” em [7]**Porém** com o desprezo completo d’ella resolvi mata-la d’esde o dia 29, já dei algumas investidas **mas** faltava-me coragem para matar aquela a quem fui louco e cego de amor, **como também** pensando a triste situação em que iha deixar minha Maria coitada em que o destino quiz dar uma sorte tão infeliz”. Também aparecem os conectivos conclusivos, como em “[8]**Assim** ando alucinado cometendo o que minha consciência sempre fugiu”, direcionando o ponto de vista do enunciador e somando-se aos outros argumentos.

Em T3A a variedade de conectores e marcadores argumentativos é ainda maior, em que se visualiza um discurso assinalado por uma espécie de narração/testemunho de fatos a partir de um raciocínio por proposições causais, conclusivas e consecutivas e alternativas, como em [1 “[...]pagou injustamente com a vida, **pois** eu só a mato por saber que a própria mãe está espalhando a difamação de sua própria filha commigo, **em lugar d’ella** procurar abafar para evitar chegar ao conhecimento **não só** do próprio pae como do Julio, **pois** sendo elles conhecedores **só** poderá resultar o escândalo **bem como** a desgraça **não só** da própria filha ser assassinada e eu também **ou pelo** pae **ou pelo** noivo **ou por** qualquer pessoa da familia d’ella”.

Outro destaque à argumentação em T3A e T2B pode ser estabelecido em relação aos índices referenciais relativos à apresentação da amante nos dois documentos. Nessa acepção, visualizam-se em T3A marcações referenciais da amante como seu nome próprio “Zélia”, “querida”, “um coração tão jovial” e que em T3B, devido ao afastamento da amante e, conseqüentemente, a busca pelo distanciamento da tese inicial em função da tese de “ingratidão, portanto homicídio”, sua referência passa a ser realizada anaforicamente por “ella”, “aquela a quem fui louco e cego de amor” e “ingrata”, indicando mudança de PdV em relação à amante em contraste com T3A, anterior à T3B.

Além dessas marcas que indicam certo requinte nas escolhas das proposições-enunciados, indicam-se também marcas de reescritura/releitura dos documentos, apontando para a adequação do texto em função da situação sociodiscursiva. Em T3A, assinalam-se correções posteriores, adições como “casa” em “[6]Um ponto importante, quando Zélia foi proibida de entrar em minha ^{casa} pela primeira vez e o pae querendo arrancar alguma coisa exigiu a confissão[...]

” e “1933” em [7] “[...] virando d’ahi as lamentações e a minha declaração de paixão por

ella em 31 de dezembro de 1931 tornando-se ella minha amasia a 12 de agosto de 1932 vivendo até 24 de novembro ¹⁹³³ em dois encontros noturnos todas as noites [...]”. Os acréscimos se explicam pela intenção de trazer um discurso adequado, que não cause dúvidas, pensando em atender à intenção de adesão do auditório à tese, ou seja, o suicídio como um ato pensado e repensado.

f) Retomando algumas questões pontuais

A análise de T3A e T3B permitiu identificar alguns pontos importantes a respeito do texto do suicida. Primeiramente em direção ao conteúdo das proposições. Trata-se dos fatos ocorridos que desencadearam a opção pela morte voluntária, uma abertura do discurso aos esclarecimentos e exposição do PdV do enunciador com a intenção principal de justificar seus atos e estabelecer uma tentativa de provocar adesão ao seu ponto de vista. O meio empregado para exteriorizar a palavra e materializar o discurso foi a carta pessoal, dirigida a um auditório generalizado, demonstrando traços de uma argumentação estruturada, com riqueza de detalhes e, principalmente, traços que permitiram identificar uma imagem de si desse enunciador presa a crenças, usos e costumes conservadores.

Nesse contexto, que valor teria a vida para esse enunciador? A vida seria uma espécie de prisão, fruto de tortura proporcionada pela vergonha das condutas expostas e tornadas públicas e pela desonra cometida que se tornou desgraça e motivo de desgosto a toda a família. A vida também seria uma forma de lembrança da ingratidão em relação à entrega a um amor, que nos últimos instantes da produção do discurso tornou-se um sentimento penoso, por motivo de falta ou desonra. O *ethos* do suicida é construído no *logos*, pela convicção de suas ações, ou seja, na *phronesis*, mostrando-se ponderado, sensato e munido de provas.

Pelo que se tratou até o momento, é possível traçar alguns fatores correlacionados entre os documentos e que parecem servir à caracterização geral do gênero. Em primeiro lugar, é importante destacar as similaridades com relação à conduta conservadora entre T1, T3A e T3B. Observa-se, nesses limites, que a proposição dos argumentos se sustenta com base em crenças, posições político-filosóficas, usos e costumes, por exemplo, certo respeito devido à mulher e à família, preocupação com um modelo familiar e com a filantropia, próprio da cultura ocidental. Também nos dois casos, esses valores contribuem para a construção da imagem de *ethos* dos oradores com função principal de persuasão e para provocar a

adesão do auditório aos PdVs defendidos. O mesmo ocorre no sentido dos acordos empregados com o auditório, pois a orientação dos argumentos com o real nas proposições argumentativas (fatos, verdades e presunções) tem um maior alcance no apoio das teses.

4.1.3. Análises pontuais das produções com motivação por paixão amorosa não correspondida

Os documentos T6 e T11, abaixo, possuem o mesmo tipo de argumentação no que diz respeito às causas para o suicídio, ou seja, os argumentos selecionados para fazer parte da argumentação circulam em torno de paixão amorosa não correspondida. Como dito anteriormente, estes documentos, em razão dos objetivos da pesquisa, serão analisados segundo aspectos mais marcantes encontrados e complementares à análise de T2 e T3.

a) T6, abandono amoroso em homicídio seguido de suicídio

Em T6, mesmo com as diversas falhas na escrita (fora da escrita padrão), a situação sociodiscursiva volta-se à intenção de firmar o descontentamento com o abandono amoroso e esclarecer os motivos para o homicídio (em tão eu a rezolvi matal para não ficar com outro) seguido do suicídio, assim como ocorre em T3, afirmando que as intenções do suicida e o abandono amoroso ocorreram em decorrência dos conselhos dados por “Maricinha”, citada na carta. Essa proposição argumentativa é, em T6, em muitos trechos, prejudicada pela desorganização dos dados que compõem a argumentação, pela caligrafia e principalmente pela ortografia com muitas marcas de oralidade. Em seu regime de materialidade, o documento segue uma tessitura padrão (lugar e data, seção de abertura, corpo da argumentação, seção de fechamento e despedida), sendo manuscrito em folha de papel almaço.

T6 3ª pretoria 6Z 4264 – 1919 – Suicídio. O inquérito aponta que Jacyntho José dos Santos tentou assassinar Rosa Alves da Rocha e logo depois suicidou-se disparando um tiro no ouvido direito. Meudy seria um amigo, conhecedor do sofrimento de Jacyntho.

J. Rio 29/10/1919

[1] A Meudy.

[2] Meu amigo e à Policia do Distrito federal Jacintto José dos Santos

[3]si elle este a sasinato foi ou unnica culpada e Maricinha morador, à Rua Pito de Azevedo n. 25 Por que dava con senlho para ella me largar para a juntar com outro da mesma marca de ella ella já matou co migo com um tiro. [4] ella é uma lêoa filha de pais ajuntas com o cunhado foi para isso que ella matou o Artur, para ficar com o cunhado e meterio eu fique zangado con Rosa Alvez de fazer ella tendo minha miga q-mais en-tão que já em hora posa ajuntar com outro en tão eu a rezouvi matal para ella não fica com outro para ficar para eu sempre por nu mesmo estante ficar sabendo a mãe de ella O An-geonor e também e [ilegível] pela morte [ilegível] mas en-tão tudo também da que eu fui a sacino foi au brigado para saber que a pachau so paga com um tipo por que ella foi faleo comei meu di é agora que andas como outro.

[5] Rosa Alves da Rocha
Jacintto José dos Santos
Adeus mundo!

Seguindo elementos mais marcantes, observa-se em T6 que na seção de fechamento aparecem suas assinaturas, primeiramente a de Rosa Alves (suposta vítima de homicídio) e a do autor empírico Jacinto José dos Santos (o suicida), seguidas da despedida “adeus mundo”. O assassinato seguido de suicídio foi identificado também em outros casos (T3) e parece ser um aspecto constante em suicídio por motivação amorosa. O amor não correspondido, aparece em termos de perfeição, fruto de um imaginário romântico que, à medida que não concretizado dentro dessa idealização, faz com que a morte se torne uma solução ao sentimento de imperfeição e infelicidade que se instaura.

Diferente do que ocorre com T3, o homicídio apresenta-se com um caráter mais voltado à possessividade, matar para que a pessoa amada não seja de mais ninguém, e o suicídio decorrente, como dito, do amor não correspondido (amor não correspondido, portanto, homicídio seguido de suicídio). A imagem de *ethos*, portanto, volta-se a um enunciador possessivo, egoísta, apaixonado. Entre as condições de recepção do discurso, o discurso volta-se ao ato ilocucionário declarativo e assertivo/constativo (acusando os supostos culpados e firmando os fatos que desencadearam as ações), destinando-se à polícia e ao amigo.

b) T11, não equivalência amorosa, ou correspondência amorosa falsa, portanto suicídio

Em T11, o regime de materialidade direciona-se a dois manuscritos diferentes, duas cartas (T11A e T11B), ambas em papel tipo almanco em escala menor (meia folha) anexas ao inquérito junto de seus respectivos envelopes, sendo T11A endereçada à noiva e familiares e T11B aos camaradas.

T11 14ª pretoria 7G 1261 – 1909 – Suicídio. Cartas escritas por Benedicto Januário, 22 anos, que segundo inquérito ingeriu ácido fórmico. Foram encontradas duas cartas em sua posse, uma como consta no inquérito dirigida a sua noiva e outra a seus camaradas.

T11A (folha 3)

Envelope

A minha noiva e todos de minha Família de teu B. J.

Carta

[1]A minha mãe, Saudades deste filho que tanto lhe adora, Lembranças a minha Cecida, a pessoa a quem mais amo neste mundo porem noto muita falcidade levo a pôr termo a minha existência.

[2]Deixo Saudades para Dona Calú, Cecida, Maria, Silvana, Arthur, minha mãe e meu irmão, da pessoa a quem, mais amo Adeus, Acidalhia, minha mãe; e Calú e meu irmão e meus Camaradas, Adeus Silvana Adeus Comadre Maria do desgraçado Beneticto Januário Saudades, Saudades.

T11B (folha 4)

Envelope

Aos meus Camaradas Saudades B. J.

Carta

[1]Illmo Sr Dr Delegado,

[2]Peço-lhe não culpar a pessoa Alguma por quanto, sou eu cauzadôr.

[3]Deixo a todos meus camaradas e amigo muitas Saudades e Lembranças, levo a effeicto pôr termo à minha existência devido a não poder, conseguir o amor da pessoa que neste mundo mais amo e se consegui, sinto que seja falço e para evitar-me da desgraça que tanto me persegue levo a pôr termo a minha existencia cazo Deus de mim se lembre.

[4]De seu sempre Camarada Benedicto Januario

[5]Lembranças ao meu Padrinho Manoel Ramos de Mello e ao Amigo Selestino da Silva.

Em T11, é possível afirmar, assim como nos demais documentos, a dominância sequencial argumentativa, sendo a proposição expressa de forma mais direta junto aos motivos para o ato suicida na carta destinada aos chamados camaradas (T11B). Em T11A, tem-se delineado um ato expressivo de despedida marcado pela apresentação dos destinatários e lembranças afetuosas a pessoas ausentes, remetendo ao momento de leitura pós-suicídio e apenas uma marca do motivo para o suicídio (a falsidade), em “Lembranças a minha Cecida, a pessoa a quem mais amo neste mundo porem noto muita falcidade levo a pôr termo a minha existência”, de função declarativa. Em T11B, têm-se melhor delineado o ato declarativo e a proposição argumentativa que determina a nova tese (destinada ao delegado), primeiramente na autodeclaração de ser o culpado da própria morte “Peço-lhe não culpar a pessoa Alguma por quanto, sou eu cauzadôr” e, em segundo lugar, pela alegação das causas para o suicídio serem não ter conseguido a

correspondência amorosa desejada e a crença em uma suposta falsidade da pessoa amada, ou seja, uma crença também na não correspondência amorosa, pelo menos não da mesma forma expressa pelo autor empírico. A nova tese seria então de “não equivalência amorosa, ou correspondência amorosa falsa, portanto suicídio”, traçada por um ato declarativo sem apresentação de dados que justifiquem essa tese. Verifica-se que a nova tese, apesar de estar clara em T11B, em T11A ela parece estar também direcionada ou mesmo criar sentimento de culpa em um dos interlocutores, “Cecida”, apresentada em [1]. Seria nesse sentido que a situação de produção em T11A estaria tanto ligada à despedida dos familiares quanto a demonstração do conhecimento de uma falsidade no relacionamento e, em contrapartida, de geração de sentimento de culpa em Cecida.

Junto a esse PdV, verifica-se que o discurso, assim como em T2, em T11 constrói-se no *ethos*. A imagem de si aparece solidária aos familiares, queixosa à noiva, mas justa visto que se autoafirma causador da própria morte aos amigos e à própria polícia (não culpando ninguém), além de detalhista quanto à estrutura da carta e à apresentação dos envelopes, e atento na escrita. Quanto ao *pathos*, apenas o direcionamento à noiva pode ser observado como desmerecedor do afeto demonstrado, uma vez que seria um agente de falsidade na demonstração dos sentimentos. Os outros interlocutores seriam bem-queridos e dignos do afeto demonstrado, tratados de maneira afetuosa e respeitosa (deste filho que tanto lhe adora, camaradas, saudades, lembranças, Illmo).

Tem-se, portanto, um discurso intimista e romântico, em que o suicídio se justificaria na medida em que o amor não fosse correspondido ou, como é apresentado em T11A e T11B, que fosse creditado como falso. Pelo regime das crenças de Agrest (2010), mais uma vez o discurso volta-se a uma crença apresentada pela autora como infundada, em que o suicídio estaria ligado ao amor juvenil, ou ao mito de Romeu e Julieta (nos termos de AGREST, 2010) Essa parece ser uma variável ligada às crenças sociais do final do século XIX e início do século XX, com possíveis influências pós-românticas, como a idealização do amor, sentimentalismo e individualismo. É importante destacar as mesmas características ou características próximas às encontradas nas análises de T2 e de T3. O valor dado à vida não aparece expresso de maneira explícita; este é sugerido com base na imagem de si criada; um eu apaixonado que não vê saída, senão a morte diante

da descrença em uma verdadeira correspondência amorosa, capaz de abandonar a família e amigos por esse amor.

4.2. O AMOR COMO ARGUMENTO

As análises de T2, T8 e T16 delimitaram, em muitos momentos, o argumento do amor não consentido ou não correspondido para indicar as razões para o suicídio. Em T15, também são realizadas referências ao amor, entretanto de forma mais branda que as encontradas nas análises anteriores. As intenções discursivas seguem, nesse documento, assim como nos anteriores, sob a forma de atos ilocucionários assertivos/constativos, sem delimitações ou detalhes que pudessem esclarecer a cena ou detalhes dos motivos para a escolha da morte voluntária. Apesar de curto, T15 destaca-se dos outros documentos com ligação com o amor pela tentativa de contra-argumentação à tentativa de suicídio e especificamente pelo tipo de recurso utilizado em sua materialização, as bordas de um jornal do dia anterior.

Para T15, evidencia-se em uma análise dos aspectos verificados em sua composição que, sobretudo, possam contribuir às outras análises realizadas. Nesse sentido, traz-se uma análise mais focada ao plano sequencial argumentativo e às imagens de *ethos* e *pathos*, principalmente pelo tipo de apresentação do texto, como segue:

T15 8ª Pretoria 73 530 – 1931 – Tentativa de Suicídio. O documento destaca-se pelo tipo de suporte utilizado para sua escritura, as bordas da segunda edição do extinto jornal “A Noite” de segunda-feira, 7 de dezembro de 1931. O texto apresenta as iniciais ACR, autoria do soldado da polícia militar Antonio Cerqueira Rocha que deu dois tiros de garrucha em sua cabeça. O inquérito cita tratar-se de uma dupla tentativa de suicídio do casal Antonio Cerqueira Rocha e Maria da Conceição [na verdade Maria Elisa Borges de Andrade, segundo nota de enceramento do auto], sua companheira, que ingeriu substância tóxica. Não há uma ordem precisa dos escritos em razão de serem várias notas nas bordas do jornal como pode ser observado no anexo.

[1]Em 8-12-931. [2]Aos caros amigos queiram perdoaime deste gesto. [3]Não é espírito fraco sim é o amor que abriga tudo na vida.

[4]Ao caro amigo José A. [5]Nethe queira perdoai-me. [6]Lembrança a todos.
[7]Antonio

[8]Caro F [ilegível Ferreira]. [9]Queira perdoaime deste meu modo de [ilegível - suphotunizar] ACR

[10]Peço não culpar ninguém, pois os culpados somos nós mesmos.
ACR

Detalhe do original



Apesar de curto, o documento apresenta-se com a recorrência de vários elementos já encontrados nas análises anteriores no que diz respeito a seu plano de texto. É possível visualizar em destaque os termos de abertura, como data, corpo da argumentação, seção de despedida e pedidos de perdão, apesar de não haver ou não ser possível estabelecer uma ordem precisa das proposições em função de a escritura ter sido realizada nas bordas da primeira página do jornal "A Noite". Seu plano de texto evidencia marcas da carta pessoal, portanto, como já destacado nas análises anteriores, fixo ou convencional.

A estrutura predominantemente argumentativa é evidente, com destaque para a apresentação da contra-argumentação ou princípio dialógico (PdV do interlocutor) já no início do discurso, antecedido pela data. A simplicidade do documento revela-se em seu plano argumentativo. Não há, por exemplo, uma apresentação de dados que poderiam contribuir efetivamente ao direcionamento da nova tese, apenas a autoafirmação da culpa é sugerida como dado e a importância que é atribuída ao amor. O suicídio é justificado pelo amor que seria o sentido para as ações, um amor sugerido como ideal e que suprime todos os outros sentimentos e até mesmo a

Em citação de parte do sistema retórico, visualiza-se um discurso orientado pela imagem de um *pathos* conservador, que considere o suicídio como uma conduta condenável e que, por isso, mereceria um pedido de perdão. Essa seria mais uma marca desse conservadorismo ou, mais especificamente, uma crença voltada ao regime de valores e à religião que aparece junto ao contra-argumento. O suicídio é creditado como espírito fraco, grosso modo, uma conduta de pessoas que se sujeitam a aceitar temores tidos como irracionais, em comparação às pessoas que teriam espírito forte ou que seriam ancoradas por alguma crença, sobretudo, pelas crenças religiosas. Trata-se de uma convicção cotidiana e generalizada na sociedade ocidental em função da ideologia do homem ser feito de carne e a carne ser fraca.

CAPÍTULO V

PROBLEMAS FAMILIARES E FINANCEIROS

5.1. DESGOSTOS NA FAMÍLIA

No início das pesquisas, acreditou-se que, no contexto de produção dos documentos redigidos por suicidas (como em T1), os motivos para o suicídio seriam apresentados em afirmações associadas a uma tese principal de negação e reconceituação do ato suicida (“eu não me suicidei eu parti para junto de Deus”), reforçada por meio dos dados (ser boa filha, ter boa família, entre outros) que fariam parte da proposição argumentativa e das inferências que possibilitariam a manutenção dessa tese (“boas condutas levam à vida com Deus”). Isso tornaria o caso de T1 um exemplo prototípico e direcionaria a pesquisa ao conceito de suicídio para os sujeitos que optam de alguma forma pela morte voluntária. Em parte ligado a essa tese principal de “descanso junto a Deus”, em outros casos, como em T13, observou-se que a intenção não partia da reconceituação ou negação do suicídio segundo o que está socialmente vinculado, mas da apresentação de motivos, no caso “desgostos na família”.

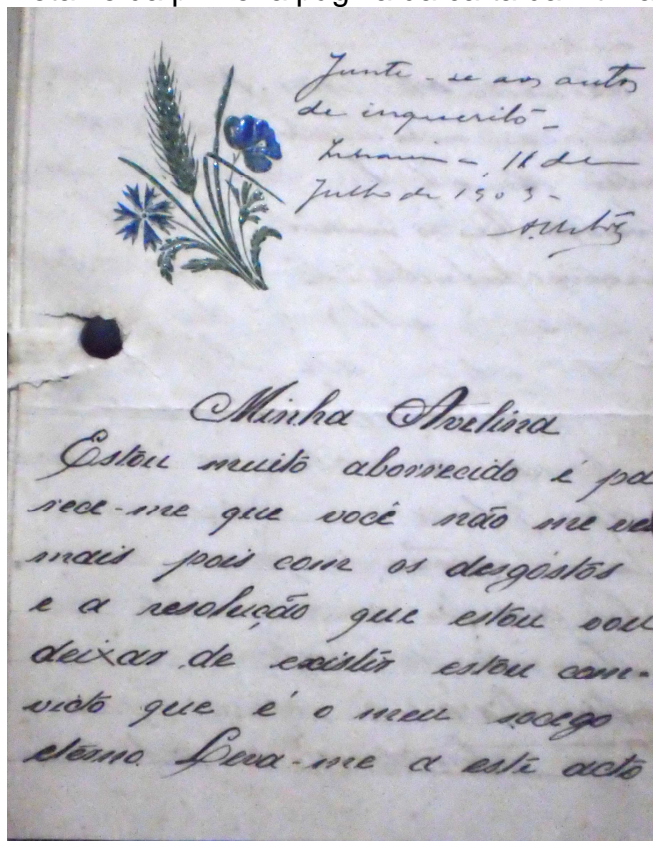
T13 é um caso particular de apresentação de uma causa que poderia ser creditada como generalizada, visando a resguardar fatos ou pessoas. Nesse tipo de argumentação, observa-se uma asserção argumentativa principal sem detalhamento que ocorre a partir da utilização de um ato performativo declarativo “Leva-me a este acto de desespero não por causa de você e sim por questões de minha família comigo”. O caso em questão não traz a defesa de um ponto de vista e apresentação de dados, como em T1, mas fixa-se na generalização de causas, podendo tal ponto de vista apenas ser inferido pelos destinatários diretos ou indiretos do documento.

Ainda em relação a uma apresentação geral de T13, salienta-se que se trata de um caso de tentativa de suicídio. Já foi questionado anteriormente se as tentativas de suicídio poderiam apresentar um tipo de discurso diferente das de suicídio consumado. Contudo, ao se pensar na tentativa de suicídio como uma ação suicida mal sucedida e que, sim, poderia ter causado a morte, uma análise

diferenciada e/ou afirmação de um padrão diferente das composições de suicídio consumado poderia ser facilmente combatida na medida em que não haveria como conter uma variável tão delicada. Em outras palavras, no tipo de coleta realizada não há uma forma precisa de diferenciar uma tentativa de suicídio mal sucedida das tentativas de suicídio apenas ensaiadas como, por exemplo, não com o objetivo de provocar a própria morte, mas uma forma de expressar raiva, rancor ou outro sentimento em outra pessoa, uma falsa tentativa de suicídio. Por outro lado, também não se tem uma amostra representativa desses casos, o que, nesses limites, leva a manter a análise de T13 e outras de tentativa de suicídio com os mesmos princípios das análises de suicídio consumado.

T13 14ª pretoria 7G 296 – 1903 – Tentativa de Suicídio. Carta escrita pelo telegrafista da estação da Penha Ernesto Soares Sodré, 19 anos de idade, solteiro, brasileiro, encontrada junto à vítima entre outros pertences. A carta é dirigida a sua noiva e refere-se a sua intenção de suicídio. No inquérito consta que a vítima deu um tiro de revólver em seu ouvido direito, permanecendo em estado grave no hospital. O encerramento do inquérito refere que a vítima afirmou que os motivos seriam desgostos na família, não tencionando repetir o ato.

Detalhe da primeira página da carta da vítima



Transcrição do original

<ABERTURA> Minha Avelina

<EXÓRDIO>

<NARRAÇÃO/CORPO DA ARGUMENTAÇÃO>[1]Estou muito aborrecido e parece-me que você não me [vê] mais pois os desgostos e a resolução que estou vou deixar de existir estou convicto que é o meu socego eterno. [2]Leva-me a este acto de desespero não por causa de você e sim por questões de minha família comigo. [3]Não posso contar-as porque não tenho coragem.

<CONFIRMAÇÃO>[4]Desde o ultimo dia que ahi estive até hoje não apresentei-me ao serviço cheguei a embarcar no trem das 9 horas e arrependeu-me seguindo para casa.

[4]O agente devia parte ao Instector de Trafego que abandonei o serviço pois não abandonei-o tal simplesmente pedi 4 horas de licença; porém tinha tenções de apresentar-me no dia 10 o resultado disto foi uma suspensão porém não sei até quando já sei que sou demitido.

<PERORAÇÃO>[6]De uns 4 mezes para cá tenho sido o homem mais infeliz que exista você havia de notar pela minhas feições o meu pouco agrado e riso eram todas essas perturbações.

<FECHAMENTO>[7]Venho despedir-me de você dando o ultimo adeus e pedindo desculpas se algum dia fui ou fiz alguma ingratidão e a todos muitas lembranças d'este infeliz.

[8]E. Soares

5.1.1. A reconstrução do contexto de produção e sequencialidade

T13, como pode ser observado do detalhe original da carta acima, estruturalmente apresenta-se nos limites do que se entende como um plano de texto clássico de carta pessoal, apresentando como diferencial o tipo de papel com desenho floral na parte superior da primeira página, tipo papel carta tradicional. Esse tipo de característica sugere cuidado do sujeito empírico na composição da carta, escolha do papel e caligrafia. Na reconstrução do universo sociodiscursivo, é possível afirmar que o documento revela estar inserido em um tipo de situação de produção que tem por principais características ser ordenada, organizada e planejada.

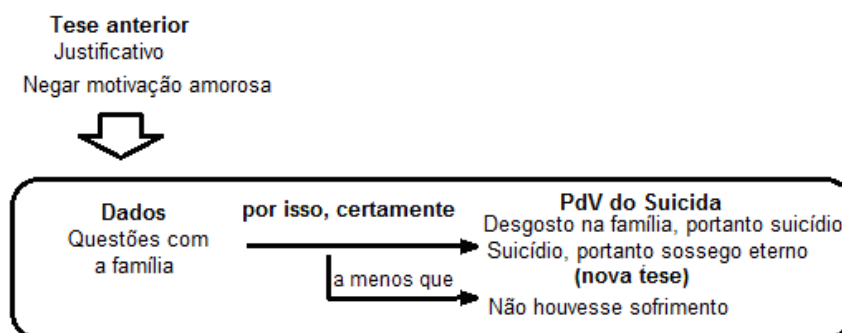
Nas condições de produção, o autor discursivo expõe uma imagem de *ethos* que se traduz em um indivíduo que se diz “perturbado” e, ao mesmo tempo receoso, em expor os motivos para o suicídio, declarando apenas “desgostos com a família”. O PdV do suicida é marcado pela declaração (valor ilocucionário declarativo) ao coenunciador das inquietações que culminaram na escolha pela morte voluntária “[2]Leva-me a este acto de desespero não por causa de você e sim por questões de minha família comigo. [3]Não posso contar-as porque não tenho coragem”. Esse PdV junto à apresentação da imagem de si suscita a validação da tese de “suicídio, portanto descanso eterno” do microuniverso semântico criado (representação discursiva - RD).

Nas condições de recepção, o discurso mostra-se conciso e direto, não trazendo os dados de composição da tese de “desgostos com a família, portanto suicídio” e “suicídio, portanto sossego eterno”, mas em contrapartida revela

momentos de angústia, inquietação e infelicidade. O autor discursivo apresenta uma descrição detalhada da rotina e de problemas no trabalho e uma indicação temporal que reforçam a tese de “suicídio portando descanso eterno” defendida. O direcionamento da tese acontece junto à construção da imagem de si que vem sempre relacionada à desistência da vida em razão do sentimento de infelicidade. O enunciador se autodescreve muito aborrecido, convicto, desgostoso, sem coragem, infeliz, perturbado. A imagem de *pathos* é pouco explorada, o autor limita-se a demonstrar apreço pelo coenunciador tanto pelo pedido de desculpas ao fim da carta quanto por desresponsabilizá-lo de sua escolha pela morte voluntária, ele é o ouvinte das queixas, uma pessoa querida.

Como dito anteriormente, o plano de texto caracteriza-se como fixo, estando transcrito de seu suporte original, carta pessoal (epistolar) com contato inicial, apresentação do conteúdo e seção de despedida, assim como marcado no modelo aristotélico apresentado acima (abertura, exórdio, narração, etc.). O documento apresenta uma estrutura predominantemente argumentativa (sequência argumentativa) delineada pelo ato declarativo, mostrando um ser ou estado em razão de tese principal que se desdobra do dado principal apresentado (desgostos na família) e a tese (suicídio, portanto, descanso eterno). Apesar de não trazer uma reconceituação do suicídio mostrada e defendida, em T13, a tese principal aproxima-se muito da defendida em T1, em que o suicídio estaria ligado também ao descanso e, sobretudo, ao que o autor discursivo descreve como “vida com Deus”. Também em comparação a T1, não há preocupação efetiva e mostrada com o PdV do interlocutor expresso (Avelina); o discurso marca-se apenas pela declaração e pela descrição e exemplificação das consequências da infelicidade vivida: “os desgostos e a resolução que estou vou deixar de existir estou convicto que é o meu socego eterno”.

Esquema T13: Resumo da sequencialidade argumentativa



5.1.2. Projeções do quadro retórico e dos tipos de argumentos

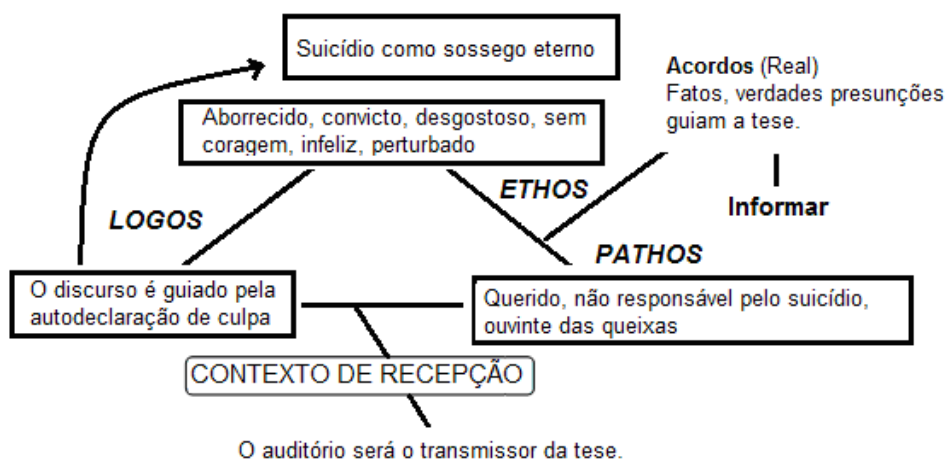
O quadro retórico de T13 permite uma aproximação em função das intenções do discurso com o gênero judiciário, exposição/declaração de que os atos cometidos são de responsabilidade própria, mobilização dos afetos pela ênfase do discurso no *pathos* e principalmente no *ethos*. As formas retóricas aristotélicas são próprias do discurso epistolar com suas constantes composicionais (termos de abertura e fechamento, corpo argumentativo, etc.).

O entendimento das relações entre orador e auditório é expresso por acordos com o real, predileção pela apresentação de fatos a respeito dos motivos para a opção pelo suicídio (questões com a família), apresentação das inquietações, problemas para trabalhar, as testemunhas do descontentamento e infelicidade (ligação com o concreto em função de um sentimento interior do orador), apresentação de uma escrita firme, bem estruturada e que demonstra planejamento. Os dados que fazem parte da proposição argumentativa aproximam-se dos tipos de argumentos baseados na estrutura do real, especialmente direcionados para as ligações de coexistência, a pessoa e seus atos e os argumentos de autoridade, quem sou e o que faço como prova da boa conduta, e demonstram alguém ciente da ação suicida pretendida e afirmada como já concretizada.

Outro dado perceptível entre os argumentos selecionados para fazer parte da proposição está principalmente ligado à intenção de construção de uma realidade, a realidade do suicida. Essa realidade aparece na utilização dos princípios de contradição e incompatibilidade da tese defendida com o que é socialmente admitido como “aconselhável” no caso da morte voluntária, argumentos quase-lógicos. O suicida constrói sua realidade pela superação da contradição do suicídio como um ato condenável, causador de inquietações e condenação da alma pelas doutrinas religiosas. Como dito anteriormente, assim como em T1 (e/ou mais particularmente em T1 com a tese “suicídio, portanto, vida com Deus”), a tese apresentada uniria suicídio a uma espécie de descanso, exposição da morte como fim dos tormentos sofridos, término das inquietações, “sossego eterno”. Diferente de T1, a realidade construída não vislumbra uma paz com Deus, ou outra vida junto de Deus, mas apenas o término das angústias. Nesse sentido, o enunciador não faz nenhum desdobramento (como faz o enunciador de T1) para o perdão de Deus, ou indicações da condenação da alma. A crença aqui estaria relacionada apenas ao fim

da vida, sem comprometimento ou intenção de prolongamento em outra forma de existência espiritual.

Um resumo dessa exposição pode ser visualizado no esquema retórico de T13, abaixo:



5.1.3. Questões pontuais e a retomada da negação

Apesar de curto, o documento em questão não deixa de apresentar algumas características que já foram apontadas nas outras descrições do *corpus* coletado anteriormente. No caso em questão, apesar de a tese principal ser construída em outra direção (problemas na família, portanto, suicídio e suicídio, portanto, sossego eterno), alguns elementos são recorrentes em seu plano argumentativo e talvez o mais marcante até agora seja o uso da negação como acionamento de uma polifonia (a voz do coenunciador no texto). A proposição inserida em [2]”Leva-me a este acto de desespero não por causa de você e sim por questões de minha família comigo”, expressa a necessidade de “apaziguar” a consciência do interlocutor no sentido de atribuir a si mesmo a culpa do ato. Trata-se da demonstração/afirmação (valor ilocucionário assertivo/declarativo) da causa principal da morte autoinfligida, que não poderia ser pensada ou imaginada de outra maneira.

Por outro lado, o sentido atribuído à vida direciona-se ao que é descrito como tortura, desgosto, infelicidade. Contudo, o real motivo e causa dessa infelicidade acaba por restringir-se ao campo inferencial, em seu sentido mais restrito, isto é, a um discurso velado, emblemático. O autor-discursivo apresenta-se como receoso, sem coragem de trazer os fatos em detalhes ([3]Não posso contar-as porque não tenho coragem). Esse recurso acaba por poupar acusações que poderiam redirecionar a imagem de si criada e do próprio *pathos* indireto (o da família, que apesar de não ser o interlocutor direto, seria um provável conhecedor do teor do

documento). Essa escolha argumentativa é suscitada por meio do efeito do texto do suicida de uma maneira geral, o texto e seus coenunciadores indiretos.

Finalizando pelo regime das crenças de Agrest (2010), tem-se uma aproximação do suicídio em função de um transtorno mental ou psicológico em um sujeito do sexo masculino, o que se situa entre as crenças fundadas, que, pela análise do documento, poderia ser acrescida da crença no suicídio como término de inquietações sentidas. Mais particularmente, essas características remetem a uma autocobrança em função talvez da realidade vivida pelo sujeito em que a morte seria uma forma de escapismo das cobranças sociais.

5.2. SEPARAÇÃO E AFASTAMENTO DA FAMÍLIA

Na análise do documento anterior (T13), referiu-se que as cartas de suicídio poderiam apresentar um apelo, indicação ou referência indireta de outros possíveis interlocutores. Nesse mesmo sentido, T7 é um exemplo que traz uma indicação direta de possíveis interessados na leitura do documento. Isso revela, de certa forma, que alguns suicidas (implícita ou explicitamente) possam admitir o ato como desencadeador de uma série de consequências que, de algum modo, influenciam na construção da argumentação.

O documento é também um dos únicos produzidos por um estrangeiro, indivíduo do sexo masculino citado no inquérito como de nacionalidade portuguesa. Essa variável pode influenciar no tipo de escrita e principalmente no *ethos* do sujeito, contudo, como não apareceram outras ocorrências da mesma natureza para contraste, optou-se pelo mesmo tipo de descrição realizada nos documentos anteriores.

Conforme indicado no quadro 2, será apresentada uma análise menos detalhada de T7, conduzida apenas pelos elementos mais relevantes para a caracterização do *corpus* como um todo. Para tanto, os limites escolhidos para a descrição de T7 ficarão por conta da apresentação da esquematização discursiva, esquema argumentativo e projeção do *ethos* pelo esquema retórico.

T7 5ª pretoria OI 2945 – 1907 – Suicídio. São duas cartas anexas em sequência escritas pelo português Joaquim Monteiro de Brito, suicídio por tiro. Como características particulares, T7A (documento 1) é remetida a um amigo (Veiga) e T7B a Lucila, mãe de sua filha, citada em uma das cartas. Ambas são manuscritas em folhas de papel tipo almaço pautado. Os dois documentos apresentam uma

inscrição manuscrita na parte superior da primeira página com indicações nominais, cidade, data e assinatura, possivelmente acrescentadas pela delegacia ao entrarem como parte do inquérito policial da vítima.

Carta 1 (T7A)

Ilmo. Sr. Veiga

[1]Venho faser as minhas despedidas; [2]quando receber esta, eu não existirei mais; [3]que quer? [4]A factalidade percegue me de uma maneira ativa: [5]sobre o assunto em que lhe falei em Lisboa, peço ele encarecidamente que guarde para si, e não diga absolutamente nada a ninguém; [6]espero que satisfará este meu ultimo pedido, rasgue ou queime esta carta logo que tenha lido; [7]os reporters dos jornais ou a polícia hão de querer saber o que dizia a carta; [8]responda-lhe simplmesmente que era de despedida. [9]Adeus meu amigo, seja mais feliz que eu.

[10]Joaquim Monteiro de Brito

[11]Rio 3/9/07

Carta 2 (T7B)

Lucila

[1]Venho fazer as minhas despedidas, visto que não nos veremos mais. [2]Tenho com toda energia lutado contra a adversidade que me persegue e fui vencido; [3]não tenho mais força para sustentar a luta; [4]desde que cheguei de Europa, em 20 de maio até esta data não tive um dia de satisfação; [5]tirados os momentos que passava em comp^a (companhia) da fillinha querida, o resto só me servem pr^a (para) atormentar-me a existência; [6]mas a Sr^a achava que isso era pr^a mim felicidade demasiada, e até m^{mo} (mesmo) esse praser procura roubar-me, ensinando à fillinha que o pae é o Sr Álvaro, proibindo a de me beijar até; [7]pode ser que algum dia a Sr^a reconheça que faz mal; [8]como não posso continuar a presenciar as senas de mandar arrancar à força estupidamente a fillinha dos meus braços para a depor nos do Sr^o Álvaro. [9]Tenha VC^a, vou terminar com esse martyrio; [10]elles são ricos; [11]e eu infelicamente sou pobre; [12]também, visto que não tenho filha, não preciso ser rico; [13]a esta inconstância junta-se a de eu não ter conseguido em que ganhar a vida; [14]tenho tido uma porção de promessas de emprego, mas tem falhado todas; [15]em vendas de algodão minha antiga ocupação também nada tenho conseguido, por estar o mercado bem suprido; [16]também não preciso mais; [17]mas como não estou resolvido a morrer de fome, prefiro morrer com uma bala nos miolos, que é o que terá acontecido quando a Sr^a receber esta; [18]só lhe peço uma cousa; [19]veja se consegue fazer da fillinha uma mulher honesta; [20]e se ella chegar a tempo de poder compreender, diga-lhe que o pae, foi um desgraçado, que lutou sempre contra a adversidade, sucumbindo nessa luta; [21]que não conseguindo ganhar a vida honestamente se suicidou-se; [22]que morreu pensando na filhinha querida, e pedindo a Deus que a proteja, e a faça mais feliz do que foi seu pae:

[23]Quando à Sr^a estimar que seja m^{to} felis. Adeus J. M. Brito

[24]3/9/07

5.2.1. Esquematização discursiva e plano sequencial dominante

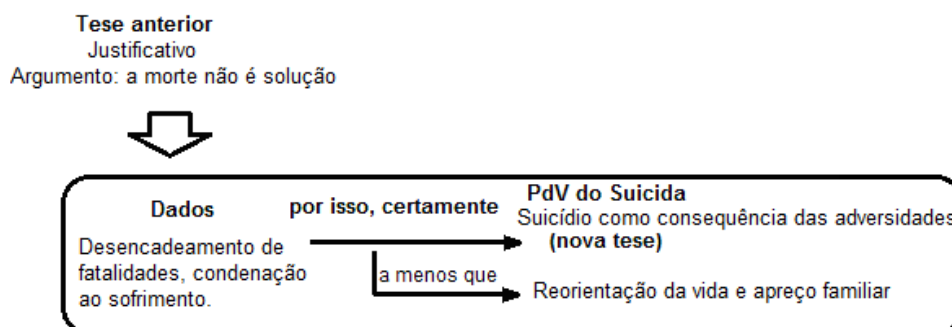
Nos limites da esquematização discursiva, os dois documentos comportam duas esquematizações como resultado. Na primeira (T7A), a situação de produção está voltada à interlocução, pedidos e despedida de um amigo. Entre os pedidos, a manutenção de segredo quanto ao conteúdo da carta e assuntos discutidos quando em vida. Em T7B, mais detalhada, o discurso assertivo combina-se com a despedida, mais pedidos e o lamento pelo afastamento da família, principalmente da filha. Nesses limites, o suicídio encontra-se atrelado à ideia de separação familiar,

afastamento da filha e problemas financeiros ocasionados pela falta de trabalho. As condições de produção ficam profundamente ligadas a um discurso em que prevalece a ênfase no *ethos*, a mobilização dos afetos, de modo a justificar a escolha pela morte voluntária com base nos sofrimentos e tormentos vividos.

No contexto de recepção, tem-se um diferencial em T7A, uma interlocução com o amigo por meio da interrogação/justificativa “[1]Venho faser as minhas despedidas; [2]quando receber esta, eu não existirei mais; [3]que quer? [4]A factalidade persegue me de uma maneira ativa”, agindo de maneira polifônica ao acionar o PdV do interlocutor, admitido pelo suicida como contrário ao seu, ou seja, que o suicídio não seria uma solução.

Pelo plano de texto e sequencialidade, têm-se novamente a carta pessoal (plano de texto fixo) e a sequência argumentativa como predominantes, tanto em T7A quanto em T7B. As proposições-enunciados escolhidas para fazer parte do discurso estabelecem o PdV circunscrito em torno da ideia de que as diferentes fatalidades ocorridas e causadas pela separação da família levaram à perda de interesse pela vida. A morte é tida como inevitável frente à série de derrotas e sofrimentos vividos. Em ambos os documentos, o esquema argumentativo é o mesmo. A tese anterior é guiada pelo argumento de que a morte não seria a única “solução” às fatalidades vividas. Os dados que guiam a nova tese de suicídio como consequência das adversidades estão mais delineados e presentes em T7B, como perseguição pelas adversidades, vencido, fracassado, desiludido e martirizado. Nesse sentido, o suicídio é visto como uma consequência, como aparece em [17] “mas como não estou resolvido a morrer de fome, prefiro morrer com uma bala nos miolos, que é o que terá acontecido quando a Sr^a receber esta;”, ligado ao fracasso financeiro. A restrição mantém-se atrelada a uma reorientação da vida e principalmente à recuperação do apreço da família e retomada dos direitos de pai. Essas observações podem ser visualizadas em resumo no esquema argumentativo de T7A e T7B abaixo:

Esquema argumentativo de T7A e T7B



5.2.2. Um esquema retórico direcionado pelo ethos

Apesar de apresentar um mesmo esquema argumentativo para T7A e T7B, o esquema retórico distancia-se, sobretudo, pela apresentação da figura de *pathos* admitida no contexto de recepção. O PdV para os dois esquemas é o mesmo, o suicídio é uma consequência das adversidades. A imagem de si, com a principal função de mobilizar os afetos e levar à emoção, é conscientemente marcada em T7A. O autor discursivo é um homem perseguido, vencido, fraco, insatisfeito, atormentado, desgostoso com o afastamento da filha causado por Lucila, martirizado, pobre, desempregado, desiludido, desgraçado. Caracteriza-se como um lutador contra as adversidades, mas fadado ao fracasso.

O ato assertivo marca a introdução dos argumentos. As afirmações pedem sua validação por meio de provas (acordos com o real) e há a utilização dos argumentos de autoridade e da pessoa e seus atos. O *pathos* em T7A é de um amigo, conselheiro, uma pessoa confiável e por isso um interlocutor que tem sua voz marcada pela interrogação em [3]. Em T7B, a imagem de *pathos* criada tem a intenção de punir, por isso Lucila é uma mera ouvinte, castigadora, quem se apropria dos sentimentos alheios, martiriza e é ainda interesseira: “[10]elles são ricos; [11]eu infelizmente sou pobre”. No *logos*, de forma geral, os argumentos ou dados utilizados na proposição concentram-se na figura da ironia, em negrito em: “[5]tirados os momentos que passava em comp^a (companhia) da fillinha querida, o resto só me servem pr^a (para) attormentar-me a existência; [6]**mas a Sr^a achava que isso era pr^a mim felicidade demasiada**, e até m^{mo} (mesmo) esse praser procura roubar-me”.

Dois resumos das observações dos quadros retóricos dos documentos podem ser visualizados abaixo:

do ponto de vista que, para não ser contraditória, dissocia-se entre a reprovação do PdV 2 e a manutenção do PdV1. A ironia em T7B desloca a imagem de *pathos* para os limites do que seria um comportamento reprovável, com a principal função de gerar culpa. A visão de Lucila fica atrelada a uma mulher castigadora e martirizadora que, apesar de poder ajudar, mantém-se fria e contribui ainda mais para o sofrimento e a angústia do enunciador.

5.3. A MOTIVAÇÃO POR PROBLEMAS FINANCEIROS

Contextualizando, no capítulo I, destacou-se, em muitos momentos, a fala de Agrest (2010), apontando que na sociedade contemporânea, pós Revolução Industrial, o enraizamento da cultura capitalista proporcionou uma mudança de crenças, agora menos ligadas à religiosidade e mais centradas no consumo e no capital. Como apresentado, essa conduta fez também que, em alguns casos, o valor dado à vida fosse redirecionado da graça divina para certa crença na artificialidade da vida, guiada por inúmeras autocobranças e preocupações com a imagem, quase sempre associada ao dinheiro ou ao que este pode proporcionar. Primeiramente, com mais evidência, o homem e, mais recentemente, a mulher, ambos se veem presos à ideia de produzir e consumir em uma escala cada vez maior. A manutenção desse valor fez e faz com que intuitivamente se acredite que estar fora do ideal capitalista seja motivo de fracasso, vergonha, gerando também sofrimentos e angústias.

Trata-se de um círculo vicioso que se produz e se reproduz em quase todas as culturas e classes sociais que têm o capitalismo como demarcação econômica, tido como bem ou mal social da autoexigência presumida. Em T9, tem-se um caso que se situa próximo a esses limites. O suicídio é visto como uma saída ao fracasso financeiro e a vergonha e autocobranças são evidentes. No regime de crenças de Agrest (2010), têm-se articuladas algumas crenças fundadas como, por exemplo, a que diz respeito ao sexo do sujeito, masculino, aliada à imagem do homem que tem por obrigação dar “condições” e sustento à família além, é claro, do fracasso financeiro.

T9 11ª Pretoria T81167 – 1903 Suicídio. O caso trata da carta de suicídio do Major da Guarda Nacional Joaquim Pereira de Lima. Cometeu suicídio em sua residência com arma de fogo. A motivação é explicitada no texto, uma carta manuscrita em folha de papel tipo almaço, dimensões de 11,5cmX18cm, pequeno, tipo papel bilhete.

[1]Rio [ilegível] 903

[2]Declaração

[3]Há dous anos mais ou menos soffrendo de moléstia incurável, neurasthemia com palpitações no coração a pontos de não poder dormir ultimamente, desanimado e aborrecido da vida a pontos de fugir da sociedade e com receios de enlouquecer, vendo meus interesses soffrer, tenho sido infeliz com alguns negócios de emprego de capital e não tenho corajem de ver meus filhos e mulher soffrer futuramente por falta de recursos em quadro tão calamitoso e não podendo resistir a tal desgraça entendi por termos a minha existência, de cujos soffrimentos Moraes só Deus é testemunha e por isso me perdoará. [4]Pesso as almas caridosas piedade p^a. com meus pobres filhinhos.

[5]Nada devo a ninguém.

[6]Joaquim Per. de Lima.

[7]Recomendo a minha mulher que procure meu Irmão Antonio para guial-a.

[8]Meu enterro o mais simples possível para não acarretar despesas inúteis.

5.3.1. Reconstrução do discurso pela esquematização discursiva

A questão central na realização da esquematização discursiva desse texto talvez esteja unida ao seu contexto de produção, nas marcas temporais e em pistas que permitem reconstruir a sociedade de 1903, momento ainda de instauração da república e de reorganização social. Observa-se que o contexto de produção desse discurso, hipoteticamente, poderia se deslocar facilmente às crises financeiras em algumas esferas da sociedade desse período. Esse apontamento pode ser visualizado em algumas proposições, dirigidas ao que seria uma pressão social que poderia ter contribuído para a escolha pela morte voluntária, apresentadas em algumas falas, como em “fugir da sociedade”, “infeliz com negócios de emprego de capital”, “sofrimentos morais”.

Nesses limites, a apresentação da imagem de *ethos* e de *pathos* mostra-se como uma etapa na caracterização desse sujeito discursivo que, no contexto de produção, apresenta-se como incapaz de lidar com a perda de capital e deixar a família em um sofrimento causado pela “falta de recursos”. O discurso é construído utilizando como principais dados esse lamento, a incapacidade de ver a família passar por necessidades materiais e a imagem do homem que fracassa financeiramente e torna-se refém da autocobrança. Em função dessa apresentação, as intenções do discurso ligam-se aos atos ilocucionários declarativo e assertivo, iniciando pela presença do título “declaração”, seguido pelas diferentes afirmações que vão delinear a imagem do eu do discurso como prático, preocupado com

vínculos sociais e a imagem da família, descontente, doente, lamentoso, envergonhado e que não vê outra opção além do suicídio para livrar-se das autoexigências. A demonstração da apreensão pela possibilidade de ver o sofrimento da família aparece em destaque, além da crença do testemunho de Deus como amplificador da tese principal de “sofrimento pessoal e ruína financeira, portanto, suicídio”, unida com a certeza no perdão divino.

No contexto de recepção, o *pathos* não se volta a um interlocutor específico, mas à sociedade de forma geral, no sentido de trazer explicações a respeito da escolha pela morte voluntária. Essas explicações demonstram o suicídio não como fuga, mas uma necessidade pela impotência em lidar com a situação. Esse *pathos* age como um julgador (proveniente do gênero aristotélico judiciário) das condutas e com uma importância presumida junto à preocupação com a moral do autor discursivo. À família (uma imagem mais próxima do auditório particular) são apresentadas apenas algumas recomendações, que a mulher procure o irmão para guiá-la – visão da mulher como dependente do homem – em [7] e que não se tenha preocupações ou cuidados que gerem gastos desnecessários com seu enterro em [8].

5.3.2. Plano de texto e sequencialidade

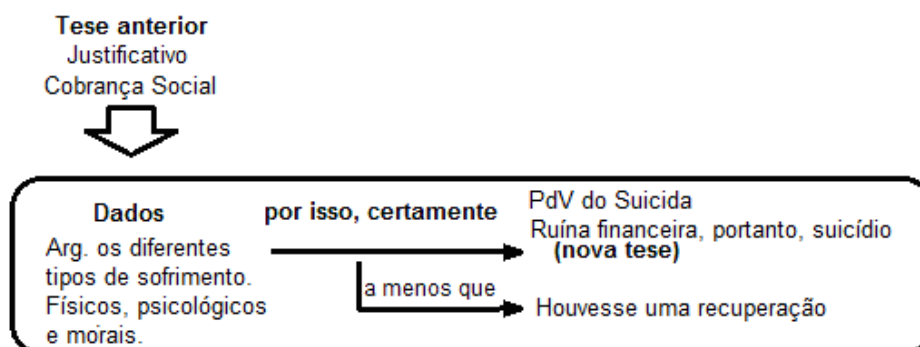
Toda essa visão expressa no item anterior, como dito, faz com que o documento volte-se mais especificamente ao discurso de defesa, portanto estritamente argumentativo (defesa da tese de “sofrimento pessoal e ruína financeira, portanto, suicídio”). Trata-se de um plano de texto que mescla partes do que poderia se considerar uma declaração pública com elementos da carta pessoal. Esse é um movimento argumentativo cabível à situação sociodiscursiva de produção que envolve o suicídio. Tem-se, desse modo, um padrão caracterizador das produções de suicidas com a apresentação de motivos, a defesa de um ponto de vista e a utilização da estrutura da carta pessoal. T9 aproxima-se dos outros documentos mais discursivamente do que textualmente. Seria possível dizer, então, que o texto apresentaria um plano de texto ocasional? Em comparação com os outros documentos sim, mas a questão parece ser um pouco mais complexa e, em função do *corpus* tão diversificado, prefere-se uma aproximação com os gêneros carta e bilhete, com base nos critérios de prototipicidade desses gêneros. Dessa

forma, resume-se a questão preferindo dizer que em comparação ao protótipo da carta pessoal, T9 apresenta um plano de texto ocasional.

Argumentativamente, no entanto, a estrutura sequencial é mais marcada. A sequência argumentativa é claramente dominante no texto com a intenção de reforçar a nova tese de “ruína financeira, portanto, suicídio”. Os argumentos que direcionam essa tese mostram-se atrelados aos tipos de sofrimento decorrentes dessa ruína, tais como sofrimentos de ordem física, psicológica e principalmente morais, com várias referências à incapacidade de ver a família passar por necessidades, à vergonha de aparecer socialmente e à própria crença em um perdão divino, tendo a imagem de Deus como testemunha. A tese anterior pode ser visualizada nesse ponto; a preocupação com uma moral proveniente de uma cobrança social e, nesses limites, a restrição: a menos que houvesse uma recuperação financeira.

O sentido dado à vida, nesse texto, segundo o que discute Agrest (2010), está claramente relacionado à manutenção da imagem pública e à posse de bens. A preocupação com aspectos econômicos prevalece sobre qualquer outra. A ideia circula entre ver a família desamparada e a vergonha moral que isso acarretaria, bem semelhante ao tipo de autoexigência apontada na cultura ocidental de que fracasso financeiro seria sinônimo de vergonha. Destaca-se que ocorre em T9 uma recorrência na crença no perdão divino, já observada em outros documentos como em T1 e T3. O enunciador suicida reconhece o ato como algo condenável, mas tem a certeza do perdão em razão de acreditar que seu sofrimento é maior e que Deus, testemunha, perdoará, como em “entendi por termos a minha existência, de cujos sofrimentos moraes **só** Deus é testemunha e por isso me perdoará.” Trata-se de uma espécie de dogma religioso que perpassa quase todas as argumentações de suicidas. Na citação anterior, o modalizador “só” carrega uma polifonia que traz a voz do coenunciador, contrário a essa crença, e o exclui, apresentando Deus como o único interlocutor capaz de entender o ato como uma solução, pois só Ele é capaz de visualizar todo o sofrimento vivido, o sacrifício da vida em função da perda do que seria a moral para o eu discursivo.

Esquema argumentativo de T9



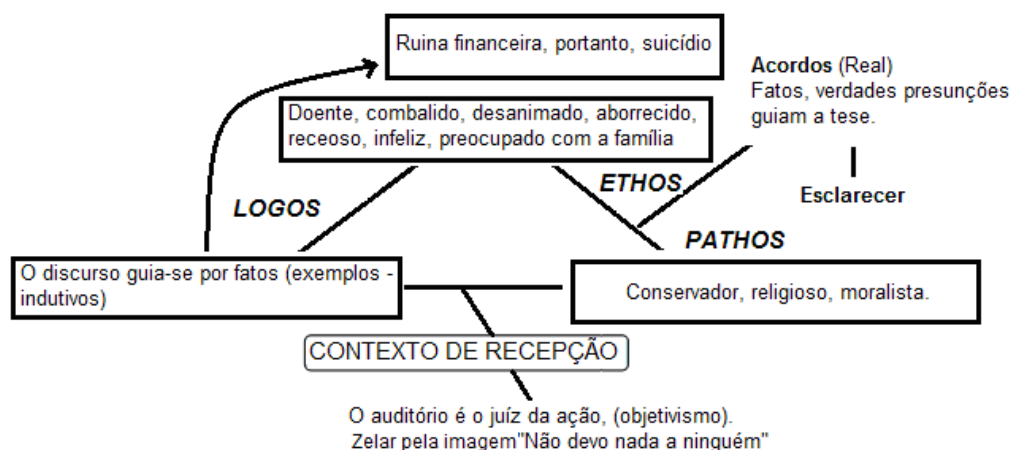
5.3.3. O estabelecimento de acordos e a visualização das técnicas argumentativas

Pelo quadro retórico, o documento aproxima-se mais fortemente do gênero judiciário em função, principalmente, de o auditório ser colocado como juiz das condutas, ou seja, quem avaliaria o juízo moral. O discurso procura esclarecer ao auditório os motivos do suicídio. O orador estabelece mais particularmente acordos com o real, ancoragem em fatos com a pretensão de validar a tese. A apresentação dos fatos ocorre por desencadeamento, um dado está ligado a outro e todos têm os problemas financeiros como nó desencadeador. A preocupação econômica é retomada em muitos momentos no documento, como em “[3]tenho sido infeliz com alguns negócios de emprego de capital; não tenho coragem de ver meus filhos e mulher sofrer futuramente por falta de recursos; [4]Pesso as almas caridosas piedade p^a. com meus pobres filhinhos; [5]Nada devo a ninguém; [8]Meu enterro o mais simples possível para não acarretar despesas inúteis”. A sequência de fatos legitima a ação suicida como única opção para livrar-se do sofrimento. Os acordos ocorrem, portanto, com um auditório universal, que partilha dessa mesma crença e é conservador.

Com base na visualização do esquema retórico abaixo, visualiza-se uma similaridade entre as imagens de *ethos* e *pathos* em comparação com T1, em que a vida apareceria também ligada ao sofrimento e o suicídio equivaleria a uma vida com Deus, a algo não castigado, mas sim perdoado pelas boas condutas em vida. O *pathos* apresenta uma imagem conservadora, com ar religioso e que em ambos os documentos gera uma polifonia no sentido de condenação do suicídio e castigo da alma. Nos dois documentos, também os enunciadores têm a certeza do perdão divino, isto é, reconhecem que sua conduta será refutada pelo auditório, mas tentam provar, por meio dos fatos apresentados, que Deus perdoará. Para tanto, as imagens de si vão de encontro à ideia do auditório; em T1 e T9, o eu discursivo

apresenta-se como sofredor do corpo e da alma e todos os padecimentos descritos justificariam a morte voluntária e principalmente o perdão de Deus.

Esquema retórico de T9:



No que diz respeito às técnicas argumentativas, a expressão de técnicas que se baseiam na estrutura do real é mais evidente, principalmente por ligações de sucessão com vínculo causal e de coexistência com a formação do *pathos* na pessoa e seus atos e os argumentos de autoridade.

O vínculo causal é aparente, principalmente na ligação que aparece entre os fatos apresentados. Isso vai ocorrer, por exemplo, na ligação que tem o fracasso financeiro com as preocupações com a falta de recursos da família, que também podem ser associados aos problemas de saúde e aos receios com uma imagem moral, todos culminando com a solução apresentada de suicídio. Observa-se que a apresentação desses elementos introduz os argumentos de coexistência (pessoa e seus atos e de autoridade). Esses fatos também expõem o PdV do orador, a conduta expressa nesses atos dignifica esse orador, transforma-o em vítima das fatalidades, preocupado com uma ação conservadora, ou seja, o homem que traz o sustento da família e, além disso, teme por sua moral, a pessoa por seus atos, ou melhor dizendo, a pessoa por seu bom comportamento e ponto de vista adequado.

Um aspecto da apresentação dos dados dessa forma é uma espécie de contra-argumentação que acontece em relação a como esse mesmo auditório, a sociedade, vê o suicídio. O suicídio seria para a sociedade em que esse orador está inserido um ato condenável, a ruína de si próprio, uma eternidade de tormentos. Como já havia acontecido em T1, com a reconceituação do suicídio como vida com Deus ou "descanso eterno", em T9, o orador, ao construir-se discursivamente cria

uma autoridade (argumento de autoridade) para poder afirmar a certeza no perdão de Deus e, implicitamente, traz o suicídio também como uma forma de descanso. Têm-se, pois, palavras de valor e honra, de modo a legitimar o discurso orientado por um orador sóbrio, consciente e principalmente que tem “Deus por testemunha” de seus atos ([3] “cujos sofrimentos moraes só Deus é testemunha e por isso me perdoará”), um tipo de certeza que não pode ser contestada.

5.3.4. Outro caso de motivação financeira

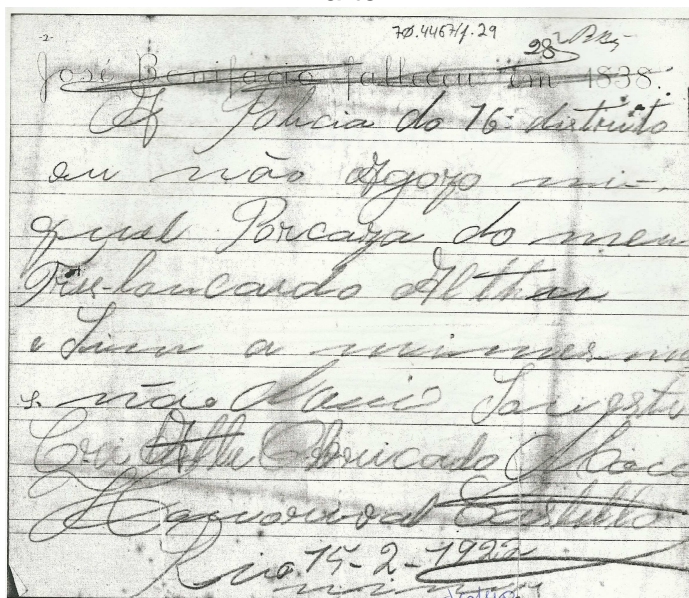
Seguindo um tipo de argumentação também com apresentação de uma preocupação financeira, T17 expõe um quadro semelhante a T9, ao trazer dados relativos à dívida com alguns dos indivíduos citados no documento. Apesar dos problemas com a grafia, estruturalmente visualiza-se todos os elementos da carta pessoal, como vocativo - “À Polícia do 16º distrito” -, corpo da argumentação e seção de fechamento com a assinatura, local e data – Rio-15-2-1922-, ou seja, o documento apresenta um plano de texto fixo, ou convencional (carta ou bilhete), sequências de base argumentativa e descritiva.

Os problemas de ortografia inviabilizam uma boa transcrição do documento, com riscos de falhas principalmente junto à grafia dos nomes das pessoas citadas como credores no documento. Por essa razão, preferiu-se uma descrição global do documento, sem transcrevê-lo, também em razão de a qualidade da imagem permitir uma visualização dos aspectos citados na análise generalizada. Nesse sentido, como dito, alguns dos aspectos que mais chamam atenção são, em primeiro lugar, o local escolhido para materialização do documento, folhas de um caderno de caligrafia, apresentando um suporte que ainda não havia sido identificado entre os outros documentos encontrados. Em segundo lugar, a escritura em duas partes, não dispensando a seção de fechamento em ambas, e que indicam certa articulação ou planejamento da escrita. A primeira parte traz a abertura com indicação do destinatário (Polícia do 16º distrito), seguida do corpo da argumentação e seção de fechamento. A segunda parte, a apresentação dos credores e novamente repetição da seção de fechamento com assinatura, local e data. Essa divisão em partes é uma recorrência entre outras composições de suicidas, em que o sujeito empírico opta pela divisão do discurso conforme suas intenções e/ou local dos interlocutores, no caso, quem seriam os principais interessados, polícia e credores.

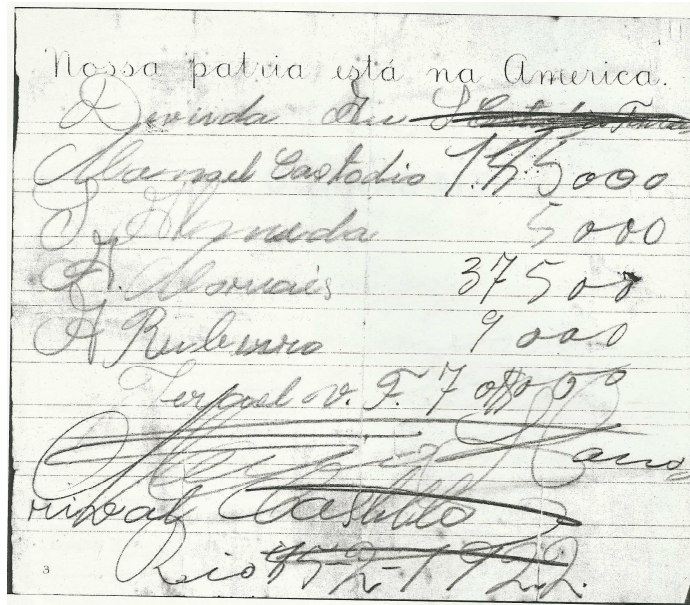
Argumentativamente, apesar da grafia, a preocupação com uma questão financeira é enfática na parte dois. Ao trazer o valor devido, o discurso fomenta, se não o motivo, uma preocupação vivenciada nos momentos que antecedem a escritura do documento e uma imagem dos acontecimentos após o suicídio. Esse dado revela uma imagem de si bem próxima à encontrada na análise anterior, em que o sujeito discursivo agiria como reconhecedor da dívida, inclusive com a citação do valor a cada credor. É uma demarcação de uma preocupação financeira, própria dos indivíduos de cultura capitalista, com uma autoexigência presumida. Não há menção de algum fracasso financeiro, vergonha ou autocobranças, mas a citação direciona pelo menos a uma crença fundada apresentada por Agrest (2010) de um indivíduo do sexo masculino, a imagem do bom pagador, ou daquele que honra com seus compromissos, ou os reconhece.

T17 5ª pretoria 70 4467 – 1922 – Suicídio. Carta escrita por Horioval Castilho. O documento destaca-se pelo suporte utilizado para escritura, duas folhas de um caderno de caligrafia e por trazer nomes e valor de dívida com cada citado.

Detalhe dos originais
Parte 1



Parte 2



5.4. MOTIVAÇÕES POR CASAMENTO NÃO CONSENTIDO: O MITO DE ROMEU E JULIETA

Tanto em T8 quanto em T16, o ideal romântico é o tema central das argumentações. Esse ideal corresponde a uma busca por transgredir uma fronteira emocional, chegar a uma espécie de êxtase que também seria parte do que esse indivíduo acredita ser o sentido da vida. Trata-se de um “tipo de amor” próprio de nossa cultura ocidental que guia as ações de alguns indivíduos de forma que, a partir da não satisfação desse amor ideal, eles se sintam tão frustrados que acreditem ser o suicídio uma solução. Essa observação parece próxima ao que Agrest (2010) define como mito de Romeu e Julieta, ao combinar atitudes e expectativas além de levar muitas vezes a outros sentimentos como a solidão. A incapacidade de chegar a esse ideal de amor conduz ainda a uma espécie de culpa por imperfeição, especialmente quando se acredita que o amor não é correspondido à altura (como foi visualizado em T2 e T3).

O amor não consentido poderia ser creditado também como parte dessa crença no amor ideal. Na medida em que não é possível viver esse amor por intervenção de terceiros, o sentimento de frustração é representado nos documentos produzidos por suicidas de forma mais evidente, a vida perde totalmente o sentido e a morte aparece como solução. T16 encena essa atmosfera; em seu quadro argumentativo, soma-se ao contexto de produção o papel da mulher do início do

século XX, ainda não emancipada, ou, pelo menos, integrada a uma sociedade que tem o sistema patriarcal como base dos relacionamentos homem/mulher. Se a impossibilidade de construção de duplicidade e afeição baseada em compromissos já gera muitas frustrações, o amor não consentido torna-se uma barreira ainda maior para esse enunciador, uma verdadeira tortura, levando-o também à crença do suicídio como maneira de superação desse sofrimento. Esses apontamentos, nos limites da esquematização discursiva, trariam parte da situação sociodiscursiva de produção e as condições de produção. As condições de recepção vão de encontro às intenções na produção do discurso, estritamente ligadas à geração do sentimento de culpa por meio de asserções argumentativas, ou seja, afirmações que expõem parte dos interlocutores (a mãe e Iracema) como responsáveis por suas insatisfações e principalmente por impedirem a realização da cena idealizada de amor (estar com Bebeto).

T16 8ª pretoria 73 680 – 1931 – Suicídio. Caracteriza-se por uma carta escrita por Irene Claro Moita. Descrições do inquérito “19 anos, doméstica, preta, natural desta cidade [...] por questões de namoro, embebeu as vestes com álcool e ateando fogo nas mesmas sendo socorrida pela assistência municipal. Apreendi um bilhete escrito a lápis que todos os presentes reconheceram como letra da quase suicida” (folha 3). O inquérito aponta que apesar de ter sido socorrida, ela veio a falecer horas depois no hospital por “queimaduras generalizadas do segundo grau” (folha 7).

[1](nas bordas do papel) Um beijinho para todos meus sobrinhos

[2]Mãe Irmaes e Irmões e cunhadas

[3]Saudades de todos mais muito sentida com todos menos do meu amado Bebeto nada tenho que me quechar delle apesar a minha mãe ter enchido a cabeça do Bebeto se foçe outro não era para continuar mais o namoro com migo mais como elle é um rapais muito seriu elle e toda afamilia a tem se comportado muito bem melhor do que eu minha mãe eu sei que morro mais morro com muita paichan de arenho e muitas saudades decho do Bebeto mais não pude conter se não fazer isto

[4]Iracema ter feito o que féis com migo

[5]dona rozalina nada / até o dia de hoje ^{deicho um abraço}

[6]não tenho que dizer da senhora Laudea muitas lembrança se eu não ver mais voçeis e sem as crianças S. chuga muitas saudades

[7]meu padrinho me abemçoa

[8]Lembranças paras todas as minhas amigas

[9]Eu não me joga da janela não eu [megia me]

[10]Irene Moita

[11]Mãe se agun dia lhe ofendi me perdoa.

[12]a bença

O esquema argumentativo de T16, abaixo, expõe bem as observações realizadas anteriormente no início da análise. Nesse esquema, é possível inferir que

Em síntese, a simplicidade na apresentação dos dados e na própria organização do discurso demonstra pouco preparo para a escrita. Esse fato poderia ser explicado pela pouca idade do autor empírico, o que justificaria esse despreparo e a apresentação do texto com vários problemas de grafia como, por exemplo, a despreocupação com o emprego de maiúsculas e minúsculas. Em comparação com a língua culta, têm-se faces de um indivíduo semialfabetizado. Há também presença de marcas de revisão do discurso, inserção de trechos como: “deicho um abraço”, marcadas em escala menor na digitação para a análise. Visualiza-se uma estrutura ou plano de texto próximo ao da carta pessoal na carta de despedida (plano de texto fixo).

Quanto aos acordos, T16 filia-se a uma orientação de acordos com o real, ou seja, o discurso tem como foco um auditório universal. Na carta, esse acordo aparece de maneira explícita por citações que também trazem dados para a composição da tese defendida. A suicida nomeia seu interlocutor e, em seguida, traz parte do que seria asserção argumentativa, afirmação/apresentação de fatos como em [5]“dona rozalina nada / até o dia de hoje ^{deicho um abraço,}”.

A mesma simplicidade do texto se mantém quanto à apresentação das técnicas argumentativas. Não há uma marcação técnica evidente, apenas indícios como a incompatibilidade conduzida pela dificuldade de escolha entre o argumento da interferência da mãe e, ao mesmo tempo, a preocupação em tê-la ofendido. Essa imprecisão gera o que para Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) poderia ser considerado uma incompatibilidade, ou contradição (argumentos quase-lógicos), no sentido de ir contra o desejo da mãe (abandonar Beбето), uma ofensa. Trata-se de uma dificuldade de escolha do orador entre o PdV da mãe e o seu próprio. Discursivamente, verifica-se que essa incompatibilidade tem um efeito mais subjetivo na imagem do *ethos*, o de ser respeitoso e reverente. O eu discursivo que tenta assegurar seu PdV e ao mesmo tempo não desonrar a figura da “mãe”, alguém a quem se deve respeito.

5.5. SUICÍDIO COMO PROVA DE AMIZADE

Desde o início das análises, vem-se apontando a importância da reconstrução do contexto de produção para adentrar no universo discursivo de cada enunciador e assim traçar a esquematização discursiva mais próxima ao sentido pretendido. A contar pelo amalgamento existente entre a carta ou bilhete produzido pelo suicida e

o inquérito, tudo o que foi dito parece requerer também o inquérito para análise, ou pelo menos também uma análise do inquérito como forma de comparação entre os PdVs apresentados. Apesar desse direcionamento, para a maioria das análises, preferiu-se evidenciar os dados presentes nos próprios documentos, marcando pontualmente esses dados com as informações do inquérito quando necessário e possível. Contudo, esse mesmo delineamento tornou-se não aplicável para alguns desses textos, principalmente quando a apresentação que vem sendo realizada em cada um dos documentos (introdução dos dados de coleta do documento) pareceu contraditória ou revelou um contexto em algum ponto diferenciado do que é apresentado pelo suicida na carta, como é o caso de T8. Acreditou-se inicialmente que T8 tratava de outro caso de casamento não consentido, no entanto a leitura do inquérito permitiu identificar um contexto diverso dessa conclusão inicial.

Assim como aconteceu em T9, tem-se em T8 um período de produção bem próximo, final do século 19, início do século 20. Entretanto, o documento traz uma visão diferente de T9 e T17, agora se voltando à mulher e ao amor e sobre sua forma de agir e pensar. A mulher desse período ainda era vista como uma espécie de sombra do homem e, para algumas famílias, o bom casamento era uma forma de ascensão social, uma maneira de garantir seu sustento, isso porque o ingresso da mulher no mercado de trabalho só se daria, historicamente, meio século depois, segundo uma visão geral da história social do período. Apesar dessa noção, T8 revela ainda outras condições de marca de transgressão social ou o que seria um comportamento frente aos rígidos padrões destinados à mulher e ao homem. Nesses limites, encontraram-se junto ao inquérito algumas indicações como a da relação mãe, filha e o amante da mãe, unida ao interesse financeiro da mãe a ponto de supostamente querer casar a filha com o amante para apossar-se da herança deixada pelo marido à filha. Por fim, apontam-se os cuidados e sutilezas na afirmação do que poderia ser uma relação homossexual entre a suicida e a amiga.

T8 8ª pretoria OR 211 – 1896 – Suicídio. Carta escrita por Ambrosina Cananéia do Brasil, sem idade apurada. Consta nos depoimentos do inquérito que, segundo Ambrosina, a mãe de Mathilda, sua amiga, queria casá-la com seu amante Alexandre para melhorar suas circunstâncias. O documento foi escrito com letra cursiva em papel tipo almaço, dimensões de 17X28. O inquérito apresenta que o suicídio teria sido motivado por a suicida ser contrária ao casamento arranjado da amiga. A mãe dessa amiga entregara a filha em casamento contra a sua vontade para assim melhorar suas circunstâncias financeiras. A recusa da amiga em casar-

se e suas tentativas de ajudá-la em vão, teriam motivado o suicídio e a escrita de uma carta de despedida à amiga e confidente.

[1]Mathilda

[2]Vou dar-te a última provas de amizade a ti por este meio de existência.

[3]É impocível mais tolerar a vida por tua cauza, dexando eu de ezistir voce dexa de soffrer.

[4]Tantos abordoamentos tantas friezas como tem sofrido desfeitiada por este vil dia teu padraço que se prevalece de meu nome de sermos amiga p^a saquiar uma vingança sobre ti por não queres cazar com elle e sua mai depois de ter te criado com tanto desvello depois de estares moça ela procurar este homem p^a ser amante della e depois elle se manifestar apaxonado de ti ela sua mai queres sastifazer todos intento deste homem ate a ponto bárbaro de todos os dias daí foi causadas como quazi todas vizinhas sabem e escutam teus gritos teu chorar teu desespero e desculpas que hé por minha cauza tudo isto por cauza de nossa amizade, pois por esta razão eu dexo de viver por que assim por que tudo se descobre com o tempo eu morro mais pensando em ti Mathilda o meu corpo cai sobre a terra mais meu espírito junto de ti estará e breve nos estaremos junta ao espasso emfinito.

[5]Adeos Mathilda recebe o meu ultimo suspiro como palavra de amizade.

[6]Meu deos o que será de meus filhos e minha mai.

5.5.1. A sequencialidade argumentativa e um discurso de aparente transgressão

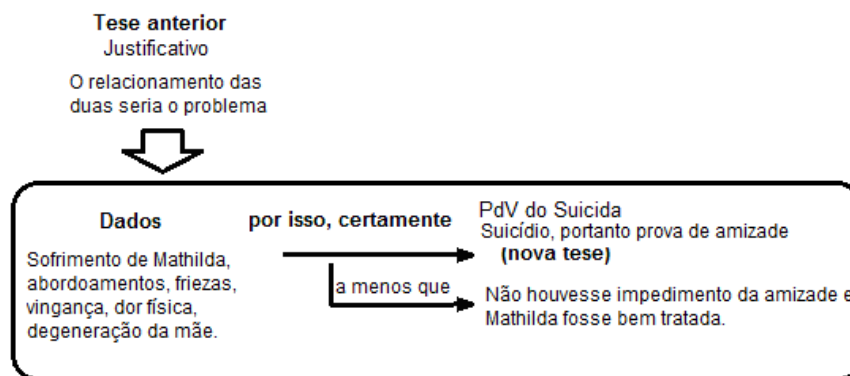
O teor do documento fomenta um tipo de relação íntima que seria alvo de censura na sociedade do final do século XIX. Observou-se, em uma apresentação sutil, a total devoção e demonstração de carinho por parte do eu discursivo ao seu interlocutor. O suicídio, antecedido do que seria uma denúncia com os argumentos da carta, seria uma máxima prova de amizade de Ambrosina à amiga Mathilda. A intenção do discurso seria justamente denunciar a mãe a respeito da tentativa de casar Mathilda com o próprio amante, denunciar os maus tratos físicos sofridos pela amiga, o impedimento da amizade e provar a sinceridade dessa amizade. O suicídio seria mais uma prova da amizade e, indiretamente, poderia ser estendido sobre os fatos apresentados. O discurso é, pois, inteiramente assertivo/constativo, repleto de afirmações e acusações, além da declaração de amizade à amiga. Essa declaração aparece expressa na peroração, em que o oferecimento da vida em prol da felicidade da amiga aparece explícito: “eu morro mais pensando em ti Mathilda o meu corpo cai sobre a terra mais meu espírito junto de ti estará e breve nos estaremos junta ao espasso emfinito”, atenuando o que poderia ser entendido como uma mensagem de amor.

Argumentativamente, o discurso parece guiar-se de maneira particular para a acusação (gênero judiciário), traçando o motivo para a escritura e principalmente a demonstração de afeto para com o sofrimento de Mathilda. Por outro lado, ao ser esse o direcionamento mais evidente, a tese anterior abre espaço para o que seria um obstáculo ao relacionamento. O suicídio como prova de amizade parece deixar em aberto que o impedimento da amizade poderia ter sido também um motivo

considerável. Na carta (plano de texto fixo), Ambrosina afirma ser esta uma prova de amizade, assim como a impossibilidade de tolerar o sofrimento de Mathilda. Dessa forma, a tese anterior sugere o impedimento da amizade, por esta ultrapassar o que seria admitido entre duas mulheres para a época, trazendo ecos de um relacionamento amoroso entre o enunciador e coenunciador, mesmo que este enunciador defina em todos os momentos o relacionamento como sendo amizade.

Nesse sentido, o esquema argumentativo de T8 expõe como nova tese o suicídio como prova de amizade em função dos dados apresentados como o sofrimento, os aborçamentos (amolação), frieza, vingança do padrasto e a degeneração da mãe em querer casar a filha com o amante. A restrição ficaria por conta do não impedimento da amizade, assim como do impedimento do que poderia causar infelicidade à Mathilda. A tese anterior seria direcionada pela visão de um problema entre o relacionamento das duas ou possível relacionamento homossexual, uma transgressão total na sociedade do final do século XIX, conforme esquema abaixo:

Esquema argumentativo de T8



Além da transgressão que poderia existir entre o relacionamento das duas, o enunciador apresenta ainda a preocupação com os filhos e a mãe, isto é, Ambrosina teria também uma família. Para os padrões sociais patriarcais do final do século XIX, esses dados corresponderam a uma fuga total dos padrões admitidos. Além disso, o enunciador também denuncia outras condutas impróprias, como a relação família (filha, mãe, amante da mãe) e dinheiro (a herança deixada pelo pai a Mathilda). A mãe que intenta casar a filha por interesse, ou o amante da mãe e o interesse financeiro desta. Essas seriam imagens de desvio dos valores familiares e de diferença social, temáticas que aparecem atreladas e provocam o imaginário de

outros possíveis coenunciadores, realizando o que seria um acordo com o real, ou seja, um direcionamento a um auditório universal.

5.5.2. O plano retórico no discurso de acusação

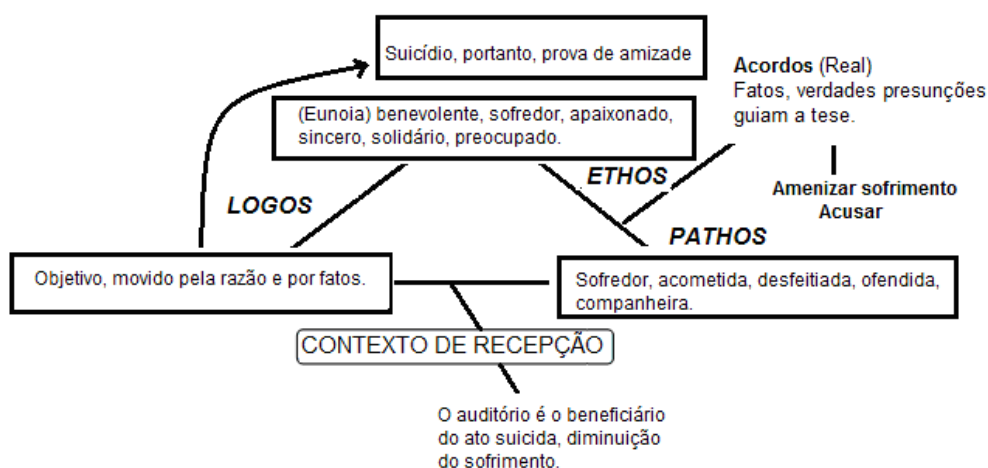
Adiantou-se nos parágrafos anteriores que T8, quanto ao gênero retórico clássico, aproxima-se do gênero judiciário ou discurso de acusação, característica assegurada por uma das finalidades encontradas na produção da carta. Apresentar características desse gênero (acusar/defender-se) tem sido uma recorrência também entre outras composições analisadas, entretanto o foco dado por T8 distancia-se ao não ser direcionado à defesa do suicídio, mas à acusação de maus tratos a Mathilda. Nesse caso, em particular, o suicídio parece agir retoricamente no sentido de ser uma prova de amizade e de validação dos dados que direcionariam essa tese. Em outras palavras, a impossibilidade de continuar vivendo, presenciando o sofrimento da amiga, tornaria também verossímeis as acusações prestadas.

Quanto ao plano da argumentação, ou disposição, a carta mostra-se bem delineada, trazendo na abertura e no exórdio caráter e benevolência frente ao interlocutor – “[2]Vou dar-te a última provas de amizade a ti por este meio de existência”. O documento segue com a narração, ou corpo da argumentação, com exposição dos dados (asserção e acusação), buscando clareza e objetividade em “[3]É impocível mais tolerar a vida por tua cauza, dexando eu de ezistir voce dexa de soffrer”, ou em “sua mai queres sastifazer todos intento deste homem ate a ponto bárbaro de todos os dias daí foi causadas como quazi todas vizinhas sabem e escutam teus gritos teu chorar teu desespero”. A confirmação recorre sobre o *pathos* no reconhecimento do problema que desencadeia a amizade, a piedade e a indignação em: “desculpas que hé por minha cauza tudo isto por cauza de nossa amizade, pois por esta razão eu dexo de viver”. A peroração aparece junto à tentativa de demonstração de sentimento, de paixão em: “eu morro mais pensando em ti Mathilda o meu corpo cai sobre a terra mais meu espírito junto de ti estará e breve nos estaremos junta ao espasso emfinito”. Por fim, o fechamento com despedidas “[5]Adeos Mathilda recebe o meu ultimo suspiro como palavra de amizade”, seguido de súplica em: [6]Meu deos o que será de meus filhos e minha mai”, sem assinatura.

Quanto a um esquema retórico, o discurso fixa-se em torno das figuras de *ethos* e de *pathos* em um contexto de recepção em que o auditório seria o principal

beneficiário pelo ato suicida, pois estaria livre dos maus dizeres e dos sofrimentos causados pela amizade. A imagem de *pathos* apresenta um ar de ingenuidade, sofrimento e acometimento daquela que sofre todo tipo de ofensa, mas também é companheira; o suicídio traria uma espécie de compensação, libertação do sofrimento de ter que presenciar o sofrimento da amiga, na proibição da amizade (o suicídio como uma prova de amizade). O discurso move-se por fatos, verdades e presunções, acordo com o real, e teria a função de amenizar o sofrimento do interlocutor e, ao mesmo tempo, de servir de prova e acusação de quem seria responsável pela geração de sofrimento (esquema abaixo).

Esquema retórico de T8



Quanto ao *ethos*, o quadro retórico demonstra uma posição de autor discursivo voltada para a *eunoia*. O orador mostra-se solidário com seu coenunciador, benevolente, apaixonado e sincero (esquema acima). Ele é construído no *pathos*, tanto pela revelação do sofrimento desse interlocutor quanto pela presença do interlocutor no discurso (sofredor, ofendido). Ao mostrar-se benevolente, ele cria sua autoridade e, de certa forma, valida os fatos a outros interlocutores a quem se possa apresentar o discurso, como a polícia na averiguação da veracidade dos fatos.

Na descrição pelas técnicas argumentativas, prevalece a utilização do argumento de pessoa e seus atos e de autoridade (argumentos baseados na estrutura do real). A dignificação do eu discursivo com base em suas condutas e a tentativa de libertação do interlocutor das angústias e sofrimentos vividos, apesar da desaprovação familiar do relacionamento das duas, são um indicativo de uma argumentação que procura identificar a pessoa por seus atos, fundamentando-se pelo conjunto de atos, até mesmo a escolha pelo suicídio. Observa-se também uma

autoridade que provém da demonstração e conhecimento da intimidade do interlocutor, assim como a ideia de uma trajetória moral do orador identificada pela oposição, denúncia e recusa em admitir as intenções da mãe. Observa-se, nesse sentido, que o relacionamento homossexual (entendido pela proibição da amizade pela família) não é apresentado pelo orador como tal, mas, sim, como sendo uma profunda amizade. O valor dado à amizade sofre aqui uma variação entre o que pensa a família e o orador. Talvez para validar sua autoridade, ou manter uma palavra de prestígio, esse orador utilize e reforce várias vezes tratar-se de amizade.

5.5.3. Dados do inquérito sobre a transgressão da amizade

Como dito anteriormente, mesmo guiando-se pela autoridade e manutenção da afirmação de tratar-se de uma amizade, T8, em diferentes pontos, conduz a uma interpretação de que pelo menos não se teria uma amizade convencional. Por outro lado, essa afirmação indicaria também certa contradição entre o que é afirmado e o teor do discurso, principalmente na peroração com uma proposição argumentativa tipicamente ligada ao discurso amoroso, com uma total entrega “morro mais pensando em ti Mathilda”, “meu espírito junto de ti estará e breve nos estaremos junta ao espaço emfinito”. Apesar de destacado no tempo (datado de 1896), essas proposições, mesmo mais de 100 anos depois, ainda articulam-se em torno da ideia de amor idealizado, amor sublime que transcende a fronteira da morte, mas que, mesmo assim, na carta é apresentado como sentimento de amizade.

Para tanto, em um documento tão único, acreditou-se ser importante trazer também parte dos depoimentos que revelam contextos situacionais que possibilitam entender como essa sociedade entendia esse tipo de relacionamento no final do século XIX. Os dados são enfáticos e no sentido da crença que a pretensão de Ambrosina excedia o que era entendido como amizade. Segundo dados dos autos, Ambrosina apresentava socialmente o *ethos* de uma mulher de “índole expansiva e sociável” e, nas palavras da mãe de Mathilda, “era uma mulher violenta e desabucada e cuja amizade já estava comprometendo a reputação de sua filha” (folhas 29; 29v e 30).

A possível relação homossexual não é diretamente apresentada, apenas indicada como um tipo de índole imprópria que, indo de encontro do apresentado na análise pelo sistema retórico, invalidaria a autoridade na acusação realizada pelo discurso. Esse fato foi tão marcante como desautorização de fala, que as conclusões

do inquérito apontaram para falsas acusações, levando ao seu arquivamento e que Mathilda (que havia sido retirada da guarda da mãe) “fosse restituída ao poder de sua mãe” (p.31). O juiz apresentou uma conclusão do inquérito consoante ao parecer do Promotor: “Ambrosina Cananéia do Brasil a qual disem alguns tests. era mulher de maós costumes que conforme confessa a própria menor em seu depoimento à fls. 9 e 35 é ella bem tractada e estimada por sua mai que, alias não excede o poder que de direito lhe pertence de castigal-a moderadamente” (p.31; 31v; 32).

Verifica-se, em comparação com a descrição dos autos, como o documento produzido pela suicida foi importante para as descrições realizadas no inquérito. Mais perceptível foi a importância dada ao testemunho da mãe, retirando a autoridade do enunciador e invalidando seu discurso, segundo a imagem de Ambrosina apresentada nos depoimentos do inquérito. Nesse sentido, de acordo com as crenças apresentadas por Agrest (2010), a validação da tese de homossexualidade traria à baila a crença fundada de suicídio como um ato recorrente na comunidade gay, a falta de aceitação e a discriminação seriam um dado importante e relacionado à perda do sentido dado à vida, algo que justificaria boa parte das premissas apresentadas nos documentos.

CAPÍTULO VI

POLÍTICA: O SUICÍDIO COMO UM ATO HEROICO

O suicídio e o homicídio para o resgate da honra foram os direcionamentos utilizados em T3B para a construção do discurso. A morte nesses limites teria um papel de libertação da vergonha apresentada pelo produtor suicida, principalmente em função do homicídio da amante em T3B. Na carta testamento de Getúlio Vargas, a morte também aparece com um papel de libertadora na orientação do discurso, mas agora aliada à construção do que foi, sem dúvida, um legado, tanto por estar vinculada à libertação do povo quanto pelas constantes citações da carta testamento que a reproduzem na íntegra ou incluem seus trechos mais célebres com objetivo de propor adesão a novas ideias defendidas. Citar-se citar que isso se dá, sobretudo, em função da repercussão que teve o documento no momento de seu conhecimento, mesmo que seu contexto de produção estivesse rodeado de dúvidas quanto a sua real autoria.

Desde o momento em que foi encontrada, a Carta Testamento de Getúlio Vargas gerou inúmeras interpretações e análises em torno de sua produção. A sua reprodução aqui não pretende exaurir todas as questões que o documento suscita – uma vez que se reconhece que isso demandaria um trabalho específico para esta tarefa –, assim como já foi apontado anteriormente por outros autores em análises dos discursos de Vargas (OSAKABE, 1979). Contudo, ao se falar em documentos produzidos por suicidas, não se poderia deixá-la de lado. Assim, propôs-se sua inclusão segundo os objetivos da presente pesquisa, salientando-se, à medida que se reconhece outros estudos (nas áreas de Sociologia e de Política), que se trata apenas do exame da argumentação do suicida segundo os fundamentos adotados para esse tipo de composição.

Conforme dados da página da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2012), o documento foi encontrado ao lado do corpo de Vargas, com sua assinatura e dirigido ao povo brasileiro. Na carta, segundo a instituição, são explicitadas as razões que levaram o então presidente ao suicídio. Nela, são indicados como responsáveis “grupos internacionais cujos interesses o governo contrariara, aliados a grupos

nacionais que se opunham ao que Vargas definia como ‘o regime de garantia do trabalho’”, esse fato acabaria com os direitos assegurados pelo governo brasileiro (FGV, 2012, s.p.). No documento, é clara a postura de Vargas como defensor e libertador do povo e sua morte como uma forma de prova dessa entrega.

Ainda de acordo com a página da FVG, existem dúvidas quanto à real autoria do documento, chegando sua redação a ser atribuída ao jornalista José Soares Maciel Filho, que também redigia boa parte dos discursos do presidente Vargas. Na mesma página eletrônica, há a informação de que no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) estão arquivadas duas cópias, uma datilografada (texto transmitido do Palácio do Catete à Rádio Nacional, por telefone, horas depois da confirmação do suicídio), sendo um texto mais conciso com conteúdo proposicional semelhante.

T4 foi o único documento encontrado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro, setor DGIE, notação 278, folhas 125) e caracteriza-se como uma reprodução da carta testamento de Getúlio Vargas, sem data, em panfleto com duas páginas, sendo na frente a carta e no verso a apresentação dos objetos requeridos com o título “A luta principal dos trabalhistas”. Por motivos de autorização de divulgação da íntegra do documento, utiliza-se a cópia cedida pelo arquivo. Para a análise, leva-se em conta, entretanto, o contexto de produção de 1954 segundo dados disponibilizados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2012), anteriormente apresentados.

Detalhe do original

Carta Testamento


(Deixada no dia de sua morte, em 24 de agosto de 1954)
Getúlio Vargas

Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim.

Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurarei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

Assumi o governo dentro da espiral inflacionária que destruiu os valores de trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia-a-dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Es-



GETÚLIO VARGAS
Idealizador do
PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
- 1.945 -

colho este melo de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Não receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

125

a) Dados da esquematização discursiva do suicídio como um ato heroico

Retomando a ideia central do processo de esquematização discursiva, tem-se que a interpretação de T4 envolve o que se atribui como uma reconstrução do discurso de Vargas, assim como ele quis transmitir, além de incorporar à análise saberes referentes ao co(n)texto dessa produção. Nesse sentido, por comportar outro regime de materialidade (ser parte de outro gênero de discurso, o folheto), assim como foi apresentado na nota introdutória da coleta do documento, é importante na definição da esquematização firmar a situação sociodiscursiva a ser

analisada, mesmo porque o documento, como apresentado anteriormente, teve no momento de sua divulgação, após o suicídio de Vargas, pelos menos três versões, a escrita por ele, a datilografada pelo jornalista José Soares Maciel Filho e a própria transmissão pela Rádio Nacional (que seria o mesmo texto da cópia datilografada), o que representaria para cada texto uma esquematização diferente. Como o foco da pesquisa não está também aliado ao folheto – outra reprodução com outra situação sociodiscursiva visada da qual o documento foi extraído (a luta trabalhista) –, toma-se para análise a consideração do documento como sendo o mesmo texto da cópia datilografada e assinada por Vargas (texto mais conhecido), portanto, uma mesma versão da encontrada junto ao corpo do presidente em 24 de agosto de 1954. Nos limites do delineamento da análise, trata-se, então, das intenções do autor, sujeito empírico, de deixar por escrito as motivações/justificativas para o suicídio.

Entre as condições de produção, admite-se para o documento em questão a representação que tinha o autor empírico, atrelada principalmente à sua imagem pública, que o dispensava argumentativamente de trazer explicitamente informações a respeito de parte dos dados empregados para compor a proposição argumentativa. Nesse sentido, uma série de pré-construídos podem ainda ser admitidos em função das condições de recepção, principalmente no estabelecimento de um *ethos* pré-discursivo.

Além disso, as intenções com o discurso mostraram-se profundamente persuasivas/engajantes, principalmente com a utilização de atos de discurso com valor performativo, assertivos e declarativos (“[30]Meu sacrifício nos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta”), a ponto de projetar, na época de sua divulgação, uma comoção nacional, segundo o que se tem noticiado para esse período de 1954 e, em especial, pelo momento de crise em que vivia o país. A tese principal apresenta-se em torno do “suicídio como forma de libertação do povo”. A morte é relacionada ao que seria na época um interesse nacional, a vida entregue em sacrifício do povo, como se visualiza em “[24]Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue. [25]Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida”. O contexto de recepção, então, é emblemático para a imagem de si desejada, que, mais que a de filantropia, estaria relacionada à imagem de salvador, de herói do povo: “[5]Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes [...].

[23]Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado”.

b) Plano de texto e sequencialidade

Como pode ser observado com base nos dados de esquematização discursiva, quanto à sequencialidade, a estrutura argumentativa é claramente dominante no texto. O plano de texto, porém, apresenta-se de forma um pouco mais complexa, situando-se próximo ao que seria um plano de texto ocasional. O documento em si apresenta uma estrutura que varia entre a carta pessoal, o pronunciamento (declaração pública) e, como efeito da argumentação, o testamento. O documento em questão é, portanto, uma produção singular, uma vez que o plano de texto fixo, segundo Adam (2008), surge progressivamente, visto que vai se tornando estruturalmente significativo, ou seja, por sua recorrência.

Verifica-se que a “carta testamento” apresenta-se estruturalmente organizada pelo plano retórico clássico – disposição – (exórdio, narração/confirmação, peroração) em função do que poderia ser considerado primeiramente um pronunciamento ao povo. Contudo, como já se abordou no tópico anterior sobre esquematização discursiva, a situação sociodiscursiva de produção remete às intenções do autor, sujeito empírico, de deixar por escrito as intenções/motivações que antecederam o suicídio e, nesse sentido, o documento teria características da carta (carta de suicídio), apesar de não exibir marcas do gênero, como a seção de abertura e fechamento. Na mesma direção, o texto assumiu também a perspectiva de testamento, principalmente em função do legado deixado a partir do suicídio, que representaria metaforicamente uma herança/legado ao povo. Nesse último direcionamento, essa interpretação do discurso (que remete a Vargas) como testamento é gerada mais por um efeito do discurso junto ao contexto de recepção do que por sua estrutura.

Carta testamento

(deixada no dia de sua morte, em 24 de agosto de 1954)

Getúlio Vargas – Idealizador do Partido Trabalhista Brasileiro em 1945.

<EXÓRDIO> [1]Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se novamente e se desencadeiam sobre mim.

<CORPO DA ARGUMENTAÇÃO/NARRAÇÃO>[2]Não me acusam, me insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. [5]Precisam sufocar a minha voz e impedir a

minha ação, para que eu não continue a defender como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. [6]Sigo o destino que me é imposto. [7]Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. [8]Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. [9]Tive que renunciar. [10]Voltei ao governo nos braços do povo. [11]A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. [12]A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. [13]Contra a Justiça da revisão do salário-mínimo se desencadearam os ódios. [14]Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. [15]A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. [16]Não querem que o trabalhador seja livre. [17]Não querem que o povo seja independente.

[18]Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruíra os valores do trabalho. [19]Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. [20]Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. [21]Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. [22]Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder.

<CONFIRMAÇÃO>[23]Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. [24]Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue. [25]Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. [26]Escolho este meio de estar sempre convosco. [27]Quando vos humilharem sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. [28]Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. [29]Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. [30]Meu sacrifício nos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. [31]Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. [32]Ao ódio respondo com o perdão. [33]E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. [34]Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. [35]Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. [36]Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue terá o preço do seu resgate.

<PERORAÇÃO>[37]Lutei contra a espoliação do Brasil. [38]Lutei contra a espoliação do povo. [39]Tenho lutado de peito aberto. [40]O ódio, as infâmias, a calúnia, não abateram meu ânimo. [41]Eu vos dei a minha vida. [42]Agora ofereço a minha morte. [43]Nada receio. [44]Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.

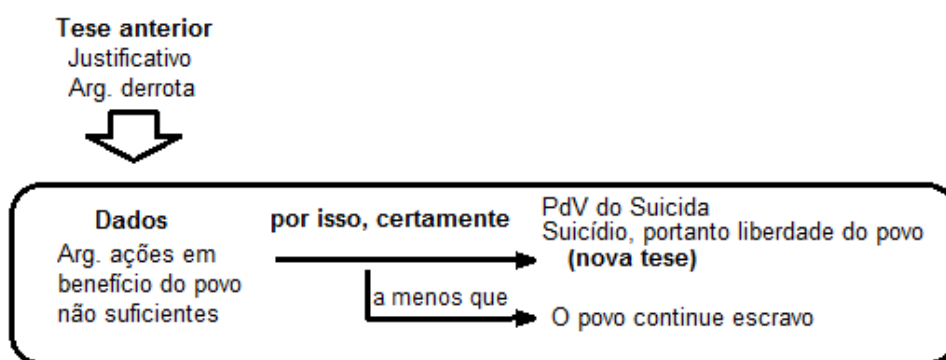
Ainda que não bem marcado, em [1] tem-se o exórdio, o qual, assim como nos manuais de retórica, tem a função de tornar o auditório “dócil, atento e benevolente” (REBOUL, 2004, p.55), ou seja, propenso a apreender a informação e também chamar a atenção sobre o *ethos*, direcionando o interesse em defesa do povo (mobilização dos afetos) e à suposição de perseguição. A partir de [2], a ênfase é claramente no *logos* e aí se situam os fatos – por meio de uma narração com a expressão de continuidade/sequência das ações, ou raciocínio por continuidade dos fatos – que farão parte das teses de “suicídio, portanto liberdade do povo”, “suicídio, portanto legado ao povo”. Em [23], apresentam-se os dados que seriam a “confirmação” dos fatos, com o conjunto de atitudes frente aos dados e às novas teses: (“[24]Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue. [25]Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida”; “[30]Meu sacrifício nos manterá unidos e

meu nome será a vossa bandeira de luta”. A liberdade do povo é proveniente de um movimento argumentativo de fluxo de informação, ou transitividade de um dado a outro em “[34]Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. [35]Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém”. Verifica-se que o sentido de escravidão apresenta dois direcionamentos, a escravidão do povo (como algo a ser combatido) e a escravidão do orador ao povo (oferecida). Por fim, na peroração, ou término do discurso, ocorre o momento mais importante no sentido de mobilização dos afetos no contexto de recepção dos dados. São empregadas nesse momento três estratégias com o objetivo primeiro de recapitular, “[38]Lutei contra a espoliação do Brasil. [38]Lutei contra a espoliação do povo. [39]Tenho lutado de peito aberto. [40]O ódio, as infâmias, a calúnia, não abateram meu ânimo”, e, em contrapartida, de amplificar o poder da tese e por fim propor adesão pela sedução (mobilização das paixões) que recai profundamente sobre o *pathos*: “[41]Eu vos dei a minha vida. [42]Agora ofereço a minha morte. [43]Nada receio. [44]Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história”.

Traçando-se uma organização pela sequencialidade argumentativa, haveria para esse discurso alguns pontos principais de observação. A tese anterior é apresentada junto aos dados, no sentido da negação do que seria o real motivo para o suicídio, em dois momentos: primeiro em [2], com a apresentação do que poderia ser um ataque por inverdades em insultos e calúnias que demonstrariam um momento de turbulência e, em segundo lugar, no que seria uma derrota, em “[33]E aos que pensam **que me derrotaram** respondo com a minha vitória”. Nesses limites, grande parte dos dados que são apresentados como premissas rebatem essas teses (não muito marcadas) de derrota e de perseguição. Os dados que compõem a argumentação buscam reforçar a ideia de que o fortalecimento e os interesses do povo seriam os principais objetivos para o suicídio, um último recurso que apresenta o que seria o principal “legado” do ato suicida: “a liberdade do povo”. Isso remete a outra tese no futuro, “legado e liberdade, portanto vitória efetiva”, expressa no *continuum* a ser representado na lembrança do povo em “[44]Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história”. As inferências ficariam por conta principalmente do suicídio como uma imposição do destino. Esse destino é traçado a partir do momento do oferecimento da vida ao povo e da falta de outros argumentos que trouxessem outra solução (“[6]Sigo o

destino que me é imposto”). O suicídio também seria motivação para a luta pelos direitos do trabalho e para a resistência contra aqueles que estariam contra o povo. As restrições para esse discurso ficariam por conta da não libertação do povo, ou “ao menos que o povo continuasse escravo”, uma vez que nesse sentido ele ainda necessitaria de “um defensor”.

O esquema argumentativo de T4 expõe a seguinte organização como possível:

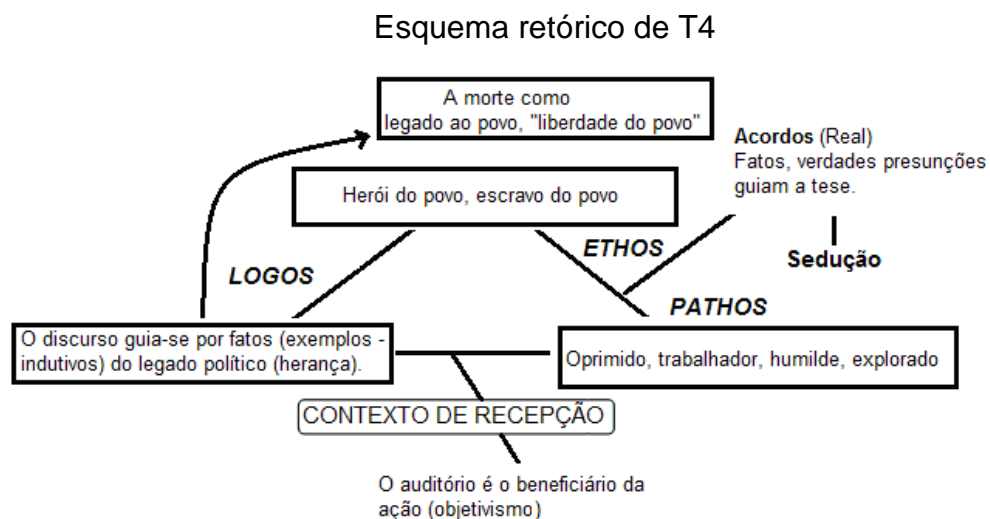


c) O suicídio como um ato heroico no quadro retórico

Lembrando das questões relativas aos gêneros retóricos clássicos, o discurso em questão assemelha-se, principalmente pelo auditório entendido, ao gênero epidíctico em função do louvor dos atos em razão da busca de adesão desse auditório à tese. Segundo Adam (2010, p.125), “a força do epidíctico está precisamente em criar retoricamente uma indivisão, um efeito de comunidade, de postular essa *homonoia* como um fato e exaltá-la”, o que claramente é o foco da Carta Testamento, propor valor de comunidade e, de forma especial, de exaltação do heroísmo, da entrega em “holocausto” pelo povo, pelos humildes. Para tanto, o recurso utilizado para o louvor é a repetição, sobretudo de lexemas, como forma de amplificação da tese, de aproximação e de incitar a resistência contra os que lutam contra a liberdade do trabalho (“>[23]Tenho **lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora**”; “>[37]**Lutei** contra a espoliação do Brasil. [38]**Lutei** contra a espoliação do povo. [39]**Tenho lutado** de peito aberto”). Há também uma repetição qualitativa por adjetivos como “lucros extraordinários”, “chama imortal”.

Quantos aos acordos, a ancoragem em fatos (acordo com o real) busca incessantemente fazer sentido, ser crível e tem a pretensão de validar a tese presente na passagem marcada em [30], [31], [36] “o sacrifício da vida em nome do povo”. Em [18], [19] e [20] tem-se uma amostra dessa ancoragem em fatos. Trata-se

de um recurso para legitimar o documento como um testamento e o suicídio como um ato de heroísmo, legado deixado ao povo. O suicídio, nesse caso, é um ato de heroísmo em que o indivíduo busca consolidar sua imagem, fazer parte da lembrança por seu ato “heroico”, perpetuar a essência de seu ato. Esse sentido é apresentado por Agrest (2010) no momento em que cita o valor do suicídio para algumas culturas como podendo ser um ato nobre e digno de ser lembrado. Observa-se que o discurso, ao recorrer aos fatos, busca um acordo com o auditório universal, expondo suas atitudes e marcando sua autoridade, assim contribuindo ainda mais para que o texto seja verossímil. Um esquema retórico poderia ser traçado no seguinte sentido:



Para os objetivos da pesquisa de descrição dos documentos produzidos por suicidas, o que chama mais atenção no esquema retórico de T4 é o fato de o discurso se direcionar à exploração da imagem da morte como uma forma de legado ao povo, ou seja, às parcelas mais humildes da sociedade brasileira. Nos dois polos da afetividade, o *ethos* volta-se à criação de uma imagem de “herói do povo”, ao mesmo tempo em que no *pathos* (mobilização das paixões) caminha no sentido de suscitar o sentimento de opressão e de escravidão em um povo descrito como humilde e desamparado. Nesse sentido, no contexto de recepção, o povo, destinatário do discurso, seria o beneficiário das consequências ocasionadas pelo suicídio. O suicídio torna-se um símbolo de morte heroica, consagrando pelo discurso um tipo de *ethos* próprio do cenário dos homens públicos, inseridos na política a ponto de formar um estereótipo, um personagem-tipo. A criação dessa imagem é definitivamente originada no *logos* pelo que a retórica denomina *phronesis*

(objetivo, sensato, ponderado), na escolha dos fatos que descrevem uma trajetória de luta e total entrega em favor do povo, próprio das epopeias literárias. Nessa “jornada de herói”, têm-se propriamente todos os passos seguidos no discurso, apresentação dos inimigos, das provações e finalmente a recompensa, que seria destinada ao povo. Esse herói ressurgiu, assim como na literatura, e imortaliza-se (“[44]Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história”), ao mesmo tempo que deixa sua herança, tornando-se símbolo de luta a ser apropriado.

d) Técnicas argumentativas no discurso heroico

Entre as técnicas argumentativas, um tipo de argumento que chama atenção no texto é o emprego de técnicas que fundamentam a estrutura do real, como metáforas e analogias. Nessa argumentação, a metáfora, por exemplo, tem o poder de trazer à palavra uma mudança de sentido bem sucedida, na medida em que é redutora e, por isso, capaz de tornar a tese principal defendida mais aceitável. Observa-se esse emprego em [25] na apropriação do sentido de “aves de rapina” para a exploração de outras vidas em “Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida”. Nesse exemplo, a metáfora condensa uma analogia e expressa elementos do tema e do foro, traduzindo semelhança em identidade. Em outras palavras, aves de rapina corresponderiam aos grupos nacionais e internacionais contra o povo e o ato de sugar o sangue ou exploração da vida alheia estaria relacionado à exploração do trabalho do povo, o que em uma condensação analógica resultaria em:

Tema	Foro	Relação
A aves de rapina	C sugar o sangue	exploração de vidas
B grupos internacionais e nacionais	D sugar o sangue do povo	exploração do povo

Em [44], tem-se um caso de analogia, agora em relação ao sentido de suicídio empregado em “Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar para a história”. Essa analogia consiste na transposição de uma estrutura de uma área de conhecimento a outra a ela similar, no caso entre a morte (foro ou elemento mais conhecido da proposição) como forma

de eternização na história (o termo menos conhecido em que será realizada a relação). Em [44], não se tem um caso de composição de quatro termos (A está para B assim como C está para D), mas uma composição com três elementos, com repetição de um dos termos, no caso A está para B, assim como C está para B. Por essa fórmula, o “suicídio estaria para eternidade assim como entrar para a história estaria para o suicídio”, em que dar o primeiro passo para eternidade (suicídio) e sair da vida (suicídio) estariam em campos diferentes, podendo essa relação ser vista também como uma analogia de quatro termos. Trata-se de um valor indutivo dentro da proposição argumentativa defendida que não pode ser negado como um prolongamento do sentido de morrer, sendo por si persuasivo ao auditório a que se destina.

Outra técnica que merece destaque no texto é a ligação da pessoa e seus atos. Ela aparece arraigada precisamente à construção da imagem de si no texto. Trata-se da identificação da pessoa projetada no interior do discurso por seus atos segundo apresentados junto às premissas que compõem a proposição argumentativa. Como discutido entre os fundamentos, a identificação da pessoa por seus atos ocorre junto ao que se chama de uma previsão de pessoas-tipo, ou personagens-tipo, proveniente da análise de seus atos os caracterizando, por exemplo, como conservadores, sensatos, solidários e até como um herói, como é o caso de T4. Observa-se que em T4 a imagem do autor discursivo suicida ganha uma acepção própria que, apesar de a cultura em que está inserido não comportar essa pré-significação do suicídio, a análise dos atos que são apresentados em função da entrega em sacrifício próprio e do suicídio como forma de libertação de outros funciona como uma regra já admitida “do sacrifício de um para o bem de todos”. Nesses limites, o suicídio sai dos limites do sujeito que caiu em desgraça para um sujeito que passa a ser considerado um indivíduo honrado, salvador, redentor.

A imagem de herói exprime em T4 a autoridade necessária para que o discurso seja admitido pelo auditório, estando presente entre as premissas que ligam esse discurso ao bem do povo, ao bem dos humildes. Como apresentado anteriormente, a confiança no discurso, situada na imagem de *ethos*, é proveniente da sabedoria, ou seja, da *phronesis*. O *ethos* em T4 é criado no *logos*, no interior das premissas que compõem a proposição argumentativa. Não se pode negar que o discurso de Vargas torna-se crível justamente pela virtude expressa no interior dos

dados apresentados e direcionadores da tese de suicídio como legado e libertação/salvação dos mais humildes.

e) Os atos ilocucionários e a performatividade no discurso de Vargas

A carta testamento de Getúlio Vargas concentra um grande número de atos de discurso, principalmente de valor performativo. Para fins de descrição, concentra-se na análise dos mais representativos no plano argumentativo. De [27] a [31] tem-se um exemplo significativo que remete às projeções do suicídio como um ato engajante, de motivação para luta de interesses comuns – “[27]Quando vos humilharem sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. [28]Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. [29]Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. [30]Meu sacrifício nos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. [31]Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência”. O ato discursivo comissivo recai sobre o *ethos* e o *pathos*, visto que expressa uma imagem de redentor ou salvador do povo. Esse ato de engajamento é proveniente de outro ato, ligado a uma força de previsão de acontecimentos, de profetização do futuro como a humilhação, o desprezo e a fome, que serão desencadeadores do ato comissivo.

Enunciados assertivos também aparecem de forma recorrente no documento, com projeção particular no *ethos*. Em “[37]Lutei contra a espoliação do Brasil. [38]Lutei contra a espoliação do povo. [39]Tenho lutado de peito aberto”, esses dados aparecem como autoafirmações sobre condutas que remetem ao sacrifício e à dedicação ao povo e vão conduzir o efeito de recepção do discurso.

CAPÍTULO VII

CAUSAS NÃO DECLARADAS

A singularidade tem sido um aspecto recorrente desde o início dos trabalhos de caracterização dos textos produzidos por suicidas. O presente capítulo traz discursos com causas não declaradas para o suicídio, isto é, textos nos quais não haveria uma apresentação do motivo para o suicídio, mas sim uma revelação do motivo para escritura da carta ou bilhete ou, até mesmo, nem a apresentação dessa motivação. Esse dado é importante, pois não confirma parte de uma das hipóteses iniciais do estudo de que a produção textual do suicida estaria atrelada ao esclarecimento das motivações e às despedidas como também a uma sequência predominantemente argumentativa. Esse fato decorre, principalmente, dos gêneros carta e bilhete permitirem uma heterogeneidade sequencial.

Essa singularidade fica expressa tanto no tipo de argumentação quanto no próprio campo composicional, e os documentos ora aproximam-se da carta, ora do bilhete, ou trazem apenas uma única proposição, sem marcas de abertura ou fechamento. São microunidades de sentido ou proposições curtas, objetivas, que trazem, ou não, o vocativo, o corpo da argumentação e o fechamento com data, assinatura, ou outro tipo de marca particular ou sinal de identificação. Nos documentos menos marcados dentro do gênero carta ou bilhete, ou seja, os formados por uma única proposição-enunciado, sem vocativo ou seção de despedida, a análise da argumentação voltou-se mais (no sentido de um encaixamento da sequência argumentativa) para questões pragmáticas e configuracionais da produção desses textos.

Em se tratando da argumentação do suicida, um questionamento possível seria se essa objetividade não poderia ser considerada uma característica a ser realçada, sobretudo em relação à imagem de si do autor discursivo. A expressão das intenções de forma direta seria parte do comportamento verbal escrito de alguns sujeitos. Em outras palavras, assim como há suicidas que preferem guiar seus discursos pelo detalhamento de ações e os que optam por não escrever, há um

grupo particular que segue pela apresentação de uma única proposição sem definição da motivação para a ação suicida ou para a escritura do documento.

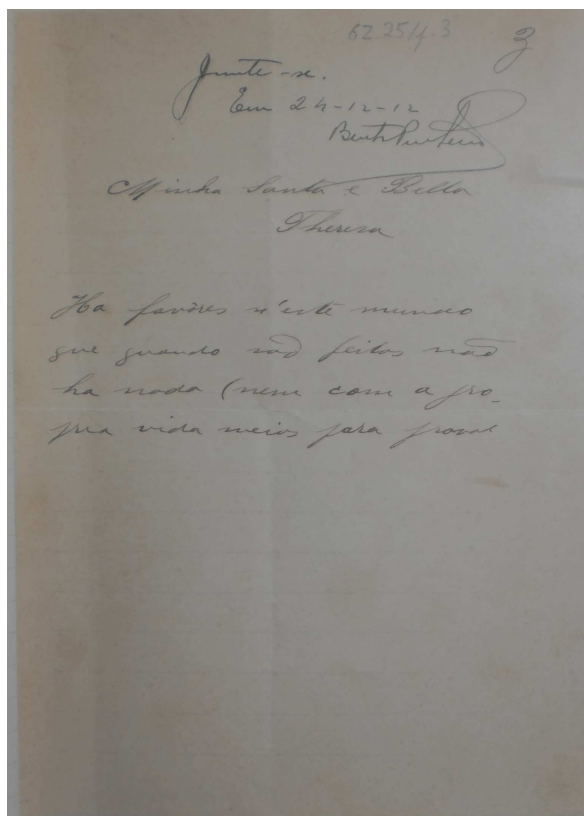
Como particularidade para essas produções, os próprios inquéritos são reticentes em qualquer afirmação a respeito dos suicídios, uma vez que poucas são as evidências que poderiam contribuir para esse esclarecimento. Permanecer incógnito e não declarar motivos para o suicídio (o que se acreditava ser no início do estudo um dos objetivos para a escrita dos documentos) talvez seja a marca mais evidente nesses textos. Trata-se de algo que difere muito das outras produções já analisadas em que, na maioria dos casos, o motivo ou justificativa para o suicídio mostrou ser o eixo da argumentação.

7.1. APRESENTAÇÃO DE AGRADECIMENTO: A MICROUNIDADE DE SENTIDO

O termo coenunciador remeteu, até o momento neste trabalho, às figuras de interlocução ou a quem o texto do suicida se destinava. Esse interlocutor, ou figura de interlocução, apareceu particularizado por um vocativo ou ainda tendo como foco certa universalidade não marcada, mas subentendida pelo contexto proveniente da leitura de cada um dos documentos (como na análise da motivação política, em que o interlocutor evidenciado no discurso seria toda a nação). Nesses limites, T5 apresenta uma situação de produção recorrente entre as análises já realizadas. Expresso em duas proposições, uma de vocativo e ou outra que desempenha o corpo da argumentação, o enunciador conduz o discurso pela caracterização do interlocutor, seguida de uma proposição-enunciado assertiva/constativa que, pelo contexto de produção, teria por intenção principal mostrar agradecimento.

T5 3ª pretoria 6Z 25 – 1912 – Suicídio – No inquérito em que T5 foi encontrado, tem-se a indicação de que o documento foi escrito pelo Capitão da Guarda Nacional Mario Cruz da Fonseca Galvão. Segundo os dados do inquérito, o capitão cometeu suicídio ingerindo uma grande dose de Morfina. As conclusões do juiz responsável do inquérito revelaram motivo impreciso para o suicídio (folha 15). Segundo o inquérito, Theresa, citada no bilhete, seria uma amiga que o capitão havia conhecido há 10 dias e a quem pedira ajuda para intervir em sua relação com uma terceira pessoa, Darita Flor. Theresa declarou nos autos que Darita havia afirmado na época que “não poderia aceitar a amizade em virtude de já ter uma pessoa a quem detinha inteira amizade” (folha 6v). O termo amizade parece indicar relacionamento amoroso.

Detalhe do original



Transcrição do original

[1] Minha Santa e Bella Theresa

[2] Há favôres n'este mundo que quando são feitos não há nada nem com a própria vida meios para provar.

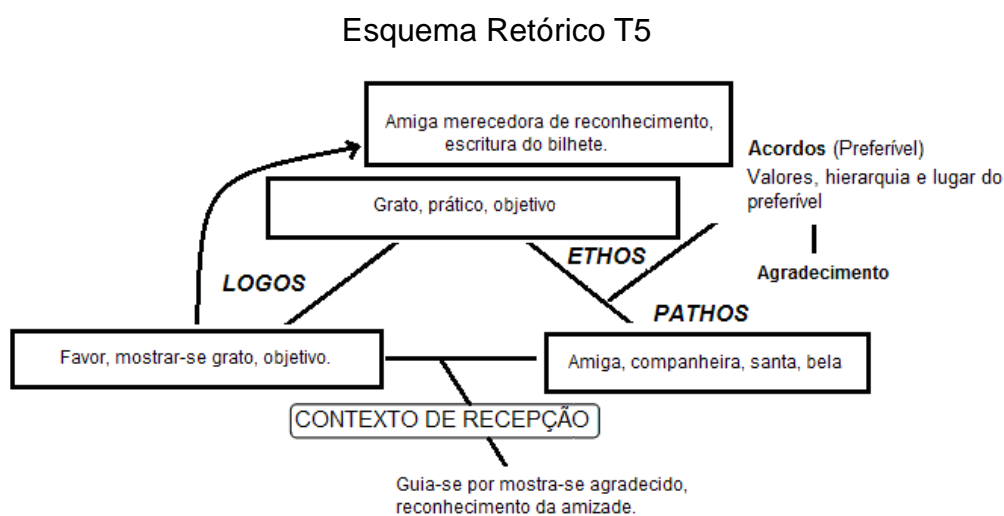
Adam (2008) sintetiza a apresentação de alguns enunciados como microunidades de sentido, ou seja, tipos de proposições que, apesar de curtas, trazem ligações possíveis com um co(n)texto, algumas vezes padrão, no momento de sua esquematização como resultado. Nesses limites, T5 apresenta-se disposto em duas proposições-enunciados em que, pelo seu plano de texto, é possível entender como um vocativo e um corpo argumentativo.

O documento é marcadamente uma microunidade de sentido desenvolvida em duas microunidades sintáticas (enunciado nominal e enunciado verbal). A orientação argumentativa dos enunciados permite a identificação de ligações com outros enunciados passíveis de resposta e que orientam o leitor na focalização do coenunciador ou lugar do destinatário, como íntimo, santo e belo (Minha Santa e Bella Theresa). Esse interlocutor seria quem teria realizado o "favor", prova de algo, ou mais especificamente, uma prova de amizade. Esse favor seria possivelmente

por Theresa ter feito o contato entre o enunciador e a amiga Darita (“Há favôres n’este mundo que quando são feitos não há nada nem com a própria vida meios para provar”).

A reconstrução do contexto de produção sugere essa leitura, uma vez que no inquérito há essa informação. Segundo o inquérito, “Galvão pedira a declarante [Darita] para viver inteiramente para ele, ao que a declarante respondeu-se ser isto impossível, em virtude de viver amasiada com outra pessoa” (folha 7). Em [2], pode ser entendido um valor ilocucionário assertivo/constativo de um estado ou ser, afirmação/declaração do favor realizado por Theresa. A responsabilidade argumentativa dá conta dessa leitura que circunscreve a proposição-enunciado ao ponto de vista (PdV) de geração de sentimento de favor²⁵.

Um esquema retórico para esse PdV poderia ser traçado sob as seguintes projeções, tendo em vista a imagem da amiga Theresa:



Pelo esquema, tem-se um orador que se posiciona com uma imagem de *ethos* ligada à praticidade, uma espécie de sabedoria (*phronesis*), objetividade e, ao mesmo tempo, apresentar-se grato à amiga, em um discurso marcado por poucos detalhes. A imagem de *pathos* aparece como soberanamente perfeita (santa e bela). A santidade estaria ligada a uma espécie de perfeição de condutas, à pureza, à bondade e à beleza e também poderia ser tanto física quanto espiritual. Essas marcas fariam parte do acordo realizado com o preferível, ou seja, uma ligação com valores que, no contexto de recepção, tem por objetivo desencadear o sentimento

²⁵ A proposição-enunciado pode, além de unidades sintagmáticas verbal e nominal, de um ponto de vista semântico dar conta de unidades menores como um nome ou adjetivo.

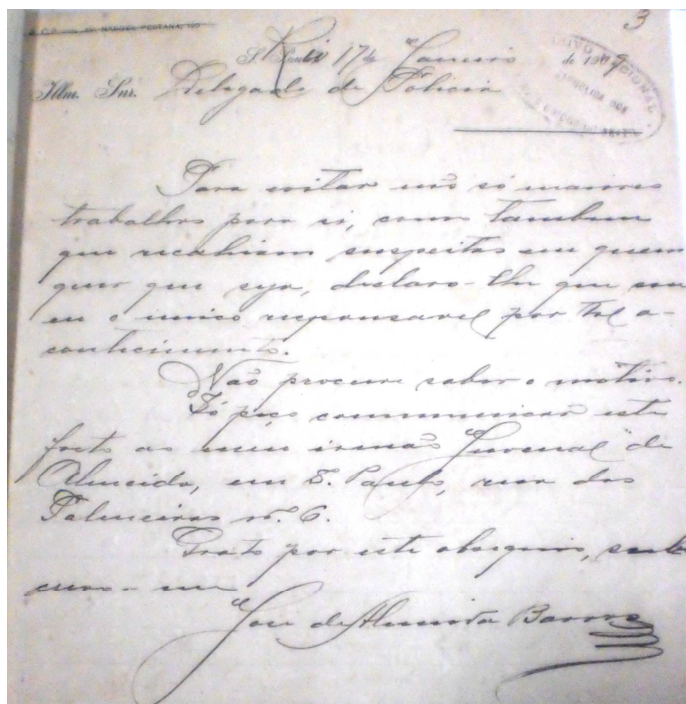
de gratidão, apesar da intenção pela morte autoinfligida. Note-se um *logos* poetizado, com uma mensagem que traça um lugar comum, ou ponto comum na argumentação (*topos*), lugar do preferível (“[2] Há favôres n’este mundo que quando são feitos não há nada nem com a própria vida meios para provar”), o favor ao próximo como uma espécie de dádiva ministrada, prova de algo.

Junto à imagem de si no discurso, a brevidade e a objetividade traçariam um tipo de *ethos* prático. Ao mesmo tempo, o discurso define o orador como uma pessoa grata, reconhecedora dos favores a ele atribuídos, a ponto de reportar-se uma última vez à amiga. Verifica-se, pois, uma coparticipação de duas imagens de autor discursivo, uma ligada e construída no *logos* (*phronesis*), prudente, ponderado, e outra imagem construída junto ao *pathos* (*eunoia*) com a principal função de mostrar-se solidário com o coenunciador.

7.2. EVITANDO SUSPEITAS

T12 1909 8ª Pretoria T8 3264 – Suicídio. Carta encontrada no bolso de José de Almeida Barros dirigida ao delegado da polícia. O documento destaca-se pelas características do papel que foi escrito. Um tipo de papel carta, com dados pré-impressos como “Illm. Snr.”, cidade e timbre da empresa, riscado pelo autor, “J. Almeida & Cia Av. Rangel Pestana, 140”.

Detalhe do original



Transcrição

[1]Rio 17 de Janeiro de 1909

[2]Illm. Snr. Delegado de Polícia

[3]Para evitar não só maximos trabalhos para si, como também que recaham suspeitas em quem quer que seja, declaro-lhe que sou eu o único responsável por tal acontecimento.

[4]Não procure saber o motivo.

[5]Só peço comunicação este facto ao meu irmão Juvenal de Almeida, em São Paulo, Rua das Palmeiras nº. 6.

[6]Grato por este obséquio, subscrevo-me

[7]José de Almeida Barros

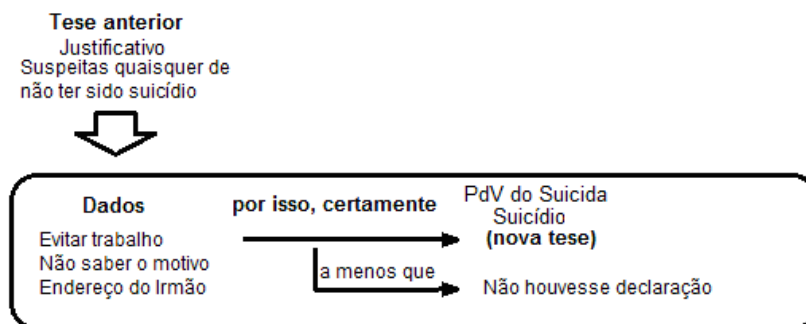
Trazendo o plano de texto prototípico da carta pessoal (sequência base argumentativa) e com direcionamento particularizado de interlocutores, T12 apresenta claramente as motivações para a escrita do documento, mas não apresentando a motivação para o suicídio. Tem-se a base em um ato ilocucionário assertivo/constativo, a busca intencional de se autodeclarar suicida, tentando minimizar o que seria visto como “máximos trabalhos ao delegado”, ou suspeitas de homicídio, em função da investigação das causas da morte e/ou mesmo de buscar esclarecer os motivos para o suicídio, como aparece em “[4] Não procure saber o motivo”.

Essa preocupação é mais uma evidência de um tipo de *ethos* que recai sobre a praticidade e a objetividade, busca ser claro e ciente de seu ato e escolha pela morte voluntária, algo que foi recorrente em praticamente todos os documentos analisados nos capítulos anteriores, mesmo que com menor evidência nos casos de “amor não correspondido”, à medida que uma tese contrária de nova correspondência amorosa seria uma possível forma de desistência do suicídio, segundo as argumentações (princípio de restrição) como um indicativo de dúvida.

Reforçando os dados trazidos por Agrest (2010), esta seria mais uma marca de que perder o sentido da vida se tornaria um argumento para a escolha pela morte voluntária. A imagem de si do suicida parece ser, nesses limites, de um indivíduo seguro de si e de seus atos, não disposto a voltar atrás em suas decisões e pronto a afirmar-se o único responsável por sua conduta (*phronesis*). Unidos a essa argumentação aparecem quase sempre alguns pedidos, que em T12 são marcados em não buscar os motivos e avisar a alguém próximo em “[4]Não procure saber o motivo” e “[5]Só peço comunicação este facto ao meu irmão Juvenal de Almeida, em São Paulo, Rua das Palmeiras nº. 6”, inclusive trazendo o endereço como forma de minimizar algum tipo de trabalho, mais uma característica desse *ethos*, a de

consciente, além de culto e com escrita bem delineada pela grafia e utilização da norma culta, como no fechamento em “[6]Grato por este obséquio, subscrevo-me”.

Esquema argumentativo T12



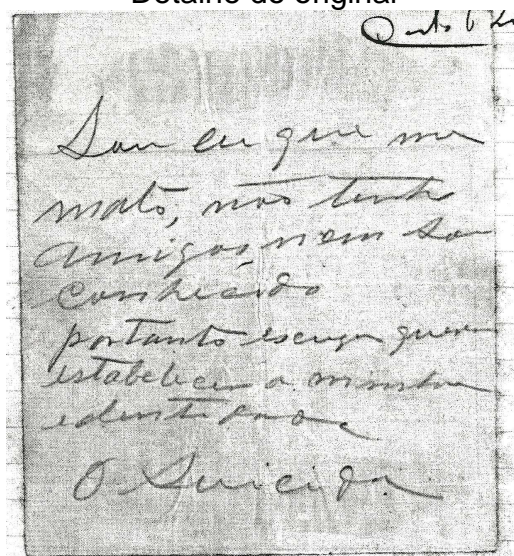
No esquema argumentativo para T12, acima, a tese anterior ficaria por conta de qualquer suspeita que pudesse levar a não ser um caso de suicídio. Na nova tese, destacam-se a autoafirmação sobre o suicídio “declaro-lhe que sou eu o único responsável por tal acontecimento”, os dados que confirmariam e sustentariam essa afirmação que ficariam por conta de querer evitar trabalhos e não querer que fossem investigados os motivos e o próprio endereço do irmão. Isso funciona como pontos de apoio de não ter sido qualquer outro crime, mas a livre escolha pelo suicídio. A restrição recai sobre a confissão do suicídio, conforme esquema acima.

7.3. O ANONIMATO NA ASSINATURA

Para T10, assim como em T5, não trazer um nome próprio e identificar-se como “o suicida” parece ser o ponto mais marcante do texto. Em T10, a questão de identidade vem ligada à confissão do ato suicida e ao fato de autoafirmar-se suicida, no fechamento do bilhete. A imagem de *ethos* segue pela objetividade e no sentido de mostrar-se ciente de suas intenções.

T10 9ª pretoria T7 863 – 1908 – Tentativa de Suicídio – Sujeito e ações desconhecidos por condições de conservação do inquérito. Destaque para o tipo de papel utilizado para a escritura do documento, uma folha de papel branco, sem linhas, tipo bloco de notas.

Detalhe do original



[1]Sou eu que me mato, não tenho amigos, nem sou conhecido. [2]portanto es eu quem estabelece a minha identidade.

[3]O suicida

No que se refere aos atos ilocucionários, em T10 está presente uma força assertiva/constativa, demarcando uma confissão e/ou declaração da morte voluntária. Em [2], uma conclusão de não ter amigo e nem ser conhecido (remetendo à solidão). Essa indicação lhe dá a prerrogativa para se autoidentificar como gostaria, no caso, como suicida. Trata-se de um acordo com o real, em que, ao deixar a confissão do ato suicida, o enunciador expõe o ato como um fato ou forma de verdade, além de gerar autoridade (técnica argumentativa). Esse enunciador pré-argumenta em razão de sua ação como já concretizada, apenas a ser creditada como verdade por seu possível coenunciador, não indicado, mas possivelmente a polícia ou quem encontrasse o corpo.

Observa-se que a fonte de interlocução, nesse caso e em T12, parece indicar toda uma previsão dos acontecimentos pós-suicídio, como ser encontrado, haver investigação criminal, a busca pela motivação do suicídio. Ao destacar e mostrar-se alheio a vínculos de relação social, esse eu discursivo busca anonimato e afasta a possibilidade de um interlocutor particular ([1] ...não tenho amigos e nem sou conhecido). Esse comportamento direciona uma imagem de si ligada à solidão. Não ter amigos e não ser conhecido implicaria em destacar-se do tipo social prototípico, ou seja, das pessoas que têm amigos e alguém com quem se preocupar ou que se preocupe e necessite de uma explicação. Uma imagem de solidão, alguém sem

família, ou amigos, ou mesmo é conhecido, que prefere identificar-se apenas como suicida, mas que articula certa sensatez (*phronesis*).

7.4. A ARGUMENTAÇÃO POR UMA ÚNICA MICROUNIDADE DE SENTIDO

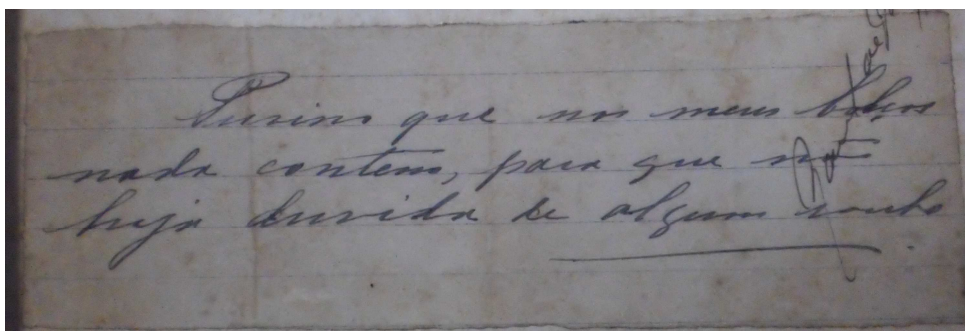
Mostrar-se indiferente a uma fonte de interlocução, ou com a própria identificação, é um dos destaques composicionais de T14. O documento aproxima-se estruturalmente do bilhete, contudo sem qualquer marca de abertura ou fechamento. É importante destacar como característica para esse tipo de construção que sem a reconstrução do contexto de produção pré-existente, ou pré-definido a esta situação sociodiscursiva de produção (tratar-se de uma composição de suicida), uma possibilidade de atribuir significado a essa proposição-enunciado se perderia na identificação do contexto anterior ou posterior e o documento mais pareceria um recorte de um texto maior.

Nesses limites, T14 apresenta-se somente com o corpo da argumentação em uma única microunidade de sentido, que se move por uma força ilocucionária assertiva/constativa, declaração de não estar em posse de nenhum pertence, como forma de destacar a associação entre a morte e o roubo. Em outras palavras, nesse documento, as intenções do discurso parecem direcionar-se unicamente a esclarecer, a partir do descobrimento do corpo, que se trata de um caso de suicídio.

Ainda estruturalmente, seguindo as disposições de Adam (2008) para as microunidades de sentido, T14 é desenvolvido em uma única microunidade sintática (enunciado verbal). E, em função desse aspecto, as informações que possam estabelecer ligações co(n)textuais apresentaram-se unicamente em torno do suicídio, ou nos depoimentos do inquérito. Dessa forma, um contexto padrão para o suicídio revelaria como possíveis interlocutores familiares e a polícia, principal envolvida no momento pós-suicídio e na possível suspeita de roubo seguido de assassinato, a qual é prevista pelo suicida.

T14 11ª Pretoria T8 2721 – 1908 – Suicídio. O bilhete foi escrito por Francisco Tavares de Oliveira, encontrado morto por enforcamento na mata da Tijuca, Rio de Janeiro. O bilhete estava em seu bolso. As informações do inquérito não revelam as causas para a opção pela morte voluntária, apesar do empenho percebido entre os investigadores, contanto inclusive com foto da vítima para descrição nos autos.

Detalhe do original



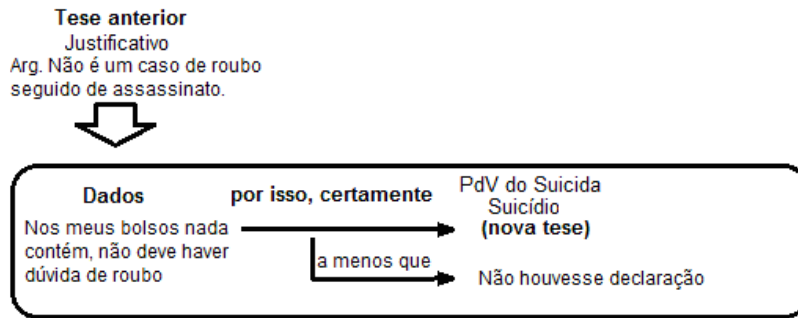
Transcrição de T14

[1] Assim que nos meus bolsos nada contém, para que não haja duvida de algum roubo.

Assim como vem sendo enfatizado para as composições apresentadas neste capítulo, um destaque para T14 gira também em torno das intenções expressas para a escritura do documento e não para a motivação do suicídio. O enunciador mostra-se ciente e intenta enfatizar o suicídio em detrimento do que poderia ser imaginado como roubo e assassinato. Esse direcionamento ocorre em função da apresentação de dois fatos (acordo com o real), nada haver nos bolsos e não ser um caso de roubo (dados da proposição argumentativa), que retirariam as suspeitas de latrocínio (tese anterior), por parte do delegado ou qualquer outro interessado. Essa orientação abriria caminho para a nova tese, ser um caso de suicídio. Por outro lado, a ausência de mais dados de cotexto acaba por enfraquecer a manutenção de dominância sequencial argumentativa nesse tipo de texto em particular. Apesar de se poder imaginar um regime de sequencialidade argumentativa, verifica-se uma análise em regime de argumentação muito mais pragmática e configuracional. Essas características indicam, nesse caso em particular, uma sequencialidade mais ligada à explicação do que propriamente uma argumentação. Algo, talvez, a ser melhor delineado em trabalhos futuros.

Em T14 a imagem de si liga-se, assim como nos documentos anteriormente analisados, à objetividade, à certeza dos atos (*phronesis*), bem como a não identificar-se, a ficar anônimo, ou não identificar familiares e direcionar-se a algum interlocutor específico. Um esquema argumentativo para esse tipo de discurso poderia ser traçado nos seguintes limites:

Esquema Argumentativo de T14



7.5. DADOS GERAIS SOBRE A ARGUMENTAÇÃO EM CAUSAS NÃO DECLARADAS

Pelas delimitações acima, a maioria dos documentos articula-se como casos particulares de documentos produzidos por suicidas, em que a leitura só é possível graças ao contexto que envolve suas produções como um todo. O bilhete, como microunidade de sentido, revela estar atrelado à sua materialidade discursiva, local e tempo de realização. Afastado desses elementos, muito do que se poderia afirmar acaba perdido, longe demais de uma possível esquematização discursiva precisa como resultado.

Esse aspecto pôde ser visualizado em T5, em que a expansão da leitura só foi possível com ajuda dos depoimentos do inquérito e trouxe em relevo a possibilidade de traçar um sentido mais claro ao que foi delimitado como um *topos* junto à proposição em menção do que poderia ser admitido como o favor. Configura-se uma circunstância única, particular, que remete à situação sociodiscursiva de produção e ao efeito pretendido na escritura do documento (manifestar gratidão à amiga Theresa), possivelmente pelo contato mediado anteriormente por ela entre o suicida e Darita. Tem-se, assim, uma asserção argumentativa guiada no sentido de ser puramente afirmativa e demonstrar gratidão. Ao dispensar o fechamento com sua assinatura e não assinalar a motivação do suicídio, o enunciador deixa uma lacuna que não pode ser preenchida a não ser pela total reconstrução do contexto de produção.

Uma imagem de si, solitária, anônima ou que busca o anonimato, seja em sua identidade, seja pela definição dos motivos para o suicídio, caracteriza um tipo de discurso bem próprio a essa classe de produções, transfigurando-se como técnica argumentativa na categoria da pessoa e seus atos. Esse eu suicida não precisa

dizer quem é, não precisa provar nada, apenas concretizar-se por meio de suas ações (*phronesis*). Como se quisesse dizer: sou suicida, não tenho nada a declarar, apenas deixe-me com minha escolha.

Esses sujeitos constroem sua pessoa com uma característica que os particulariza, o suicídio. Retomando a ideia central discutida por Agrest (2010) de que cada cultura apresenta uma crença junto ao sentido atribuído à vida, esse tipo de suicida em particular é definido em nossa cultura como aquele que perdeu a fé (traços de religião), mas que mostra não se importar, ou não prever ou não traçar em seu discurso algum tipo de condenação que possa decorrer de suas ações. Por isso, não se prende a discutir ou tomar o PdV de seu possível coenunciador como ponto de partida de sua argumentação. Ele não encena nenhuma trajetória moral que viabilize algum tipo de perdão, vale-se apenas da autoridade de suas ações, não precisa se utilizar de nenhum outro ponto de vista, apenas do seu próprio. Segundo as técnicas de Perelman & Tyteca (1996), trata-se de uma ruptura do ato sobre o agente, o ato é considerado uma verdade ou é a expressão de um fato, assim incontestável (ligações de coexistência, argumentos baseados na estrutura do real).

Esse tipo de suicida seria aquele que, diferentemente dos casos anteriores, como T1, ou T3, não sente necessidade de argumentar contra um ponto de vista específico. Sua intenção é justamente deixar em aberto, ou suscitar a dúvida sobre o que o motivou à morte voluntária e faz isso mostrando que é responsável por sua própria morte, não culpando ninguém, ou gerando dúvida de assassinato. Sua palavra é posta como incontestável.

Em suma, diferentemente dos casos apresentados nos capítulos anteriores, para as composições sem causas declaradas para o suicídio, é menos enfática a motivação para o suicídio e mais aparentes as intenções para a escritura da carta. Graças à reconstrução do contexto de produção, visualizou-se outras instâncias interpretativas necessárias e constitutivas para essas produções de suicidas.

CONCLUSÕES

Após as questões e indagações que foram sendo apresentadas no decorrer do trabalho, chega-se ao momento de uma tentativa de amarrá-las e buscar “uma melhor maneira” de elaborar uma discussão conclusiva sobre os objetivos da pesquisa (a argumentação em textos produzidos por suicidas). Ao concluir o estudo, verifica-se que algumas das questões abordadas ainda precisariam ser rediscutidas com vistas a uma caracterização mais efetiva dos documentos coletados. Além do mais, ainda muitas outras questões poderiam ser abordadas, uma vez que a cada nova leitura encontram-se outros elementos que poderiam ser apresentados, ou mesmo tenham ficado esquecidos e que provocariam novas leituras e novas caracterizações. Retomando a citação do inquérito apresentado na introdução, uma situação sociodiscursiva como é a escrita de um produtor que decide pela morte voluntária tem tanto a dizer que se sente uma inquietação, talvez normal, de ir além dos limites estabelecidos para o trabalho. Por outro lado, a análise da argumentação em textos produzidos por suicidas pode ser vista como a primeira parte de um trabalho que pode continuar em outros estudos, em que se poderia, por exemplo, incluir discussões sobre a ocorrência de um gênero de textos relacionado à situação sociodiscursiva do suicídio.

Nesses limites, a contar pelo que já vinha sendo realizado em cada um dos capítulos anteriores, também nas conclusões serão abertas subseções com o objetivo de guiar o leitor dentro de cada ponto que foi sendo retomado ou abandonado ao longo do estudo. Atenta-se, de antemão, que esses pontos foram variados, principalmente em função da singularidade de cada um dos documentos.

a) Iniciando pelos objetivos, delimitações para corpus e hipóteses

Não haveria outra maneira de iniciar as discussões finais senão pela reafirmação do objetivo principal que direcionou a escolha dos fundamentos na tentativa de identificar e caracterizar os documentos coletados, tendo em vista pressupostos argumentativos textuais/discursivos e retóricos. Nesses limites, retoma-se primeiramente a questão composicional dentro dos postulados teóricos selecionados e abordados no capítulo II. Esse princípio permite apontar, no que se

refere a um aspecto composicional, o formato textual dessas composições pela recorrência da estrutura dos gêneros carta pessoal ou bilhete. Praticamente todos os documentos coletados apresentaram-se próximos a esses dois gêneros (vocativo, corpo argumentativo, fechamento) e, mesmo naqueles em que se verificou uma estrutura diferenciada (T14), o co(n)texto permitiu a identificação de marcas de um desses gêneros. Os documentos coletados enquadraram-se em um plano de representações construídas sobre ações em dois movimentos: a escolha pela morte voluntária e a elaboração de uma mensagem escrita, nem sempre centrada na apresentação de justificativas para o ato suicida, movimento de ação reguladora que antecede o suicídio, com vistas a uma atividade sociodiscursiva materializada por um formato escrito. Seja pela carta ou pelo bilhete, os documentos produzidos constituíram-se significativamente em meio a outros tipos de representações sociais, ou outros discursos, compartilhando traços argumentativos entre si.

As produções dos suicidas, cartas ou bilhetes, apesar do distanciamento no tempo (produções entre o final do século XIX até o início do século XXI), mostraram uma profunda estabilidade das argumentações quanto à apresentação de um discurso inspirado, na maior parte dos casos, nos motivos para o suicídio e na imagem de um eu discursivo conservador, religioso. Quanto às variações de tempo, observou-se que as composições coletadas mostraram pouco ter evoluído estruturalmente e argumentativamente, com destaque mais representativo ao suporte encontrado pelo suicida para materializar seu discurso, deslocando-se do papel comum a ambientes virtuais, redes sociais, *sítes* de notícias.

O local de materialidade dos documentos coletados demonstrou estar atrelado ao lugar e tempo de realização da ação suicida e a recursos do cotidiano de cada indivíduo, variando do material mais usual, folhas de papel tipo almaço ou sulfite, papel de carta com inserção de desenho pré-impreso (um tipo particular de papel muito utilizado especificamente para a carta), blocos de notas específicos para o bilhete (dimensões menores) e, na maioria desses casos, a inclusão do envelope com marcação do destinatário em algumas das produções. Esse tipo de utilização remete à tradição de escrita da carta, bem como planejamento textual: marcas de reescritura, subdivisões e continuações como em T3, que chega a uma organização próxima à típica do diário pessoal (marca de uma ação pensada ou que foi sendo planejada), mas com estrutura da carta. Também em T3, um suporte inesperado foi uma folha de papel tipo seda vermelho, com extensão maior e que, possivelmente,

pelas marcas e dobras, seria um tipo de papel de embrulho. A folha foi dobrada e a escritura foi realizada em cada uma de suas faces, incluindo vocativo, data e até mesmo um plano de texto poético. Outras composições fizeram uso de suportes bem particulares, folhas de caderno de caligrafia e, no mais impressionante suporte encontrado, as bordas da primeira página de um jornal. Para esses últimos suportes há um indicativo de falta de recurso físico para a escritura e/ou improviso. Nas produções de suicidas mais atuais encontradas (mas que não fizeram parte do *corpus*, por razões metodológicas), parece haver uma tendência de desuso do suporte convencional da carta ou bilhete. Apesar de não explorada, a escritura em ambientes virtuais como redes sociais e *sites* de relacionamento apareceu como uma forma mais atual de deixar uma mensagem escrita a partir da opção pelo suicídio. *E-mails*, *scraps*, comentários, *tuítes*, mensagens eletrônicas, entre outros, são materialidades que estão surgindo e sendo utilizadas. Estes são instrumentos e/ou recursos sobre os quais ainda se sabe muito pouco, pela velocidade com que evoluem em sua combinação com fatores econômicos e culturais.

Ainda quanto a aspectos discursivos/argumentativos, observa-se nas cartas e bilhetes analisados uma relativa estabilidade, como será detalhado mais à frente no tópico a respeito do *ethos*, na figura de um eu discursivo que se mostra excluído socialmente visto que opta pelo suicídio. Esse indivíduo apresenta-se excluído e/ou condenado e com base nessa crença constrói sua argumentação. Esse é um traço que perpassa o tempo entre as produções analisadas e, no documento mais recente (início do século XXI), demonstra-se uma alteração ou tentativa de reconstrução conceitual. Esse fato se mostra em um discurso que apresenta o sentido da vida em relação a uma crença de que a produtividade social (contida nas ações desempenhadas) proporcionaria o merecimento de uma recompensa, estar junto de Deus, ou paz junto a Deus (T1, T13).

O dado acima parece ser um traço da reconceituação do suicídio com base na crença de que as boas condutas sociais, boa família e, principalmente, o trabalho teriam uma recompensa (perdão divino), apesar de o suicídio ser considerado um ato condenável. Por outro lado, as análises dos documentos, mais especificamente os produzidos entre o final do século XIX e início do século XX, evidenciaram uma sociedade em transformação, mas também ainda presa ao ideal romântico da família burguesa. Entre esses valores românticos, principalmente expressos nas produções de suicidas de sexo masculino (caráter do patriarcalismo), a preocupação de ordem

moral, como a pressão social sobre o adultério (T3), a posse de bens materiais e a manutenção do prestígio social (T9 e T17), apareceram com maior ênfase. O conservadorismo e a moral são características do período. Destaca-se que a preservação da moral foi uma das premissas das leis públicas do final do século XIX e início do XX. Em outros casos e envolvendo os dois sexos, foi corrente o argumento do suicídio em decorrência de um amor não correspondido ou casamento não consentido (T16, T2, T3, T6, T15). Esse dado aparece ligado a um ideal romântico de amor que, a partir de uma impossibilidade de concretização, direcionou a argumentação para a opção pelo suicídio. Em T3, a preocupação em ser enterrada marca o desprestígio social do suicida e um cuidado com o que aconteceria depois da morte, um traço de destaque que assinala uma crença social presente junto à prática de suicídio. Entre outras sinalizações de transgressão, T8 expressa um maior relevo entre os dados encontrados, a mulher, casada, com filhos, que em sua argumentação demonstra sentimento além do admitido como amizade entre duas mulheres, traços de relação homoafetiva.

Apesar de os dados não propiciarem uma descrição quantitativa, pelas cartas e bilhetes de suicida analisados, é possível apontar que nas argumentações o ato suicida é justificado junto a um discurso profundamente ligado às motivações para a escolha da morte voluntária ou para a escritura do documento. Essas motivações têm como núcleo principal o amor (não consentido, não correspondido, ou socialmente não admitido), seguido dos problemas familiares e financeiros, casos que não apresentam motivação para o suicídio ou para escritura, causa política, além, por outra filiação não causal, da reconceituação do suicídio como “vida com Deus”.

b) O processo de esquematização discursiva

Pelo processo de esquematização discursiva, os documentos sociodiscursivamente apresentam-se ligados por princípios e objetivos semelhantes, configurando-se como uma última mensagem com objetivo de trazer, na maior parte dos casos, as motivações para o suicídio e/ou para a escritura dos documentos. Os aspectos da situação sociodiscursiva de produção se instauram na fala de sujeitos ligados direta ou indiretamente a uma formação discursiva cristã, de uma sociedade conservadora e patriarcal.

Essa característica faz com que as condições de produção se instaurem em torno das marcas composicionais e linguísticas da carta ou do bilhete, sendo que os documentos menos fundados dentro desses limites (T14, por exemplo) mostraram perder parcial ou totalmente sua finalidade sem o contexto de produção previamente identificado. Esse fato aconteceu mais particularmente nas produções sem causa ou motivo para o suicídio e/ou escritura dos documentos (T5, T14). A estrutura do bilhete, como microunidade de sentido, mostrou necessitar do co(n)texto de produção para que sua finalidade fosse identificada, marca que possibilitaria a melhor identificação do bilhete como de um suicida.

As condições de recepção, sem ainda mencionar os direcionamentos do plano retórico, também acabaram por necessitar, nesses mesmos casos, do contexto. Para os documentos sem destinatário expresso, houve um maior número de ligações possíveis com ênfase ao endereçamento à polícia, seguido de familiares e/ou à própria sociedade. Para todos os outros documentos, o contexto de recepção também foi estabelecido nesses limites, mas com uma preocupação em definir interlocutores particulares, alguém específico, alguém da família ou toda a família, os amigos, os fãs para um eu discursivo de imagem pública e o povo para o de imagem política. Essas características indicam uma preocupação com a resolução do caso, descartando suspeitas de homicídio, autoafirmação da responsabilidade sobre o ato e direcionamentos das novas teses em alguns casos específicos, como na reconceituação de vida com Deus (T1), ou libertação do povo em função do que seria um engajamento para a luta (T4).

A argumentação ou, mais especificamente, a noção de sequência argumentativa foi o norte da análise em todos os documentos e mostrou-se uma ferramenta para o estudo dos documentos produzidos por suicidas. A análise pelo engajamento da sequência matriz, ou sequência dominante, trouxe uma possibilidade de identificação (ou não) do motivo principal, ou motivo base para cada texto, além de significar, em quase todas as análises, um tipo de forma de sistematização da argumentação do suicida em função das novas teses defendidas e dos níveis justificativo e dialógico presentes nessas argumentações. A identificação dos níveis justificativo e dialógico e as restrições e inferências em cada uma das composições foram dados importantes na caracterização desses textos.

Um apanhado dos esquemas argumentativos aplicados nas análises revela que as produções estudadas apresentaram-se divididas entre uma predominância

justificativa e uma predominância dialógica ou contra-argumentativa. No nível justificativo, ficaram as composições em que se verificou na argumentação que o interlocutor era pouco levado em conta, prevalecendo uma estratégia argumentativa baseada nos conhecimentos e fatos apresentados (T2, T13, T7, T9, T8, T4, T12, T14). Apesar de se reconhecer nesses discursos também um traço contra-argumentativo, é mais visível nesses textos uma atitude declarativa e justificativa. Por outro lado, uma argumentação negociada com um contra-argumentador, ou dialógica, foi observada principalmente nos casos em que houve uma tentativa de reconceituação do suicídio com vistas a uma transformação de crenças (T1, T3, T15, T16). O auditório/coenunciador universal/potencial ou particular/real era levado a admitir a nova tese segundo uma redefinição de suas próprias crenças, com base nos argumentos apresentados pelo orador/enunciador.

A argumentação pelos níveis dialógico e justificativo demonstrou que nos textos as novas teses se construíam com base na apresentação de atitudes conservadoras, na preocupação financeira, no produtivismo econômico e nas ideologias românticas e burguesas. O pedido de perdão divino ou às pessoas mais próximas e, de certa forma, à sociedade, foi uma recorrência entre as enunciações de suicidas. Pré-construídos foram acionados pela sequência argumentativa, sendo os grandes responsáveis pela geração de inferência em uma tentativa de barrar restrições antagônicas como a condenação divina, os tormentos pós-suicídio e um emaranhar de outras crenças que rodeiam a prática do suicídio na sociedade ocidental.

Essas características puderam ser visualizadas em T1: “Deus me perdoará e me aceitará como filha bondosa e generosa que sempre fui” e “Não é suicídio, é partida para junto de Deus”. No destaque, é importante salientar que a negação “não é suicídio” ratifica o suicídio como afastamento de Deus, trazendo o PdV do interlocutor. Ainda em T1, isso aparece em “Nossa Senhora e meu Deus, perdoem-me e me recebem como filha bondosa que sempre fui”, no que seria apresentação de devoção e novamente um pedido de perdão; T2 “Meu Deus me perdoe!”; T3A “Sou um duplo pecador, pois além de me matar...”; T9 “Só Deus é testemunha e por isso me perdoará”; T11 (p.143) “Levo a pôr termo a minha existência caso Deus de mim se lembre”. Traços como esses demonstram uma ligação causal entre a opção pela morte voluntária e o que é convencionalizado como uma condenação da alma.

Retomando os termos de Agrest (2010), o suicida sente-se cobrado tanto por acreditar estar transgredindo uma lei divina quanto por estar em compromisso com a sociedade, a família, a lei e com seu próprio Deus. Até os documentos sem uma motivação para o suicídio (T14, T12, T10) demonstraram uma preocupação em autoafirmar uma escolha pela morte voluntária, espécie de compensação dos transtornos causados, facilitar as investigações, ou esclarecer algo que fomenta o ato suicida pelo ponto de vista do próprio suicida expresso nos documentos.

c) Quadro retórico, o acordo com o real e a busca pelo preferível

Na discussão a partir do referencial retórico, toma-se como ponto inicial a premissa de que todo discurso tem em vista a perfeição ou que o auditório o julgue como adequado. Dito de outra forma, o ato de argumentar exige a consideração do outro, ou seja, de um acordo a ser estabelecido com um auditório real ou potencial. O acordo como técnica exige que o orador pré-visualize e pense seu discurso visando a provocar a adesão desse auditório à tese defendida. No que corresponde à produção do suicida, esse acordo esteve ligado ora a um auditório universal, ora em função de valores, a sujeitos particulares. A utilização de acordos nos dois níveis (do real e do preferível) foi uma estratégia selecionada claramente em função do tipo de motivação que estaria expressa junto aos enunciados. Os discursos partiram, principalmente quando há uma reconceituação do suicídio (T1, T4, T3 e T8), de acordos com o real, utilização de fatos e verdades com a função principal de atingir um auditório potencial conservador e que, sobretudo, recusa ou destitui a tese de suicídio como prática aceitável.

Por outro lado, no intuito de reforçar um *ethos* idôneo, os documentos por motivação amorosa, problemas familiares e financeiros, política e alguns casos sem motivação explícita articularam-se também em direção aos valores, hierarquias e lugares do preferível (acordo com o preferível), com função clara de demonstrar ciência do ato e mobilização dos afetos. Entre as análises, observa-se uma intensa articulação entre a conduta suicida e a demonstração de ciência dos atos, ora por fatos, ora por valores, uma maneira corrente de propor sua argumentação e tentar provocar adesão às teses defendidas. Essas teses se mostraram quase sempre emblemáticas de uma voz social de que “nada justificaria o suicídio”, tanto religiosa (condenação) quanto economicamente (o homem que foge de seus compromissos e deixa uma dívida social).

Todos esses aspectos fazem com que seja também necessário outro direcionamento no sentido da imagem de auditório apresentada. Nesses limites, visualiza-se uma apresentação dos acordos e entendimento entre esse orador e seu auditório (classificação utilizada por SCHMETZ, 2000), em uma divisão dos tipos de argumentos entre os que buscam convencer dos que visariam, sobretudo, a persuadir. Há nessa classificação um distanciamento entre convencer e persuadir, em que persuadir teria uma força maior tendo em vista a chance de adesão à tese mais provável ou não. Essa tarefa traria em si uma divisão entre argumentos de razão e argumentos sofisticados (falsos). Uma representação dos dados nessas duas direções ficaria, novamente, pelos discursos de reconceituação do suicídio, como em vida com Deus (T1), libertação do povo (T4), recuperação da honra (T3), prova de indignação sobre fatos presenciados (T8). Nesses textos, os argumentos visam a mais que convencer/afirmar, persuadir o interlocutor à adesão à tese e que minimizar a rejeição do suicídio como uma conduta imprópria. Ao auditório também seria atribuído um encargo, ou responsabilidade pelo julgamento dos argumentos nessas duas classes, criando um estado de espírito no auditório para a adoção do discurso com base em um ideal compartilhado, um procedimento moral aceitável, a defesa de um incapacitado, exemplos de comportamento.

A argumentação por acordo com o real (fatos, verdades e presunções) foi recorrente. Nos documentos, ela aparece em T1 “tive uma família digna e conceituada”; T3 “só a mato por saber que a própria mãe está espalhando a difamação da própria filha” e “longos anos tenho trabalhado no Comércio em grandes casas onde o numero de moças são grandes e nunca tentei abusar com nenhuma d’ellas”, articulando-se com outras marcas do preferível, T3 “de tudo o que mais eu levo é o baixo proceder que tive com minha mulher” (valor, reconhecimento de culpa), “ao meu velho pae me perdõe eu mancho o nome da familia” (preocupação moral) e “assim a tu querida mulher exemplar” (hierarquia – superioridade da conduta da mulher sobre a do marido infiel); em T2 há, oscilação do interlocutor particular entre o bom homem e o péssimo amante; em T4, os atos em benefício do povo e a manutenção da honra; nos documentos em que o motivo para o suicídio não foi informado, há a utilização da autoacusação (fato) como maneira de propor adesão à tese e, por outro lado, de lugares do preferível como “há favôres que quando são feitos não há nada nem com a própria vida meios para provar”. No tocante à argumentação e à própria hipótese central do trabalho, esse

caráter entre as composições é mais um dado que se soma a uma conduta compartilhada, ou seja, partir da crença da exclusão à premissa desejada, seja mostrando-se preso a uma moral burguesa ou ao amor idealizado, seja pela demonstração de dever ou graça merecida. Esse fato é comprovado pelo próprio teor das motivações para o suicídio ou escritura que permitiram a classificação dos documentos entre causas amorosas, financeiras, políticas, de conduta moral/religiosa e familiar.

Retórica e argumentativamente, a forma epistolar, com suas constantes composicionais, foi o modo encontrado pelo suicida para traçar sua argumentação. A apresentação da divisão segundo as regras da arte retórica (disposição) mostrou-se pertinente, a contar pelo tipo de gênero utilizado (cartas e bilhetes). Apesar da diversidade do gênero e das próprias particularidades de cada documento, traços como uma seção de abertura, exórdio, narração, confirmação, peroração e fechamento puderam ser identificados na grande parte dos documentos. Na narração, ou corpo da argumentação, a organização dos documentos mostrou-se centrada nas motivações e, por isso, não foi possível seguir totalmente o plano de crenças de Agrest (2010), havendo apenas ligações entre os dados firmados pela autora e as crenças apresentadas pelos próprios suicidas, em uma representativa ligação do suicídio com o amor não correspondido, não consentido ou não admitido, uma crença que seria não fundada nos limites traçados pela autora.

Tanto na narração quanto na confirmação, o suicida busca afirmar-se, mostra como se sente, faz alguns pedidos e encontra modos de persuadir para que sua palavra seja creditada como verdadeira. Esses pedidos, por sua vez, dependem também de outros dados, como a imagem que esse homem ou mulher tinha ou demonstra ter, uma vez que socialmente não se dá crédito ou atenção às afirmações de indivíduos que são classificados como não tendo reputação (fuga de padrões admitidos e/ou aceitáveis). No inquérito, a carta deixada recebe cuidados e o leitor/interlocutor é chamado a acreditar no que o suicida diz, a dedicar atenção a sua fala. Isso leva, por sua vez, ao mérito que pode ser dado aos argumentos escolhidos para fazer parte da proposição, seus fundamentos que podem e serão contestados, segundo o julgamento das provas, evidências, traços e fatos apresentados. Contudo, o eu suicida parece não querer isso, parece pedir em seu “último contato” que suas razões sejam simplesmente aceitas, sem que haja uma resposta por parte do interlocutor. No texto do suicida discurso se dá por atos

assertivos, o que implica uma ação interativa de convencer com o partilhar de uma crença, como demonstraram as análises. O eu suicida representa, pela polifonia do **não** e do **mas**, sentir-se desafiado pelo que supostamente o interlocutor pensa sobre o que ele diz, uma argumentação pela contrapalavra.

Paralelamente a essa conduta, algumas preocupações e/ou citações fugiram do direcionamento das teses principais e complementaram a ideia do suicídio como uma prática condenável. Entre essas últimas, o pedido apresentado em T2 “quero ser enterrada”, remetendo, como dito em parágrafos anteriores, a uma preocupação ou noção de que o suicida não poderia ou não deveria ser enterrado com os mesmos rituais dedicados aos indivíduos cuja morte não foi resultado de uma decisão própria. Por outro lado, verifica-se como questões como o dinheiro e os bens vão incidir também sobre esse discurso, tanto pela afirmação da falta de dinheiro não ser ou ser o motivo quanto por apresentar um testemunho dos bens, fato recorrente entre os documentos coletados. Esse dado mostra que os discursos se inter cruzam entre o que é imaginado socialmente (polifonia) como motivo ou como preocupação do suicida em resguardar um prestígio, uma conduta social proveniente da posse ou doação de bens. Comparando com o que é discutido por Agrest (2010), o suicida demonstra nas composições uma relação financeira entre os dados apresentados e as causas para a morte voluntária. Como exemplos, T2 faz a recomendação dos bens como herança; T7 afirma a impossibilidade de dar bom sustento à filha, “[10] eles são ricos; [11] e eu infelizmente sou pobre”; em T9 “[8] meu enterro o mais simples possível para não acarretar despesas inúteis”; em T17, há a apresentação do valor da dívida e devedores; T8 faz a acusação de um casamento por interesse da mãe sobre a herança da filha e T1 nega o suicídio por alguma razão financeira “não é por falta de dinheiro”.

A classificação entre os gêneros retóricos judiciário, epidíctico e deliberativo (apesar da observação de alguns autores de existência de outros gêneros nos mesmos limites traçados por Aristóteles) mostrou-se suficiente no sentido de um enquadramento mais geral ou de predominância nos textos. Nesse sentido, os documentos analisados mostraram-se mais particularmente atrelados ao gênero judiciário, com acusação ou defesa da prática da morte voluntária, afirmações sobre a impossibilidade de viver na ausência de punição dos responsáveis por um sofrimento vivido pelo suicida ou por outra pessoa, a acusação do interlocutor como o responsável pela perda do sentido de viver (cartas em que o argumento é o amor).

Esse direcionamento ocorreu particularmente por apresentar a motivação de uma ação que resvala sobre o que é condenável no núcleo social de que esses sujeitos fazem parte. Assim, acusar ou defender-se apareceu como a ação mais utilizada no teor desses documentos. Por outro lado, em um caso mais particular do discurso político, o plano retórico ficou ora centrado na acusação, ora no discurso epidíctico em exaltação ou louvor dos atos praticados, com a intenção de provocar um efeito de comunidade em função de um heroísmo. Nesse caso, o auditório era direcionado a unir-se em batalha contra uma força que se colocava sobre valores e direitos a serem defendidos, alterando a ligação do suicídio como falta de discernimento (ruína de si próprio) para uma bandeira de luta engajada, a entrega da vida por amor ou honra a um povo ou nação.

d) Técnicas e o direcionamento para os argumentos com base na estrutura do real

Desde o início do trabalho e da escolha dos conceitos provenientes da retórica e nova retórica, observou-se que o tratado da argumentação de Perelman estaria em uma fronteira entre dialética (com uma preocupação com problemas mais gerais do que as escolhas das ações) e a retórica clássica (com uma persuasão a todo custo utilizando-se dos gêneros retóricos). Por esse motivo, a visão dada às técnicas ocorreu em atenção à dimensão probante dos argumentos, ou seja, sua articulação como ferramenta de visualização dos dados escolhidos e definição dos argumentos empregados pelos produtores suicidas. Foi nesses limites que se observou entre os documentos um direcionamento maior para um auditório universal que, definido para alguns autores (SCHMETZ, 2000) como abstrato, difícil de definir e, por esse motivo, não tão fácil de persuadir. Junto a esse fato, verificou-se também um uso particular, em praticamente todos os documentos, de argumentos baseados na estrutura do real. Trata-se de uma característica importante da definição do texto do suicida e que demonstra uma tendência peculiar de união entre auditório e técnica utilizada.

Quanto às técnicas empregadas, esse dado demonstra a estabilidade da carta ou bilhete suicida em direção a argumentos baseados na estrutura do real, essencialmente na união entre unidades distintas e figuras do orador (ligações de coexistência). Observou-se nos documentos uma tentativa do suicida de construção de uma representação da realidade para justificar seu ato, partindo de fatos para construir sua imagem no texto. A utilização do argumento da pessoa e seus atos foi

um procedimento que se estendeu com evidência em praticamente todos os documentos coletados. Tratou-se da apresentação de uma imagem conservadora, apropriada, justa, moralmente capaz e ciente de suas ações. Essa imagem se manifesta particularmente na intenção de demonstrar que a figura da pessoa, apesar da escolha pelo suicídio, não mudou, apenas direcionou-se a outra instância agora cerceada por novas circunstâncias que impediriam a manutenção do sentido da vida. Como um único aspecto do ato não fundamenta a figura da pessoa, não é por acaso que as apresentações dos motivos para o suicídio procuraram partir de fatores múltiplos e não isolados, uma busca total pela aceitação com base em um conceito mais geral que desfizesse o paradigma inicial. Um exemplo claro foi o utilizado por T4, em que a manutenção da nova tese de liberdade do povo só foi possível graças à desarticulação do paradigma anterior de suicídio como uma conduta imprópria em direção a uma equivalência à entrega em holocausto.

Por outro lado, em outros textos, a falta de um argumento mais forte dentro desses mesmos limites trouxe em seu limiar uma ruptura ou refreamento nos discursos que se apoiavam no argumento da pessoa e seus atos. Como exemplo, ao serem projetados em nossa cultura ocidental, T1, T2, T13 e todos os outros documentos que fazem menção a uma pós-vida com Deus, ou na certeza do perdão divino, estariam em ruptura com a condição de pessoa capaz de ter essa graça, especialmente pelo ato suicida afastar essa possibilidade. Existiria, dessa forma, o que Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) afirmam ser uma incompatibilidade na forma como nossa sociedade julga a pessoa suicida e o que ela pensa de sua autoridade ao afirmar a possibilidade de uma vida com Deus (uma marca de outro tipo de argumento, os quase-lógicos). Por outro lado, como já se apresentou para T4, uma tentativa de impedir essa ruptura estaria na busca de um argumento maior, no caso, no sentido de comparação a outros que na história se entregaram ao holocausto e serviriam como modelo. O enunciador, ao afirmar que o suicídio seria uma obrigação em função da libertação de uma nação, coloca-se em regime de comparação com essa espécie de ser divinal, supremacia do agente sobre a ação. Não importando ser um suicida, esse eu do discurso coloca-se acima dele, justificando-o em função de um bem maior, o bem do povo, crença maior em algo que é facilmente admitido. Paralelamente a esse último exemplo, T3 reconhece a incompatibilidade do ato suicida e do homicídio da amante, justificando-os em função do que seria recuperação da moral pela desonra do adultério, caminhando

em direção à expressão do que seria para esse suicida uma verdade maior e incontestável. Nesse mesmo caso, o homicídio também seria uma forma de livrar a amante da desonra e da vergonha. T8 comete suicídio por não conseguir conviver com o sofrimento e destino da amiga. A carta revela essa intenção, bem como denuncia o que seria uma maneira de a mãe e do amante da mãe se apossarem da herança deixada pelo pai à filha.

Com uma utilização menos recorrente, o argumento de autoridade é sutilmente empregado em alguns textos. Em alguns discursos particulares, esse argumento demonstrou ter certa projeção, principalmente aliada a uma imagem de *ethos* pré-discursivo para alguns dos sujeitos pesquisados. Nos documentos dos indivíduos com vida pública, as categorias de artista e político são evocadas de forma a direcionar uma visão prévia positiva desses sujeitos. Em T1, por exemplo, ela aparece no direcionamento aos fãs, indicação de nomes de pessoas famosas nos mais variados eixos sociais. Já em T4, essa autoridade aparece na própria imagem do presidente, chefe de estado, administrador de uma nação.

Ligada também ao argumento de autoridade, apesar de pouco ter sido discutido nos fundamentos e não ter sido traçado esse objetivo ao trabalho, casos de heterogeneidade mostrada (apesar de não ser tão fácil) poderiam também ser verificados nesses textos, principalmente em torno da polifonia identificada em muitos elementos, particularmente na negação. Preferiu-se, no entanto, apresentar esse tipo de polifonia junto à contra-argumentação, uma vez que se tratou, nesses casos, de uma utilização distante das marcas de autoridade caracterizadas como técnica nas premissas de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996). Os casos de heterogeneidade mostrada que se configurariam, nesses moldes, ou seja, pelo apagamento do orador pela exteriorização da palavra do outro como suporte para afirmações e criação da autoridade, não foram identificados nos documentos analisados e também não eram o foco da pesquisa.

Outros casos, também particulares, direcionaram-se aos argumentos que fundamentam a estrutura do real em estruturas únicas com a utilização de metáforas e analogias e de exemplos e ilustrações. As metáforas e analogias são conhecidas por seu valor ilustrativo e por possibilitarem um maior poder de alcance frente a elementos conhecidos e outros de campos um pouco mais abstratos, o que, em meio a um auditório universal, pareceu como opção mais interessante com vistas à persuasão. O objetivismo se mostrou a principal intenção para a utilização do

fundamento pelo caso particular nos discursos. O exemplo e a ilustração foram, peculiarmente, utilizados nos discursos de defesa de reconceituação do suicídio (T1, T4, T8 e T13), em face da tentativa de mostrar que o suicídio era necessário (T4 recuperação da honra pelo homicídio e suicídio) ou que por um passado de boas condutas seria merecido o perdão de Deus (T1).

Por fim, o argumento da incompatibilidade (argumentos quase lógicos) também poderia ser citado como técnica empregada. Primeiramente por uma filiação encontrada no texto do suicida a pontos de vista que em si são incompatíveis. O texto do suicida mostrou-se incompatível internamente pela manutenção da crença de perdão divino, esse foi o caso das composições que evidenciavam essa crença, contrária às crenças religiosas socialmente aceitas. Além desse tipo de incompatibilidade, em T1, haveria também incompatibilidade tanto na tese defendida quanto entre os próprios argumentos que sustentariam o mérito da vida com Deus. Ao ser apresentada uma ligação do suicídio a uma preocupação com o envelhecimento e a beleza, haveria a união de princípios incompatíveis. Em T4, a incompatibilidade aparece na posição de pecador que reconhece um erro e busca perdão: “Perdoae senhor aquelles que erram e que na hora da morte ainda se lembram de vós”.

e) A imagem de si no texto do suicida

Salientou-se entre as técnicas argumentativas a utilização de composições do argumento que ligam a pessoa e seus atos. Esse emprego revela uma orientação dos documentos produzidos por suicidas para a imagem de si no discurso, com vistas a uma expressão pessoal com a função de direcionamento da tese defendida e adesão do auditório. Esse comportamento foi evidenciado principalmente pelo tipo de orientação seguida e manutenção de sequências argumentativas voltadas ao dialogismo (T1, T3, T15, T16), face a um contradiscurso movido por um sentimento de exclusão social. Aliado a esse aspecto, à medida que as argumentações seguiram pela autodefesa e pelas acusações de outras transgressões de condutas, especialmente por não conseguir atender ao esperado socialmente, o eu suicida mostrou-se sobremaneira cansado, desiludido e em profunda tristeza, lassidão de viver, em autopunição e em posição de denunciar outras condutas com a intenção de ora aproximar-se de valores conservadores, ora afastar o suicídio de uma conduta impossível de ser aprovada frente ao bom comportamento.

Com essa imagem de tristeza, o eu suicida imprimiu uma religiosidade que permeou quase todas as argumentações, sobretudo, com um efeito junto à escolha de dados (preceitos ou condutas religiosas) em direção à nova tese pretendida, isto é, ao objetivo de fazer frente ao argumento da religiosidade apresentado. Essa imagem religiosa ficou sobremaneira marcada nos pedidos de perdão a Deus e à família e nos pedidos de conforto à família, como em: T1 “[19]sei que Deus me perdoará e me aceitará como filha bondosa e generosa que sempre fui”, “[3]eu não me suicidei, eu parti para junto de Deus” e “[22]Obrigada Jesus, Nossa Senhora e meu Deus, perdoem-me e recebam-se como filha honesta e bondosa que sempre procurei ser”; T2 “[9]Meu Deus me perdoe!”; T3A “Sou um duplo pecador” e “[12]Perdoae senhor aquelles que eram e na hora da morte ainda se lembram de voz”; T9“Só Deus é testemunha e por isso me perdoará”; T11“Levo a pôr termo a minha existência caso Deus de mim se lembre”. Como se observa, esses são argumentos que atravessam os discursos e demonstram ser expressão pura da marca de um eu que crê em uma intervenção ou acolhida divina, mesmo que a crença social/religiosa confronte esse dado. Há, portanto, mais um indício de um traço contra-argumentativo tipificado pela relação *ethos* (que deve indicar produtividade moral, religiosa e financeira) e *pathos* (conservador, também religioso, preso a crenças tradicionais e posições político-filosóficas e aos costumes).

Entendido pelas dimensões *eunoia* (solidário com o coenunciador com construção no *pathos*), *phronesis* (sensato e ponderado com construção no *logos*) e *areté* (franco e impulsivo com construção no *ethos*), os discursos ora mesclaram esses três aspectos, ora se direcionaram particularmente a uma classe ou outra. Nas motivações de caráter financeiro (T9 e T17) e na separação da família (T7), por exemplo, as marcas se direcionaram sensivelmente a uma imagem franca, porém impulsiva de apresentação dos dados, apresentação das fatalidades sofridas, da impossibilidade de abandonar a crença de fracasso, apresentação clara e efetiva de provas. Pela *phronesis*, situaram-se os documentos que apelaram para a escolha, ordem e manutenção de dados de forma sensata e ponderada das ações. Esse foi o caso de T1, T3, T4 e dos documentos sem causas declaradas. A dignidade ficou tanto impressa na ordem e disposição do discurso quanto na dosagem e escolha dos argumentos, uma ênfase no *logos*. Nos discursos de motivação amorosa, a ênfase aparece na *eunoia*, na solidariedade ao auditório. T8, por exemplo, expressa a impossibilidade de viver observando o sofrimento da amiga. Em T2, há

demonstração de afeição que leva à morte de maneira a deixar a pessoa que ama livre e em posse de bens.

Estabelecendo uma ligação das imagens de si apresentadas pelos suicidas e o regime de crenças apresentado por Agrest (2010), visualiza-se um distanciamento principalmente em algumas crenças fundadas. A autoafirmação de algum transtorno mental ou uso de álcool e drogas foi profundamente negada entre as produções. Mostrar-se sensato, ponderado, ciente foi um comportamento recorrente entre as produções. Além disso, uma atenção na autoimagem ligada à moralidade e ao conservadorismo ocorreu na maioria dos casos de composições de indivíduos do sexo masculino. Outra crença se direciona à homoafetividade, a imagem de si da mulher homossexual, apesar de não confirmada empiricamente, foi marcada nos dados de T8. A preocupação financeira assinala um eu ligado à cultura capitalista e à produção e que percorreu a maioria dos discursos. A falta de dinheiro foi a motivação apresentada por T17 e T7. No âmbito das crenças infundadas, por outro lado, encontrou-se, na argumentação do suicida, a autoimagem de um eu romântico ou um romantismo platônico, fundado nos ideais patriarcais e da família burguesa, em grande parte dos documentos (capítulo IV). Apesar de Agrest (2010) não trazer esses dados nos mesmos termos traçados para este estudo, parece haver uma correlação, o que suscitaria novos estudos em uma amostragem maior e com maior adequação dos períodos e sujeitos produtores.

Partindo de uma cronologia dos documentos, observou-se, entre as composições, uma reconstrução do eu suicida com uma respectiva alteração de padrões e indicativos de um eu próprio da sociedade capitalista e cristã. Nesses limites, o eu suicida demonstrou ser um indivíduo proveniente de uma sociedade ligada a um ideal de família, de homem e de valores econômicos. Esse eu acredita no perdão divino apesar da escolha pelo suicídio, demonstra estar ciente de suas ações e preocupado com os amigos e a família, buscar corresponder socialmente ao esperado e mostra-se apreensivo em evitar transtornos provenientes de sua escolha. Esse eu é um eu que escreve, que se diferencia de alguma forma de outros suicidas que não tentam deixar qualquer documento escrito. Ele é particular, mas ao mesmo tempo busca fazer parte de um grupo social. Acusa ou defende-se e pretende que sua tese seja validada e que seu ponto de vista seja respeitado.

f) Algumas questões finais

O suicídio preocupa pela quantidade de pessoas que recorrem a esse ato e precisamente por não haver uma idade precisa, nem classe social que se isente. A busca por informações ou esclarecimentos a respeito dessa conduta indica como são variadas as razões ou o quanto são imprecisas as tentativas de identificação desses indivíduos antes que cometam o ato. Deixar ou não deixar algo escrito parece ser também uma incógnita em meio a tantas outras que aparecem junto à prática suicida. O estudo aqui defendido indica atitudes, valores e crenças que são admitidas por alguns desses sujeitos que, ao optarem pela morte voluntária, optam por deixar uma última mensagem escrita, sobretudo com o objetivo de apontar o tipo de ação que desencadeou um processo e interrompeu a normalidade ou trajetória de vida desses sujeitos. Uma desestabilização que aponta para a perda do sentido da vida, medo ou cansaço de viver, fragilidade, perdas profissionais, financeiras e, principalmente, afetivas, ou simplesmente por acreditarem no suicídio como uma única saída ou ponte para um “lugar” melhor.

Enfrentar desafios existenciais bem como estar frente a decisões em todos os momentos é um aspecto próprio do ser humano. É uma conduta diária que precisa ser transposta todos os dias nas mais diferentes ações, importantes ou triviais. Desde o início das pesquisas sobre as composições de suicidas, discutiu-se muito em relação a esses aspectos, principalmente com a formulação de hipóteses a respeito de quem seria esse eu suicida e como seria seu discurso. O suicídio e uma convicção de libertação apareceram relacionados, desse modo, querer paz ou libertar-se foi uma tese principal. Retomando o que discute Agrest (2010), é verdade que crenças fundadas ou infundadas estão no centro das causas da escolha pela morte voluntária.

A presente pesquisa talvez tenha contribuído para responder algumas das perguntas que são feitas diariamente por muitas pessoas. O que pensa? No que crê? O que escreve o suicida? A validação de informações bem como uma caracterização dessas produções revelou, em resumo, um tipo de discurso que, além de ser calcado em outros discursos, apresenta o ponto de vista de sujeitos que estão em vias de cometer suicídio. Convergindo para os conceitos de suicídio apresentados na nota introdutória desse trabalho conforme alguns estudiosos, a argumentação dos documentos suicidas analisados mostrou-se

ligada: a) a uma motivação amorosa, em uma libertação do sentimento que escraviza como também em favor da libertação da pessoa amada, quando se trata de um amor não correspondido; b) a razões familiares em que o suicídio seria uma saída ao confronto diário, ao sofrimento desencadeado por algo que em T13 não pôde ser revelado ou em T7 por ser obrigado a afastar-se da família em função de uma separação conjugal; c) a razões financeiras em que o suicídio seria um modo de evitar a vergonha do fracasso econômico e ver a família passar por dificuldades, ou seja, à punição frente a uma cobrança social; d) ao motivo de casamento não consentido, à vida que não faz mais sentido sem a concretização de um amor idealizado; e) ou à prova de amizade na impossibilidade de conviver com o sofrimento de um amigo; f) à liberdade do povo ou de uma nação, servindo como bandeira de luta. Por fim e por outro lado, não estar ligado a um motivo para o suicídio, mas a um motivo para escritura da carta.

Todo esse emaranhar de argumentos conduz as teses defendidas a um discurso ora baseado no êxito da ação suicida como um novo estágio, na maior parte dos casos, mais próximo a um ideal divino, perfeito, sublime, ora simplesmente em um fim imputado pelo destino e pela visão da impossibilidade de lidar com os desafios.

REFERÊNCIAS:

- ADAM, J. M. **A Linguística Textual: introdução à análise textual dos discursos**. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. HEIDMANN, U.; MAINGUENEAU, D. **Análises textuais e discursivas: metodologias e aplicações**. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. **Eléments de linguistique textuelle**. Mardaga, Bruxelles-Liège, 1990.
- _____. **Imagens de si e esquematização do orador: Pétain e De Gaulle em junho de 1940**. In: AMOSSY, R. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Editora Contexto, 2005, p.93-117.
- _____. **Les textes : types e prototypes, récit, description, argumentation, explication, et dialogue**. Paris : Nathan, 1997.
- _____. **Une approche textuelle de l'argumentation: "schéma", séquence et phrase périodique**. In: DOURY M, MOIRAND S (eds.) **L'Argumentation aujourd'hui**. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, pp. 77-102, 2004.
- _____. **Linguistique textuelle : des genres de discours aux textes**. Paris, Nathan, 1999.
- _____. BONHOMME. **L'argumentation publicitaire**. Paris: Armand Colin, 2010.
- AGREST, D. C. **Por mano propia: estudio sobre las prácticas suicidas**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 2001.
- AMOSSY, R. **o ethos na intersecção das disciplinas: Retórica, Pragmática, Sociologia dos campos**. In: AMOSSY, R. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Editora Contexto, 2005, p.93-117.
- ARISTOTELES. **Retórica**. São Paulo: Edipro, 2011.
- AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Cambridge: Havard University Press, 1997.
- AUTHIER-REVUZ, J. **Heterogeneidade(s) Enunciativa(s)**. **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas: n.19, p.25-42, jul/dez, 1990.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 2006.
- BRETON, Philippe. **A argumentação na comunicação**. Baurú: Edusc, 2003.
- _____. **A manipulação da palavra**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BRONCKART, J. P. **Atividades de linguagem, textos e discursos**. São Paulo: EDUC, 1999.

_____. **Atividades de linguagem, discurso e desenvolvimento humano.**

São Paulo: Mercado de Letras, 2009.

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso.** São Paulo: Contexto, 2008.

COSTA, I. B. A retórica como ferramenta de leitura. **Revista de Letras.** Ano13, n.11, dez. 2009, p.51-64.

DIJK, T. A. **Cognição, discurso e interação.** São Paulo: Contexto, 1992.

DUCROT, O. **O dizer e o dito.** São Paulo: Pontes, 1987.

DUPONT, J. C. K. Procès et sociabilité en matière de droits de l'homme : analyse institutionnelle, épistémologique et argumentative des fondements et des techniques de protection des droits de l'homme au Conseil de l'Europe. Nancy, 423p. (Doctorat en Philosophie) – Nancy 2, Nancy, 2009.

FGV – Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida/CartaTestamento>. Acesso em: 26/05/2012.

FIORIN, J. L. **Em busca do sentido: estudos discursivos.** São Paulo: Contexto, 2008.

LÜDKE, M. & ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1988.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação.** Curitiba: Criar Edições, 2006.

_____. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos*.** São Paulo: Editora Contexto, 2005, p.69-92.

_____. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, A. R. e SALGADO, L. **Ethos discursivo.** São Paulo: Editora Contexto, 2008, p.11-29.

MIRANDA, P. S. C. e QUEIROZ, E. A.. Suicídio e tentativas de suicídio: características epidemiológicas no município de Belo Horizonte Brasil, 1971-81. **Arq. Neuro-Psiquiatr.** [online]. 1989, vol.47, n.4, pp. 403-412. ISSN 0004-282X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0004-282X1989000400005>

OSAKABE, H. **Argumentação e discurso político.** São Paulo: Kairós, 1979.

PERELMAN, C. TYTECA, L. O. **Tratado da argumentação: a nova retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

REBOUL, O. **Introdução à retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROSCH, E. Principles of categorization. In: ARTS, B. ; DENISON, D.; KEIZER, E. et al., **Fuzzy grammar: a reader**. Oxford University Press, 2004. Disponível em <<http://books.google.com>>. Acesso em: 23 jan. 2006.

Reflexão e Crítica. 2003, 16(3), p.537-546.

SCHMETZ, R. **L'argumentation selon Perelman** : pour une raison au coeur de la rhétorique. Bélgica : Namur, 2000.

SEARLE, J. R. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **Os actos de fala**: um ensaio de filosofia da linguagem. Coimbra: Livraria Almedina, 1981.

ANEXOS
ANEXO 1

PRETORIAS CRIMINAIS

